A PARAÍBA NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Josemir Camilo de Melo

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL | 344

SENADO FEDERAL

A PARAÍBA NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

SENADO FEDERAL

Mesa Diretora
Biênio 2025/2026

Senador Davi Alcolumbre
Presidente

Senador Eduardo Gomes
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Chico Rodrigues
Senador Styvenson Valentim

Senador Mecias de Jesus
Senadora Soraya Thronicke

Ilana Trombka
Diretora-Geral

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa

Membros da Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador:

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Comissão

Senadora Jussara Lima
Vice-Presidente da Comissão

Senador Humberto Costa
Senador Efraim Filho
Senadora Augusta Brito
Senadora Janaína Farias

Senador Fernando Dueire
Senadora Ana Paula Lobato
Senador André Amaral

Secretaria da Comissão

Lenita Cunha e Silva

Breno de Lima Andrade

Josemir Camilo de Melo

A PARAÍBA NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Brasília
2025

SENADO FEDERAL

Edições do Senado Federal, vol. 344

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Revisão: Lenita Cunha e Silva

Secretaria de Editoração e Publicações
Diretor: Rafael André Chervenski da Silva

Coordenação de Pré-Impressão
Coordenadora: Tatiana Nassif Derze

Serviço de Formatação e Programação Visual
Chefes: Eduardo Franco, Leonardo Matoso e Rodrigo Ribeiro
Projeto gráfico: Eduardo Franco
Diagramação: Cintia Barbosa e Eduardo Franco
Capa: Vanessa Rodrigues e Leonardo Matoso

Serviço de Controle da Pré-Impressão
Chefes: Claudio Portella e Moisés Nazario
Revisão técnica: Bárbara Tavares

Imagem da capa: Casarão José Rufino, na cidade de Areia (PB), um dos pontos de conflagração do movimento na Paraíba. Fotografia: Gilberto Batista.

Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº
CEP 70165-900 — DF

Organização e revisão: Cristiano Ferreira

cedit@senado.leg.br
https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1

Melo, Josemir Camilo de.
A Paraíba na Confederação do Equador / Josemir Camilo de Melo. — Brasília : Senado Federal, 2025.
224 p. — (Edições do Senado Federal ; v. 344)

Publicação para a celebração do bicentenário da Confederação do Equador no Senado Federal, realizada com o apoio da Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador.
Inclui notas explicativas, bibliográficas e bibliografia.
ISBN: 978-65-5676-618-8

1. Confederação do Equador (1824), história. 2. Brasil, Região Nordeste, história. 3. Movimento de independência, Paraíba, séc. XIX. 4. Movimento político, Paraíba, séc. XIX. I. Título. II. Série.

CDD 981.04

Ficha catalográfica elaborada por Alessandra Marinho da Silva – CRB-1 2102

Assim ficará para o anno 2024, para o segundo centenário, a verdadeira sagração dessa jornada exclusivamente nossa, genuinamente parahybana, que não veio no roldão das sugestões recifenses.
(Coriolano de Medeiros. A Commemoração de 24 de maio.
O Jornal, (Paraíba) de 27 de maio de 1924, p. 6.

Sumário

Agradecimentos da Comissão

A Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador — CTI200CONFEQ agradece às autoras, aos autores e aos organizadores que colaboraram para a nossa coleção de publicações, lançando renovada luz sobre os acontecimentos revolucionários de 1824 e seus desdobramentos. Destacamos as contribuições de André Heráclio do Rêgo, George Félix Cabral de Souza, Josemir Camilo de Melo, Júlio Lima Verde Campos de Oliveira e Marcus Joaquim Maciel de Carvalho.

Diversas instituições contribuíram para a realização dos objetivos dos trabalhos para a celebração do bicentenário da Confederação do Equador no Senado Federal.

Em Pernambuco: Academia Pernambucana de Letras; Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE); Casa da Cultura de Pernambuco; Comissão das Atividades Comemorativas ao Bicentenário da Confederação do Equador do Governo do Estado de Pernambuco; Companhia Editora de Pernambuco (CEPE); Escola Judicial de Pernambuco (ESMAPE); Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); Grande Loja Maçônica de Pernambuco; Grande Oriente do Brasil em Pernambuco (GOPE); Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP); Memorial da Justiça (Tribunal de Justiça de Pernambuco); Museu da Cidade do Recife; Museu do Estado de Pernambuco (MEPE); Museu Militar do Forte do Brum; Museu Murillo La Greca; Universidade Católica de Pernambuco (Unicap); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Rural de Pernambuco (UFRPE) e Vice-Governadoria do Estado de Pernambuco.

No Ceará: Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo; Centro Cultural Mercado Eufrásio Barbosa; Forte de Nossa Senhora da Assunção — Comando da 10ª Região Militar; Governo do Ceará; Instituto do Ceará — Histórico, Geográfico, Antropológico; Museu do Ceará; Secretaria de Cultura do Governo do Ceará; Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf); Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC).

Na Paraíba: Assembleia Legislativa da Paraíba; Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP); Museu Histórico de Campina Grande; Uni-

versidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Campina Grande (UFPB).

No Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Instituto Moreira Salles; Paço Imperial e Palácio Tiradentes.

Agradecemos também aos integrantes do Gabinete da Senadora Teresa Leitão: Ana Maria Leonardi, Alessandra Aparecida Garcia, Camilla Rosa Soares Campos, Carlos Augusto Abicalil, Erika Leal Mello, Hugo Ferreira Rodrigues, Jaqueline Lira Barbosa, José Aparecido Maurício de Santana, Maria Corina David de Moraes Klautau, Maria Vitória Oliveira Freire, Mariana Farias Leal, Pedro Luiz de Souza Campos Prado, Thássia Azevedo Alves e Walisson Maurício de Pinho Araújo.

Nossos penhorados agradecimentos à Secretaria-Geral da Mesa, à Secretaria de Comissões e aos integrantes da Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito: Antonio das Dores Pereira da Silva Neto, Breno de Lima Andrade, Keny Cristina Rodrigues Martins, Lenita Cunha e Silva e Victor Ramon Gonçalves Ferreira.

Destacamos ainda nossa gratidão a Dario Alberto de Andrade Filho, José Dantas Filho e Vinícius Machado Calixto, da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Os trabalhos de divulgação do Bicentenário da Confederação do Equador não teriam o mesmo alcance sem o apoio da Secretaria de Comunicação do Senado Federal, em especial da TV Senado, a quem agradecemos nas pessoas de Argemiro de Figueiredo Neto, Diana Rocha Svintiskas e Glauciene Diniz Lara.

Registramos nosso reconhecimento ao corpo técnico da Diretoria-Geral do Senado Federal, representado por Ilana Trombka, e o da Secretaria de Editoração e Publicações, sob a direção de Rafael André Chervenski da Silva.

Um agradecimento especial ao escritor Luiz Cláudio Aguiar e a Marcia Angela da Silva Aguiar, presidenta da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Menção honrosa aos cinco pesquisadores ligados à Universidade Federal de Pernambuco que colaboraram intensivamente com a consecução de alguns dos produtos desta Comissão: professores George Félix Cabral de Souza e Marcus Joaquim Maciel de Carvalho; e mestrandas Giovanna Gouveia Garrett, Letícia Serrano Marinho de Araújo e Maria Andreza Ferreira.

Prefácio

Ainda em dezembro de 2023, instalou-se no Senado Federal a Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador. O Senado, Casa da Federação, é o locus ideal para reavivarmos a memória desse movimento fundamental na construção de identidades, restabelecendo a verdade histórica sobre suas reivindicações.

A historiografia tradicional do Império nos falava de um movimento de cunho separatista, muito distante de seu real conteúdo político, focado na proteção das liberdades individuais e na luta por uma sociedade mais justa. Propunha-se uma nação que deveria ser fundada, no momento de Independência do Brasil, no respeito à autonomia política e econômica de suas partes constituintes e à vontade soberana do povo.

Lutou-se, principalmente, contra o autoritarismo de dom Pedro, responsável pelo fechamento à força da Assembleia Constituinte em 1823, e contra o centralismo político do Império proposto pelas elites presentes nas províncias próximas à capital, aliadas ao Imperador.

Existe toda uma nova historiografia, produzida a partir de fontes históricas e abordagens modernas, que descarta de forma contundente o viés pretensamente separatista dado pela interpretação tradicional. Seja nos escritos de Frei Caneca, principal pensador do movimento, seja na proclamação da confederação, fica claro o convite à adesão de todas as outras províncias do Brasil.

Da mesma forma, a documentação mostra hoje uma participação ampla de diferentes grupos sociais — mulheres, negros, indígenas, intelectuais, militares, religiosos, proprietários rurais, entre outros — que dá ao movimento uma insuspeita abrangência que ultrapassa os limites das elites latifundiárias que dominavam o país.

Cabe à Comissão ajudar a difundir essa nova historiografia, razão pela qual foram selecionadas as obras que compõem esta coleção.

Grande parte dos trabalhos, apresentados na forma de livros completos ou artigos, está sendo publicada pela primeira vez. Mas a coleção também

oportuniza republicações de textos centenários, impedindo que sejam esquecidos no tempo.

Aos leitores desta coleção, desejamos que os conhecimentos proporcionados despertem um sentimento de pertencimento, principalmente ante o fato de que vários dos temas colocados em pauta, há 200 anos, pelos participantes do movimento, mantêm um caráter ainda atual.

Democracia, participação, autonomia dos entes federados, justiça social, liberdades básicas individuais, combate ao autoritarismo e à desigualdade são elementos muito caros à construção e manutenção da nossa sociedade.

A derrota da Confederação do Equador pela via militar e, mesmo, o sistemático apagamento de suas principais lideranças foi incapaz de fazer sumir suas propostas, desde então definitivamente incorporadas à nossa história.

A todos, uma boa leitura

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão Temporária Interna
em Comemoração aos 200 anos da Confederação
do Equador — CTI200CONFEQ

Apresentação

O livro de Josemir Camilo apresenta uma revisão fundamental, que busca corrigir distorções e combater o que o autor classifica como "subcolonialismo" na produção acadêmica sobre a Confederação do Equador. A partir de uma revisão historiográfica robusta e de análise crítica de fontes primárias, o autor propõe desmistificar as narrativas sobre o caráter separatista do movimento, estabelecido de maneira preponderante pela historiografia sudestina, e critica a "historiografia ufanista pernambucana", que minimizou a participação paraibana e suas lideranças no movimento.

Com uma linguagem acessível e, ao mesmo tempo, engajada, o autor busca reparar o que ele apresenta como uma injustiça histórica. Ao expandir o movimento da Confederação do Equador para além dos limites temporais estabelecidos pela historiografia pernambucana, o autor nos mostra como eventos no território paraibano (como a eleição de Félix Antônio Ferreira de Albuquerque e a Batalha do Riacho das Pedras) foram gatilhos cruciais para as lutas confederadas do Norte do Brasil.

A forte crítica historiográfica e a abordagem propositiva de interpretação e recontextualização do papel da Paraíba na Confederação do Equador traz elementos que mostram a complexidade política do movimento, mostrando seu caráter multifatorial, plurirregional e plurivocal. Nesta obra, a grande protagonista é a Paraíba no movimento que ficou conhecido como Confederação do Equador. A obra, porém, não deve ser interpretada como uma construção de uma narrativa regional e regionalista que poderia reforçar o que o autor chama de "Paraibanidade".

Este trabalho pode e deve ser interpretado como um esforço genuíno de uma História Nacional diversa, com múltiplos protagonistas e descentralizada. Ao reafirmar o papel da Paraíba e de suas lideranças no complexo cenário da Confederação do Equador, o autor nos provoca sobre todos os outros apagamentos e silêncios do passado.

Lenita Cunha e Silva
Historiadora e revisora da obra

Agradecimentos do autor

Agradeço ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Jean Patrício da Silva, por apostar nas propostas de celebração do Bicentenário da Confederação do Equador na Paraíba; ao confrade do IHGP, ilustre Desembargador Rogério Fialho, incansável batalhador pelo reconhecimento da participação da Paraíba no processo republicano de 1824, por trazer a Comissão extraordinária do Senado para as Comemorações do Bicentenário da Confederação do Equador e fazer o reconhecimento da Paraíba na Confederação do Equador; ao confrade Flávio Ramalho Brito, grande entusiasta dessas manifestações, bem como por dividir comigo uma Mesa de palestras em Itabaiana (PB), sobre a batalha do Riacho das Pedras; à professora da rede estadual e municipal, Andreza Rodrigues dos Santos, atuando em Pilar e Itabaiana, vibrante munícipe a defender o protagonismo de Itabaiana, através do seu vídeo sobre a referida Batalha, e pela entrega em trabalhar com a referida Comissão, *participando da audiência pública liderada por essa Comissão*; à equipe desta comissão vinda de Brasília, agradeço a todos e todas nas pessoas de Lenita Cunha e Silva e Vinicius Machado Calixto, por acreditarem em nosso potencial histórico-memorial; ao senador Efraim Moraes Filho, pelo empenho em trazer essa equipe e abrir solenemente os trabalhos do IHGP.

Agradeço ao confrade do IHGP, Thomas Bruno, por sua participação na Comissão da Casa e nos trabalhos das comemorações de recepção da Comissão do Senado; ao historiador e professor da Universidade Federal da Paraíba, Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa, pela intensa participação na Comissão do IHGP para essas comemorações e por trazer seus alunos para uma palestra exclusiva sobre a Confederação do Equador, na sede do Instituto, e ter participado da Audiência Pública liderada pela Comissão do Senado. Agradeço ainda à professora e historiadora Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano pelas conversas, trocas de informações e pela cessão de sua brilhante tese de doutorado sobre política e famílias em torno de 1817 e 1824 na Paraíba.

Meus agradecimentos ao auxiliar de pesquisas do IHGP, Elyvelton Yure Pessoa da Silva, pela sessão dos textos digitalizados; à revisora Janice de Oliveira da Silva, pelo pronto acolhimento deste texto, bem como por sua paciência e eficiência estilística.

Agradeço especialmente ao curador do Museu Histórico de Campina Grande, Ângelo Rafael, pelo cenário da cela para um discurso naquela casa que guarda, como relíquia, o espaço em que ficou detido Frei Caneca na noite de 12 dezembro de 1824.

Introdução

> A Paraíba que semelhantemente sacudida desde a dissolução da constituinte pelos tremores da convulsão cívica e animada com instigações e socorros pernambucanos depusera em 21 de julho o delegado do centro (sic) por meio de uma verdadeira coação moral, abrindo destarte livre campo à revolta, um momento triunfante e sustentada mediante a intervenção do Manuel de Carvalho teve de seguir o Ceará na sua desventura. (Oliveira Lima, 1975, 2ª ed., p. 293.)[1]

O presente livro pretende corrigir uma distorção não só na historiografia sobre o século XIX, como na ideologia subjacente de subcolonialismo exercido por estudiosos tanto do sul quanto de polos nordestinos, como Recife e Fortaleza, com seus Institutos Históricos e "satélites" — para usar um termo em voga na primeira metade do século XIX — como a maçonaria, a Igreja, a Faculdade de Direito e o Diário de Pernambuco, que parecem atentar para apagar o papel histórico que teve a Paraíba no cenário da revolução republicana denominada Confederação do Equador. Pretendo reparar uma injustiça causada pela historiografia ufanista pernambucana, que, de certo modo, marginalizou a participação de outras províncias, especialmente a Paraíba, na Confederação do Equador, como o epitáfio acima, extraído da obra do grande Oliveira Lima.

Antes de penetrar na senda do texto e para justificar esta revisão historiográfica, devo questionar o que vem sendo o fato histórico e discursivo Confederação do Equador, pois, se tomarmos unicamente os eventos a partir de 2 de julho de 1824, teremos pouco mais de 4 meses de agitação política e guerra, sendo que, nesse período, em Pernambuco, só teríamos algo em

---

[1] "Não constitui ele uma história de Pernambuco pacientemente investigada, esquadrinhada nos seus acontecimentos menos importantes, corrigida em datas e cifras mediante documentos desconhecidos: pretende singelamente ser o quadro da nossa evolução política e social, nos quatro séculos de história que contamos..." (...). Berlim, 29 de junho de 1893 (M. de Oliveira Lima) (1975, 2ª edição).

torno de 74 dias de comando carvalhista e o restante consistiu em fugas desbaratada, alguns combates e mortes. E isto, se levássemos para o Ceará, outra província vítima do bairrismo de alguns historiadores pernambucanos, onde o movimento teria terminado em 29 de novembro, com a rendição das tropas pernambucanas e paraibanas, comandadas pelo sargento-mor de Areia, Paraíba, Félix Antônio Ferreira de Albuquerque. Se considerarmos o período do comandante desde sua aclamação, em 5 de maio de 1824, como presidente temporário da Paraíba, até sua rendição, em 29 de novembro, no Ceará, essa conflagração liberal durou 208 dias.

O que foi a Confederação do Equador deflagrada em Pernambuco em 2 de julho de 1824? Ela não existe como fato histórico, ou o que se toma como seu tempo dura cerca de 73 dias (período da fuga do presidente Manoel de Carvalho e dispersão das tropas), o que leva os historiadores a descartarem eventos anteriores ou a considerá-los apenas como indícios e precursores. Fica claro, a partir da leitura de Brandão (1924), que o que a incorpora são dois eventos anteriores ao 2 de julho: 1) o manifesto dos deputados constituintes contra o fechamento da Assembleia Constituinte na Corte, entre 10 e 13 de novembro de 1823; 2) a rejeição aos presidentes nomeados pelo Imperador. Um terceiro evento é a própria Proclamação da Confederação do Equador, ocorrida com o abandono pela Corte diante de uma suposta invasão de tropas portuguesas. Estes três "caputs" encerram, em si, o que ocorreu nas províncias vizinhas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, e parcialmente, em Alagoas e Rio Grande do Norte, desde a chegada dos deputados cassados, em 13 de dezembro de 1823, ao Recife, até o 29 de novembro de 1824, com a prisão da tropa confederada, no sudeste do Ceará: isto constituiu o "fato histórico" Confederação do Equador. Então, é sob esta concepção, que coloco a eleição de um presidente provisório no interior da Paraíba, em 5 de maio de 1824, e a subsequente batalha do Riacho das Pedras, em Itabaiana, em 24 de maio, como detonadores das lutas confederadas (republicanas?) no Norte do Brasil. Este ato é o primeiro gatilho para a convocação da Confederação.

O segundo gatilho vem da oposição ao imperador à nomeação de pre-

sidentes provinciais, de acordo com o decreto de 20 de outubro de 1823[2] utilizado por D. Pedro antes de a Constituição ter sido aprovada nacionalmente, e que introduzia o regime de Presidentes de Província, visando centralizar o poder em suas mãos. Isto desfalcava as Províncias do espírito do vintismo, de suas eleições de paróquias e comarcas para escolher seus dirigentes, como no período recente, quando toda a sociedade se manifestava em favor de nomes para formar Juntas provisórias. Este ato é o segundo elemento que comporá a ideia de uma Confederação.

O terceiro gatilho, que provoca diretamente a Proclamação da Confederação, não é, imediatamente, ideológico, mas acidental, tendo uma causa fictícia que catapultou as províncias do Norte para uma rejeição coletiva à política imperial: o abandono, a partir de junho, da defesa nacional devido a uma *fake news*: a invasão das tropas portuguesas ao norte do Brasil.

Pode-se admitir um quarto gatilho, que tem por liderança o discurso canequiano emitido em junho: o não aceitar a Constituição outorgada por D. Pedro.

*

A historiografia paraibana em torno de 1824

A historiografia pernambucana, com exceção de Ulysses Brandão (1924), que dedicou da página 297 a 309 à "Parahyba do Norte", parece não ter dado valor à participação da Paraíba na Confederação do Equador, apesar de, como se observada na colocação que abre este texto, de Oliveira Lima. Claro, há que descontar que "Pernambuco, seu Desenvolvimento Histórico" foi escrito como ensaio, sem maiores pesquisas em arquivos e, ainda, no final do século XIX. Não se pode levar em conta a proeminência do discurso político — a Proclamação da Confederação, em si — como plataforma

[2] Lei de 20 de outubro de 1823. Dá nova forma aos Governos das Províncias, criando para cada uma delas um Presidente e Conselho. A questão pode não ser tanto a data da lei, mas daquela em que começou a nomear os presidentes — 20 de novembro de 1823 - exatamente, com a Assembleia fechada. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/anterioresa1824/lei-40978-20-outubro-1823-574639-publicacaooriginal-97736-pe.html.

ideológica, imaginário, ações, mesmo que confusos esses itens, sem analisar a participação da Paraíba na campanha pelos sertões, envolvendo tropas confederadas pernambucanas e paraibanas. Se Pernambuco ofereceu a ideia de uma Confederação das províncias do então Norte, não teve, no entanto, nenhuma grande liderança na campanha por terra da resistência em fuga do grosso do exército confederado, que, segundo se pode ler em Caneca, teria chegado a cerca de três mil pessoas, entre tropas, paisanos e famílias.

Antes de prosseguir este relato e crítica, é bom que se saiba da origem do conceito de Confederação do Equador, consubstanciado muito mais pela historiografia a serviço do discurso de um Pernambuco, que havia perdido sua hegemonia com a mudança do produto básico que sustentava a riqueza da colônia, Reino Unido e província. No sistema colonialista de exportação de matéria-prima, o porto de Pernambuco fundou uma recificidade (data vênia) e um discurso "patriótico" para não reproduzir, aqui, o nativista. No novo sistema nacional, Pernambuco recusou-se a alimentar a corte madrasta no Rio, mas a nova nação tinha outro produto básico: o café, e uma elite latifundiária brejeira de antigos pés-rapados, agora senhores bajuladores do pequeno príncipe maquiavélico. O Pernambuco de base na bagaceira vai perder força com o novo arranjo. E a força será reconstruída, uma meta narrativa começará a ser escrita à medida que se perde o poder hegemônico das elites exportadoras e compradoras de homens e mulheres. A historiografia que se escreve no século XIX visa criar um mito, sem mais confrontar o Poder Central, como ocorreu até 1848. Contudo, esse mito necessita de sangue, e motivos políticos não faltarão para a facção pernambucana gritar contra a hegemonia cafeeira e pecuarista do sul. É o pacto de não-agressão firmado sub-repticiamente entre a elite pernambucana e a visita do Imperador, com a subsequente fundação do IAHGP, este para bradar bem alto, acima dos altos coqueiros, o Pernambuco nativista e revolucionário.

Não se precisa ir longe, basta a fundação de uma releitura de Ulysses Brandão, em 1924, onde se refunda o discurso "nativista", já desmontado por Evaldo Cabral de Mello, com o seu O Negócio do Brasil. No discurso nativista, até mesmo uma posição de um Pernambuco-capitão-mor contra outras capitanias do Norte, entra no discurso como protocomandante real(ista), claro, por suas elites políticas, militares e religiosas de Portugal e seus

prepostos brasilienses. Daí o exclusivismo do discurso da pernambucanidade, ainda a serviço da corte portuguesa; só mesmo em estado de rebelião, as capitanias do Norte poderiam se assujeitar da situação. Isto foi 1817, com uma revolução republicana, que a historiografia paraibana (pelo menos, esta, se recusa a pernambucanizar 1817, republicanando-a), como ideologia, e não como nativismo, raiz, pernambucanidade. Afinal, se fossemos catar heróis e mártires e presos políticos, teríamos uma variedade de procedências, como o padre Manoel Arruda Câmara, da Paraíba (pernambucanizado por Pereira da Costa) e o capixaba Domingos José Martins, o português Felippe Menna Callado da Fonseca, o padre goianense vigário no sertão do Rio Grande do Norte, João Barbosa Cordeiro, a família Alencar, no Ceará, para indicar que 1817 era um movimento ideológico — republicano — e não e só, meramente, pernambucano.

Tudo isto é assacado à presente ideologia de uma Confederação unicamente liderada do começo ao fim pela pernambucanidade, deixando de lado onze meses de autêntica republicanidade, como ocorreu no Ceará (de 8 de janeiro a 31 de outubro), por lideranças que não se escondiam sob a capa de outros adjetivos, como patriotas e liberais, mas sim, do começo ao fim, de "republicanos".

Como veremos no desenvolvimento dessas leituras, Pernambuco abdicou cedo de liderar a Confederação do Equador, em 12 de setembro, com a fuga do presidente Manoel de Carvalho Paes de Andrade, o que nos dá apenas 71 dias de liderança, a partir de 2 de julho. Mas quem comandou, a partir dessa desistência, as tropas confederadas para se juntarem aos republicanos cearenses? Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, o presidente temporário da Paraíba, permaneceu no comando das tropas paraibanas e depois, em conjunto, das pernambucanas, entre 5 de maio e 19 de novembro de 1824, quase sete meses de liderança entre fugas, ataques e defesas pelo interior de quatro províncias. A historiografia pernambucana silencia e salta o tempo, apenas para santificar seu herói maior, Frei Caneca. Faz questão de até ignorar os escritos de Caneca, que mostram quem liderou a coluna confederada de pernambucanos e paraibanos de Goiana até a Fazenda Juiz, no sudeste do Ceará, foi o sargento-mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque.

*

Infelizmente, as fontes históricas são, não só poucas, como controversas a respeito deste grande comandante revolucionário, Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, inclusive causadas por um próprio descendente do ramo da sua sogra (Lins), como denunciou o historiador areiense Elpídio de Almeida, em artigo para a revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). A produção da memória do Centenário da Confederação, em 1924, resultou em alguns pronunciamentos biográficos, como o de J. Ávila Lins sobre Félix Antônio, bem como em homenagem a Veiga Pessoa (sem autor), na Revista Era Nova (Paraíba, 1924). Essa memória também foi alimentada pelo Arquivo Nacional, à época dirigido pelo paraibano João Alcides Bezerra Cavalcanti, que escreveu o artigo A Parahyba na Confederação do Equador, como introdução àquele volume de documentação sobre a participação da Paraíba na revolução, com o intuito de contestar opinião do historiador João Ribeiro (BEZERRA, João Alcides Cavalcanti. Rio de Janeiro: Archivo Nacional, Vol. XXIII. 1925).

Nesta abertura que faz dos trabalhos de arquivo da Confederação, a transcrição que Cavalcanti segue é do "ilustre oficial do nosso Exército major J. Ávila Lins[3] (que) publicou no Almanach do Estado da Parahyba, uns dados curiosos do malogrado Félix Antônio, os quais são abaixo transcritos" (1925, p. XXXIX).

No entanto, Cavalcanti também se utilizou do texto, "o qual nos foi transmitido por nossos maiores" (p. XL), mas começa com informação errada, dizendo que Félix era natural de Areia e casado com Maria do Nascimento Lins de Albuquerque (ora, esta era sua sogra!); em seguida diz que Félix seguiu com sua família para Goyaninha, no Rio Grande do Norte, quando foi para a povoação de Goianinha, da vila de Goiana, em Pernambuco. Diz que sua fuga da escolta que os mantinha aprisionados na

---

[3] O engenheiro José D'Ávila Lins (Areia, 26 de fevereiro de 1894 - João Pessoa, 27 de janeiro de 1978) era filho de Remígio Veríssimo d'Avila Lins e Olindina Miguelina d'Ávila Lins. Foi Deputado Estadual, Deputado Federal, prefeito da capital do estado da Paraíba durante o Governo de João Pessoa. Foi também membro do IHGP.

condução para o julgamento em Pernambuco, ele fugiu na noite de 15 de novembro de 1824 (quando, segundo Frei Caneca, sua fuga se deu no dia 16 de dezembro). A partir daí, o historiador não tem segurança quanto às informações sobre sua vida fugitiva. Ao acreditar em sua narrativa, Félix teria ido para sua propriedade, o Oratório, "distante duas léguas de Pedra de Fogo (*Idem*), que, segundo ele foi obtida por sesmaria concedida pelo então governador português da província da Paraíba, Joaquim Rebello da Fonseca Rosado. A propriedade, de fato, era do seu cunhado, Francisco Antônio Cabral de Vasconcelos.

O primeiro esforço de interpretação do ideário do IHGP foi lançado em 1996, como um ensaio monográfico, pela professora Margarida Maria Santos Dias "*Intrepida ab Origine:* o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local (1905-1930), a partir de sua própria experiência em sala de aula. Nessa dissertação de mestrado, agora livro, apresentado por nada menos do que o historiador Carlos Guilherme Mota e apoiado pela historiadora Joana Neves ("orelha" do livro), a autora perfeitamente inserida em um quadro de uma historiografia crítica (marxista? — reverencia e referencia Antonio Gramsci), questiona a produção historiográfica do IHGP, que nasceu sob a hegemonia do pensamento político do republicanismo, quase em contraposição ao IAHGP, que surgiu, digamos, nas mesmas circunstâncias, mas dentro do quadro do pensamento monarquista.

A paraibanidade, evocada pela autora, consta do espírito do IHGP, como uma busca de constituir uma identidade distinta de Pernambuco, inclusive rebatizando 1817 como uma revolução republicana, e não apenas pernambucana. A crítica da autora recai sobre a composição ideológica do corpo do Instituto, eclético e, como adiante explicitado, republicano, quase como se pudesse traçar um limite entre o barão de Abiaí e o republicano Aristides Lobo.

A formação ideológica e discursiva do IHGP passa por enfatizar uma paraibanidade civil e militar, mas republicana, germinada também sob os efeitos da guerra contra o Paraguai, pela campanha republicana, cujo ícone pode ser o áulico (*et pour cause*) paraibano Pedro Américo e sua rápida conversão ao republicanismo. Mas, e principalmente, o surgimento de paraibanos em comando, como o general paraibano Almeida Barreto na

Guerra contra o Paraguai, e no campo político, o militante republicano Aristides Lobo.

Esta arrumação da causa ideológica, ou melhor, identitária, ainda privilegia uma imagem social coletivamente falsa, a paraibanidade. Ou seja, briga-se com os vizinhos ou com o "centro" nacional, apagando as diversidades sociais, trabalhistas e culturais (tanto em termos de manifestação como de aquisição, e de identidade). No entanto, o IHGP, na primeira metade do século XX, tentou constituir a paraibanidade como a afastar os grilhões do colonialismo português (e do subcolonialismo pernambucano).

No caso desta pernambucanidade, não se trataria, até de identidade como uma noção abstrata, mas, inclusive, de cultura material e, aqui, incluindo os meios de produção. Pernambuco não se fez por si mesmo, é cria histórica do colonialismo português em sua fase capitalista mercantilista, assim como da fase nacionalista, da criação de uma identidade nacional, mas sem descartar a forte influência de base material no nascimento do capitalismo industrial. Pernambuco, sem porto, não seria Pernambuco. E este porto, mesmo hoje, sem o quadro de país eminentemente exportador de produtos agrários, da divisão internacional do trabalho, não tem mais o peso e a importância do que fora no século XX. Portanto, a vinculação do espaço da Paraíba no contorno do único porto viável ao sistema mercantilista de produtos agrários, não significa hegemonia da identidade pernambucana. Esta só teve força física (produtiva e repressora?) como preposta do colonialismo ("capitanias anexadas à Pernambuco...); e, após esse sistema (modo de produção/circulação), devido à força emanada do seu porto, foi utilizada ainda e principalmente pela mesma razão da dominação geográfica dos veículos de transporte de mercadorias, gentes, livros e ideias. Na primeira metade do século XIX, em Pernambuco, quem comanda as agitações, as ideias e as revoluções é o mesmo porto que recebe e aprisiona milhares de trabalhadores extraditados da África e, na segunda metade, recebe investimentos estrangeiros para os aprimoramentos modernos de produção e os de modernidade urbana e cultural.

Este pequeno desvio de raciocínio indica que a tal pernambucanidade não é uma invenção, mas uma construção ideológica de uma certa "casta", que perdeu o poder açucareiro e militar, de preposto do colonialismo e que

fará de tudo para estender o tapete ao Imperador após passar de 1817 a 1848 tentando erigir essa identidade, a ponto de exportar alguns signos por meio de gente de outros recortes regionais. Este lócus será a Faculdade de Direito (1827), e sua voz será o Diário de Pernambuco (1825).

Buscar uma identidade particular (provincial, estadual, municipal) é estar enquadrado numa lógica apenas e superficialmente moderna. Quando Pernambuco reivindica a Insurreição Pernambucana contra os holandeses e a proclama a vários ventos (Maçonaria, Igreja, Diário de Pernambuco, Exército, Faculdade de Direito e IAHGP), ela o faz tão conscientemente (pelas elites) que não investiga, como bem fez Evaldo Cabral (O Negócio do Brasil), que tal insurreição não tem nada de nativismo; foi, talvez, um tiro no pé. Pior ainda é reivindicar 1711 como nativismo. O que de nativismo há nesta convulsão política armada e qual o lucro? Qual é a consciência vitoriosa: a olindense de elite, de ascendência portuguesa, ou a recifense comercial e de ascendência também portuguesa e de outra elite? Pulando mais, o que tem 1848 de revolução e o que tem a Paraíba a ver com uma briga de militantes pernambucanos dos partidos Liberal e Conservador? Só porque um paraibano, formado na célebre Faculdade de Direito, que era juiz e delegado numa cidade do interior da Paraíba (Areia), pegou em armas?

Deixaremos de apurar esta discussão para afirmar que tais parâmetros não resistem a críticas internas e nem deveriam ser copiados como exemplo de narrativa de sujeitos históricos. Querer construir uma certa paraibanidade em cima de André Vidal de Negreiros para se "igualar" a Pernambuco ou, este, juntar "representantes" étnicos para forjar uma identidade pernambucana e uma sub-ideologia "nativista", daí um exército (naquela época!) e uma identidade dominante regionalmente é um negócio de elite. Não nos preocupemos, pois, se a "massa" de cidadãos e trabalhadores não corresponder!

*

Tem sido pouca a produção historiográfica sobre as lutas confederadas de 1824 na Paraíba se comparada àquela ocorrida em Pernambuco e no Ceará. Em Pernambuco, prontifica-se uma arrojada monografia com a já histórica "A Confederação do Equador", de Ulysses de Carvalho Brandão,

editada na passagem do centenário da Confederação, 1924. A bibliografia produzida pelo IAHGP (fundado em 1862, três anos após a visita de D. Pedro II a Pernambuco) é vasta. É também larga a produção historiográfica no Ceará em torno da Confederação. O movimento teve lá caráter épico mais forte entre as três províncias de destaque nesta comoção política no antigo Norte, hoje, classicamente, Nordeste. A produção cearense se deu no âmbito do Instituto do Ceará, com sua prodigiosa Revista de História, à guisa do que se produziu em Pernambuco, pelo IAHGP. Ambas as instituições comemoraram o centenário com seminários, intercâmbios, reprodução historiográfica e memorialística. Até mesmo o Estado do Pará, através do seu Instituto Histórico e Geográfico[4] deixou sua contribuição historiográfica modesta na passagem do centenário.

Na Paraíba, entretanto, o movimento confederado e republicano parece ter tido menos acolhida na historiografia produzida em sua capital, além de ter tido pouca participação nos embates armados de 1824, devido à forte intervenção da presidência imperial de Felipe Neri Ferreira. Os embates militares e as campanhas de ocupação de espaços territoriais foram tentados, mas alguns foram contidos por conchavos e propostas de convenções, enquanto todo movimento revolucionário em vilas do interior, e não na cidade da Paraíba.

Acredita-se que a ausência de participantes da capital paraibana no movimento republicano e a adesão de suas elites ao Imperador e à Constituição outorgada tenham levado a cidade a não ter protagonismo nos embates da campanha bélica, a não ser superficialmente e em poucas ações políticas. Isso fez com que não se constituísse na capital um sujeito histórico, uma memória histórica, uma epopeia de membros da elite social e política da cidade, de forma que sem essa participação na história, do lado do rompimento, da revolução, daquele passo revolucionário que a humanidade acredita que dar em determinados momentos de rompimento com a ordem estabelecida, sem

[4] RIBEIRO, M. Braga. A Confederação do Equador no Pará. Revista do Instituto Histórico e Geographico do Pará, em 2 de julho de 1924. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader/cache/38188003103274/100000001-2-0-002565-001884-005835-004285.JPG

essa consciência e, muito pelo contrário, com consciência negativa frente a esse fenômeno, ou seja, de que a elite teria ficado ao lado do status quo, da manutenção da ordem ou do que se entende como mudança histórica, a elite citadina nunca cultivou uma memória épica em torno do episódio histórico de 1824. Muito pelo contrário, há uma tentativa de criação desse novo sujeito histórico: uma paraibanidade interiorana, de extração agropecuária, talvez de maneira inconsciente, na abertura da publicação da conferência do Dr. J. C. de Carneiro Monteiro, em 24 de maio de 1911, onde consta: "Aos heróis de 1824, aos municípios de Areia, Campina Grande, Pilar, Itabaiana e São João do Cariri (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, nº 2, 1911, p. 41-58).

Assim é que, tomando-se como parâmetro a republicanidade da política social, as elites paraibanas ficaram a reboque do centralismo burocrático e armado da política imperial, usufruindo das benesses do poder e representando o mando reacionário, não só durante toda a dinastia de Bragança, mas participando, posteriormente ao Império, do Poder institucionalizado (leia-se Epitácio Pessoa), sem uma autocrítica ao passado, pois também sem instituições que fizessem investigações. Se o IAHGP foi constituído no tempo do Império (inaugurado em 28 de janeiro de 1862, três anos após a visita do Imperador ao Recife), o IHGP nasceu na República, em 1905. Podemos dizer que é daí que nasce uma consciência histórica (republicana) capaz de buscar o papel da Paraíba na revolução paraibana de 1824, começando com o resgate de 1817. O IHGP foi constituído com base na memória do seu maior intérprete republicano, Aristides da Silveira Lobo (1838-1896).

Outro paralelo que se traça sobre o grau de memória cívica da capital paraibana é entre a revolução republicana de 1817 e a Confederação do Equador, em 1824. Em 1817, houve um poder revolucionário nas ruas da cidade da Paraíba, com mártires e, durante a repressão, partes de cadáveres expostas (GURJÃO, 2013; SANTANA, 2022). Em 1824, a capital emudeceu, salvo meia dúzia de abnegados militares e alguns civis que logo foram amordaçados no forte de Cabedelo e, em seguida, perdoados, para reprimir os liberais. O caso emblemático disto é o tenente José da Fonseca Galvão, conhecido como Pastorinha, que, em 1823, provocou um motim nas ruas da capital, chegando a agitar a bandeira portuguesa. Um ano depois,

já promovido a major, comandava um pelotão em perseguição aos liberais confederados pelo interior da Paraíba. Razão, pois, para que a matriz da paraibanidade, que deveria ser a capital, seja silente com a memória republicana que se tentou implantar na Paraíba, sob as botas do Imperador português.

*

O IHGP, buscando representar a virada republicana de 1889, constitui-se como um centro da memória cívica, através de um pequeno dossiê de materiais sobre a Confederação do Equador, publicado por sua revista. Mas, o ponto forte é a brilhante contribuição que veio das mãos de um de seus sócios, o historiador autodidata Irineu Ferreira Pinto, um dos fundadores do IHGP, que, em 1909, lançou o seu Datas e Notas para a História da Paraíba (até aí, só o primeiro volume); hoje, os dois volumes, reeditados pela UFPB em 1977, encontram-se republicados em fac-símile, em 2019, pelo CEJUS — Centro de Estudos Jurídicos e Sociais José Fernandes de Andrade.

Pretende-se, aqui, comentar a curta bibliografia do IHGP em torno de 1824, em quatro esferas: a produção do IHGP, a contribuição de Irineu Pinto e a de Alcides Bezerra, as publicações avulsas quando do Centenário da Confederação do Equador, coroando com a produção acadêmica, dispersa no correr desta narrativa, bem representada por Mariano (2005).

A primeira diz respeito a uma historiografia ufanista, dentro da abordagem historicista e positivista, de artigos e ensaios colhidos na Revista do IHGP, concernentes ao movimento republicano de 1824. A intenção desta historiografia é o resgate ou a afirmação de uma paraibanidade, dentro dos moldes do IAHGP[5], que vai em busca de recursos memorialísticos e historiográficos embalados por um discurso "nativista" a partir da guerra holandesa, tomando como sujeito histórico, no caso da Paraíba o papel de André Vidal de Negreiros, no refrão do nativismo, cujo auge desse discurso

---

[5] Principalmente sob a influência do seu maior historiador, nascido na cidade da Paraíba, Maximiano Lopes Machado, que legou à sua terra uma História da Província da Paraíba, em 2 volumes (mas até 1760, o que destoa do seu título, já que essa data implica apenas em Capitania; a não ser que se tivesse em mente um terceiro volume).

é a reverência aos heróis de 1817. Um clássico exemplo encontra-se em Cavalcanti (1914), que dedica seis capítulos ao período holandês e apenas um ou dois à Confederação.

*

Vejamos alguns artigos publicados em torno do centenário da Confederação do Equador nas Revistas do IHGP[6].

Ainda da produção do IHGP, mas não necessariamente na revista, surgiram na capital algumas publicações de artigos por ocasião do Centenário da Confederação, destacando-se a crítica de Coriolano de Medeiros, pelo silêncio, já àquela época, da memória histórica, cuja manifestação vital não fora gerada na capital.

Em sua sede, o IHGP comemorou a data de 24 de maio de 1924 com uma conferência do bacharelando Elyseu Maul, publicado no jornal A União, em 5 de junho do mesmo ano. De fato, é uma peça curta em informações, num discurso/artigo de duas colunas, em que dois terços delas são

---

[6] Os artigos publicados sobre a Confederação do Equador nas Revistas envolvem também alguns produzidos sobre 1817, principalmente por fazer ligação não só de personagens, como de fatos políticos, como em LOBO JÚNIOR (1946, p. 59-63), com o seu "Aristides Lobo e a Revolução de 1817; o documento("autógrafo")") a "RELAÇÃO dos sequestros feitos aos revolucionários de 1817 pelo juízo do fisco desta capitania" (1910, 133-155); e o artigo de NOVAES, "Apontamento para a História da Paraíba ou Motim de Pastorinha" (1912, p. 113-118). Sobre a Confederação, há o artigo de MONTEIRO, J. C.; "Paraíba na Revolução de 1824" (1911, p. 51-58); temos MEDEIROS, Coriolano "De julho a dezembro de 1824 "(1928, p. 53-56); PINTO, Otávio "O Itinerário do Frei Caneca" (1953, p. 173-175). E, para efeitos comparativos com outras províncias, temos JAGUARIBE, Domingos "A República do Equador no Norte do Brasil (1953, p. 69-90), foi republicada e teve o título alterado para "Notas sobre a República do Equador (1970, p. 103-121). Deste mesmo autor, há, na revista "Notas para a história da república de 1817", nº 12, 1953, p. 53-68. Como seus artigos dizem respeito aos acontecimentos revolucionários ocorridos no Ceará, não comentaremos aqui. O IHGP também publicou a polêmica sobre a biografia do comandante Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, através de ALMEIDA, Elpídio de "Félix Antônio Ferreira de Albuquerque" (1946, p. 47-53), corrigindo distorções de LINS, José de Ávila "Ascendência do Sargento-mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, presidente temporário da Paraíba durante a Confederação do Equador" (p. 181).

de pura retórica e até versos de Castro Alves. As informações são as mesmas já difundidas por pioneiros como J. C. Monteiro, reproduzindo uma curta narrativa sobre um soldado que atacou uma peça de artilharia de um pelotão dando-lhe um golpe que disparou, matando-o (MAUL, 1924, p. 2).

Felizmente, a memória da Confederação se encontra numa posição mais crítica com Coriolano de Medeiros, em seu "De julho a dezembro de 1824", se utilizando do formato crônica. Trata-se, aqui, de "mais este artigo, comemorando o Centenário do movimento paraibano de 1824", do que o autor lera de "algumas páginas da história cearense". Abre sua escrita direto na narrativa historiográfica, parecendo descrever as ações do "sargento-mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, presidente revolucionário", em 2 de julho, no acampamento de Feira Velha, mas é apenas um preâmbulo, pois toda sua narrativa recai sobre o sertão paraibano. Deixa até a Batalha do Riacho das Pedras (de 24 de maio) de lado, onde Félix se tornou temperado nas artes da guerra. O que, até, poderíamos indagar: por que o autor começa sua narrativa em 2 de julho? Quereria marcar fato comparativo ao 2 de julho pernambucano, a Proclamação da Confederação? Sintetiza os fatos, passando a narrar de imediato a situação na fronteira oeste com o Ceará, por onde descia o gado para o Pernambuco revolucionário. Fechada a porteira, o autor faz parada no sertão, narrando as ações desenvolvidas pelos imperiais da Paraíba e das tropas liberais divididas em dois comandos, uma com José Gomes do Rego, Cazumbá e a outra sob o comando de Félix Antônio, que passaram a marchar juntas sob o comando geral de Félix Antônio, principalmente depois da grande derrota dos republicanos cearenses, da tropa do subcomandante Maxi, que perdera 175 homens. Até mesmo a tropa de Filgueiras que veio justiçar as desse subcomandante, foi repelida pelos imperiais da Paraíba, entre esses um líder português Luís da Cunha e, até mesmo, o "irrequieto Pastorinha". Fecha seu artigo, já criticando a falta de iniciativa dos paraibanos sobre o centenário: "Os pósteros, que perdoem a Parahyba de hoje!" (p. 53-56).

Coriolano de Medeiros também deixou contribuição na imprensa paraibana, quando do centenário da Confederação, com o artigo "Revolução de 1824", publicando no jornal do governo, A União, de 5 de junho de 1924. Com o mesmo ensejo, publicou também uma conferência "A Commemoração de 24 de maio", em O Jornal, (Paraíba) 27 de maio de 1924, p.

6. Nesse artigo, que trazia, acima do título, a chancela Instituto Histórico Parahybano (sic), o autor se refere à batalha de 24 de maio, como "a maior pugna que até hoje se verificou na Paraíba", para, em seguida mostrar um ranço de paraibanidade.

Coriolano de Medeiros é o mais sensato dos membros do IHGP, na passagem do Centenário da Confederação, não só por sua repulsa a seguir os ideólogos de Pernambuco, mas como a ver o novo papel das tropas de Félix Antônio. É que no 2 de julho, na Paraíba, tendo este comandante lançado uma Proclamação aos paraibanos com promessas de invadir a capital e derrubar Felipe Neri, ao saber, talvez no dia seguinte, da Proclamação do presidente pernambucano Manoel de Carvalho Paes de Andrade, o presidente temporário paraibano dá uma guinada, como se entendesse que a luta não era meramente provincial.

Interpreta como erro uma cifra dada por Frei Caneca, já que ele "não estava no teatro da luta, escreveu consoante as informações que lhe deram, daí seus equívocos". Isso, a respeito de um total de homens da tropa imperial: "Conta Frei Caneca que as tropas do governo montavam a quinhentos homens, enquanto os revolucionários subiam a dois mil". O texto de Caneca, como se verá mais adiante nesta narrativa, não é muito claro, deixando margem para essa errada cifra. Escreveu o frade: "O corpo de tropas que Felipe Neri tinha em Vila do Pilar, composto de soldados de primeira linha, milícias, ordenanças e quantos assassinos, ladrões e malfeitores havia nas cadeias da cidade, que todos podiam chegar a 500 pessoas (...)" (2001, p. 460-461). Há duas interpretações possíveis: uma técnica e outra de linguagem. A técnica é que um corpo militar de 1ª linha (exército) em combate como esse era formado por vários batalhões (de cerca de 200 a 250 homens cada), o que perfazia um total muito maior do que 500 homens; mormente, se se acrescentarem tropas de Milícia e de Ordenanças, esse número chegaria perto de um mil homens. A interpretação, pela parte da linguagem/escrita, é que, depois de "ordenanças" deveria haver uma vírgula para separar o outro contingente, formado por assassinos, ladrões e malfeitores (que) havia nas cadeias da cidade, e que corresponderia a cerca de 500 homens.

Segundo sua leitura dos fatos, Coriolano de Medeiros escreve que, com a renúncia de Felipe Neri, "os revolucionários (da Paraíba) passaram a ser

tropas da **nascente república** (negrito nosso), estacionadas no interior paraibano. *(Idem)* E ainda coroa Félix Antônio como "o maior revolucionário de nossa terra, depois de Vidal de Negreiros".

*

Iniciemos a viagem pela revista do IHGP, tomando como ponto de partida não 1817, mas algo mais perto de 1824, o motim (tentativa de golpe militar) do Pastorinha (tenente José da Fonseca Galvão), que Irineu Pinto chama de "Tumulto de Pastorinha" (1977, V.2, p. 43-48). Em "Apontamento para a História da Paraíba ou Motim da Pastorinha", o bacharel José Ferreira de Novaes parece fundar uma subcorrente discursiva, no meu entender, de tentativa de construção da capital paraibana como sujeito histórico. Digo parece, porque se trata de um raro momento, por não se tratar de um texto autoral, mas de fragmentos narrativos encontrados avulsos na residência do suposto autor, então falecido. Quem faz publicar na revista do IHGP, em 1912, não se identifica, mas já é uma pista para contextualizar o manuscrito, pois, no fim do impresso, deixou escrito, entremeado à narrativa, "o Dr. (Maximiano Lopes) Machado, que residia no Recife, colheu outras informações além das oficiais sobre o general Galvão (aqui, já se tinha informações do papel do personagem, ligado à guerra contra o Paraguai, quando veio a falecer) de parentes deste ali residentes também, e escreveu o Motim do Pastorinha, escrito que remeteu ao Dr. Novaes e este talvez o deixasse em olvido na dobradura da vida mundana" (MORAES, 1912, p. 118).

O texto mistura uma narrativa descritiva, mas, aqui e acolá, com detalhes românticos acerca do personagem e sua família, bem como referências memorialísticas. O suposto autor (Novaes) teria ouvido detalhes históricos do personagem em tela e termina o artigo em estilo de missiva, sem deixar claro quem está escrevendo o desfecho, se Novaes ou alguém do IHGP, que, ao encontrar o material manuscrito, resolveu dar-lhe o formato de artigo.

Um dos estudos pioneiros sobre 1824 se deu por intermédio de CARNEIRO MONTEIRO, J. C. A Paraíba na Revolução de 1824 (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, nº 2, 1911, p. 41-58). Origi-

nalmente publicado em 1911[7], em que se assinou MONTEIRO. M. I. C. Carneiro, trata-se de uma conferência realizada em 24 de maio de 1911, no aniversário da Batalha do Riacho das Pedras, dedicada "Aos Heróis de 1824". Começa com digressão sobre a origem do nome Itabaiana, que diz ser composta por *taba* (morada) e *an* ou *anga*, alma: Itabaiana: morada das almas (*Idem,* p. 43), numa tentativa de dar raízes telúricas ao fato histórico que ali se realizou. Faz um pequeno histórico sobre a evolução do lugar, enaltecendo nomes que, por volta da Independência, fizeram história no "martirológio republicano" (1817). No entanto, parece cometer um deslize em sua interpretação aos olhos da pesquisa atual, pois cita dois (improváveis) mártires: o capitão-mor João Batista Rego e seu filho Manoel Clemente Cavalcanti de Albuquerque (*Idem,* p. 44), se se toma o sentido de "mártir" tanto como vítima fatal, ou até ao que não desvaneceu de suas crenças, pois nenhum dos dois citados correspondem a martirológio algum, no caso específico de 1824, pois estavam exatamente do lado contrário, crença (ideologia) alguma a manter.

Numa ginástica mental forçada, passa em seguida a dizer que a Paraíba acompanhou (não diz como) a guerra dos mascates em 1710, "continua iluminada pelas mesmas aspirações republicanas" (*Ibidem*). Em seguida, dirigindo-se aos itabaianenses, diz que vai narrar os acontecimentos a partir de leituras "das próprias palavras dos mártires nas memórias que deixaram, das tradições orais que chegaram até nós e da grande coleção de documentos oficiais que se encontra no 2º volume ainda inédito das "Datas e Notas" do historiador paraibano Irineu Pinto que gentilmente me auxiliou em sua consulta". Parte, em seguida, para o estudo das ideias "À luz da filosofia da história as Pátrias Brasileiras começaram a se constituir com a guerra holandesa, e reverenciam André Vidal de Negreiros (novamente, o nativismo à moda pernambucana!). Sem citar a fonte, afirma entre aspas que a Pátria é "o conjunto de famílias vivendo sobe o mesmo solo, ligadas pelo mesmo governo independente, com tradições comuns e concorrendo ao mesmo destino, sob o peso das necessidades criadas pelo passado, pela situação

[7] MONTEIRO. M. I. C. Carneiro. A Parahyba na Revolução de 1824, Imp. Official. Parahyba, 1911.

geográfica e pela natureza do solo". Para incluir a Paraíba no contexto da dissolução da Constituinte, apela para o heroísmo com retórica nacionalista, pois era a capitania da Paraíba que, "com mártires para o cadafalso e heróis para as prisões, mas tinha contribuído para o sustento das tristes glórias dos reis de Portugal". No combate de Itabaiana, os patriotas eram chamados de pés rapados, enquanto os imperiais, de corcundas (*Idem,* p. 45-48).

Cheio de ufanismo, o autor afirma: "Seja como for, o certo é que a 24 de maio de 1824, a honra e as tradições nacionais tiveram em Itabaiana os mais heroicos mártires" (*Idem*, p. 49). A partir disso, narra-se, sem citar a fonte, a bravura de um soldado patriota que se atira contra um canhão, destrói a peça de artilharia e é despedaçado (*Ibidem*). No restante, sua palestra reproduz as informações de Irineu Pinto. E, ao fechar sua palestra, recorre ao sagrado e ao mito: "Glorifiquemos pois os grandes patriarcas que nos conduziram ao monte Sinai (...) e que a Humanidade (sic) possa no futuro, abençoando a grandeza de nossos filhos, repetir frase do maior dos poetas brasileiro; "Vejo um povo de heróis!" (*Idem,* p. 58).

A historiografia sobre o movimento de 1824 também tem a busca, mesmo que de forma indireta, em estabelecer laços e memórias familiares, como F. J. da Silveira Lobo Júnior em seu artigo Aristides Lobo e a Revolução de 1817, em busca de seu ancestral Francisco José da Silveira (mineiro) e Manoel Lobo de Miranda Henriques. Aqui há uma contradição no fazer história, a respeito de 1824. A maior parte da historiografia empirista e positivista concentra-se em 1817, momento em que a capital da Paraíba concorre com seus heróis e mártires pela independência. Quanto a 1824, o fervor historicista freia para não colidir com a criação do Estado nacional (MORAIS, 2003, p. 185), embora Lobo Júnior derrape na definição de 1824 como "**movimento separatista** (negrito nosso) e ter uma conotação mais popular, é colocado como um movimento menor no discurso da unidade do Estado Nacional". Discordamos do autor, pois a Confederação não foi separatista. Este é um pensamento elaborado a partir do Sul, da Corte, absolutistas, requentado pelos saquaremas. Foi um movimento ideológico, republicano, federativo e constitucionalista, que previa a entrada de outras províncias, e não separatista[8].

---

[8] MELO, Josemir Camilo de. Confederação do Equador, 200 anos - Movimento foi

Ainda na revista do IHGP, em formato de crônica e artigo jornalístico, Otávio Pinto resume "O Itinerário do Frei Caneca", tenta lembrar seus leitores da Confederação do Equador, às vésperas de comemorar seus 130 anos. Trata-se da leitura que fez do itinerário do grande pensador e homem de ação, Caneca, já relatando a partir de Poço Comprido, em Pernambuco, deixando a fuga de Olinda até Goiana, de fora desse texto. Um resumo importante, mas meramente descritivo, resumindo a descrição das emoções do frade e outros detalhes da narrativa em ação do "correspondente de guerra", Caneca (data vênia!). Escreve como se fosse um artigo o segundo de uma suposta trilogia, pois não encerra essas três páginas da revista com a descrição da prisão e subsequente caminhada penosa de volta a Pernambuco (1953, 173-175).

Segundo Mariano (2005, p. 29), no geral, o discurso do IHGP se concentrou nas formas de biografia, memórias e palestras, inventando uma identidade local, mas sempre de elite, sob a dicotomia grandes homens/grandes datas. Às vezes, essa construção apaga as contradições, como um Peregrino de Carvalho revolucionário. Depois de aconselhado pelo pai e deposto as armas, mesmo indo preso, no dia 13 de maio de 1817, assina a carta pública de vassalagem ao rei.

O fato de haver parentesco nem sempre as informações procedem, pois algumas devem ter sido veiculadas oralmente através de gerações, mitificando o personagem. É o caso de um ligeiro desvio encontrado no artigo testemunho de Olivina Olívia Carneiro da Cunha, ao contribuir para o conhecimento do ex-deputado constituinte de 1823, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, na revista do IHGP. Entusiasmada com a participação de dois ancestrais na revolução republicana de 1817, comete um deslize ao juntar os primos Carneiro da Cunha[9] no mesmo lado, ao dizer que "Em 1824, a

---

ideológico e não separatista. - 09/11/2024. https://www.opoder.com.br/noticias/20897/confederacao-do-equador-200-anos-movimento-foi-ideologico-e-nao-separatista-ensaio--por-josemir-camilo-de-melo

[9] Não sabemos se este João Nepomuceno Carneiro da Cunha era o senhor de engenho em Igaraçu que, em 1824, apoiou Frei Caneca e os liberais que fugiam da invasão do general Lima e Silva, sem, no entanto, aderir à Confederação (CARNEIRO DA CUNHA, 1968, p. 157-160). O Padre Dias Martins refere-se ao de Igaraçu, em 1817 (MARTINS, 2022,

2 de julho, ele (Joaquim), novamente toma parte ao lado de Estêvão José Carneiro da Cunha" (p. 159), quando, de fato, os dois primos eram adversários. Joaquim era pernambucano e irmão de João Nepomuceno Carneiro da Cunha, de Manoel Florentino (este, que fora enviado em missão de paz ao governo temporário de Félix Antônio (BEZERRA, 1925, p. XVII), e, portanto, estava do lado de Estêvão José Carneiro da Cunha. Um detalhe pouco conhecido do político revolucionário era de que, aos 21 anos, escrevera um soneto contra o general Luiz do Rego Barreto, governador/presidente de Pernambuco.

*

Voltando ao caso de Félix Antônio, seu aparentado pelo lado dos Lins, J. Ávila Lins, comete alguma falácia, sendo reparado pelo sócio do IHGP, Elpídio de Almeida. O major do exército J. Ávila Lins publicou seu artigo "Fragmento Biographico. Félix Antônio Ferreira de Albuquerque", no Almanach do Estado da Parahyba de 1912, e voltou a reproduzi-lo na revista Era Nova[10], em 1924, por ocasião do Centenário da Confederação. João Alcides Bezerra Cavalcanti, ao abrir o volume XXIII da coleção Publicações do Archivo Nacional, em 1925, também o reproduziu. Apesar de ter dito nesse momento que o major publicara "uns dados biográficos curiosos do malogrado Félix Antônio" não desconfiou e os reproduziu (*Op. Cit.,* p. XXXIX).

No entanto, Ávila Lins comete alguns deslizes, como afirmar que Félix era natural de Areia e, mesmo ao citar uma informação histórica sobre aquisição de terras, onde está dito que Félix era morador (e não natural de); nesta mesma frase, diz que ele se casara com Maria do Nascimento Lins de

---

135). Há um paraibano morador em Taquara (Paraíba), João Nepomuceno da Cunha, em 1817, e que, segundo o Padre Dias Martins, teria se evadido com o amigo Estêvão José Carneiro da Cunha naquele ano (*Idem*, p. 135).

[10] Era Nova, nº 64, Anno IV, 15 de junho de 1924, p. 32.

Quanto a Manoel Florentino Carneiro (sem o Cunha), segundo o Padre Dias Martins, também era pernambucano, radicado na Paraíba, foi preso por ser republicano em 1817 (MARTINS, *Op. Cit.,* p. 118).

Albuquerque. Esta era a sua sogra. No relato da morte do sargento-mor e ex-presidente temporário da Paraíba, que é o ponto central dessa polêmica, o autor parece munido de informações orais e memorialísticas, pois não cita fonte, chegando a citar que após quatro dias do assassinato de Félix, foi concedida anistia aos revolucionários, e o assassino perdeu a recompensa de 4:000$000 (quatro contos de réis). Para reforçar a (talvez) lenda, relata que a viúva foi morar em Guarabira, na companhia de seu genro, o coronel Remígio Veríssimo d'Ávila Lins ("nosso avô paterno", diz). Fecha seu artigo, narrando que, dez anos depois, a viúva "carregava uma espingarda com um prego que varou a cabeça do assassino". E, para culminar os equívocos, Bezerra vai completar a informação de Ávila Lins de que Félix Antônio foi para Goianinha, dizendo que a localidade fica no Rio Grande do Norte.

Buscamos outras contribuições fora da Revista do IHGP, mas ainda provenientes de seus sócios ou de discípulo/as destes. Damos prosseguimento às publicações de artigos avulsos em outros veículos e, em seguida, lemos os trabalhos dos sócios do IHGP (Manuel Tavares Cavalcanti, Coriolano de Medeiros, os irmãos Almeida, Horácio e Elpídio, e Celso Mariz) sobre 1824, fechando esta parte com a análise duas discípulas de sócios. Por fim, a leitura crítica se acha, em todo este ensaio, baseado documentalmente em dois volumes editados por João Alcides Bezerra Cavalcanti (V. XXII e V. XXIII, 1924, 1925). Faremos pouca referência analítica a eles, pois é importante destacar o extenso trabalho de Alcides Bezerra na produção dos volumes das Publicações do Archivo Nacional, onde se destaca uma introdução de sua lavra: "A Parahyba na Confederação do Equador", citada anteriormente.

No caso específico de 1824, destacam-se as obras monográficas municipais dos irmãos Almeida, sócios do IHGP, Horácio e Elpídio, ambos naturais de Areia, que tentam descrever o que foi o movimento de 1824. O advogado Horácio de Almeida, em sua monografia "Brejo de Areia. Memórias de um Município" (1958), publicado no Rio de Janeiro pelo Ministério da Educação e Cultura, intitulou sua narrativa sobre 1824 de "Confederação do Equador" (p. 32-48). Já o médico Elpídio de Almeida, depois de alguns artigos na revista do IHGP sobre personagens e revisões (o caso Lins) sobre aquele movimento, enveredou em produzir uma "História de Campina Grande" (1962 — reproduzida fac-símile pela UFPB, 1978),

dedicando um capítulo ao movimento da Confederação (sem este nome) intitulado "1824" (p. 79-95).

Ambos eram sócios do IHGP, sendo Horácio também um dos fundadores da Academia Paraibana de Letras (1941). A contribuição de Elpídio de Almeida na revista do IHGP se deu com o rico artigo "Félix Antônio Ferreira de Albuquerque. Dados para a sua biografia" (Revista nº 10: 47-53, 1946).

Para fazer a transição para as produções fora do IHGP, lanço mão da leitura de uma polêmica, que começa na revista, mas extrapola tanto para outros veículos, como o jornal A União e a Revista Era Nova. O gancho, aqui, são as desastrosas (segundo seus críticos) contribuições de um descendente da família Lins, através de J. Ávila, tentando resgatar dados biográficos do presidente temporário da Paraíba, em 1824, Félix Antônio Ferreira de Albuquerque. Almeida diz diretamente "A culpa cabe ao seu bisneto, que afirmou ter sido ele casado com d. Maria do Nascimento Lins de Albuquerque (...) repetiram o mesmo engano Celso Mariz e Mário Melo" (1946, p. 48). Faltou acrescentar João Alcides Bezerra Cavalcanti (1925).

Então, retomando os textos da revista do IHGP, continuemos com Elpídio Almeida, que foi perspicaz na reconstituição biográfica (pelo menos para um artigo!) do presidente temporário da Paraíba em 1824. Almeida dedica quase duas páginas a mostrar o comportamento de um jovem sargento-mor (cerca de 26 anos de idade) para se enquadrar nos limites da responsabilidade do cargo e no ritual político monarquista, a respeito do juramento prévio da Constituição portuguesa (p. 48-50).

Um detalhe da vida de Félix, conta Almeida, é que, em 1822, talvez se sentindo meio constrangido pela repreensão, resolveu voltar à atividade agrícola em sua vila, solicitando dispensa do cargo e arrendando o engenho Itapuá. Para o afastamento do cargo, ele precisou ir à capital para se entender com o comandante das armas, Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros, que o autorizou, desde que repassasse o cargo ao capitão mais antigo da vila. A Junta apenas confirmou o que o comandante havia designado (p. 50-51), ficando, no lugar de Félix Antônio, o capitão Antônio Lins (de sua família, por parte do sogro).

A contribuição de Almeida para por aí, como ele diz "Daqui por diante é sobejamente conhecida a atuação de Félix Antônio na revolução republi-

cana" (p. 52). No entanto, nos brinda com o fecho de seu artigo, fazendo ratificações do lugar onde Félix se escondera, negando que tivesse sido na propriedade Oratório, que não era sua, e sim em Mogeiro, na fazenda de seu cunhado, Francisco Antônio Cabral de Vasconcelos e de sua irmã Leonor Maria de Assunção, por onde, poucos dias antes, havia passado, preso, e lá ficara com outros. Alega Almeida que, então, os dois devem ter traçado sua fuga e homizio (p. 53). Conclui ainda que Félix Antônio deve ter sido assassinado entre abril e maio de 1826.

Deixando a contribuição de Elpídio de Almeida na revista do IHGP, vejamos como tratou da "revolução republicana" em sua História de Campina Grande. O capítulo "1824", em sua História apresentada em forma de quadros e não exclusivamente cronológica, onde alguns capítulos são enunciados apenas com o ano, Elpídio de Almeida já mostra o fato do raciocínio sobre sujeito histórico. Como areiense e depois prefeito de Campina Grande, médico e ex-deputado federal, Elpídio dedica 16 páginas ao movimento político de 1824, ocorrido no interior da Paraíba, enquanto dedica 9 páginas ao capítulo sobre 1817. Seu trunfo para essa criação do sujeito histórico está nas páginas finais, quando reproduz todas as 102 assinaturas do ato da Câmara de Campina Grande, que repudiou o fechamento da Assembleia Constituinte e a nomeação de Felipe Neri Ferreira para presidente da Paraíba (p. 94-95). (Ver os Apêndices).

Um Elpídio conciliador, ao que parece, escreve que a manifestação da Câmara de Campina Grande, com suas 102 assinaturas, "não era de revolta contra o Imperador (mas) de solidariedade a movimentos separatistas, de adesão às ideias republicanas, surgidas em 1817" (p. 82). O protesto era "contra a dissolução da Constituinte, contra a destituição da Junta provisória, contra a nomeação de um governante sem audiência do povo". E complementa: "Em relação a D. Pedro, a submissão mantinha-se sem estremecimento" (*Idem*).

Volta o autor à conciliação (1978, p. 85), ao escrever que Félix Antônio não era contra o Imperador, como dissera em uma de suas proclamações. Sua luta era contra a indicação de um político que vivia na Corte e que frequentava o partido português, o qual pressionara o Imperador para o fechamento da Assembleia. De qualquer maneira, parecia estar certo quem

acusasse Felipe Neri de lusitanismo, pois tanto Caneca quanto Barata já haviam descrito o grupo de José Bonifácio, no Recife, liderado por outro paraibano de Pilar, Manoel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, que hospedava Felipe Neri. É de se notar a mudança política desses dois, que, de republicanos em 1817 e com prisão política na Bahia, agora estavam contra os "liberais", nome camuflado de muita gente que continuava republicana.

Fazemos aqui um pequeno lapso na descrição de Almeida sobre a marcha dos republicanos, quando ele afirma que "Chegaram a Flores..." (p. 85). O certo é o engenho Pindoba de Flores, para não se confundir com a vila de Flores, no sertão pernambucano.

Para terminar a viagem bastante valiosa pela obra de Elpídio de Almeida, observamos a mudança política na Câmara de Campina, com outra composição, quando, em 15 de novembro de 1824, juraram a Constituição outorgada.

Podemos observar que a obra de Elpídio, lançada em 1962, é, de certa maneira, uma concorrência silenciosa à de seu irmão Horácio e aprendizado, que publicara, em 1957, Brejo de Areia (Ver MELO, 2015, p. 15/17). Horácio também compreendia a escritura da História em quadros, mas nominando a todos e não como fez Elpídio, "datando" alguns quadros/capítulos. Assim como a vila de Areia, de elevação política na década de 1810 (e talvez por isso) não participou da revolução republicana de 1817, o autor dedicou 17 páginas à "Confederação do Equador" (p. 32-48). Não sem antes revelar o caráter anticonstitucionalista de algumas famílias portuguesas locais, que rejeitaram jurar as bases da Constituição portuguesa, de caráter liberal (p. 35-36), chegando a formar uma coluna de cerca de 600 homens. O autor é de grande relevância no levantamento de nomes que fizeram parte daquele universo liberal, de onde saíram os homens para formar o exército de Félix Antônio.

O trabalho de Horácio é uma grande contribuição à história de 1824, rico em detalhes, baseado em obras, documentos e até mesmo em artigo do irmão, Elpídio, sobre Félix Antônio. A narrativa dos fatos é também a já conhecida, mesmo porque Horácio cita Frei Caneca, que o deve ter lido em sua formação em Direito. Sua narrativa termina, obviamente, com o assassinato de Félix Antônio, pontuando acertadamente que fora na fa-

zenda vizinha à de seu cunhado, em Mogeiro. É o único autor, mas sem citar fontes, que diz que na fuga, Félix Antônio "permaneceu foragido por alguns anos, ora em Mogeiro, ora no Caicó, onde deixara sua esposa" (p. 47). Elpídio de Almeida, parecendo discordar do irmão, tenta dar uma data aproximada da morte do comandante Félix, mais concernente a outras narrativas e leis, algo entre março e abril de 1825; Horácio, por sua vez, cita a anistia concedida pelo Imperador em 7 de março daquele ano, para aqueles que não estavam pronunciados pela comissão militar (de julho de 1824), que era o caso de Félix Antônio.

*

Além dos artigos, o Instituto tem cópia de "Epítome da História da Paraíba", de Manuel Tavares Cavalcanti, sócio fundador do IHGP. Trata-se de um livro germinal de nível didático, de várias publicações da paraibanidade, embora, precisando de reparos críticos. Dele comentamos seu pequeno capítulo, em duas páginas e meia, "A Revolução de 1824", como denomina a Confederação do Equador, como prosseguimento à "A Revolução de 1817" (seis páginas). O autor, no entanto, não se classifica entre aqueles que abraçaram mais 1817 como recurso de paraibanidade; seu atavismo o leva ao nativismo, pois dedica sete capítulos à guerra contra os holandeses. Provavelmente, tenha mergulhado fundo em Maximiano Lopes Machado. Como o livro foi planejado em pequenos capítulos de duas páginas e meia, chega-se à conclusão de que tenha dedicado 17 páginas, ao que deve julgar como nascimento do sentimento de paraibanidade, tal qual o IAHGP tem feito em Pernambuco, culto ao suposto nativismo. Cavalcanti deixou duas herdeiras no plano didático do ensino da História local, que serão analisadas mais adiante: Carmem Coelho Freire e Eudésia Vieira.

O fato de me referir às discípulas é porque notei um erro de identificação em uma delas, mas, analisando Cavalcanti, vi a fonte onde a professora bebeu. Na parte referente ao cargo de presidente, em lugar de Felipe Neri, que renunciara, como ficara determinado pela Convenção da Vila do Conde para o conselheiro mais votado assumir, o autor confunde os nomes dos primos e afirma que o liberal constituinte Joaquim Manoel Carneiro da Cunha

não quis assumir o cargo, "não o aceitou, declarando ilegal a sua eleição" (CAVALCANTI, p. 88). Ora, tal ocorreu, mas foi com o ex-presidente da Junta e conselheiro, o coronel Estêvão José Carneiro da Cunha. Fugindo um pouco do positivismo, o autor se deu o direito de interpretar alguma fonte, atribuindo certo favoritismo aos liberais paraibanos, ao escrever que "Os revolucionários da Paraíba avançam até Goiana, sob a direção de Félix Antônio **para auxiliar os seus correligionários de Pernambuco**" (negrito nosso) (*Idem,* p. 89). Infelizmente, a redação do autor complica o momento histórico, pois, ao falar da capitulação das tropas de Félix Antônio, no Ceará, prossegue narrando-as como sujeitos e diz "Refizeram então em sentido inverso à marcha tormentosa, sob a vigilância das tropas realistas" (*Ibidem*). Conclui seu capítulo com uma lacuna de informação, ao afirmar que alguns presos, como "o inesquecível Frei Caneca, sofreram a morte no **patíbulo**" (negrito nosso). E a respeito de Félix Antônio, diz-se que ele foi, poucos dias "antes" (da anistia imperial?), traiçoeiramente assassinado. Portanto, teria sido morto por volta de 1825?

Além desses estudos, busquei pequenos compêndios: "Pontos de História do Brasil" (1930), de Eudésia Vieira, e "História da Paraíba: para uso didático" da professora Carmen Coelho de Miranda Freire (1974-1976).

A Confederação também vai à sala de aula infantil/adolescente pelas mãos da sócia do IHGP, Eudésia Vieira, com o seu "didático" "Pontos de História do Brasil" (1930). Não chama de Confederação do Equador e, sim, de "Revolução de 1824" (p. 124). Já era um sinal de afastamento da hegemonia pernambucana? No entanto, prefaciando o livrinho, Coriolano de Medeiros já adverte o leitor de falhas de pesquisa. De fato, uma delas é a de que um dos líderes da Confederação, em Pernambuco, foi Cipriano Barata (p. 126); ora, ele estava preso no Rio, naquele ano. No mesmo parágrafo sobre a Confederação, a autora cita o revolucionário Padre (?) José Gomes do Rego, Cazumbá (seu apelido), era militar e não padre. No combate de Itabaiana, escondem-se os mortos, contando apenas os presos que os legalistas conduziram para a capital.

Carmen Coelho de Miranda Freire, professora do Liceu Paraibano e membro do Instituto Paraibano de Genealogia, lançou, na década de 1970, o seu "História da Paraíba", como a se reinscrever um novo sujeito histórico

(vivia-se o regime militar). O volume, prefaciado por José Leal, corresponde ao recorte temático "Do Império à República". Essa obra se encaixa na concepção de reescrita da História a cada período específico, de acordo com as mudanças, seja na estrutura, seja na conjuntura e, principalmente, na política. Não é à toa que seu livrinho está datado na sua própria ficha catalográfica de "1974-1976", sendo 1974 o sesquicentenário da Confederação do Equador. E vivíamos o regime militar. No entanto, sua página e meia dedicada ao movimento confederado, em apenas 13 parágrafos, contém sete erros históricos, uma lacuna de data (a da Batalha do Riacho das Pedras) e, fora esse subcapítulo (?), sua compreensão de governo da província não corresponde à nomenclatura administrativa do Império, pois chama a Presidência da Província de "Junta Governativa", até o último suspiro do Império.

O mais grave é que diz ser Felipe Neri Ferreira, filho de Gervásio Pires Ferreira, seguindo o equívoco de Celso Mariz[11] (1980, p. 124). Sua linguagem também compromete a interpretação, como "o desgosto motivado pela Assembleia Constituinte"; que o ideal dos "rebeldes" (ela cita "rebeldia") de Areia e Câmaras que apoiaram era "Trabalhar para o Brasil não ser subordinado a Portugal" (?). Outro erro histórico é dizer que Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, o deputado constituinte, não aceitou o governo, confundindo-o, assim, com o primo Estêvão José Carneiro da Cunha. Mas contraditório ainda é escrever que Félix Antônio "fugiu **para** (negrito nosso) o engenho Bogari (sic — Bujari) em Goiana" (p. 26-27).

Aproveitando a referência, vou a Mariz (1980), que já é, em si, uma recriação do sujeito histórico "paraibanidade" para revelar o momento da modernidade, na Paraíba, sob a batuta da administração Sólon de Lucena e da hegemonia de Epitácio Pessoa. Vejamos como ele trata a Confederação.

Sempre escrevendo como palestrante (sem citar fontes, como se fosse detentor de todo aquele saber), traz uma síntese interessante começando com "A Paraíba na Constituinte Monárquica" (p. 107-119), ensaio dividido em três partes, começando com o "Perfil dos Deputados". Começa elogiando Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, e se "sobressaía pela coragem, pela

---

[11] Felipe Neri era filho do capitão-mor Domingos Afonso Ferreira (PEREIRA DA COSTA, 1982, p. 287).

franqueza, pela pujante paixão da liberdade e pelo do esplêndido de orador" (p. 107). Em seguida, afirma laconicamente que Augusto Xavier de Carvalho, José Ferreira Nobre e Virgínio Rodrigues não concorreram às discussões daquela assembleia, e que este último não havia tomado posse na Constituinte brasileira. É certo, pois estava na portuguesa e foi sucedido por Ferreira Nobre. Portanto, das cinco vagas, a Paraíba enviou ao Rio quatro deputados.

Em seguida, Mariz elogia Joaquim Manoel Carneiro da Cunha como defensor da república dos Estados Unidos e que foi criticado em plenário, respondendo que "não digo que desejo estabelecer entre nós uma república" (p. 110) mas, segundo o historiador, "Seus olhos viviam na Inglaterra (que havia chamado em discurso na Assembleia) o país clássico da liberdade" (p. 111). Mais adiante, cita que este paraibano se chocou violentamente com José Bonifácio, devido à perseguição aos escritores liberais do Rio. Em outro momento, ele e Antônio Carlos quase chegaram às vias de fato numa das sessões, defende a federação, regime em que as províncias iriam crescer, conforme defendido na página 117.

Joaquim Manoel Carneiro da Cunha e Cruz Gouveia foram contra a autonomia dos comandantes das armas nas províncias. Segundo Celso Mariz, Carneiro da Cunha se espelhava nos Estados Unidos (p. 113); além disso, combatia que a Constituição fosse sancionada pelo Imperador, mas teve seu "discurso cortado", embora tenha sido aplaudido pelos pares (p. 140). Carneiro da Cunha também reivindicou para a Paraíba o projeto de uma universidade, devido ao clima, à abundância de víveres, às comodidades e à falta de distração/divertimento[12]. Chegou a defender a criação de duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda (p. 116-117).

---

[12] Essa ideia defendida pelo deputado Joaquim Manoel Carneiro da Cunha também reflete uma indicação da Câmara de Goiana, que fora feita aos deputados pernambucanos Manoel Ignacio Cavalcanti de Lacerda e Pedro de Araújo Lima. Entre os itens, está a proposta de número 14, pedindo que a Assembleia Constituinte estabeleça "no Reino do Brasil em uma das Províncias mais cômodas aos nacionais uma Universidade, como a de Coimbra, para aplicação dos habitantes às belas Letras". Vila de Goiana, em vereação de 9 de novembro de 1822. Disponível em https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/indicacao-n-2-sobre-as-instrucoes-dadas-pelas-camaras-de-olinda-e-paraiba-alguns-deputados

Já Cruz Gouveia defendeu a Paraíba quando criticada pela Junta por não ter cumprido devassa ordenada pelo Imperador, que era ordeira, e o deputado até citou o próprio Imperador quando elogiou a Paraíba, talvez até por ter sido a única do Norte a ter enviado um delegado ao Conselho de Procuradores, Manoel Clemente Cavalcanti de Albuquerque (p. 113).

A segunda parte deste ensaio/conferência aborda a queda dos Andradas e os debates de Carneiro da Cunha. Encurtamos toda a polêmica para atingir o dia 11 de novembro, na discussão da reação brutal de oficiais portugueses contra o artigo da Sentinela, com bastante agitação na Assembleia, na qual Carneiro da Cunha disse "Se continuar a desordem, peço a minha demissão e direi aos meus constituintes que não posso advogar a sua causa" (p. 118).

Mariz trata da Confederação do Equador no capítulo A Unidade Imperial, mas sua descrição não apresenta novidades além da narrativa que se constituiu a partir de Irineu Pinto, mas comete um deslize, talvez proveniente da impressão do livro, pois diz que a tropa imperial comandada por Estêvão José Carneiro da Cunha, que ocupou Goiana, em setembro de 1824, se compunha de 100 homens, quando fontes fidedignas, como Publicações do Archivo Nacional (V. XXIII, 1925, p. XXVI e V. XXII, p. 336) dão a cifra de 800 homens. Outro erro é dizer que a viúva de Félix Antônio se chamava Maria do Nascimento Lins de Albuquerque, quando era Maria Joaquina de Sant'Anna; provavelmente bebeu na mesma fonte, J. Lins d'Ávila (1946), contra o que viria alertar Elpídio de Almeida, Elpídio, nesse mesmo ano. O livro de Mariz é de 1922, e a segunda edição (1980) não sofreu revisão crítica nesse aspecto. Mariz não acrescenta neste livro nenhuma bibliografia e fecha esse capítulo, alimentando a historiografia saquarema ao dizer que a Confederação "resultou um atentado contra a unidade já estabelecida do Império" (p. 130).

Sobre ainda 1824, há artigos menores, produzidos em outras fontes, como o artigo "Veiga Pessoa", sem assinatura, homenageando um dos maiores comandantes auxiliares de Félix Antônio, o major paraibano e comandante do Forte do Brum, no Recife, José Maria Ildefonso Jácome da Veiga Pessoa (Era Nova, nº 24 de fevereiro de 1924, p. 16). Reproduzido anonimamente, como "reportagem", o primeiro parágrafo faz situar o texto como reprodução do discurso pronunciado no Instituto Archeologico

Pernambucano, em 27 de janeiro de 1877, pelo conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, avô de Ulysses de Carvalho Soares Brandão, autor de "A Confederação do Equador", 1924).

A reprodução desse discurso visa enaltecer o paraibano de Pilar, "Veiga Pessoa", nas palavras escritas por Frei Caneca, durante a marcha para o sertão cearense: "Veiga Pessoa[13] era um militar completo, na sua faculdade, homem probo, honrado, digno certamente de todo o elogio, pelo seu patriotismo, coragem e desempenho de suas obrigações". A citação é verdadeira, embora incompleta, e se encontra em Caneca (2001, p. 589). O restante da frase que continuava após "suas obrigações" refere-se ao fato de a que o distinto major "não deixou de dar alguma ocasião a essa negligência dos tais soldados, porque vendo semelhante desleixo (dos soldados em cuidar dos bois que puxavam as carretas de artilharia os quais fugiam), não passava a repreender e castigar, como devia".

[13] Em 5 de julho 1821, o cadete da Divisão de Artilharia do Recife, José Maria Idelfonso Jácome da Veiga Pessoa, requereu ao rei D. João VI que fosse considerada na sua patente a antiguidade desde o primeiro assento de praça. Anexos: 8 docs. Obs.: m. est. AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 282, D. 19254.

Capítulo I
A Paraíba republicana em 1817

> Deus guarde, Pacatuba (engenho), 24 de março de 1817, o **1º da Independência.** Antônio Galdino Alves da Silva, sargento-mor, comandante das Ordenanças do Pilar. (PINTO, Vol. 1, 1977, p. 258.)
>
> *
>
> A Paraíba é tão vizinha de Pernambuco, os hábitos e costumes dos seus habitantes são tão semelhantes, que as leis, que convierem a uma, convirão necessariamente a outra Província (...) Eis o que tenho a dizer sobre os vossos decretos de bem e de mal: segundo penso o nosso governo talvez sobre eles vos faça reflexões, que não deveis desprezar: a incoerência dos vossos decretos (falo dos que me parecem tê-la) **me confirma na opinião, de que Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará devem formar uma só República, devendo edificar uma cidade central, para capital**. (Padre João Ribeiro, de Mello Montenegro, de Recife, 30 de março de 1817, apud PINTO, 1977, V. 1, p. 259/260.)
>
> *
>
> As províncias do Norte, por terem a mesma finalidade patriótica e cívica, consideraram-se parte integrante da Confederação do Equador, em vista de serem os mesmos os seus ideais, iguais às suas tendências e idênticas as suas orientações. (BRANDÃO, Ulysses, 1924, p. 297).

Para a descrição empírica, inicialmente, utilizamos a narrativa historicista da revolução, do seu maior historiador e cofundador do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1905), Irineu Ferreira Pinto, com a sua memorável obra, *Datas e Notas para a História da Paraíba* (2ª edição, v.1 e v.2, 1977). Autodidata, o autor transcreveu a documentação histórica sobre a Paraíba e dialogou com os dois clássicos pernambucanos sobre o movimento: o Padre Dias Martins, com seu *Os Mártires Pernambucanos* (1853), e o ou-

tro padre, este muito mais importante por ter sido testemunha ocular, o padre Muniz Tavares, o "História da Revolução de Pernambuco em 1817" (1840). À leitura de Irineu Pinto, acrescento dois documentos, duas peças jurídicas, para confirmar ou alterar a leitura dos fatos. Trata-se da defesa do tenente-coronel republicano Estêvão Carneiro da Cunha e do comunicado que o coronel de Milícias realista Mathias da Gama Cabral[1] expôs à Corte sobre os fatos daquele ano.

Enquanto Irineu Pinto afirma que a notícia de uma 'insurreição' ocorrida no Recife, em 6 de março, chegou à capital paraibana, em 8 de março de 1817, o coronel Mathias Gama declarou que, já no dia sete, rumores circulavam na cidade e, no dia seguinte, como tendo sido uma 'insurreição'. De Goiana, o coronel realista João Pinto de Souza avisou à Junta da Paraíba que lançou o recrutamento de homens de 12 a 50 anos para reagir. Começaram as denúncias, como na capital da Paraíba, com o comerciante e capitão Manoel José Coelho se dirigindo à Junta, em 11 de março, para denunciar o coronel Amaro Gomes Coutinho. O comandante de Fagundes, José Guedes Alcoforado, também denunciou que as tropas do Capitão André Dias de Figueiredo e Manoel Clemente Cavalcante, ambos da vila do Pilar, iam invadir Itabaiana. Aproveitando a celeuma, no dia 12, negros armados resolveram se vingar de perseguições e cercaram a casa do Ouvidor Geral André Álvares, membro da Junta. Alarmado com os boatos e diante do cerco, o Ouvidor fugiu, deixando os outros dois membros da Junta para resolverem a situação. O que restava do governo realista, o representante militar, tenente-coronel Francisco José da Silveira, e o civil, o boticário Manoel José Ribeiro de Almeida, resolveram entregar o governo ao tenente-coronel Estevão Carneiro da Cunha e ao coronel Amaro Gomes Coutinho (Júnior), sendo estes chamados para assumir a resistência às novas ideias,

---

[1] Matias da Gama Cabral Vasconcelos, coronel de cavalaria miliciana, comandante das tropas do rei na cidade da Paraíba do Norte, senhor de engenho na mesma região, cavaleiro da Ordem de Cristo, destacou-se na repressão aos revolucionários de 1817, lutando contra os liderados pelo coronel Amaro Gomes Coutinho. Restaurada a realeza, passou a integrar o triunvirato que governou a Paraíba. Acesso em 12 de novembro de 2021. Disponível em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=699&sid=89

pensando que seriam contra os republicanos de Pernambuco. (PINTO, v.1, p. 252-253).

Em 13 de março, o triunvirato passou o governo a Amaro Gomes Coutinho[2] e Estevão Carneiro da Cunha; no dia seguinte, ambos proclamaram a República, levantando a bandeira branca da liberdade e distribuindo fitas

---

2 A saga dos Coutinho representa um quadro geral de casos de ascensão de patentes preteridas pelo sistema colonialista. O tenente-coronel Amaro Gomes Coutinho (Sênior) e seu filho homônimo solicitaram ascensão por volta do final do século XVIII e primeira década do século XIX. Em 1786, o capitão-mor das entradas da Paraíba, Amaro Gomes Coutinho (Sênior), requereu o posto de mestre-de-campo do terço de auxiliares da Paraíba; em 1801, era tenente-coronel de Milícias da Paraíba. Um ano antes, foi a vez do filho homônimo, mas de patente inferior, capitão de Caçadores de Milícias, solicitar promoção ao posto de coronel do seu regimento. Mas, em 1804, os dois reclamavam ao rei de uma situação inusitada. O capitão Amaro Gomes Coutinho Júnior (que viria a ser mártir em 1817) se queixava do governador da capitania por ter sido preterido em favor de outro no posto de coronel do mesmo regimento, que havia sido até recentemente do coronel Amaro Gomes Coutinho Sênior. E este reclamava por ter sido reformado pelo governador sem que ele tivesse requerido. Aqui, a questão era de filho assumir o posto do pai, o que parecia ocorrer com alguma frequência. Seus anseios foram frustrados. Pode-se arriscar a dizer que a entrada do Coutinho Filho na Revolução Republicana de 1817 foi um ressentimento dessa preterição.

Sobre este assunto, ver Catálogo de Documentos Manuscritos... 1786, março, 16, Paraíba], requerimento do capitão-mor das entradas da Paraíba, Amaro Gomes Coutinho, à rainha [D. Maria I], solicitando prioridade para o posto de mestre-de-campo do terço de auxiliares da Paraíba, em detrimento dos outros opositores. 1800, julho, 18, Paraíba] requerimento do capitão de Caçadores do Regimento de Milícias de Homens Brancos da cidade da Paraíba, Amaro Gomes Coutinho, ao príncipe regente D. João, solicitando promoção ao posto de coronel do seu regimento. Anexo: 23 docs. AHU-Paraíba, mç. 31 AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2608. 1801, agosto, 25, Paraíba] REQUERIMENTO do tenente-coronel do Regimento de Milícias da Paraíba, Amaro Gomes Coutinho, ao príncipe regente [D. João], solicitando permissão para portar pistolas nos coldres, a fim de inspecionar suas propriedades no sertão. AHU-Paraíba, mç. 20. AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2697. 1804, junho, 9, Lisboa. Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João sobre os Amaro Gomes Coutinho Júnior, requerimentos do capitão de Caçadores do Regimento de Milícias dos Homens Brancos da cidade da Paraíba, em que se queixa do governador da mesma capitania, Fernando Delgado Freire de Castilho, por o ter preterido em favor de Luís de Oliveira Chaves no posto de coronel do mesmo Regimento, e o do coronel Amaro Gomes Coutinho por ter sido reformado pelo mesmo governador sem o requerer, propondo para o seu lugar o mesmo Luís de Oliveira Chaves, pedindo para ser restituído ao seu antigo exercício. Anexo: 28 docs.

brancas para serem levadas no braço. A Junta provisória republicana recebeu o apoio de milícias armadas vindas do Pilar; o foco da revolução mais forte tornou-se a vila do Pilar, no vale do rio Paraíba. O capitão André Dias de Figueiredo e o paisano Manoel Clemente Cavalcante (filho do capitão-mor de Itabaiana, João Batista Rego) começaram a preparação para assumir a povoação de Itabaiana naquela vila. Em seguida, sob o comando do Padre Ignacio Leopoldo e Antônio Pereira, entraram na capital no dia 15, com mais de 2.000 homens, liderados pelo sargento-mor das Ordenanças, Antônio Galdino Alves da Silva, do Pilar, e pelo capitão Manoel da Costa Lima. A Junta republicana eleita entre aqueles líderes ficou formada pelo Padre Antônio Pereira de Albuquerque, Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, e o mineiro e militar Francisco José da Silveira[3], Francisco Xavier Monteiro da Franca[4]. Para secretário do governo, foi indicado Antônio Manoel da Silva Coelho (PINTO, p. 254 e p. 257-258).

Assim que assumiu o poder, a Junta tomou as seguintes atitudes: abolição de novos impostos sobre carne verde, lojas, taverna etc.; extinção de bandeiras e insígnias reais; redução pela metade dos direitos da Alfândega; declaração de igualdade entre estrangeiros e nacionais; instituição do tratamento 'vós'. Este documento foi assinado em Pacatuba (Engenho) em 24 de março de 1817, o 1º da Independência". Trata-se, aqui, do primeiro registro desta expressão comemorativa, antecipando-se à derivada de 1822. (*Op. Cit.*, p. 258).

Em 19 de março, a Junta já tinha conclamado voluntários ao serviço militar pelo prazo de 5 anos; e ordenado a ocupação do Mosteiro de São Bento pelas tropas republicanas, em 8 companhias, transformando-o em quartel (*Op. Cit.*, p. 259). Proibira, ainda, a prisão por simples denúncia ou acusação. Em mais uma atitude para arregimentar seguidores, a Junta Republicana, no dia 21, proclamou uma lei perdoando os criminosos.

---

[3] O tenente-coronel Francisco José da Silveira, da cavalaria do Exército, servindo em Mato Grosso, suplicou ao príncipe regente D. João e foi atendido em sua remoção para o mesmo posto na Paraíba, em 1813. (LOBO JÚNIOR, 1946, p. 59).

[4] No calabouço, na Bahia, também se revelou poeta (MARIANO, p. 131, n.127). Seus bens sequestrados renderam ao Erário realista 1:620$528 (um conto...), para o que não houve arrematantes. Relação dos sequestros..., p. 154-155.

Para assegurar a expansão das ideias republicanas, a Junta fez seguir, por mar, para o Rio Grande do Norte, uma tropa de 50 homens e dois trens de guerra, sob o comando do Ajudante do Batalhão de Linha, José Peregrino Xavier de Carvalho. Outras leis foram promulgadas de 21 a 27 de março, como a que perdoava os criminosos, a que determinava que os emolumentos da Secretaria do Governo entrassem para o cofre do Tesouro Público, a lei que removia a criação de gado para o interior, em benefício da agricultura, a lei que perdoava metade dos direitos sobre o algodão exportado e a lei que reservava ao governo a venda de pau-brasil (*Ibidem*). No entanto, muitas dessas leis serão severamente criticadas pelo Padre João Ribeiro em sua célebre carta aos dirigentes republicanos na Paraíba, como se verá mais adiante.

A propagação da revolução prosseguiu nos dias 27 e 28 de março, com a adesão de 113 indígenas da Bahia da Traição, com arcos e flechas, sob o comando de Francisco Antônio da Nóbrega. No dia 28, na Vila Nova da Rainha (Campina Grande), o português José Nunes Vianna, comandante das Ordenanças, mandou ler e pregar, no pelourinho da vila, um edital do governo republicano, levantando nesta ocasião a bandeira branca da democracia (de quem é o termo 'democracia'? de Pinto ou do discurso revolucionário?). (PINTO, 1977, p. 260; ALMEIDA, 1978, p. 72; CÂMARA, 1947, p. 28/9).

Em Sousa, o Padre Luiz José Correia de Sá e o Padre José Martiniano de Alencar combinam planos para 'subjugar o interior do Ceará'; em Pombal, o Padre José Ferreira Nobre aderiu. No dia seguinte, 29/3, D. João VI nomeou Thomaz de Souza Mafra governador da Paraíba. Enquanto isso, Amaro Gomes Coutinho foi ao Recife em busca de armas e munições, mas voltou de mãos vazias, dizendo que lá necessitavam muito mais do que na Paraíba (PINTO, 1977, p. 260-261).

Para ilustrar essa mobilidade entre as duas capitanias, nesta região limítrofe (antigas terras da Capitania de Itamaracá), é importante mencionar que, dos 17 revolucionários pernambucanos que participaram da Revolução na Paraíba (18, se se incluir Amaro Gomes Coutinho, sobre quem pairam dúvidas ou confusões, já que havia, na Paraíba, e não na Revolução, dois com o mesmo nome, pai e filho), oito eram procedentes de Goiana, vila pernambucana, na divisa sul da Paraíba.

Indígenas foram usados como massa de manobra por ambos os lados políticos. Os republicanos receberam mais de 100 indígenas da Bahia da Traição, ao norte da capital, trazidos por seu comandante, enquanto a reação monarquista, dias depois, receberia o apoio dos indígenas das vilas do Conde e Alhandra, ao sul da cidade da Paraíba, através de seus capitães. Um ou outro trabalhador negro escravizado foi usado como na briga dos brancos, por suas liberdades ou manutenção de poder, talvez por influência do Diretório de Pernambuco, aonde se chegou até a aventar a libertação de escravizados que pegassem em armas pela República. Na Paraíba, os trabalhadores negros devem ter sido incorporados às tropas republicanas por ameaças e obrigação dos senhores, assim como parece ser o caso de um escravizado de Amaro Coutinho, o cabra Joaquim de Santa'Anna, que participou das lutas, promovido a alferes. No entanto, dois, entre seus 22 escravos, já se encontravam livres ('fugidos'), o que demonstra que o regime era idêntico, sob o chicote de republicanos e monarquistas brancos.

A Vila Nova da Rainha (Campina Grande) aderiu, sob a liderança do vigário pernambucano Virgínio Rodrigues Campello e do português José Nunes Vianna, comandante das Ordenanças. Este militar esperava, com sua adesão e ida à capital, obter alto cargo com os republicanos, mas, com a queda da Revolução, mudou de lado, entregando alguns revolucionários e assinando a lista do 13 de maio, de obediência ao rei (PINTO, V. I, 1977, p. 260; ALMEIDA, 1978, p. 72).

Uma vez no poder, os revolucionários começaram a emitir leis republicanas, muitas vezes sem contato direto com os correligionários de Pernambuco, o que lhes valeria uma reprimenda, em carta, do líder pernambucano padre João Ribeiro[5].

Outras leis foram promulgadas, mandando que os emolumentos da Secretaria do Governo entrassem para o cofre do Tesouro Público; removeu a criação de gado para o interior, em benefício da agricultura; perdoou metade

[5] Uma versão deste texto foi publicada por MELO, Josemir Camilo de. "1817 — A Ciumeira dos Republicanos de Pernambuco: a carta do Padre João Ribeiro". Revista *Genius*, João Pessoa, novembro/dezembro, 2017, p. 06/08.

dos impostos sobre o algodão exportado e reservou ao governo republicano a venda de pau-brasil (*Ibidem*).

Na historiografia paraibana, há um hiato correspondente aos acontecimentos do mês de abril; Pinto diz que nada se sabe sobre esse mês, pois os livros desapareceram. Estariam acreditando os patriotas que a causa já estivesse ganha? Pelo menos, os negócios continuavam, patriota para cá, patriota para lá, como se deduz de uma cobrança do "patriota" Pedro Cº de Alviga (que não consta como preso) ao não menos 'patriota' Reverendo Vigário Veríssimo Machado Freire[6] de sua conta de bolachas, vinho e passas, açúcar, sal e outras coisas de cozinha, além de quatro penicos, quatro cônicas e uma vara de seda, no total de 36 mil réis. Depois de explicar "o motivo que vos remeto a vossa conta", vem o rapapé que já estava se tornando coloquial: "podeis saber que sou patriota e amigo... sou de vós Patriota amigo servo" (assinado), 16 de abril de 1817. (Documentos Históricos, vol. II, p. 48-49).

Em fins de abril, já começam os vira-casacas. "A contrarrevolução foi iniciada por um mulato chamado Bastos, proprietário de uma engenhoca na vila do Pilar". Sua tropa foi combatida pelo filho de André Dias de Figueiredo, dispersando-se. Também houve reação do capitão João Alves Sanches Massa, senhor do engenho Pacatuba, e do rico proprietário e coronel de Milícias Mathias da Gama Cabral, interceptando gado e gêneros para os republicanos. Levantaram-se em armas o Padre Manoel Lourenço, o Padre Manoel Anselmo e outros, com grande força, em demanda da capital. O governo republicano toma as medidas que julga necessárias, fazendo com que as tropas sigam em encalço dos realistas (PINTO, 1977, p. 262-263).

Segundo o coronel de Milícias Mathias da Gama Cabral[7], a reação começou quando ele foi demitido pelos revolucionários que aboliram o seu regimento, por não querer se alistar com eles. Passou, então, a ser ameaçado de morte, tendo que fugir de sua casa, escondendo-se pelo mato e indo parar no quartel do seu engenho Reis. Assim mesmo conseguiu reunir pessoas sob

---

6 Teve seus bens sequestrados, apenas um escravo, no valor de R$ 150$000 (150 mil réis). Relação dos Sequestros... p. 149)

7 Acesso em 12 de novembro de 2021 Disponível em http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=699&sid=89.

o comando do capitão João Alves Sanches Massa e seu filho, o sargento-mor das Ordenanças, Antônio Gaudino (sic) Alves da Silva para atacar Pilar e Itabaiana. Conseguiu mais gente para solapar as praças militares do Cabedelo, Lucena, Fagundes, Tambaú, Forte Velho (Mumbabas) e parte da Ribeira do Paraíba. Relata, ainda, que foi com tropa ao engenho Santa Ana e, na ida para Santa Rita, recebeu o apoio dos índios das vilas do Conde e Alhandra, “cujos capitães eu atraíra para o meu partido” e que, na tarde do dia cinco (não diz o mês, mas supõe-se que seja o de maio), começou a capitulação, concedida no dia seguinte, e no dia 7, restabeleceu o governo realista.

Sob o comando do então general da República, Amaro Gomes Coutinho, no cerco de Tibiri, as forças republicanas se recusaram a obedecê-lo, aliciadas que já estavam pelo major de Milícias dos Pardos, Joaquim Sebastião de Carvalho. Amaro Gomes Coutinho, então, se rendeu (Pinto não data este evento) (p. 264).

Em 3 de maio, caiu a fortaleza de Cabedelo, pois os soldados não estavam satisfeitos com o comando, segundo Pinto; a tropa realista matou o comandante republicano em sua casa. Na rendição geral, os realistas permitem salvo-conduto aos republicanos que quiserem deixar a Paraíba. No dia 7, foi restaurada a realeza na Paraíba, formando-se uma nova junta composta pelo capitão João Soares Neiva, o vereador mais antigo, capitão Manoel José Ribeiro de Almeida e pelo ouvidor Gregório José da Silva Coutinho, apesar de ser contraparente dos Coutinho, mas realista (PINTO, p. 265 a 268).

José Peregrino Xavier de Carvalho retornou com sua tropa em 5 de maio. Pinto narra um diálogo, sem citar fonte, entre pai e filho, pedindo ao advogado Augusto Xavier de Carvalho que o filho deponha as armas, e este obedece, seguindo preso para Cabedelo (PINTO, *op. Cit.,* p. 269). Nesta Fortaleza de Santa Catarina, já se encontravam presos Amaro Gomes Coutinho, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, Padre Virgínio Rodrigues Campelo, Padre Veríssimo Machado Freire, Francisco José da Silveira, Felippe Maria (Menna) Callado da Fonseca, João de Albuquerque Maranhão, o preto Clemente Estêvão de Lima, tambor dos Henriques, o cabra Joaquim de Santa Anna, escravo de Amaro Gomes Coutinho, e o soldado Antônio Quintiliano (Documentos Históricos, *op. cit.,* p. 176-178). Esta fonte é falha, pois inclui como falecidos 12 revolucionários que não foram encontrados

ou que, até então, foram presos, em outra instância, nomes como Manoel Clemente Cavalcanti, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, Joaquim B. Avondano, José de Lucas Rangel e até o português Felippe Menna Callado da Fonseca, que havia sido preso, fugindo do Ceará.

Com a restauração do absolutismo, ocorreu, no dia 13 de maio, uma cerimônia pública para assinar a carta de vassalagem, quando alguns republicanos tentaram se passar para o lado realista. Causa espanto ver o jovem José Peregrino de Carvalho[8] assinar obediência e vassalagem ao rei após chegar da frustrada campanha ao Rio Grande do Norte. Assinou também Estêvão José Carneiro da Cunha. Presidia o triunvirato realista, o genro de Amaro Gomes Coutinho, o Ouvidor Geral Gregório José da Silva Coutinho. Não adiantou para alguns a tentativa de se esconder sob o reconhecimento do rei não adiantou, pois, no dia seguinte, Peregrino de Carvalho, Joaquim Batista Avundano e José Maria de Mello e Albuquerque foram presos (PINTO, 1977, V. I, p. 269-275).

Irineu Pinto reproduz a lista dos que assinaram a capitulação e das testemunhas, permitindo mapear as raízes de certas famílias e, neste estudo, comparar seus posicionamentos políticos em relação à Confederação do Equador, como Antônio Soares Londres, Manoel Fidelis Nunes Machado, Manoel Antônio de Hollanda Chacon, Bento Bandeira de Mello, Manoel da Costa Gadelha e José Antônio Villa Secca Júnior, este em Campina Grande (*Op. Cit.,* p. 271/5).

A partir da capitulação, em 14/5, começaram as ordens de prisão para José Peregrino Xavier de Carvalho, José Maria de Mello e Albuquerque, Antônio de Oliveira, Joaquim Baptista Avundano, Amaro Gomes Coutinho e Joaquim Manoel Carneiro da Cunha. Padre Virgínio Rodrigues Campello, Padre Veríssimo Machado Freire; Francisco José da Silva, Felippe Maria Callado da Fonseca; João de Albuquerque. Maranhão, o preto

---

[8] Peregrino de Carvalho assentou praça ainda criança (aos 13 anos). Há um Ofício do governador da Paraíba, Luís da Mota Fêo, de 21 de novembro de 1804, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, informando do cumprimento da ordem para assentar praça, com vencimento de pão e soldo, ao menor José Peregrino Xavier de Carvalho, filho de Augusto Xavier de Carvalho. Anexo: 6 docs. AHU-Paraíba, mç. 23. AHU_ACL_CU_014, Cx. 43, D. 3068. Catálogo de Manuscritos...

Estêvão de Lima, do regimento dos Henriques, o cabra escravo Joaquim de Santa'Anna, escravo de Amaro Gomes Coutinho; e Antônio Quintiliano. Foram soltos José Felippe de Albuquerque Maranhão e seus filhos Pedro, Gaspar e escravos, por não serem inculpados naquele momento (PINTO, 1977, V. I p. 275-276).

Em Areia, a busca pelo poder realista gerou conflitos na formação dos poderes municipais. O capitão-mor das Ordenanças de Mamanguape, Sebastião Nobre de Almeida, um dos restauradores realistas em Areia, junto com o vigário Frei João de Santa Tereza e Júlio Leocádio de Lima trataram de organizar o poder local. Logo surgiram contendas, pois, em Areia, Antônio José Gomes Loureiro se autoproclamou restaurador e governador daquele Brejo; entre controvérsias chegaram as pazes (*Op. Cit.,* p. 276-278).

A monarquia restaurada, em Pernambuco, enviou correspondência à junta da Paraíba, anunciando que já prendera Pedro da Silva Pedroso, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, e solicitava aos colegas da Paraíba que procurassem por José Fernandes Portugal, Padre Pedro de Souza Tenório, Padre Ignacio de Almeida Fortuna, Antônio de Albuquerque Rabello, Francisco de Carvalho Paes de Andrade e Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Estes dois, suspeitava-se, estariam no engenho Espírito Santo, para onde foram conduzidos por Afonso de Albuquerque, e talvez tenham se passado para Açu, no Rio Grande do Norte, em busca das fazendas de Antônio Francisco Maciel Monteiro (*Op. Cit.,* p. 281).

Parte da família Albuquerque aparece como republicana, como André de Albuquerque Maranhão, do Rio Grande do Norte, que mantinha cinco fazendas de criação na Paraíba. Há um réu, Luiz Manoel de Albuquerque Maranhão, arrendatário de engenho; outro, João de Albuquerque Miriri, senhor de engenho do São João, e fazendas de gado no vale do Açu, da "família denominada — Cunhaú", e algumas no Apodi (*Op. Cit.,* p. 283).

Julgados no Tribunal de Pernambuco, foram condenados à morte por enforcamento em 21 de agosto, no Recife: José Peregrino Xavier de Carvalho, Francisco José da Silveira e Amaro Gomes da Silva Coutinho. Em 26 de agosto, leem-se os sumários dos outros implicados, entre eles o Padre Virgínio Rodrigues Campello, pernambucano e vigário de Campina Grande. Em 6 de setembro, são justiçados (Pinto não explica como) no Recife os

padres Antônio Pereira de Albuquerque e Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, tendo este, cabeça e mãos decepadas e expostas (p. 288/9 e 293). Do padre Antônio Pereira de Albuquerque, nos conta o historiador, era filho do Capitão-mor André Dias de Figueiredo, natural e morador do engenho Angico Torto, no Pilar.

A Ciumeira dos Republicanos de Pernambuco: a carta do Padre João Ribeiro

O curto período de revolução republicana na Paraíba foi duramente criticado nas cartas do Padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro. A Paraíba realmente levou a sério a virada política, já se estabelecendo como província, legislando e administrando por conta própria, dentro do que se considerava a coisa pública, *Res Publica*. Não esperou pelo Diretório Republicano de Pernambuco. Talvez, neste momento histórico, tenham sido lançadas raízes do que viria a explodir novamente em 1824: a federação, com autonomia.

Não se fez esperar, surgindo algumas dissensões políticas entre os revolucionários das capitanias vizinhas, através de uma carta enviada aos líderes paraibanos pelo Padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, membro do Diretório Republicano de Pernambuco. A carta foi enviada ao governo republicano da Paraíba, nas pessoas dos colegas padres Antônio Pereira e Ignacio Leopoldo, conforme transcrito no primeiro volume do livro de Irineu Ferreira Pinto, Datas e Notas para a História da Paraíba, em uma extensa nota de rodapé. *(Op.cit.,* p. 259-263).

O missivista dizia ter recebido, em 30 de março de 1817, 17 decretos promulgados pelo Governo Provisório da Paraíba e foi logo direto ao assunto: "tomo a liberdade, pela nossa amizade de já e já dizer-vos o que sinto, por ser a bem da República; e perdoareis a minha franqueza, que é a de um republicano". Dizia, em seguida, que: "A Paraíba é tão vizinha de Pernambuco que os hábitos e costumes de seus habitantes são tão semelhantes que as leis, que convierem a uma, convirão necessariamente a outra Província" (MELO, 2017, p. 6-8).

Continuava a crítica o padre João Ribeiro: "(...) que precipitação tem,

pois, sido a vossa em promulgar tantos decretos? Ao menos se nos consultásseis!" E passava a explicar como funcionava o governo republicano em Pernambuco[9]: "(...) compõe-se de cinco pessoas; (...) assim mesmo, nada e nada legislamos e nem podermos legislar, sem consultar o Dr. Caldas, e o Dr. Antônio Carlos, (...) Gervásio Pires Ferreira, os Secretários, Padre Miguel Joaquim d'Almeida e Castro, e José Carlos Mayrink". Para concluir, escreveu: "a vista destes nomes posso, sem ofender a modéstia, dizer, que esse governo (da Paraíba) melhor faria, copiando-nos do que inventando precipitadamente, em risco de errar: demos um golpe de vista pelos vossos decretos".(PINTO, p. 259/260).

Condenava a abolição das Câmaras, o que lhe parecia ser um absurdo, e elogiava a lei que mandava recolher as patentes portuguesas e acabava com as insígnias Reais, porque "é enérgica e justíssima: se for obedecida, grande passo se deu para a Liberdade!". Também elogia a lei que aboliu os tributos do novo imposto sobre carne fresca, lojas, tavernas etc., e acrescenta que, lá, em Pernambuco, "já tínhamos feito o mesmo".

Já, sobre a lei que igualava os direitos da Alfândega entre as nações estrangeiras e reduzia à metade o que antes pagavam, o Padre João Ribeiro criticava, questionando-se sobre a segunda parte dela: "(...) com que dinheiro pretende sustentar as tropas da Paraíba?" E ia mais adiante, na crítica, no que parecia sensato, mas não aceitava o que propunha a lei que tinha em vista o aumento dessa cidade, "chamando para aí os estrangeiros". Advertia que isto era para a paz, e não para o momento "em que os cidadãos da Paraíba devem cuidar tão somente na defesa de suas pessoas, e não em aumentar por ora, a cidade (negrito nosso), porque não nos convém tê-las muitas (sic) grandes a beira-mar" (*Idem,* p. 261). Vale lembrar que, àquela altura, Recife era apenas uma vila; Olinda era a cidade capital. A Paraíba, desde sua fundação como capitania real, tinha a sua sede como cidade.

O padre concordava com a proibição de "que alguém seja preso por de-

---

9 Por essa formação de governo nota-se, na comparação com a do governo da Confederação do Equador, a estranha forma de puro presidencialismo, capitaneada pelo então presidente de Pernambuco, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que imitará, em 1824, o presidencialismo dos Estados Unidos, onde se exiliara no pós-1817.

núncia etc. Bravo! Esta Lei é muito liberal e tendente a pacificação: louvores sejam dados a quem a propôs, porém deve haver grande vigilância sobre os desgostosos". Do mesmo jeito, animava-se com o decreto para que cidadãos assentassem praça pela Revolução, principalmente pelo prazo de cinco anos. Muito bem calculado, dizia.

Seu estilo é direto, às vezes, condescendente, mas também, duro e, até irônico. Por exemplo, quanto ao decreto perdoando criminosos, ele dizia que a lei começava bem, mas acabava mal, pois o Governo não devia ser Juiz e que esta lei era uma mixórdia, e que se devia suspendê-la e esperar o que Governo Provisório, em Pernambuco, estava montando com a divisão dos três Poderes, legislativo, executivo e judicial (*Idem,* p. 261/2).

Ao criticar os ordenados da Secretaria do Governo, dizia que o ideal era que fossem mais altos, mas devia-se atender à economia de guerra, para que se pudesse ter tropas e armas, "que é o essencial" (*Idem*, p. 262). Também rechaçava o decreto que perdoava metade dos direitos de exportação do algodão etc. O Padre João Ribeiro, a respeito disso, parece se munir de uma ciumeira: "Eis outra vez a balda de querer fazer da Paraíba **uma grande cidade** (negrito nosso) antes de estar decidida a questão de quem ela será". Em seguida, pergunta: "não era melhor a medida já proposta por este Governo (de Pernambuco?), de haver aqui (no Recife?) quem receba esses direitos por conta da Paraíba? E sugere que "(...) Esta Lei, bem como a outra, deve ser revogada já e já; é o remédio que há: (...) e vós, meu Padre, não subscreva tais Leis a torto e a direito" (*Ibidem*).

O padre parece perder a calma a respeito do decreto de 27 de março referente ao pau-brasil, explodindo a frase: "Esta Lei foi feita de um murro, perdoai-me a expressão!" Em seguida, com paciência, tenta mostrar a fórmula com que todos lucrarão: "Vós, que tão pródigos vos tendes mostrado com direitos de importação e exportação menos gravosos, quereis recuperar o que ali havíeis perdido, com o pau brasil alheio?" E pede que os revolucionários paraibanos esperem que o Diretório pernambucano decida, pois "Sobre estes objetos temos sobre a mesa um Decreto, que vai ser publicado; o qual restitui o pau brasil aos donos das terras que o criam, pagando um direito de exportação que o Estado lucra e lucra o proprietário" (*Ibidem*).

Finaliza a consulta enviada pelos membros da Junta Paraibana, que plei-

teiam uma consciência política para a criação de uma República regional, visando o sucesso:

> Eis o que tenho a dizer sobre os vossos decretos de bem e de mal: segundo penso o nosso governo talvez sobre eles vos faça reflexões, que não deveis desprezar: a incoerência dos vossos decretos (falo dos que me parecem tê-la) **me confirma na opinião, de que Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará devem formar uma só República, devendo edificar uma cidade central, para capital** (negrito nosso): cá, no nosso conselho, há quem seja de voto contrário: mas eu tenho experiência do país; e há grande falta de políticos e sábios; de sorte, que para haver alguma coisa é necessário, que se reúna o bom de todos, enquanto se não propagam as luzes; além disto estas Províncias (sic) estão tão compenetradas e ligadas em identidade e de interesses, e relações que não se podem separar; e para que não penseis, que digo isto afim (sic) de engrandecer Pernambuco, sujeitando-lhe as outras províncias, como antigamente, vede que proponho, como condição essencial, o levantamento de uma cidade central, que pelo menos diste 30 a 40 léguas da costa do mar, para residência do Congresso e do Governo; tomai isto em séria condição; um obstáculo acho eu, que é em semelhante distância e proporção um local fértil, sadio e abundante de boas águas para semelhante fundação; o certo é que tenho viajado pouco! E cumpria, que esta capital fosse na Paraíba; esse governo deve manter para aqui uma correspondência ativa de dois correios por semana; este governo pagará metade da despesa. (*Idem,* p. 263).

Em seguida, como se fosse um *post scriptum* (que o faz mais abaixo), informa à Junta que "A 28 deste começou a trabalhar a nossa imprensa; e vos remeto o seu primeiro trabalho para espalhardes e mandardes para o sertão; a Deus (sic), meus amigos. Recife, 30 de março de 1817, uma hora depois da meia noite, ou 31 de março; sou todo vosso. João Ribeiro".

No PS (*post scriptum*), rogava aos bravos republicanos, correligionários da Paraíba, que fossem "mais circunspectos em promulgações de decretos que vos podem comprometer e comprometer-nos estragando a boa causa; vede, que a nossa situação é assaz melindrosa; parai um pouco e consultai-nos".

E se lamentava de que não "(...) Não vos podemos mandar o Dr. João de Deus, porque infelizmente está no Rio, ele vos seria útil, como político, que é, do que vós precisais, e não de Jurisconsulto, salvo se persistirdes em ser Juízes", nem o Doutor Antônio (trata-se de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva), "por nos ser de absoluta necessidade e não o podermos dispensar". Em seguida, saudava que "Alagoas está por nós", e mandava dar parabéns ao Estêvão (Carneiro da Cunha — o padre não sabia que este rejeitara a Revolução e se escondera), alegando que o irmão do Estêvão, lá, em Pernambuco, se portara de tal maneira que fora promovido a Coronel. Mandava, junto com aquela carta, 409 "precisos", os panfletos revolucionários, "que repartireis com os membros do governo, com Estêvão José Carneiro e com o Coronel Amaro, 5 a cada um, e 10 para o Rio Grande do Norte; cada um espalhe o seu para o interior. Nós não podemos mandar um membro para lá persistir; mas irá para arranjar" (*Ibidem*).

O destino das cabeças cortadas

No entanto, todo esse sonho de se libertar do jugo repressor absolutista emanado de Portugal começou a ruir. Em fins de abril, já começava a contrarrevolução, liderada pelo coronel Mathias da Gama Cabral, quando as forças republicanas, sob o comando de Amaro Gomes Coutinho, no cerco de Tibiri, se recusaram a obedecê-lo; já estavam aliciadas pelos monarquistas. É de estranhar a presença do militar Galdino como republicano, filho de João Alves Sanches Massa, outro comandante realista. Levando o líder republicano a se render (PINTO, Op. cit., p. 264). Em seguida, caiu o quartel da Fortaleza de Cabedelo, quando a tropa monarquista matou o comandante republicano (Idem, p. 265-268). No dia 5 de maio, começou a capitulação e, no dia 7, restabeleceu-se o governo português.

Só em 1817, a Paraíba teve seis governos, sendo dois republicanos, que pouco duraram. O primeiro governo revolucionário foi composto por Amaro Gomes Coutinho e Estêvão José Carneiro da Cunha, de 13 a 16 de março; desta data até 7 de maio, compôs-se o governo com o padre Antônio Pereira

de Albuquerque, Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, Francisco José da Silveira (mineiro) e Francisco Xavier Monteiro da Franca. Com a retomada pelo absolutismo, foi criado um triunvirato como capitão João Soares Neiva, ouvidor Gregório José da Silva Coutinho (genro de Amaro Coutinho Sênior e cunhado de Amaro, o Júnior?[10]) e vereador Manoel José Ribeiro de Almeida, que governou até 7 de maio de 1817. O quarto governo, naquele ano, foi do ouvidor geral André Alvares Ribeiro Cirne, coronel Mathias da Gama Cabral e Vasconcelos, e do vereador Manoel José Ribeiro de Almeida, em 9/6/17. O quinto governo foi então assumido pelo governador Thomaz de Souza Mafra, nomeado que fora em 20 de março de 1817, mas só assumiu em 12 de junho[11].

Dois dias depois de caída a República, voltou à Paraíba o jovem José Peregrino Xavier de Carvalho, com sua tropa. O pai de Peregrino, o advogado provisionado Augusto Xavier de Carvalho, pediu que depusesse as armas, a quem obedeceu e seguiu preso para Cabedelo (Idem, p. 269). Em maio, foram presos José Peregrino Xavier de Carvalho, José Maria de Mello e Albuquerque, Antônio de Oliveira, Joaquim Baptista Avundano e Amaro Gomes Coutinho. Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, Padre Virgínio Roiz (Rodrigues) Campello, Padre Veríssimo Machado Freire (vigário de Mamanguape), Francisco José da Silva e Felippe Maria (Menna) Callado da Fonseca; João de Albuquerque Maranhão, o preto Estêvão de Lima, do regimento dos Henriques; o cabra Joaquim de Santa'Anna, escravo de Amaro Gomes Coutinho; e Antônio Quintiliano (Idem, p. 275/6). Foram presos e enviados para Pernambuco 78 revolucionários, entre padres (10) e

---

[10] Em 13 de agosto de 1799, do ouvidor-geral da Paraíba, Gregório José da Silva Coutinho requeria ao príncipe regente D. João, licença para casar-se com a filha do coronel Amaro Gomes Coutinho (Sênior?) e de Cândida da Rosa Teresa de Aragão, e poder administrar os bens advindos desse casamento. AHU-Paraíba, cx. 18. AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2514. Foi também neste ano que mandou prender o advogado provisionado Augusto Xavier de Carvalho.

[11] Mafra passou pouco mais de dois anos, e entregou o cargo ao governador português coronel Joaquim Rebello da Fonseca Rosado, que assumiu em 25 de agosto de 1819. Rosado ficou no cargo até as mudanças emanadas da Assembleia Constituinte portuguesa que pregava a eleição de Juntas Provisórias nas províncias. (PINTO, V.I, 1977, p. 355).

militares (29), por serem cabeças de revolta. Enquanto isso, boa parte dos civis e moradores (40 deles) ficou presa na cadeia da cidade.

Julgados no Tribunal da Relação, em Pernambuco, sob o governo de ferro, o general Luiz do Rego Barreto, foram condenados à morte por enforcamento em 21 de agosto: José Peregrino Xavier de Carvalho, Francisco José da Silveira e Amaro Gomes da Silva Coutinho. No dia 26, é lido o sumário dos outros implicados, entre eles, o Padre Virgínio Rodrigues Campello, pernambucano e vigário de Campina Grande, que foi condenado a 10 anos de degredo em Angola. Em 6 de setembro são 'justiçados', no Recife, o padre Antônio Pereira de Albuquerque, tendo este cabeça e as mãos decepadas, e Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, as mãos decepadas e expostas (Idem, p. 288/9 e 293). Ao todo, foram enforcados 12 presos políticos, sendo 7 de Pernambuco e 5 da Paraíba.

Em setembro de 1818, treze paraibanos ainda mofavam nas cadeias do Recife, quando foram mandados, num lote (como a repressão administrava), de 104 presos políticos, para os cárceres da Bahia, de onde a maioria só saiu em 1821. Alguns que foram tomados como cabeças do movimento, a exemplo do advogado Augusto Xavier de Carvalho, pediram clemência ao rei e, em breve, já ocupavam cargo político local. Daqueles republicanos, três ex-presos políticos foram eleitos para a Assembleia Constituinte Portuguesa de 1821: o pernambucano residente na Paraíba, padre Virgínio Rodrigues Campello; o paraibano que vivia em Pernambuco, Dr. Francisco de Arruda Câmara[12]; o militar Francisco Xavier Monteiro da Franca; e o padre José da Costa Cirne. (PINTO, V. II, 1977, p. 10).

A Assembleia Constituinte portuguesa, que entrou em atividade em janeiro de 1821 para apressar as mudanças políticas, aprontou um documento de 34 bases para ser posto em prática imediatamente. Disto, ocorreu a liberdade de todos os presos políticos da revolução republicana de 1817 no Nordeste, sendo 119 apenas da Paraíba, ou que aí viviam ou, aí, foram detidos. Assim que voltaram para o Recife, os ex-presos políticos cuidaram

---

[12] O médico tinha residência em Goiana, mas com negócios de gado na Paraíba, pois descendia dos Arruda Câmara de Pombal; além de ser membro da Santa Casa de Misericórdia de Goiana.

de planejar a derrubada do general governador de Pernambuco, criando uma Junta constitucional na vila de Goiana, limites com a Paraíba, de acordo com as bases da Constituição portuguesa, que ainda estava sendo escrita.

Os republicanos José da Cruz Gouvêa[13] e Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, anistiados em 1821, foram eleitos em 1823 à Constituinte brasileira, junto com Augusto Xavier de Carvalho[14]. Outro, o senhor do engenho Manoel Lobo de Miranda Henriques, genro do tenente-coronel republicano Francisco José da Silveira, foi perdoado pelo aviso Régio de 2 de outubro de 1820 e libertado mais cedo (NEVES, 2017, p. 287; LOBO JÚNIOR, 1946, p. 59-65).

Estêvão José Carneiro da Cunha e José da Cruz Gouvêa conseguiram se refugiar, indo Carneiro da Cunha para Londres, de onde enviou um

---

[13] Historiadores se dividem sobre a naturalidade de José da Cruz Gouvêa, se da capital paraibana, se de Areia; lançamos mais dúvidas, pois na Relação dos sequestros dos bens dos revolucionários, em 1820 foram sequestrados em Itabaiana, 5 cabeças de bois, 2 de cavalos, "um pouco de algodão", além da renda de duas casas nesta povoação, por João Barbosa Leão (Relação dos sequestros..., 139).

[14] Augusto Xavier de Carvalho era advogado provisionado, provavelmente a partir de 1786 quando solicitou à rainha, para advogar na Paraíba. Em 1801, pede provisão vitalícia para advogar também em Pernambuco; em 1803, solicitou o posto de tenente de infantaria de Milicia da Paraíba. Havia desavenças antigas entre Augusto Xavier de Carvalho e o ouvidor geral, Gregório José da Silva Coutinho. Em 4 de junho de 1799, o ouvidor-geral da Paraíba, Gregório José da Silva Coutinho, informava à rainha D. Maria, que suspendera e mandara prender o advogado Augusto Xavier de Carvalho, por insultar as partes contrárias. Anexo: 2 docs. AHU-Paraíba, mç. 39. AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2497. No ano seguinte, era Augusto que abria queixa contra o Ouvidor. Já em 13 de janeiro de 1800, o príncipe regente D. João, ordenava ao desembargador sindicante José de Melo Freire da Fonseca informar-lhe sobre a representação do povo da Comarca da Paraíba do Norte, assinada por Bento Luís da Gama e Melo, Augusto Xavier de Carvalho e Matias da Gama Cabral e Vasconcelos, contra o ouvidor da Comarca da Paraíba, Dr. Gregório José da Silva Coutinho. Anexo: 1 doc. AHU-Paraíba, mç. 34. AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2564. Catálogo de Manuscritos...

Augusto Xavier de Carvalho foi eleito secretário para a primeira Junta provisória constitucional da Paraíba, em 26 de outubro de 1821, sendo reeleito duas vezes seguidas. Elegeu-se deputado constituinte, e mesmo tendo sido cassado por D. Pedro, em 13 de novembro de 1823 e assinado o manifesto dos constituintes, no Recife, em 13 de dezembro daquele ano, aceitou ter sido nomeado secretário do ao presidente nomeado Felipe Neri Ferreira Talvez a experiência de secretário das Juntas o tenha levado a servir no mesmo cargo.

dossiê, aderindo à restauração da monarquia, prontificando-se até a servir como simples soldado (Documentos Históricos, Op. cit., p. 44/5). Negou sua participação como liderança; que fora coagido por José Peregrino de Carvalho, bem como por seu cunhado, Amaro Gomes Coutinho.

Enquanto isso, entravam no limbo da memória cabeças decapitadas, mãos decepadas e salgadas (salpresas, se dizia), expostas em cada praça, onde pregaram os bravos republicanos. Na vila do Pilar, isso será uma memória viva para o jovem agricultor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque.

Capítulo II

Os reflexos das bases da Constituição Portuguesa em Pernambuco e Paraíba, em 1821[1]

Com a libertação dos presos republicanos de 1817, ocorre a congregação dos ideais liberais e não mais claramente republicanos, devido à politização da prisão de quatro anos na Bahia e à abertura da Assembleia Constituinte Portuguesa, em janeiro de 1821, com a subsequente plataforma liberal e constitucionalista exarada nas Bases da Constituição. Segundo a pesquisa que efetuei sobre a Revolução Liberal Constitucionalista (MELO, 2022), em Pernambuco, também se fizeram germinar conchavos e alianças entre as duas províncias vizinhas, a partir das lutas pró-constituição portuguesa (1821-1822), quando ambas lutavam para acabar com a dominação do absolutismo colonialista em suas terras. A cronologia que se segue mostra bem o intercâmbio entre as duas, tanto da parte dos liberais quanto dos realistas. Mesmo porque, em caso de limites provinciais, o sul da Paraíba permaneceu terra de ninguém, pois Pernambuco estendia suas relações ao norte de Goiana, atravessando seu rio e "colonizando", pela igreja e o sistema de freguesias, em que a freguesia paraibana de Taquara dependia da freguesia de Goiana; bem como pelas relações político-administrativas, como as herdadas pelo sistema de capitania, já que os limites eram empíricos. Neste caso, e já adiantando informações do conflito para tirar o presidente nomeado da Paraíba do cargo, e em apoio a Félix Antônio, presidente eleito por algumas câmaras, Manoel de Carvalho Paes de Andrade enviou para Alhandra, na Paraíba, dois batalhões de milícias e um parque de artilharia (BRANDÃO, p. 202-203). Fez o mesmo o governo pernambucano, posteriormente, nos

[1] Uma versão deste estudo saiu publicada como "Reflexos da Constituição portuguesa de 1821 em Pernambuco e Paraíba". Revista Genius, nº 39, João Pessoa, abril de 2021, p. 29-31. O título correto é este "Os Reflexos das Bases da Constituição Portuguesa em Pernambuco e Paraíba, em 1821".

limites entre as vilas de Goiana e Pilar, ao instituir em Serrinha (hoje, Juripiranga) um comando militar que passaria a ajudar o presidente Félix Antônio. Portanto, esta terra de ninguém será a capital da instabilidade e da esperança políticas para ambas as províncias.

Outro elemento de costura entre as duas províncias será o humano, membros de famílias latifundiárias ou oficiais nomeados trafegam entre as duas províncias, como os Carneiro da Cunha e as variações Albuquerque e Cavalcanti. Os Rodrigues Chaves na capital e até no Ceará (um membro apenas, mas importante no processo histórico). A família Pereira de Araújo, do Rio Grande do Norte, tem membros também na Paraíba e no Ceará, que termina por acolher o líder confederado Félix Antônio Ferreira de Albuquerque. Há também a família Lins, de Goiana, ramo de Areia, com participantes diretos nos combates. Até mesmo um funcionário menor, como o paraibano Joaquim Baptista Avondano (ou Avundano), que participa de um grande Conselho de oficiais em Olinda, votando em 18 de setembro de 1823 para demitir o governador das armas de Pernambuco, Joaquim José de Almeida, que tinha apoio de uma facção militar na Paraíba, junto ao governador das armas na Paraíba, Francisco de Albuquerque Melo. Em 2 de maio de 1824, na Paraíba, Avondano é eleito pelo Conselho da Paraíba para ir com o comandante Estêvão José Carneiro da Cunha, observar o Conselho de Areia, que pregava a rejeição ao presidente nomeado, Felipe Neri Ferreira (PUBLICAÇÕES. Archivo Nacional, p. 45; PINTO, p. 52-57).

A campanha constitucionalista, que se desenvolveu a partir de Pernambuco em 1821, pavimentou os encaminhamentos para a independência, bem como inaugurou, no Brasil, uma nova etapa de sociabilidade e liberdades políticas. Era o resultado da campanha "vintista", iniciada com a revolução do Porto, em 24 de agosto de 1820, do Coronel Brito Cabreira[2], em Portugal, com apoio dos espanhóis, junto à Câmara do Porto, e posterior adesão de Lisboa. Além disso, esse movimento não pode ser descartado da

---

[2] Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, presidente do Conselho Militar que apoiou o Movimento de 24 de agosto de 1820 ("Revolução do Porto"), sendo nomeado vice-presidente da Junta Provisória do Supremo Governo do Reino, formada no Porto, marchando dali para Lisboa. Disponível em https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Sebastiao-Cabreira.aspx

influência causada pela revolta e Constituição de Cádiz, na Espanha, em 1812, já fruto das guerras antinapoleônicas.

No Brasil, o expoente máximo deste movimento liberal e constitucional veio a ser a "Revolução" liberal e constitucionalista de Goiana de 1821, que coroou o engajamento brasileiro no constitucionalismo português. Seguimos aqui as análises de um historiador, Dênis Bernardes (2006), no caso particular de Pernambuco, para verificarmos o que ocorreu, histórica e politicamente, como reflexos na Paraíba, sob o guarda-sol das bases da constituição portuguesa[3] de 1820/1, ou do que se acostumou chamar de "vintismo"[4].

As Cortes portuguesas foram eleitas, em dezembro de 1820, com deputados tanto de Portugal quanto do Brasil, que chegaram depois, para elaborar uma constituição, já que o Reino Unido de Portugal e Algarves estava acéfalo, pois só o reino do Brasil tinha rei, fisicamente, e Portugal encontrava-se sob a gestão da Inglaterra.

Em janeiro de 1821, as Cortes começaram a funcionar já contando com delegados brasileiros, entre eles o baiano Cipriano Barata e a ala mais radical dos delegados brasileiros, a pernambucana, que acabara de sair dos cárceres recifenses e baianos, como presos políticos da Revolução Republicana de 1817. A Paraíba elegeu os deputados Francisco de Arruda Câmara (III) (republicano em 1817 e que não chegou a participar), o padre pernambucano Virgínio Rodrigues Campelo (vigário de Campina Grande, que esteve preso na Bahia por ser republicano e solto em 1820), o Padre José da Costa Cirne,

---

[3] Os 32 itens das Bases da Constituição Portuguesa que foram publicadas em Lisboa, em 9 de março de 1821, pelas Cortes Constituintes, só, tardiamente, apareceram impressas em Pernambuco, no jornal Segarrega, do liberal português, Felippe Menna Callado da Fonseca ("Filarete" — pseudônimo como redator). Foram publicadas no nº 20 (de 2 de novembro de 1822, p. 3 e 4) e 21 (de 20 de janeiro de 1823, p. 1). A Constituição Portuguesa só foi aprovada em 23 de setembro de 1822. Felippe Menna Callado da Fonseca, em 1817, foi preso como republicano, na Paraíba; solto em 1821, tornou-se um dos líderes da "revolução" liberal e constitucionalista da Junta de Goiana, em 1821, junto com seu colega de prisão, o paraibano Manoel Clemente Cavalcanti de Albuquerque. (Ver MELO, 2022, passim).

[4] Sobre esse conceito, ver SORGINE, Juliana Ferreira. Da colônia às Cortes. A formação da Junta Governativa de Goiana e a crise do Antigo Regime Português em Pernambuco (1821). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos. Rio de Janeiro, 2005.

que assumiu como substituto, e Domingos da Conceição, que, por morar no interior, não viajou logo, só assumindo em julho de 1822. Segundo Carvalho (2003), Francisco de Arruda Câmara "jamais compareceu nem enviou diploma, julgando inútil senão ridícula a sua presença em conselho que não atendia aos votos da pátria[5]. Já o padre Virgínio, "desembarcado em Lisboa no meado de agosto, nunca se apresentou nas Cortes, apesar de ter sido solicitado por meio com instância, por não jurar o pacto social, o que não convinha ao reino ultramarino" (p. 304). Quanto aos dois outros, o padre José da Costa Cirne que era suplente, e Francisco Xavier Monteiro da Franca, nenhum dos dois assumiu, pois "havia informação que Arruda Câmara e o padre Virginio não tardariam a assumir" (p. 303 e 165).

O engajamento da Paraíba parecia tão promissor que, mesmo sob o jugo de um governador militar português, o coronel Joaquim Rebello da Fonseca Rosado, este fez promulgar as Bases da Constituição em 17 de abril de 1821, antecipando-se até a de Pernambuco (29 de maio). Depois, as bases da Constituição foram juradas pela Câmara da capital em 10 de junho, mesmo "concorrendo para isto as instâncias do Batalhão de linha aqui estacionado" (PINTO, 1977, Vol. II, p. 3 e 9).

O Constitucionalismo trazia esperança e liberdade para os brasileiros, na análise de Bernardes, pois o que suscitou o movimento liberal e constitucionalista de Goiana, que terminou por constituir um governo provincial próprio naquela vila fronteiriça à província da Paraíba, foram duas cláusulas básicas emanadas das Cortes: a legitimação de todos os governos estabelecidos ou a eles se estabelecerem "para abraçarem a sagrada causa da regeneração política da nação portuguesa"; e o alerta de que quaisquer

---

[5] O conceito de pátria, que começa a surgir com o vintismo, além de ser um tanto empirista porque começa a se basear no cidadão, até então (e mesmo continuando em certos aspectos) significa "lugar reservado a 'homens-bons', baseado em nexos de propriedade e privilégios (RIBEIRO, Gladys, 1998, apud MARIANO, 2003, p. 96). A partir do vintismo, Caneca vai redefinir o conceito de patriota e, como tal, o de pátria, dizendo respeito mais ao lugar onde o indivíduo nasceu e constituiu família, o que vai ser lançado sempre pelas elites comandantes como recurso de luta, mesmo contra a província vizinha, independente de ideologia política. Ou seja, quando se jogam soldados contra ideias republicanas de outra província, nem sempre se recorrem à ideologia que se porta, mas ao sentimento territorial de pátria, no velho sentido.

autoridades que se opuserem à regeneração serão responsáveis pelos males que causarem. Dessa maneira, adverte Bernardes, as Cortes legitimaram o que antes era crime: criar governo independente da autorização do rei; e tornaram crime o que era virtude: a fidelidade à Coroa e a seus delegados. Foi por isso que a Junta de Goiana, munida da Resolução de 18 de abril de 1821 e do Decreto de 24 do mesmo mês, bem como do Aviso do Príncipe Regente D. Pedro de 21 de agosto, legitimou-se diante do general português e governador de Pernambuco, Luiz do Rego Barreto. (BERNARDES, *Op. Cit.,* p. 321-322; MELO, 2022, p. 42).

O vintismo atingiu cedo o Brasil, mesmo antes de as bases da Constituição serem publicadas, em 21 de fevereiro. A Província do Pará e a da Bahia já haviam constituído suas juntas governativas. O movimento de Goiana foi o pioneiro na busca de se juntar ao constitucionalismo no Brasil, até pelas armas, uma vez que houve uma brutal resistência do General de Pernambuco, Luiz do Rego Barreto, militar das campanhas contra as tropas francesas em Portugal. Fora enviado por D. João VI para reprimir os republicanos com mão de ferro, desde julho de 1817. O general se recusou a reconhecer as bases da Constituição, não fazendo de imediato o reconhecimento da Constituição, apenas fazendo com que o Conselho consultivo da Província se autotransformasse em "Junta", sem receber esse nome, mas o de Conselho Governativo, sendo ele, bajulatóriamente, "eleito" Presidente (MELO, 1822, Capítulo 8: A Junta "Amassada" de um General Acuado, p. 137-151).

*

Com a convocatória para uma Assembleia Constituinte, a eleição em Pernambuco, mesmo controlada por Luiz do Rego Barreto, conseguiu eleger deputados, alguns republicanos disfarçados. São esses que começaram a desconfiar do caráter que a Constituinte estava tomando, com um ranço colonialista, ao exigir a volta da Corte para Lisboa, agora sob Constituição, prevendo-se até a volta do Brasil ao status de colônia. Já a delegação paraibana, mesmo com alguns "republicanos", não teve o mesmo vigor que a da província vizinha. Desfalcada, não se fez ouvir, já que dos seus deputados, os mais representativos, Francisco de Arruda Câmara (o 3º homônimo),

republicano de 1817, que não chegou a ir para Lisboa. Outro deputado eleito pela Paraíba foi o pernambucano radicado na Paraíba, Padre Virgínio Rodrigues Campelo[6], que tardou em ser aceito pela Assembleia e, pouco depois, foi eleito para a Constituinte brasileira, mas como estava na de Lisboa, assumiu, no Brasil, um substituto.

A adesão de parte das elites proprietárias no Brasil ao movimento em prol de Juntas Governativas, entretanto, residiu no conteúdo das bases da Constituição quanto à propriedade: "A propriedade é um direito sagrado e inviolável que tem todo o cidadão de dispor à sua vontade de todos os seus bens, segundo a lei" (BERNARDES, *Op. Cit.,* p. 321-322). Acabava, segundo Bernardes, as requisições de bens dos súditos para confiscos, imposições de taxas (até para casamentos de descendentes reais), impostos, empréstimos e contribuições forçadas, alojamento e manutenção de tropas às expensas da população. (*Idem*, p. 274).

O governador português da Paraíba, coronel Joaquim Rebello da Fonseca Rosado, no início, ficou contra o constitucionalismo, prendendo suspeitos por meio do comandante das tropas, tenente-coronel José de Araújo da Cruz. Este veio a ser um dos delegados que foram enviados à Convenção de Beberibe, em outubro de 1821, para ajudar na pacificação de Pernambuco nesta convenção.

Enquanto os revolucionários de Goiana tentavam derrubar o general Luiz do Rego, este pediu ajuda ao governo da Paraíba para conter as tropas goianenses. No entanto, o coronel Joaquim Rebello da Fonseca Rosado, pressionado pela Câmara da capital e sociedade, decidiu enviar uma delegação pacificadora à Convenção de Beberibe, marcada pelo Governo de Goiana, pois aí estava sediado e aquartelado.

*

Uma das primeiras atitudes que a Junta de Goiana, eleita em 29 de agosto de 1821, foi pedir ajuda ao governo da Paraíba para não só mandar armas

---

[6] Anistiado da cadeia da Bahia, pelo aviso Régio de 2 de outubro de 1820, (NEVES, 2017, p. 287) foi eleito para as Cortes Constituintes portuguesa, em 1821.

e homens para a luta constitucionalista, mas até pedindo que o governador português não ajudasse seu patrício de Pernambuco. Além do mais, sugeria até ao coronel Joaquim Rebello que ele mesmo convocasse eleição para uma junta na Paraíba. Pediam os liberais de Goiana que a Paraíba os auxiliasse "com artilharia, gente disciplinada, armamento, munição de guerra de toda a qualidade, contra a guerra e força lhe faz o Conselho Constitucional de Pernambuco" (PINTO, V. II, p. 15 e 16). Conselho Constitucional foi a invenção de Luiz do Rego para não convocar eleições de paróquias e comarcas, a fim de eleger uma Junta. Apenas convocou seu já existente Conselho, e este o referendou como presidente da entidade, além de Governador da província e governador das armas.

Vale lembrar, àquela altura, que a Junta de Goiana se formara com lideranças pernambucanas, portuguesas e, pelo menos, com um republicano paraibano de 1817, o pilarense Manoel Clemente Cavalcanti de Albuquerque. Este, junto com seu pai, o capitão-mor de Itabaiana, João Baptista Rego (Cavalcanti de Albuquerque), tanto no Pilar quanto em Itabaiana, pediu apoio para impedir reação de Joaquim Rebello. A mesma tática foi levada a efeito quando os líderes Felippe Menna Callado da Fonseca e Manoel Clemente tiveram de aliciar constitucionalistas na capital paraibana, tudo dentro do maior segredo. Com a vitória para criar a Junta provisória, Manoel Clemente foi eleito secretário deste Governo de Goiana e, depois, no avanço das tropas para cercar o Recife, foi nomeado um dos comandantes de tropa.

O general Luiz do Rego Barreto recorria ao patrício da Paraíba para invadir Goiana e evitar que a revolução descesse para o Recife. Este tipo de atitude era comum nos tempos das capitanias em que o capitão-general de Pernambuco exigia subserviência das capitanias anexadas[7]. Falava dentro de um catálogo colonialista. Exigia o mesmo tratamento naquele momento, sem se dar conta que, agora, eram províncias do Reino Unido, cuja Corte

[7] No caso particular de Goiana, essa vila esteve na órbita da Ouvidoria Geral da Paraíba até 1815, conforme as Ordenações, pela menor distância entre as capitais das capitanias, Olinda e cidade da Paraíba, e por ser a Paraíba, desde o início, uma capitania Real e não hereditária, onde ficava instalada a ouvidoria.

estava no Rio de Janeiro, mas quem deliberava era a Assembleia Constituinte em Portugal.

No sentido inverso, o governo constitucional de Goiana ousou solicitar ao governador Rosado que interviesse com tropas em seu favor. Assim, entre dois pedidos contraditórios, decidiu o Conselho da Província da Paraíba que

> (...) não convinha entrar em qualquer partido sem que primeiro se tomasse o mais prudente e escrupuloso conhecimento da razão e justiça verdadeira daquele que a tivesse e que em primeiro lugar o Governador desta Província garantisse a paz e a harmonia entre os dois partidos da Capital de Pernambuco e da Villa de Goiana, mandando imediatamente desta cidade uma deputação que se assentou também por votos que fosse de três pessoas (...) para negociar a paz e concórdia entre os povos dos dois ditos partidos: informando-se nesta diligencia qual dos sobreditos dois partidos tem justiça no seu procedimento, assim como se os motivos ofensivos são próprios para o procedimento hostil que praticado qualquer dos dois governos pelos movimentos que tem executado" (PINTO, V. II, p. 16).

Em 15 de agosto de 1821, no palácio do governo da Paraíba, fez-se uma sessão com o clero, tropa e cidadãos, sendo Padre Albano Monteiro de Sá, da cidade de Areia, e advogados padre Antônio da Trindade Antunes Meira e outro; vários comandos militares, entre eles o sargento-mor de Areia, Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, para "deliberar as providências contra o vigário de Sousa, Padre Cláudio Alves da Costa e capitães Luiz José da Cunha e Antônio do Nascimento e Sá que se opõem ao juramento da Constituição Portuguesa e eleições paroquiais "(PINTO, V. 2, 1977, p. 9). Nessa reunião, estão alguns nomes que vão se revoltar mais tarde, como o sargento-mor de milícias Manoel Mâncio Judici Biquer e Amaro Gomes Pereira, sendo tenente-coronel João de Araújo da Cruz[8].

Este conselho (no governo de Rosado) votou em enviar uma tropa co-

---

[8] Esse tenente-coronel arrematou a renda anual de 40$000 (quarenta mil réis), a partir de 1819, de um sobrado do revolucionário Amaro Gomes Coutinho, (Relação dos sequestros..., p. 144).

mandada por João de Araújo da Cruz. No entanto, voltou-se atrás pelo inconveniente da estação e do desabrigo que deixaria a capital, decidindo-se pelo envio de uma delegação comandada pelo tenente João Maria Mascarenhas Rosado, alfrtrd José Ferreira da Cosa, o capitão-mor José Alves Vianna, o sargento-mor Paulo de Araújo Soares, o padre Leonardo José Ribeiro e capitão Antônio José da Silva e conscientizar aquele grupo das vantagens da Constituição (PINTO, *Op. Cit.,* p. 10).

Em 27 de agosto de 1821, na catedral da Paraíba, fez-se a eleição para deputados às cortes de Lisboa saindo Franciso de Arruda Câmara, Francisco Xavier Monteiro da Franca e Virgínio Campello eleitos deputados e o Padre José da Costa Cirne, substituto. Alegava-se, em setembro, de que Virgínio não teria os 7 anos de residência na Paraíba, mas um Conselho provincial decidiu que só as Cortes de Lisboa poderiam decidir, já que o padre, sendo pernambucano, havia apenas três anos que estava à frente da freguesia de Campina Grande, passara 4 anos preso na Bahia (*Ibidem*). Chegaram a tomar posse em Lisboa o militar Francisco Xavier Monteiro da Franca e o substituto eleito, Padre José da Costa Cirne. O padre Virgínio Campello viajou posteriormente e tomou posse posteriormente, enquanto Francisco de Arruda Câmara não compareceu, provavelmente por se achar doente, ou por não acreditar na eficácia das propostas.

A participação da Paraíba na pacificação de Pernambuco – a Convenção de Beberibe.

A Câmara da Capital da Paraíba, por seu caráter de representar a sociedade paraibana por meio de eleições, tinha um comportamento diferente na administração da coisa pública em comparação com a velha política, representada na pessoa do coronel Joaquim Rebello da Fonseca Rosado. Assim sendo, em 23 de setembro de 1821, levou ao conhecimento do governador coronel, a intenção de evitar o envio de tropas em apoio ao governador de Pernambuco para combater as tropas do governo liberal e constitucional de Goiana. No ofício, a egrégia câmara, ao ter conhecimento de que o mandatário lusitano local havia assumido compromisso de ajudar

o colega de Pernambuco, obedecendo cláusulas colonialistas, convidava-o a comparecer à sessão que debateria esse tema. Afinal, do que se tratava?

O governador Joaquim Rebello, não se dando por derrotado, embora cauteloso, convocou um grande conselho para deliberar se devia ou não mandar tropas para ajudar o governador português de Pernambuco. Este Conselho, em apoio ao que decidira os senhores camaristas (vereadores), sugeriu que se mandasse uma deputação para conciliar os dois lados beligerantes na província, ao sul. Elegeu-se, então, no dia 29 de setembro, uma delegação composta pelo ouvidor geral, Dr. Francisco de Souza Paraíso, pelo tenente-coronel João de Araújo da Cruz e pelo Padre Amaro de Barros de Oliveira Lima.

Foi quando entrou em ação pacificadora a Câmara da capital paraibana em 1821. O historiador paraibano Irineu Ferreira Pinto conta como se deu o conflito, sem gravidade, entre a ordem do governador Joaquim Rebello Rosado da Fonseca e a Câmara de Vereadores da capital, quanto à intervenção armada na Paraíba pelos liberais de Goiana. A Câmara da cidade da Paraíba alegava que o povo paraibano não deveria concorrer para uma guerra civil,

> (...) indo atacar aos nossos mesmos irmãos que se não afastam da Constituição e que só querem sacudir o jugo do despotismo, queira, pois, V. Eª. comparecer pessoalmente nesta mesma sessão (...) para assistir à representação geral dos moradores desta cidade, sobre o que nada podemos deliberar constitucionalmente sem a respeitável presença. Paraíba, 23 de setembro de 1821." (PINTO, V. II, p. 230.)

Assim, a ordem do governador de marchar uma tropa a favor do general de Pernambuco foi suspensa por ato democrático da Câmara da capital, pois, por esse despacho, já se nota que ela aderiu às bases da Constituição portuguesa. A delegação partiu para Goiana, mas lá encontrou apenas alguns líderes liberais representando a Junta de Goiana. Estes não aceitaram de imediato as propostas da delegação, pois o Estado Maior se encontrava, naquele momento, cercando a capital Olinda e a vila do Recife. Esta delegação, que, ao todo, formaria uma caravana de cerca de 40 pessoas, encontrou-se, no

meio do caminho, já depois de ter saído de Goiana, com a viajante e escritora inglesa Maria Graham, que a cita rapidamente, em seu livro.

A escritora inglesa, Maria Graham, que viajava na fragata Doris, em 1821, comandada por seu marido, aportara em Pernambuco e, com o estado de sítio imposto pelo Governo de Goiana sobre o Recife, teve que se deslocar a Goiana para solicitar liberação de abastecer a embarcação. Descreveu a viajante o que viu e ouviu dos revolucionários "vintistas", que formavam o Governo da Junta Constitucional de Pernambuco, sediado naquela vila. Já na ida para Goiana, na companhia de três ingleses, deparou-se com uma delegação de 40 homens, que ela afirma ser da Paraíba, e que ia parlamentar com o general governador de Pernambuco, Luiz do Rego Barreto. Assim, a inglesa descreveu:

> No alto do barranco (...) estava um grupo de quarenta cavaleiros; um dos que vinham na frente trazia uma bandeira branca; diversos estavam vestidos com esplêndidos uniformes militares, outros com as roupas simples dos proprietários rurais. Era uma deputação da Paraíba que ia propor condições a Luiz do Rego. Acabavam de deixar o quartel general do exército sitiante, onde se instalara o governo provisório de Goiana, e estavam acompanhados de uma guarda de honra; após trocarmos cortesias, parte da guarda voltou conosco e os deputados seguiram seu caminho (GRAHAM, 1990, p. 147, *apud* MELO, 2022, p. 196, n. 9).

Então, continuou a delegação paraibana a caminho do Recife, tanto para discutir com o Governo Constitucional de Pernambuco, (a Junta de Goiana), quanto para se encontrar com o governo dos liberais "goianistas", instalado na povoação de Beberibe.

Dali partiu para parlamentar em palácio com o governador Luiz do Rego, no Recife. O tenente-coronel João de Araújo da Cruz, comandante do Batalhão da Cidade da Paraíba, expôs ao governador Luiz do Rego os perigos de uma guerra civil. Arrogante, contra esta delegação, como registraria em sua Memória Justificativa, o governador de Pernambuco teve que aceitar a representação paraibana, porque esta já havia parlamentado junto aos de

Goiana, sobre a pacificação em Beberibe, onde estavam sitiados tropas e Governo de Goiana.

O general Luiz do Rego não gostou dessa intervenção, como registrou em seu livro Memória:

> Um Araújo Comandante do Batalhão da Cidade, que ao tempo de receber se a notícia de minha deliberação do dia 3 de março, pusera a sua gente em armas, e voltara a artilharia para a terra, ameaçando de dar a morte a quem falasse em Constituição; agora Liberal por interesse, como fora servil por esperança de mercês e acrescentamentos da mão d'El-rey, se bandeou com os oponentes à marcha de tropas em favor do Governo do Recife, e se fez nomear membro de uma deputação, que veio, com o colorido de enviada pelo Governador, a servir de medianeira entre o Recife, e Goyanna.
>
> Três deputados, um Araújo, e os outros Paraizo, e Padre Amaro falaram em Beberibe aos Goyannistas, (...) foram admitidos à sala do Governo, aonde em tom enfático ponderou Araújo os males da guerra civil, tendo só em vista ser eleito presidente de uma Junta na Paraíba. Uniram-se estes medianeiros aos dois mandados pela Junta Governativa; e depois de algumas discussões se concluiu a convenção de Beberibe, que se declarou ratificada a 9 de outubro (1822, p. 73-74).

A depreciação intencional que Luiz do Rego faz é impressionante, porque o tenente-coronel João de Araújo da Cruz não teria assestado suas armas contra os liberais, mas, por ordem do Governador Rosado, contra o vigário de Souza, padre Cláudio Alves da Costa, o capitão Luiz José da Cunha e Antônio do Nascimento e Sá, que se opunham ao juramento da Constituição Portuguesa e eleições paroquiais (PINTO, V.II, p. 9).

No dia 5 de outubro, os delegados enviados pela Paraíba, o Ouvidor Geral, Dr. Francisco de Souza Paraiso; o tenente-coronel João de Araújo da Cruz; e o padre Amaro Barros de Oliveira Lima reuniram-se na povoação olindense de Beberibe, onde estavam aquarteladas as tropas liberais constitucionalistas de Goiana, representantes de câmaras municipais, os enviados de Luiz do Rego, o ex-preso republicano de 1817, Gervásio Pires Ferreira e o coronel Luiz Francisco Cavalcanti de Albuquerque.

Ali, naquela povoação olindense, ocorreram, entre 5 e 9 de outubro, as trocas de intenções de cada governo e concluiu-se um Tratado de pacificação da Província, o que ficou na história com o nome de Convenção de Beberibe. Na abertura dos despachos da Convenção receberam-se artigos e proposições de pacificação trazidos a esta junta pelos seus emissários, e pelos delegados da Paraíba, representando o Governo de Goiana, na audiência, na qual ficaram explícitos dois pontos políticos: a retirada do general e seu batalhão para Portugal, e eleições para uma junta civil e pernambucana a ser realizada, em Olinda.

O Governo de Goiana, em uma das cláusulas da Convenção, agradeceu a cooperação oficiosa dos Deputados da Paraíba, liberando-os para regressarem à sua Província e prestarem contas ao seu governo, como o fiel da balança, para que não se rompessem o que ali estava se estabelecendo.

A delegação da Paraíba foi o fiel da balança, oferecendo forças contra qualquer um dos "partidos" que quebrassem o que ali estava se estabelecendo, como liberdade política, soltura de presos e liberação de estradas e embarcações. Assinava a ata todo o governo de Goiana, os representantes do governo de Luiz do Rego e os três delegados da Paraíba.

Na primeira rodada de negociações entre o Conselho Governativo de Pernambuco, cujo presidente era o próprio general governador Luiz do Rego, através de seus representantes, e o Governo Constitucional Provisório de Pernambuco (Goiana), com a delegação paraibana estava à mesa:

> Aos cinco dias do mez de Outubro de mil oitocentos e vinte e um anos nesta Povoação de Beberibe, onde se achava o Governo Constitucional Temporário da Província reuniram-se os Negociadores enviados da Cidade da Paraíba para efeito de garantirem a paz e segurança Pública desta Província entre este Governo e o Concelho Governativo do Recife, o Doutor Francisco de Souza Paraiso, o Tenente Coronel João de Araújo da Cruz, e o Padre Amaro de Barros de Oliveira Lima (Livro de Actas, Códice 109. IAHGP, *Apud* MELO, 2022, p. 198-207).

Assinaram a ata da primeira reunião de conciliação entre os dois governos o presidente Francisco de Paula Gomes dos Santos, do Governo de Goiana,

e demais representantes das Câmaras presentes, os emissários do Governo de Pernambuco, além dos delegados da Paraíba, Francisco de Souza Ferraz, João de Araújo da Cruz e Amaro de Barros Oliveira e Lima.

Indagamos, aqui, se tal posicionamento da delegação da Paraíba teve algum sentido imediato para a política local. Na volta, a delegação pacificadora prestou contas à sociedade paraibana, no dia 14 de outubro:

> (...) depois de lidos e examinados e realmente reconhecidos os referidos documentos e cartas comprovadas com a verdade do sucesso os mesmos Ilmos. Exmos. Srs. Governadores e Deputados e todas as mais pessoas do dito Conselho, abaixo assinadas, reconhecem as trabalhosas diligências e importante serviço que fizeram os referidos senhores enviados, conseguindo com o seu trabalho e incansável diligência a conciliação dos dois governos e em consequência dela a pacificação daqueles povos que se achavam em sanguinária discórdia; e pela parte que lhes toca agradecem a honra, zelo e atividade que empregaram em conseguir o glorioso fim, a que se propuseram (PINTO, V. II, p. 17)

Pela Convenção, ficou acertado que Pernambuco elegeria sua Junta Provisória, o que veio a fazer no dia 16 de outubro, em Olinda, a então capital. Seria um contrassenso se a mesma política não se passasse na Paraíba. Assim sendo, em 25 de outubro, a Paraíba elegeu a sua Junta, sendo presidente o tenente-coronel português João de Araújo Cruz, que ajudara na conciliação dos dois governos pernambucanos.

A Junta Governativa Provisória da Paraíba

Em 25 de outubro de 1821, nove dias depois de eleita a de Pernambuco, a Câmara da cidade da Paraíba e militares, clero e povo, na igreja matriz, em sessão presidida pelo ouvidor geral, Dr. Francisco de Souza Paraíso, contando com representantes das câmaras das vilas de Pilar, Mamanguape, S. Miguel, Vila Nova da Rainha e Conde, além da presença de dois deputa-

dos paraibanos eleitos para a Assembleia Constituinte portuguesa, elegeram uma Junta Governativa Constitucional. Os frutos da ida da delegação a Pernambuco renderam, nesta ocasião, a escolha do tenente-coronel João de Araújo da Cruz para presidente e do português Augusto Xavier de Carvalho como secretário. Saíram eleitos como vogais, o Padre Amaro de Barros de Oliveira Lima, da delegação a Pernambuco, Joaquim Antônio de Oliveira, Padre Galdino da Costa Villar e Francisco Bernardo Cavalcante de Mello. Esta Junta foi reeleita em 2 de abril de 1822. Pode-se dizer que esses foram os primeiros frutos da aula de democracia ocasionada pela participação na Convenção de Beberibe (PINTO, V. II, p. 18; MARIANO, 2005, p. 162).

Embora o coronel Joaquim Rebello Rosado da Fonseca fosse menos recalcitrante do que o general de Pernambuco, Luiz do Rego Barreto, pois o Governo da Paraíba havia promulgado as Bases da Constituição em 17 de abril daquele ano, primeiro que Pernambuco, com a eleição da Junta provisória da Paraíba, a província não entrou em ritmo de calma. Os absolutistas, pelo contrário, ao perderem o poder, reagiram, acusando os constitucionalistas de perseguirem o rei e a igreja, e escravizarem os indígenas. Em fevereiro, a Junta da Paraíba comunicava ao rei o desassossego que se espalhou por diferentes pontos da província, relatando a necessidade de enviar um destacamento para Itabaiana e outro para a vila Real do Brejo de Areia, para restabelecer a paz[9].

A primeira atitude da Junta foi a de enviar dois deputados eleitos para a Constituinte de Portugal: Francisco Xavier Monteiro da Franca e Padre José da Costa Cirne[10], para solicitar ao ex-governador português Joaquim Rebello da Fonseca Rosado sua retirada da Provincia (PINTO, *Idem*). Os paraibanos, por meio de sua Câmara, tinham aprendido bem a lição da

---

[9] Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania de Paraíba Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Carta da Junta Provisória do Governo da Paraíba, ao rei D. João VI. Anexo: 1 doc. AHU-Paraíba, mç. 38. AHU_ACL_CU_014, Cx. 50, D. 3465. Anexo: 3 docs. AHU-Paraíba, mç. 38. AHU_ACL_CU_014, Cx. 50, D. 3473. Anexo: 4 docs. AHU-Paraíba, mç. 38. AHU_ACL_CU_014, Cx. 50, D. 3470.

[10] Republicano de 1817, anistiado pelo aviso Régio de 2 de outubro de 1820, (NEVES, 2017, p. 287) foi eleito para as Cortes Constituintes portuguesas, em 1821.

democracia e iniciavam um governo constitucional, sem derramamento de sangue.

Em 3 de fevereiro de 1822, tomou posse o presidente da Junta, João de Araújo da Cruz, eleito nesta ocasião por 84 eleitores de paróquias, segundo lei a de 1821 (PINTO, 1977, V. II, p. 20), confirmando-se na presidência e na secretaria, Augusto Xavier de Carvalho; reeleito o Padre Galdino e eleitos como vogais Joaquim Manoel Carneiro da Cunha e Padre João Marinho Falcão, vigário de S. Miguel de Taipu. Na ocasião, o Conselho nomeou o sargento-mor graduado Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros como comandante das armas. No dia imediato, entretanto, a Junta já enfrentava um motim por questões de cargos militares no batalhão de linha (exército), exigindo a demissão do capitão Manoel Maria da Fonseca, do comando do batalhão de linha que havia assumido aquele cargo, com a promoção de Trajano Antônio. A cidade viveu dias de instabilidade, pois não se chegava a um acordo. Um pouco de tensão foi acrescentado ao momento político devido à presença, na Bahia da Traição, da tropa portuguesa que havia sido enviada por Portugal para Pernambuco, e ali estava arribada, impedida que fora pelo presidente da Junta pernambucana de lá descer. O comandante requisitara à Junta paraibana licença para descer à terra para refrigério de seus homens (PINTO, p. 20 e 21). Naquele momento, a permissão ocorreu, mas sem comprometimento com a situação local. Posteriormente, essa esquadra acoitou dois líderes absolutistas.

Ainda em fevereiro, a Junta fez uma reunião com autoridades civis e militares para decidir sobre o clima de tumulto na província, consultando se devia tratar os amotinados (absolutistas) a ferro e fogo, se, no caso da população[11] (liberal) pedir armas, se a Junta devia dar. As respostas foram afirmativas e de imediato a Junta mandou prender João Alves Sanches Massa, Manoel da Costa Lima, coronel Mathias da Gama Cabral e Vasconcelos, Domingos José de Carvalho, Padre José Antônio Lima, João Gonçalves (de Pirpirituba), sargento-mor Antônio Galdino Alves da Silva, José Pereira

[11] A população da Paraíba, por volta de 1820 era de 96.448 habitantes. Estatísticas Históricas do Brasil (IBGE), 1990, p. 31 *apud* LEANDRO, 2019. Disponível em https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17095

Neves (de Guarabira) e Antônio José da Silva (do Brejo de Areia) (PINTO, V. 2, p. 21 e 22).

O caos que essa gente denunciada havia causado na província atingiu Cuité, onde cometeram atrocidades, matando pais, mães de família e até crianças, saqueando pelo caminho, indo a Alagoa Grande e, dali, para a vila do Brejo de Areia, onde em 28 de fevereiro foram derrotados. Logo irrompeu outra sublevação em Mamanguape, cujo comandante era português, junto com o Padre José Antônio Lima, vigário da vila dos indígenas, e com taberneiros portugueses e fizeram uma reunião e declararam-se "alta e abertamente" contra a Constituição e pretendiam formar outro governo na província. No entanto, fugiram todos ao saber da chegada de uma tropa provincial de 200 homens, tendo à frente o tenente-coronel João de Araújo da Cruz, presidente da Junta. Em seguida, a Junta mandou para Pernambuco presos o coronel de cavalaria Mathias da Gama Cabral e Vasconcelos João Alves Sanches Massa, uma vez que eram "os corifeus do partido anticonstitucional (...) por estarem privados de cabimento e preponderância no governo, que estavam afeitos e de que haviam feito suas fortunas (...) especialmente o segundo de ter cabras armado a seu mando, como ostentou e ofereceu quando a província de Pernambuco tomou armas contra o despotismo de seu ex-governador general (Luiz do Rego Barreto), cujo partido, nesta província os déspotas quiseram seguir" (PINTO, *Op. Cit.,* V. 2, p. 22-24). A Junta comunicava ainda ao Soberano Congresso português que o sargento-mor Antônio Galdino Alves da Silva e o capitão Manoel da Costa Lima não acataram a ordem da Junta e se refugiaram numa das embarcações da frota portuguesa arribada em Bahia da Traição, cujo comandante da fragata Quatro de Abril, José Gregório Pegado, não atendeu às requisições da Junta (*Op. Cit.,* p. 24-25).

Pelo andar das alterações políticas[12] naquele semestre e com a tendência da Junta em reconhecer em D. Pedro o poder executivo, em 11 de junho,

---

[12] Em 22 de julho de 1822, a Junta Provisória do Governo da Paraíba enviou ofício ao secretário de estado do Reino Filipe Ferreira de Araújo e Castro sobre a possibilidade de ocorrer uma rebelião popular. No ofício há, ainda, uma solicitação de licença e passagem para Lisboa ao presidente da dita Junta Provisória, o tenente-coronel João de Araújo da Cruz. Anexo: 2 docs. AHU-Paraíba, mç. 38. AHU_ACL_CU_014, Cx. 50, D. 3487

o Senado da Câmara, em grande vereação, reconhece o príncipe D. Pedro como legítimo soberano no Brasil. Isso levou o presidente da Junta, o português João de Araújo da Cruz, cerca de um mês depois, a renunciar ao cargo, alegando que não ia quebrar o juramento de servir a D. João VI e partiu para Portugal (*Op. Cit.(p. 25-28).* Assumiu a presidência pro tempore o padre Galdino da Costa Villar.

A insatisfação dos absolutistas ocorria não só nas vilas e povoações, como também dentro dos quartéis, o que indicava perda de cargos de portugueses para oficiais brasileiros. É o caso do coronel Mathias da Gama e do capitão João Alves Sanches Massa, que já tinham participado de um colegiado em apoio ao Triunvirato, que assumira logo após a queda da Junta republicana, em 7 de maio de 1817 (PINTO, V. I, 1977, p. 355). Em 6 de fevereiro de 1822, a Junta Provisória do Governo da Paraíba comunicou ao rei D. João VI sobre a eleição e composição dos membros da Junta, ao mesmo tempo em que se justificava ter pedido ajuda a Pernambuco para dar cabo ao tumulto que se desencadeou no Batalhão de Infantaria de Linha. O motim de 4 de fevereiro de 1822 foi pela demissão do comandante do batalhão, o capitão Manoel Maria da Fonseca, no lugar do major Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros, já que este fora alçado ao cargo de comandante das armas. Trajano Antônio reprimiu o motim, mandando prender 16 militares, o que só aumentou o motim. Como eram parte do batalhão de linha, o único da capital, este ficou impotente para conter a manifestação. O comandante Fonseca foi destituído, e as comemorações pareceram sem controle "desrespeitando as autoridades e não querendo ouvir ninguém que lhes chamasse à ordem" (PINTO, V. II, p. 20/21). Um outro fator quase fez desencadear uma convulsão maior, quando, no dia seguinte ao motim, o comandante das tropas portuguesas, arribadas que estavam em Bahia da Traição por não ter tido licença de descer no Recife, impedidas pelo presidente Gervásio Pires, solicitou à Junta paraibana licença para desembarcar as forças para refrescar. (*Idem*, p. 21).

Em março, o clima permanecia parcialmente sob controle, mas uma novidade surgia no front político, pois a Junta já percebia um amplo movimento tanto na Paraíba quanto em Pernambuco, contrário ao governo constitucional e a favor da independência. Em abril, a Paraíba remeteu ao

rei dois decretos do príncipe regente e informando do desgosto que assolava a Paraíba, pois alguns temiam o retorno ao antigo sistema colonial. Apontava que as rivalidades estavam crescendo entre brasileiros e europeus, principalmente em Pernambuco. Em junho, a Junta Provisória do Governo da Paraíba continuava registrando o temor em que os paraibanos viviam contra os absolutistas, caso o antigo sistema colonial retornasse, pois significava o cerceamento das liberdades civis, que já estavam garantidas nas bases da Constituição[13].

Entretanto, a partir do juramento à Constituição, na capital, organizou-se um partido anticonstitucional chefiado por João Alves Sanches Massa, seguido pelo sargento-mor José Maria Correia, das Milícias dos brancos, que a Junta o afastou, mandando-o para Portugal, acompanhando os deputados às Cortes. O mesmo castigo foi aplicado ao sargento-mor dos Henriques, Manoel Mâncio Judici Biquer[14] Este oficial alegava que tinha jurado, sob pressão, a Constituição e espalhava que isso era um "desaforo e seus autores uns malvados" (PINTO, V. II, p. 19). O filho homônimo de Sanches Massa, o cabo do exército João Alves Massa, tentou levantar militares para impedir a posse da Junta liberal. Submetido a Conselho de Guerra, terminou por ser absolvido. Mas, por precaução, foi enviado também a Portugal para acompanhar os deputados paraibanos no Congresso. Desde dezembro de 1821, que uma conjuração antiliberal surgiu na povoação de Itabaiana, no lugar Maracaípe, "no qual ficaram criminosos alguns moradores" e planejavam assassinar e roubar como desagravo à causa de El-Rey. O presidente da Junta, João de Araújo da Cruz, foi pessoalmente à frente de uma tropa de 40 homens e o ouvidor Paraíso, no dia 25 daquele mês, sendo presos o

---

[13] Catálogo de Documentos Avulsos Manuscritos Referentes à Capitania da Paraíba. Anexo: 1 doc. AHU-Paraíba, mç. 38; Anexo: 2 docs. AHU-Paraíba, mç. 38. AHU_ACL_CU_014, Cx. 50, D. 3459; AHU_ACL_CU_014, Cx. 50, D. 3460. Anexo: 4 docs. AHU-Paraíba, mç. 38. AHU_ACL_CU_014, Cx. 50, D. 3482.

[14] Em 11 fevereiro de 1822, o sargento-mor de Milícias da Paraíba, Manuel Mâncio Júdice Bicker (sic), da Paraíba escreve ao rei D. João VI, solicitando seis meses de licença para ir à Corte, tratar de negócios urgentes da sua casa. Anexo: 5 docs. AHU-Paraíba, mç. 38. AHU_ACL_CU_014, Cx. 50, D. 3462.

coronel Mathias da Gama e os capitães João Alves Sanches Massa e Manoel da Costa Lima, além de indígenas da vila do Pilar (PINTO, V. II, p. 19 e 20).

A crise militar adentrou o mês de março, o que fez a Junta convocar um Conselho provincial que deliberou usar mão de ferro contra os militares rebeldes do batalhão de linha e que se deveria armar os defensores da Constituição, bem como prender os tumultuadores desde dezembro, incluindo Sanches Massa, Manoel da Costa Lima, coronel Mathias da Gama Cabral e Vasconcelos, Domingos José de Carvalho, Padre José Antônio Lima, João Gonçalves, de Pirpirituba, Antônio Galdino Alves da Silva[15], José Pereira Neves, de Guarabira e Antônio José da Silva, do Brejo de Areia (*Idem*, p. 22). Sobre este último, foi quando entrou em ação o sargento-mor de Areia, Félix Antônio Ferreira de Albuquerque.

Em 10 de março, a Junta, através do secretário João Barbosa Cordeiro, escreveu a José Bonifácio, acusando-o de ter recebido de sua portaria do Ministério para proceder uma rigorosa devassa para descobrir na província uma facção que fora descoberta até na corte (PUBLICAÇÕES, V. XXIII, p. 3-4). Dois dias depois, a Junta escreveu ao Congresso português, denunciando a instabilidade política da província, um "vulcão", causado por "aqueles sectários do despotismo a cuja sobra fizeram sua fortuna sobe a opressão do povo" e não puderam ver de bom grado a quebra de seu poder que apregoam ser a Constituição "obra de libertinos e pedreiros, que tendem a cativar índios e homens de cor e destruir a religião católica; cita também Alagoa Grande que fora saqueada e marcharam para o Brejo de Areia, onde, em 28 de fevereiro encontraram a derrota e a prisão pela tropa de linha que o próprio presidente da Junta chefiava e pelas "briosas ordenanças que denodadamente defenderam seus lares" (*Idem*, p. 22 e 23). É bom que se diga que o sargento-mor das Ordenanças, em Areia, era Félix Antônio Ferreira de Albuquerque. Julgo que a presença do presidente da Junta frente à tropa, em Areia, vai ser um coeficiente para, em 1824, esta vila sair na frente no repúdio à nomeação de Felipe Neri Ferreira como presidente da província.

---

[15] Segundo Mariano (2005, p. 115, nota 169), este sargento-mor das Ordenanças de Pilar, era filho de Sanches Massa, e foi patriota em 1817, mas traiu a causa, se passando para o lado do pai e seus demais realistas, o que causou a derrocada da revolução republicana.

Mal estava pacificada esta região, estourou outro levante em Mamanguape, chefiado pelo padre José Antônio Lima. Contra esse levante, o presidente tenente-coronel José de Araújo da Cruz chefiou uma tropa de 300 homens, o que fez espantar, sem combates, os absolutistas. Disto tudo, deliberou-se tirar da província Matias da Gama Cabral e Vasconcelos, bem como a João Alves Sanches Massa, já que este, anteriormente, havia prometido a Pernambuco, contra a Junta de lá, armas e "uma grande clientela de pessoas à disposição" para enviar aos absolutistas vizinhos (PINTO, *Op. Cit.,* p. 23). Inclusive, quando a Junta tentou prender esses dois, eles fugiram e foram se acoitar num daqueles navios portugueses, da frota expulsa de Pernambuco, em Bahia da Traição, cujo comandante não hesitou em protegê-los. Para a Junta, ficava claro que, se tal frota de três navios não fomentava reações absolutistas, pelo menos estava servindo de coito[16], o que a Paraíba exigia das Cortes era sua imediata intervenção. Por outro lado, os absolutistas pregavam que os liberais queriam a independência do Brasil, ao que a Junta reafirmava que "o povo só quer a liberdade civil e os seus direitos que a Constituição tão vantajosamente lhes assegura" (*Op. Cit.,* p. 24).

Enquanto isso, na capital, em abril, o tesoureiro Jerônimo José Rodrigues Chaves, o professor de gramática latina Padre Antônio da Trindade Antunes Meira e o advogado Francisco de Assis Pereira Rocha pediam proteção por estarem jurados de morte pelos absolutistas (*Op. Cit.,* p. 25).

A Câmara e a Junta, em 11 de junho, reconheceram a soberania de D. Pedro I e, em ofício do dia 22, ambas enviaram, ao mesmo tempo, ofício

---

[16] O comandante da fragata da Armada Nacional e Real que se encontrava fundeada na Baía da Traição, e que se recusava a entregar os indivíduos que se encontravam sem passaporte, era o capitão da fragata da Armada Nacional e Real, José Gregório Pegado. Ofício no palácio de Queluz, do secretário de estado da Guerra, Cândido José Xavier, 1822, maio, 26, noticiando ao secretário de estado dos Negócios da Marinha, Inácio da Costa Quintela, o nome do comandante. AHU-Paraíba, mç. 40. AHU_ACL_CU_014, Cx. 50, D. 3479.

Em Portugal, em 14 de junho, 1822, o secretário de estado da Guerra, Cândido José Xavier, acusou o recebimento da sua portaria, com consulta do Almirantado e mais documentos relativos à imputação feita ao capitão-tenente comandante da corveta Voador, José Gregório Pegado, de haver recebido na Baía da Traição, a bordo da mesma corveta, dois oficiais de Ordenanças da Paraíba sem passaporte; e comunicando que tudo se enviou ao secretário de estado da Justiça. AHU-Paraíba, mç. 40. AHU_ACL_CU_014, Cx. 50, D. 3480.

ao rei e ao príncipe, reforçando o reconhecimento, bem como dizendo que o povo da Paraíba quer gozar da Constituição que jurou, como parte integrante da monarquia portuguesa, e que reconhece o príncipe como poder executivo no Brasil (*Op. Cit.,* p. 25 e 26).

Em 15 de junho de 1822, a Junta da Paraíba escreveu ao Ministro dos Negócios do Reino, Sr. José Bonifácio de Andrade e Silva, alegando que, em virtude de não poder, financeiramente, enviar uma deputação à Corte para o beija-mão de Sua Alteza, solicitava que ele representasse a Paraíba naquela solenidade. No dia 2 de julho, o sr. Ministro discursou perante o príncipe D. Pedro, agradecendo "a escolha que de mim fez o governo e o povo da Paraíba" em ter-lhe escolhido para os representarem e confirmarem a confiança que depositavam na união das Cortes e na autonomia do príncipe. Este generoso povo "unanimemente deposita nas mãos de V. A. Real a autoridade de o governar e deferir as suas pretensões sem ser obrigado a recorrer ao velho mundo" (*Op. Cit.,* p. 26 a 28).

Enquanto isso, na Paraíba, mudanças vão ocorrer com a desistência, em 18 de julho, do presidente da Junta, o tenente-coronel português José de Araújo da Cruz, que retornará à sua terra alegando motivos de saúde. Havia desconfianças de que preferia o militar continuar prestando serviços à causa do rei D. João VI, percebendo que havia um processo de separação em andamento ou, no mínimo, discordando do poder executivo que o reino do Brasil estava concedendo a D. Pedro (*Op. Cit.,* p. 28). Assumiu a presidência o vice padre Galdino da Costa Villar.

O decreto de D. Pedro de 1º de agosto, considerando a tropa portuguesa como inimiga, foi saudado pela Junta paraibana "É o filho emancipado! E não é já a colônia, o pupilo, o escravo de Portugal! (...) o dever e a razão fazem desde já a nossa Independência". Palácio do Governo Provisório da Paraíba, 27 de agosto de 1822.

Tendo o príncipe D. Pedro, em 16 de setembro de 1822, criado o Conselho de Estado, composto de Procuradores, o que foi rejeitado pela Junta de Pernambuco, a da Paraíba, imediatamente concordou e elegeu o pilarense e ex-secretário da Junta de Goiana em 1821, Manoel Clemente Cavalcanti de Albuquerque seu procurador.

A Paraíba, mais uma vez, foi acionada com respeito a acontecimentos

políticos em Pernambuco, pois o presidente pernambucano, Gervásio Pires, estava na contramão do príncipe regente. Havia sido, discretamente, contra a criação desse Conselho de Estado, alegando que levaria tempo consultar todo o colégio eleitoral de paróquias e comarcas. Terminou por não eleger ninguém, mas ficava claro sua fidelidade ao rei D. João VI. Contraditoriamente, através de manobras de caráter federativo oculto, tinha se recusado a receber tropas portuguesas que vieram com o governador das armas de Portugal, expulsando-as e iniciando uma gestão autônoma de dirigir os negócios de sua província. Por essa razão, criou-se em Pernambuco, com a interferência de José Bonifácio, um grupo político que terminou por agitar a tropa e outros políticos que já enxergavam naquele Conselho um propósito de independência. Esse movimento terminou por derrubar a Junta de Gervásio Pires em 16 de setembro, através do capitão de artilharia Pedro da Silva Pedroso, imposto por membros do grupo de José Bonifácio, vindo a ser nomeado por uma Junta Temporária (de uma semana), governador das armas (Ver MELO, 2022, capítulo 17 "O Golpe contra a Junta de Gervásio Pires Ferreira, p. 237-246).

Relembrando a convulsão de 1821, entre a Junta de Goiana e o governador de Pernambuco, o general Luiz do Rego Barreto, em que a Paraíba preferiu o caminho da pacificação, enviou uma delegação à Convenção de Beberibe, novamente esse ideal surgiu para a Paraíba. A Junta provincial pensou em influir na ordem e no sossego da província vizinha, "dadas as relações de amizade política e comércio que felizmente subsistem". Assim, a Junta, presidida pelo padre Galdino da Costa Villar, o governador das armas Francisco de Albuquerque Mello, e a Câmara da capital, decidiram, em 24 de setembro, enviar uma deputação a Pernambuco para verificar os reais motivos do desassossego da província vizinha. Foram escolhidos o padre Amaro Barros de Oliveira Lima (da anterior deputação à Convenção de Beberibe), indicado pelo governador das armas, o capitão José Maria de Mello, e a Câmara, seu escrivão, José Lucas de Souza Rangel. Não se tem notícia de que esta delegação chegou a partir. (PINTO, 1977, V.2, p. 30).

Tudo indica que a delegação ouviu praticamente o grupo vencedor e que apontava em direção ao encaminhamento da Independência, pois não há relato sobre o que se passou em tal representação. Tal suspeita advém

da resposta que Junta, Câmara e governador das armas (que era português, mas fizera carreira militar no Brasil) deram à Assembleia portuguesa, em 26 de setembro, quando esta convocava as províncias do Brasil para as eleições da segunda legislatura. A Paraíba, não "deveria seguir em tão apertada crise e sendo obrigado a dois senhores ao mesmo tempo" diplomaticamente pediu licença à sua majestade, para não cumprir a portaria daquela eleição, uma vez que a província já havia se comprometido com o príncipe regente, quando enviara o delegado ao Conselho de Procuradores, e principalmente porque já se fizera representar, anteriormente, na Corte, por José Bonifácio (*Idem*, p. 30).

Como a Junta vinha funcionando sem o presidente eleito, já que havia partido para Lisboa, convocaram-se, em 29 de setembro, os eleitores de paróquia para nova eleição, já que também dois dos atuais membros haviam sido eleitos para as Cortes e precisariam sair, mesmo que, no momento, tenham as autoridades decidido não mais os enviar a Portugal. Ao mesmo tempo, ocorreram eleições de Comarca, na capital, para deputados à Assembleia Constituinte brasileira, sendo eleitos Augusto Xavier de Carvalho e os ex-republicanos de 1817: Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, padre José Ferreira Nobre, José da Cruz Gouvêa e o padre Virgínio Rodrigues Campello. Como ele este achava em Lisboa, como deputado que era da Constituinte portuguesa, foi substituído pelo padre Joaquim Ignacio de Sant'Anna Cardoso. Com a partida de Augusto Xavier, em 20 de novembro, para assumir o mandato, a Junta procedeu nova eleição, em 30 de novembro, saindo presidente Estêvão José Carneiro da Cunha e o Padre João Barbosa Cordeiro, como secretário (PINTO, V. 2, p. 30, 31 e 34; MARIANO, 2005, p. 102).

No andamento da desobediência às cortes portuguesas e, por certo, já tendo notícia do 7 de setembro, a Paraíba, em 8 de outubro, declarou-se desligada do reino de Portugal. Diplomaticamente, a Paraíba dizia que não poderia "seguir em tão apertada crise a obedecer a dois senhores ao mesmo tempo, e ambos tão caros e a todos os títulos respeitáveis" (PINTO, *Op. Cit.,* p. 31-34). Em 20 de novembro, partiam os deputados eleitos Augusto Xavier de Carvalho, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, José da Cruz Gouvea, ficando o vigário de Pombal, por estar doente, padre José Ferreira

Nobre, e o de Livramento Joaquim de Sant'Anna Cardoso, pela distância em que residia.

Para provar que o rompimento com Portugal tinha sido efetivo, em 4 de dezembro, a Paraíba enviou 200 soldados de artilharia sob o comando do capitão Theodoro de Macedo Sodré para combater os portugueses na Bahia (PINTO, *Op. Cit.,* p. 34-35). É possível que, entre estes, se achasse o capitão (ou, ainda, em posto menor) o tenente paraibano Nicolau Martins Pereira, descrito mais adiante como mártir da Confederação do Equador, já que há documentos que o citam naqueles combates.

*

A Paraíba entre liberais e golpistas

Em 3 de fevereiro de 1823, foi reeleita e tomou posse a Junta, que permaneceu no poder até a chegada e posse do presidente Felipe Neri Ferreira, nomeado pelo Imperador, que tomou posse em 9 de abril de 1824[17]. Nesse tempo, o governo tentava organizar a casa, mas um incidente em Pernambuco veio mostrar a regionalização dos problemas políticos. A Paraíba, em 28 de fevereiro, tomou notícia da instabilidade política pernambucana entre o governador das armas, Pedro da Silva Pedroso, e a Junta provisória, apelidada de Junta dos Matutos, composta por senhores de engenho. Reunido o Conselho provincial, ficou decidido que a Paraíba mandaria uma deputação para parlamentar com as autoridades pernambucanas, composta pelo tenente-coronel Afonso de Albuquerque Maranhão, sargento-mor Jerônimo José Rodrigues Chaves e Francisco José Meira. Em 14 de março, esta comissão entregou ao governo o documento contendo a apuração da crise política na vizinha província (PINTO, *Op. Cit.* p. 36).

A Junta dava prosseguimento à organização de sua administração, pois, sentindo falta de um órgão de imprensa, já que o vizinho Pernambuco tinha ensaiado uma imprensa, no governo autoritário de Luiz do Rego Barreto,

[17] Ver MARIANO, 2005, p. 162, Quadro V "Província da Paraíba. Composição dos Membros das Juntas Governativas até meados de 1822 (sic)".

a Junta paraibana encarregou o comerciante Francisco Jordão Stuart, em março de 1823, de adquirir na Inglaterra uma tipografia para a província. Para esse fim, o governo também entrou em contato com Pernambuco para sondar o preço da que havia sido adquirida na Inglaterra. A referência aqui era a tipografia adquirida por Felippe Menna Callado da Fonseca, por meio de um paraibano de Pilar, Manoel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, enviado como diplomata *ad hoc* à Corte portuguesa pela Junta de Goiana, em 1821, que teria por finalidade apoiar e publicar leis e decretos do governo da Junta de Goiana e de sua sucessora, a Junta de Gervásio Pires. No entanto, a aquisição não foi do governo de Pernambuco, ao que parece, mas sim dos líderes da Junta de Goiana, Felippe Menna Callado da Fonseca, luso-brasileiro, e de Manoel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, pois assim que essa Junta passou o cargo para a Junta de Gervásio Pires Ferreira, saía o primeiro número do jornal Segarrega, em 8 de dezembro de 1821, de propriedade de Felippe Menna e associados. O otimismo da Paraíba levou-a a lançar um edital, em julho, convocando aprendizes para a arte da impressão, o que, todavia, não prova que já havia chegado tipografia alguma, já que o primeiro jornal A Gazeta do Governo da Paraíba do Norte só foi publicado em 1826 (PINTO, *Op. Cit.* p. 40; MELO, 2021, p. 36). Mas um tipógrafo pernambucano foi contratado para o ensino da arte de imprimir.

Em março de 1823, surgiu a notícia de que Portugal pretendia recolonizar o Brasil, e a Junta, em 13 daquele mês, lançou um manifesto de repúdio e de compromisso com a independência do Brasil, sem maiores consequências, pois fora resultado de discurso dos seus deputados, em Lisboa, ao saberem do 7 de setembro. (PINTO, p. 37, 38 e 39).

Enquanto isso, as províncias recorriam às vizinhas para ajudar na manutenção da ordem ou firmar alianças liberais. Um caso específico em que a Paraíba participou foi o envio de uma expedição militar sob o comando do sargento-mor Antônio Vicente Monteiro da Franca para auxiliar o comandante das armas do Ceará, José Pereira Filgueiras, contra o português João da Cunha Fidié[18] e sua incursão até o Piauí (PINTO, V.2, p. 39). Mais uma

---

[18] Governador das Armas do Piauí, em agosto de 1822, absolutista, ficou contra a Independência do Brasil, travando batalhas em Campo Maior, sustentando renhida luta com os

prova da regionalização dos problemas políticos. É bem possível que, nesta leva de paraibanos, alguns tenham ficado no Ceará e incorporado por lá, o que poderia ter sido o caso de Luiz Rodrigues Chaves. Sabe-se que Chaves, em abril de 1824, era comandante interino do batalhão de primeira linha e fora ordenado pelo governador das armas Filgueiras a prender pessoas influentes em Fortaleza (MORAES, 2022, p. 193). Porém, há uma versão bem mais consistente, já apresentada em 1924 pelo Desembargador Luna Freire ("Revolução de 1824") que afirma ser Luiz Rodrigues Chaves[19] de uma família importante da Paraíba, filho de João Rodrigues Chaves, que o teria levado consigo para o Ceará em 1810, quando era escrivão da Ouvidoria. De qualquer maneira, isso não contradiz o fato de ter ido, a partir do Ceará, combater os portugueses no Piauí.

*

Com a queda da Constituição portuguesa, a Junta paraibana, em 11 de agosto, lamentando essa tendência absolutista, conclamava os paraibanos a sustentar nossa independência, advogando "Uma constituição liberal à sombra da proteção de nosso Augusto Imperador rápido felicitará este rico e invejado Império" (PINTO, *Op. Cit.,* p. 40). Em 23 de agosto, essa notícia provocou na povoação de Itabaiana, na vila do Pilar, alguns motins contra as autoridades constituídas, levados a efeito por portugueses, o que levou a Junta conclamar os "Habitantes de Itabaiana!" que evitassem insultos aos

---

partidários da independência, em 1823, na batalha do Jenipapo, onde pereceram cerca de 200 soldados. Passou-se a Caxias, no Maranhão, para resistir aos brasileiros, sendo vencido pelo comandante das armas do Ceará, José Pereira Filgueiras, com apoio de tropas de outras províncias, inclusive paraibanas.

[19] A família Chaves tornou-se importante em diversos momentos na política paraibana, e até cearense, nas três primeiras décadas do século XIX. Seu maior destaque foi o militar capitão Jerônimo José Rodrigues Chaves que em momentos diferentes agiu como liberal e, depois de perdoado, participou do Conselho da Província; além dele, há o alferes João Rodrigues Chaves, pai do sargento-mor no Ceará, Luiz Rodrigues Chaves, Francisco José Rodrigues Chaves. Há ainda um padre José Rodrigues Chaves que, junto, com Jerônimo José e João Rodrigues subscrevem carta a Cipriano Barata, em 5 de maio de 1823, como leitores "muito afetuosos e apaixonados" (BARATA, 2008, p. 234).

portugueses, abatidos e desarmados, mas dissidentes da causa brasileira. O governo recomendava que “Se os europeus existentes entre vós continuam a ser dissidentes da nossa Causa, prendei-os e apresentai-os sem fatos ao governo que serão castigados, segundo os imperiais decretos” (*Op. Cit.,* p. 40 e 41).

Provavelmente, sentindo-se golpeado pelas notícias portuguesas, o governador das armas na Paraíba, o português Francisco de Albuquerque Mello, decidiu retirar-se da capital para uma propriedade a sete léguas da cidade, aguardando sua renúncia, que havia solicitado ao Imperador. Isto levou a Junta a convocar o Conselho, em 6 de setembro, para deliberar se devia ou não nomear um substituto. A nomeação para este cargo obedecia à Constituição portuguesa, devendo ser ocupado por militares portugueses. Isto gerava um problema para a Junta: se o governo provincial tinha autoridade para nomear um brasileiro e competia a ela expulsar o militar, suspendendo-lhe soldo e gratificações, pois sua presença era perigosa para a província. O eleito para o cargo foi tenente-coronel de linha Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros (com 5 votos), aplaudido por todos.

Há que se observar nestas manifestações cívicas e de segurança provincial um caráter de democracia inédito, pois os paraibanos não estavam acostumados a esse clima de eleições, convocações cívicas para discussão de problemas cidadãos e de segurança, que as bases da Constituição providenciaram desde 1821. A criação de Juntas, bem como de Conselhos, transcendia meramente o controle político d’além-mar, fazendo surgir atores políticos e o apagamento de anteriores, embora o final ainda fosse a luta armada por qualquer desentendimento ou promoções preteridas. No caso de remanejamento de autoridades portuguesas, o processo tornava-se mais incendiário, como ocorreu com o afastamento do governador das armas e sua substituição, por decisão democrática em Conselho, por um militar da terra. No entanto, a reação não se fez esperar, e parte das tropas tomou as ruas.

O Motim de "Pastorinha" – Vivas a Portugal!

Mesmo estando presente àquela convocatória do Conselho, junto à fina flor da tropa militar mista de brasileiros e portugueses, o tenente José Antônio da Fonseca Galvão[20] iniciou, quatro dias depois, um motim no centro da capital paraibana, não sem as chancelas de militares portugueses de Pernambuco, alimentados estes pela predominância de seus cargos de governador das armas nomeados pela Corte portuguesa. É quando ocorre, na cidade da Paraíba, o motim de Pastorinha.

A nomeação do tenente-coronel de linha, Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros, não foi bem aceita por pelo menos dois suboficiais na Paraíba, que se aproveitaram de conflitos remanescentes em Pernambuco entre o ex-presidente da Junta, Gervásio Pires, e o comandante das armas, Pedro da Silva Pedroso. Esse fora colocado no cargo a instâncias do grupo do Recife de José Bonifácio, liderado então por Bernardo da Gama, quando o grupo e Pedroso conseguiram sublevar parte dos militares e civis que tinham tendências para a Independência do Brasil sob D. Pedro. Realmente ocorreu um golpe contra aquela Junta presidida por Gervásio Pires, eleita outra, no calor da hora, sob o epíteto de Junta Temporária (que durou apenas uma semana), sob a presidência do ex-presidente da Junta de Goiana, Francisco de Paula Gomes do Santos. Foi na curta administração desta Junta que o grupo de José Bonifácio, indiretamente, conseguiu emplacar o nome de Pedro da Silva Pedroso para Governador das Armas de Pernambuco. No entanto, depois de tantos conflitos por causa de atos e bravatas de Pedroso, o Conselho da Província autorizou não só sua prisão, como o enviou à Corte para julgamento. Seu substituto provisório foi José Camelo Pessoa de Mello, o grande comandante da Junta de Goiana que derrubara o general Luiz do Rego Barreto em 1821. Pessoa de Mello comandou apenas por dois meses até chegar da Corte o novo comandante das armas, José Joaquim de Almeida. Este veio com mão de ferro, agindo com perseguições e prisões

[20] O então major, pernambucano, servindo na Paraíba, José da Fonseca Galvão (1779-1866), não só perseguiu os confederados, na Paraíba, como escoltou os presos, do Ceará até Goiana, entre 29 de novembro e 15 de dezembro de 1824.

de oficiais, até que o Conselho provincial o demitiu e remeteu de volta para o Rio de Janeiro[21].

Foi nesse momento que o comandante da vila de Goiana, tenente-coronel Thomé Fernandes Madeira[22] resolveu pedir ajuda ao comandante das armas da Paraíba, coronel Francisco de Albuquerque Melo, para marchar para o Recife, provavelmente a favor dele, pois a pretensão final era favorecer Thomé Fernandes Madeira[23]. Uma vez o plano vitorioso, coronel Francisco de Albuquerque Melo seria aclamado comandante das Armas de Pernambuco. A Junta paraibana, no entanto, rejeitou a proposta da gente de Albuquerque Melo, de se juntar a Madeira contra Pedroso (CAVALCANTI, 1914, p. 86). Abortado esse plano, o coronel se declarou doente e se afastou do cargo para uma propriedade, distante da capital paraibana sete léguas. A Junta decidiu, em Conselho, nomear outro comandante, e a escolha recaiu no tenente-coronel Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros[24]. Em 10 de setembro, a Junta manda sair da Paraíba o ex-comandante.

---

21 Para se ter uma ideia do caráter vingativo de D. Pedro, quanto ao combate aos liberais da Confederação do Equador, quase um ano depois da prisão do comandante das armas, ocorriam rumores em Pernambuco, que o Imperador ia enviá-lo a Pernambuco. Um liberal pernambucano escreveu ao presidente confederado, Manoel de Carvalho, em agosto de 1824, sobre a notícia de que estaria de volta a Pernambuco o coronel de Milícias José Joaquim de Almeida, o que fora defenestrado, um ano antes, do cargo de comandante das armas de Pernambuco. Pedia que o presidente não reconhecesse aquela autoridade, e cita a "dolorosa experiência da Paraíba", referindo-se, na certa, ao "motim do Pastorinha" (Publicações do Archivo Nacional, V. XXII, 1924, p. 146). Vale lembrar que, nessa escala de vinganças, D. Pedro também perdoou Pedro da Silva Pedroso e o enviou para servir ao general Lima e Silva.

22 Este tenente-coronel fora eleito membro da Junta Temporária de Pernambuco, em setembro de 1822, quando da derrubada da Junta anterior presidida por Gervásio Pires Ferreira; desta mesma Junta Temporária presidida pelo ex-presidente da Junta de Goiana (1821), Francisco de Paula Gomes dos Santos fazia parte, também, Felipe Neri Ferreira, que seria, em 1823, nomeado pelo Imperador presidente da Paraíba.

23 O final deste Madeira não foi o poder, mas a cadeia, conforme ofício da Junta dos Matutos, de 7 de novembro de 1823, assinado por Francisco Paes Barreto e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, a respeito de um abaixo assinado de oficiais inferiores e cadetes do regimento de artilharia do Recife que rejeitavam o coronel Thomé Fernandes Madeira comandante e que havia sido remetido preso para a Corte, pelas irregularidades de caráter e seu mau comportamento tanto no meio militar como no civil, que o tornaram odioso nesta província. (Publicações do Archivo Nacional, V. XXII, 1924, p. 59.

24 Em 11 de julho, a Paraíba envia duas cartas em apoio a Cipriano Barata; uma delas é

Alguns militares paraibanos, na capital, resolveram dar um golpe em 10 de setembro de 1823, em favor da manutenção do governador das armas, o português Francisco de Albuquerque Mello. Conhecido na historiografia como "Motim do Pastorinha" ou "Tumulto de Pastorinha" (PINTO, p. 43-48) teve como líder o tenente José da Fonseca Galvão, por discordar da nomeação de Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros como governador das armas, pelo Conselho da província. A intenção dos amotinados era apoiar, também, a manutenção do governador das armas de Pernambuco, Joaquim Almeida, que havia sido preso por "lusitanismo" e regime de repressão contra os pernambucanos. Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros chegou a ser atacado e ferido pela espada do tenente, embora tenha resistido, conseguindo expulsar os amotinados.

O fato está interligado com a política de Pernambuco, pois Recife se agitava com as ameaças do governador das armas, Joaquim José de Almeida, levando o Conselho dos Notáveis da província a demitir o presidente da Junta (Afonso Maranhão) e o secretário, em 15 de setembro (BARATA, 2008, p. 461). O plano do tenente Galvão surgiu de uma visita à Paraíba, do comandante das armas de Goiana, tenente-coronel Thomé Fernandes Madeira (ex-vogal, junto com Felipe Neri Ferreira, da Junta Temporária de Pernambuco), que fora planejar a derrubada de Pedroso e levar Albuquerque Mello para Pernambuco. Como a Junta paraibana se recusou a seguir este plano, Galvão liderou o motim, agitando a bandeira portuguesa pelas ruas da cidade da Paraíba e dando vivas a El-Rei (PINTO, V.2, p. 43 a 45).

A reação do comandante Trajano Gonçalves levou a cidade da Paraíba a ficar entregue a conflitos armados em 10 de setembro de 1823. A tropa do Fonseca Galvão exigia não só a troca do comando das armas como a destituição de dois membros da Junta, a quem ele acusava de republicanos, além de alguns funcionários de altos postos. O clima de conflito obrigou a Junta a se retirar da capital para o engenho Tibiri, distante duas léguas,

assinada por uma mulher, Dona Leocádia de Mello Moniz, sobrinha do comandante das armas, Trajano, que tinha também um sobrinho homônimo. Trata-se da primeira carta política de uma mulher paraibana no jornal de Cipriano Barata (BARATA, 2008, p. 345, nota 1, do editor, Morel).

a fim de organizar a resistência. Entre os dias 11 e 13 de setembro, a Junta voltou à capital e, estrategicamente, combateu os soldados de Fonseca Galvão, que davam viva ao rei de Portugal, resultando em tiroteios, feridos e poucos mortos. Os rebeldes realistas foram presos na vila do Pilar (PINTO, *Op. Cit.,* p. 43-47).

Essa "revolta de Pastorinha" foi até comentada por Frei Caneca, que aludia à influência do governador das armas nomeado para Pernambuco, brigadeiro Joaquim José de Almeida (que diziam ser membro Clube do Apostolado, de José Bonifácio), e que tomara posse, em 30 de abril de 1823. Também Cipriano Barata tratou do assunto ao tratar do governador das armas da Paraíba, Francisco Albuquerque Mello, em 30 de agosto de1823 (2008, p. 415-418), publicando carta de um paraibano liberal anônimo e comentando-a. No geral, Barata comentou cartas contra o militar, seguindo um missivista que dissera ter o Francisco Albuquerque Mello (*Idem*, p. 416) sido despachado pelo Congresso liberal de Portugal para a Paraíba; também aparece nos comentários como Vizeo (Viseu, onde nascera, em Portugal), (p. 466). Dois sonetos anônimos reproduzidos pelo político baiano têm como personagem o Vizeo. Razão, portanto, de mais adiante nos acontecimentos na capital paraibana, durante o motim, o tenente Pastorinha ter agitado a bandeira real de Portugal.

Além disso, Almeida teria se encontrado com o general Labatut na Bahia. O frade jornalista escreve que Almeida se entrevistou com o coronel Francisco de Albuquerque e Melo, governador das armas da Paraíba, "por cujas instruções secretas duas companhias daquela cidade se haviam insurgido contra o governo político, querendo reempossar no governo das armas ao mesmo Albuquerque Melo, que além de se demitir voluntariamente daquele governo, o fora por um conselho de todas as autoridades e povo daquela capital, rematando esta tragédia em arvorarem a bandeira portuguesa e aclamem rei do Brasil ao de Portugal" (2001, p. 260). Caneca diz que, por cinco meses, Melo não cuidara sequer das revistas à tropa. E, no caso de Pernambuco, diz que os "militares prenderam na Fortaleza do Brum o governador Joaquim José de Almeida", além de serem demitidos da Junta o presidente e o secretário, tornando-se um triunvirato (*Idem*, p. 261).

O governador das armas, coronel Albuquerque Melo, embora indicado

pelo Imperador, parecia manter-se fiel ao rei de Portugal. Mantê-lo era dar apoio a uma situação colonizadora, como comprovou o Pastorinha, quando do motim, agitando a bandeira portuguesa (PINTO, *Op. Cit.,* p. 37). Este fato da bandeira é estarrecedor, pois já se vivia a Independência há quase um ano. Barata mesmo publica carta de um paraibano que denunciava ainda estar içada na Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo, a bandeira portuguesa. Trata-se de uma carta assinada pelo "Paraibano, amigo da Liberdade", Francisco Antônio Cabral de Vasconcelos (sem data e sem profissão citadas, mas, segundo uma carta a Barata, subscrita por várias pessoas do Pilar, em que seu nome consta — p. 406, publicada na Sentinela de 26 de julho de 1823, p. 351-352). Como se revelou depois, esse missivista era cunhado do sargento-mor de Areia, Félix Antônio Ferreira de Albuquerque.

Albuquerque Mello foi, segundo Barata, uma "vergonha para a Paraíba". Escreve isso, comentando uma larga carta que recebera do "Amante da Paz". O *affair* Pastorinha ocupa três páginas do livro de Barata, pois resolveu transcrevê-la toda, mesmo com minudências particulares e ausência intencional de nomes. A questão envolvia expediente militar interno, como a promoção de uma só vez de seis oficiais para a Artilharia, entre eles o próprio sobrinho de Albuquerque, com apenas 14 anos de idade. Com a queda dos Andradas, esse comandante também caiu. Como esta carta foi escrita em 24 de agosto, portanto, anterior ao motim do Pastorinha, apenas evidenciava, segundo Barata, que o tenente José da Fonseca Galvão e o tenente Joaquim José de Oliveira pretendiam derrubar o governo civil (2001, p. 187-189).

Em 17 de setembro de 1823, o tenente-coronel Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros, comandante das armas da Paraíba, publicou no Sentinela de 11 de outubro de 1823:

> Proclamação.
>
> Intrépidos militares da primeira e da segunda linha. É para mim um dever sagrado e por extremo lisonjeiro, o ter de agradecer-vos o heroico entusiasmo com que correstes às armas e salvaste a Pátria do abismo em que ia absorver-se o vosso Patrício e companheiro. Eu reconhecia a vossa coragem, confiava no vosso brio. Mas o vosso brio e coragem lançaram a barra muito além da minha expectação, dissipando as tenebrosas nuvens que

> enlutavam o horizonte paraibano, mantendo os Direitos da Nação e de seu Perpétuo Defensor, o Senhor D. Pedro I, debelando monstros indignos do nome Brasileiro, que ousaram aclamar com a mais negra das baixezas o Rei de Portugal. Vós mereceis as bênçãos e os aplausos do mundo todo. Vossas armas estão reluzindo de glória e vossos nomes vão elevar-se sobre as (ilegível) da Honra e da Imortalidade! Exultai! Eu me felicito convosco. Eu vos rendo as graças. Eu vos abraço na maior efusão do meu afeto. E para cúmulo do vosso elogio aceitai a admiração dos Paraibanos. Viva a Nossa Santa Religião! Viva o Soberano Congresso Brasilense! Viva o Nosso Augusto Imperador! Paraíba do Norte, 17 de setembro de 1823. (BARATA, 2001, p. 503/4).

É sintomático que, neste mesmo dia, querendo se desculpar, provavelmente, o inglês Diogo Machlan[25], junto com outro comerciante da praça, Carlos Holmes, ofereceu ao presidente da Junta uma espada para a defesa da pátria. Quatro dias depois, o governo cessou as perseguições aos amotinados ou a quem tivesse armas em casa daquele movimento, ao mesmo tempo que embarcava preso para Recife outro cabeça do motim, tenente Joaquim de José de Oliveira. Quanto aos restantes dos sediciosos, em outubro decidiu-se que seriam mandados para Pernambuco e, daí, para a Ilha de Fernando de Noronha, por dois ou três meses, até que sua majestade imperial o determinasse (PINTO, *Op. Cit.,* p. 48 e 49).

Em 12 de setembro, organizou-se a resistência ao grupo do Pastorinha, liderada pelo comandante das tropas, tenente-coronel Estêvão José Carneiro da Cunha, pelo presidente da Junta, o coronel João José da Silva, e pelo ouvidor geral, Francisco de Souza Paraiso, com uma peça de artilharia, enfrentando os amotinados, que davam vivas a El-Rei e agitavam a bandeira de Portugal. Embora muitos tenham conseguido fugir, entre eles o Pastorinha, 69 foram presos. A tática dos rebeldes era ainda obter a presença do ex-governador das armas, o português Melo, para o que se dirigiram os amotinados à sua residência, mas não o encontraram, pois, àquela altura,

---

[25] Esse inglês, bem como seu conterrâneo, Francis Stuart, ambos comerciantes na capital paraibana, empregaram seus capitais em arrematação de bens dos republicanos presos em 1817. Ver Relação dos sequestros.

o grupo de Carneiro da Cunha já o tinha posto fora da província, preso que fora pelo povo e tropa do Pilar. No dia seguinte, a Junta e o comando entraram na capital triunfantes (PINTO, *Op. Cit.,* p. 46/7).

Não houve devassa na rebelião de Pastorinha. Como punição, foi enviado ou mantido em exílio (ou até fuga) na província do Rio Grande do Norte. Quem prova, com certo rancor, que Galvão não foi punido, é o seu adversário, o coronel Estêvão José Carneiro da Cunha. Em 12 de junho, o coronel escreveu ao presidente Felipe Neri sobre a prisão de um tal de Ignacio Rego (sobre quem não dá detalhes), alegando que os recalcitrantes nunca seriam justiçados e, aí, cita que "pois que Pastorinha foi condecorado e recebido na Corte com aplauso (...) talvez pelo exemplo de Pastorinha é que nós estamos sofrendo tantos incômodos além dos cidadãos, e despesas avultadas nos cofres da província" (PUBLICAÇÕES, V. XXIII, 1925, p. 142). Ironias à parte, poucos meses adiante, Carneiro da Cunha e Pastorinha estarão do mesmo lado, servindo ao Imperador e ao general Lima e Silva. No entanto, o coronel Carneiro da Cunha teve que aturar trabalhar em conjunto com o Pastorinha, conforme armava a logística de defesa da capital, em conformidade com as informações desse (agora) major. A escrita não deixa perceber se Pastorinha agia como agente duplo (ou se estava detido pelo governo imperial), pois a escrita do coronel é lacunar ao falar do ponto de Santa Rita (onde estava em seu engenho) "para operar conforme os movimentos que fizer o inimigo, o qual não só pelo que diz o Pastorinha..."; ou ainda, dirigindo-se ao presidente Felipe Neri: "Como V. EXª. promete comunicar o que disser o Pastorinha, saberemos então quais são os planos de Pernambuco contra nós" (*Op. Cit.,* p. 108-109).

Resquícios do liberalismo constitucionalista ou Cartas paraibanas em Barata

Mas nem só de golpes e sobressaltos vivia a sociedade paraibana. Durante 1823, ocorreram muitas atividades intelectuais e políticas de cunho liberal, traduzidas em cartas que leitores e leitoras da Paraíba enviavam ao jornal Sentinela da Liberdade, na Guarita de Pernambuco, do baiano radicado em Recife, Cipriano Barata.

Por essas cartas, consegui mapear os resquícios do liberalismo vintista ainda vivos, mas já um tanto mesclado com certa fé no Imperador. Três localidades se destacam na atividade literária política, a capital, a vila do Brejo de Areia e a vila do Pilar. Verifiquei nas leituras daquelas cartas o clima de inquietação política de um Brasil que ainda não tinha incorporado totalmente a independência e a nacionalidade, tanto pelos vínculos ainda com a Constituinte portuguesa, pela qual as províncias ainda recebiam governadores das armas enviados por Portugal, como pela manutenção de um verdadeiro staff português na Corte de D. Pedro e nos comandos das forças armadas.

Detive-me na leitura dessas cartas, principalmente da vila do Brejo de Areia, onde surgiu a "insurreição", aclamando um presidente temporário, Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, bem como da vila do Pilar, que gerou esse comandante. Tentei demarcar um território de recepção política dessas duas vilas e a capital da província, tomando o jornal Sentinela da Liberdade como mostruário do clima do liberalismo[26] na Paraíba, no ano de 1823. Trata-se de uma série de cartas e até proclamações oficiais enviadas ao seu jornal, dando à lume notícias sobre a Paraíba. Esta análise, que faço aqui, é para comparar quem era liberal antes e depois de 5 de maio de 1824, data da aclamação do presidente temporário e da subsequente campanha militar que desaguou na Confederação do Equador. Até então, a adesão a Barata era por ele ser liberal, monarquista e sonhador de um Império Constitucional federativo. Esse tipo de contato também municiou Frei Caneca, que foi o primeiro a disseminar no Recife notícias da batalha do Riacho das Pedras, em Itabaiana.

Resolvi apurar um aspecto bem intrigante que são cartas subscritas por mulheres de duas localidades, Areia e Rio de Santa Rosa, que analisaremos em ordem cronológica. A iniciativa das mulheres veio após um manifesto feminino lançado em fevereiro, em Goiana, contra D. Pedro, manifesto esse que tem a marca e o dedo do padre goianense e secretário da Junta paraibana, padre João Barbosa Cordeiro. O mesmo que, em maio, lançou o Manifesto aos Liberais Paraibanos contra Felipe Neri Ferreira

---

[26] Sobre o conceito de liberalismo, ver a dicotomia entre o liberalismo (com o Estado) de José Bonifácio e o de Caneca (o indivíduo, a sociedade civil), em FERRAZ, 2022, p. 28-30.

As Cartas das matronas do Brejo de Areia

Não consegui detectar de onde partiu a iniciativa das mulheres de escrever ao jornalista. Em 17 de maio de 1823, o Sentinela publicou, em duas edições, uma carta da capital assinada por 93 paraibanos, entre eles o padre pernambucano João Barbosa Cordeiro; nesta edição, publicou apenas 63 nomes, enquanto o restante foi publicado na edição de 19 de julho.

Em 12 de junho, na vila do Brejo de Areia, mulheres se reuniram e escreveram uma carta ao jornalista liberal baiano, radicado no Recife, Cipriano Barata, como ele registrou em seu jornal Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco: "As Heroínas do Brejo de Areia (...) Aquelas Nobilíssimas Matronas, remeteram-me seguinte carta com 100 assinaturas". Esta carta foi publicada em 17 de agosto de 1823 (p. 388-390). Aquelas mulheres de Areia não tiveram medo nem vergonha, pois a carta era um elogio à independência do Brasil, mas, pelo lado liberal, de que aquele jornalista era o guardião, segundo elas. Contamos 92 nomes femininos ao todo. Em outro momento, Barata divulgou também uma lista de 22 admiradoras paraibanas, vinda de "Rio de Santa Rosa".

Notamos que, entre elas, não consta o nome da esposa de Félix Antônio, Maria Joaquina de Sant'Anna. Assim como entre os homens assinantes de Pilar não consta o de Félix, embora haja o de um Alexandre Ferreira de Albuquerque (seria um parente?). (Ver Apêndice)[27].

Teriam as senhoras de Areia sido influenciadas pelas mulheres de Goiana, que, em fevereiro daquele ano, instigadas pelo padre João Barbosa Cordeiro[28], lançaram um manifesto contra o imperador? As mulheres goianen-

---

[27] Das 100 subscritoras, verificamos que 48 possuíam sobrenomes simples, de vocação religiosa, e 40 tinham sobrenomes de famílias tradicionais. As famílias que mais aparecem são: Lima, e Seixas, com cinco; em seguida vêm Neves, Mello, e Ferreira, com quatro; com três vêm Xavier, Amor Divino e Figueiredo; com duas, Oliveira, Pessoa, Almeida e Dias. Com um representante, Montenegro, e Albuquerque, Cavalcante, Marques, Teixeira, Cruz, Medeiros, Gonçalves.

[28] Esse padre tinha uma grande mobilidade, à época, a ponto de atuar como vigário de Campina Grande, secretário da Junta Governativa da Paraíba e se deslocar para Goiana, sua terra, onde lançou um Manifesto aos Liberais Paraibanos, contra o presidente Felipe Neri Ferreira.

ses se dirigiam às mulheres de Cachoeira (Bahia) e denunciavam em seu manifesto[29]:

> O Imperador que soube de tal arte iludir-nos, que chegamos a adorá-lo como Fundador, e Defensor da liberdade, e independência do Brasil, traindo nossa confiança, e ingrato a tudo quanto em seu favor temos feito, tirou finalmente a máscara hipócrita com que se disfarçava, e fez ver em toda a claridade, que se nos embalava com a Independência, era para mais facilmente nos adormecer sobre a suas verdadeiras intenções de nos escravizar, deslumbrados por aquela palavra mágica que de tão grande fanatismo encheu nossas cabeças. A dissolução da Augusta Assembleia Nacional à força de artilharia, e baionetas, e a prisão do nosso imortal compatriota o senhor Barata, são atentados de tal ordem, que nenhuma dúvida deixam quem aquele que se atreveu a cometê-los, nenhum constará. Todos os seus atos posteriores o confirmam, e tendem ao mesmo fim, o de escravizar-nos. (MELO, 2024, *Op. Cit*).

As de Areia escreveram: "Nós, posto que conheçamos a fraqueza do nosso sexo, contudo não cedemos nem em valor, nem em patriotismo, ao mais intrépido e guerreiro cidadão: pois estamos na firme resolução (se preciso for) de unida aos nossos esposos, pais, filhos e irmãos lançarmos mão das armas e fazermos a mais cruenta guerra aos acérrimos sectários do nefando despotismo" (BARATA, 2008, p. 389).

Tivesse Barata conhecimento da neta dessa goianense, dos Lins, nascida no Brejo de Areia, mulher de nome simples, Maria Joaquina de Sant'Anna, poderia reescrever sobre a saga de uma heroína. Montada e conduzindo duas crianças (uma ia na garupa do pai), saiu de Areia em maio de 1824, acompanhando seu esposo, Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, aclamado, então, presidente temporário da Paraíba. Havia este, por consenso confederado, sido eleito comandante de todas as tropas confederadas, de Pernambuco e Paraíba, pelos sertões até Caicó (RN), onde Maria Joaquina ficou com as crianças,

---

[29] MELO, Josemir Camilo de. Manifesto de mulheres em torno da Confederação do Equador. 27/07/2024 — https://www.opoder.com.br/noticias/19105/leitura-de-domingo-manifesto-de-mulheres-em-torno-da-confederacao-do-equador-por-josemir-camilo

enquanto a tropa foi para o Ceará. Encurtando a história, rendidos os confederados, presos Félix e Caneca, secretário da campanha, foge para Goiana, o paraibano. Como havia uma recompensa imperial para quem matasse qualquer cabeça da Confederação, Félix foi traído por um suposto amigo que o matou. Diz a tradição paraibana que, após 10 anos do assassinato de seu esposo, Maria Joaquina encontrou o assassino e o matou com um tiro certeiro na cabeça. Aí estava uma das heroínas que, embora não tivesse assinado aquela carta-manifesto de 1823, assinava, com sangue, sua história. Controvérsias apontam um vingador contratado por ela, e não ela mesma na execução do facínora.

No entanto, não encontramos na lista de 190 assinaturas do Grande Conselho da vila de Areia nenhuma assinatura feminina. (Grande Conselho — Villa do Brejo d'Arêa, 3 de abril de 1824. PUBLICAÇÕES do Archivo Nacional, V.XXIII, 1925, p. 31-39).

Com certeza, a iniciativa das mulheres de Areia repercutiu na província a ponto de influenciar outras, como foi o caso de uma subscrição de 22 mulheres do "Rio de Santa Rosa" (hoje, Barra de Santa Rosa?), de 6 de setembro de 1823, publicada em 24 do mesmo mês (p. 465). Além dessa carta, o jornalista ainda publicou dois sonetos militantes ("onde há tanto sossego e contentamento que as Musas brincam e cantam" (BARATA, 2008, p. 466), sem dizer autoria, embora indique são da Paraíba, sobre a queda do governador das armas, enviado por Portugal.

Fizemos um recorte particular sobre os nomes das assinantes de cartas por dois motivos: primeiro, pela grande quantidade de mulheres subscritoras em uma vila de apenas poucos anos de criação; segundo, pelos sobrenomes simples, sempre fundados em dedicação votiva católica, o que nos deu a impressão de haver uma associação feminina presidida pela igreja, como recolhimento (como já existia em Goiana, por exemplo — e Caneca relata outro, durante a caminhada, ainda em terras pernambucanas, para o Ceará) ou orfanato, a célebre "roda dos enjeitados". Além deste argumento, também utilizei o de mulheres que serviam em casas de família (as "criadas" por...) que poderiam escrever seus nomes, sob a orientação da patroa ou patrão. Por isso, esse elevado número de mulheres, que, obviamente, não precisavam ler o jornal de Barata, mas ouvi-lo em leitura coletiva à noite, ao pé das velas, ou às tardes, nas sestas etc. (Ver Apêndices).

Outras cartas de liberais

Em 23 de junho de 1823, 63 cidadãos de Areia enviaram uma carta elogiando os valores patrióticos do escritor. Até mesmo a Junta provisória enviou carta da capital paraibana assinada por cinco dos seus membros em 16 de julho de 1823, na qual se destaca, novamente, o padre João Barbosa Cordeiro. Os demais membros eram os cidadãos: João Albuquerque Maranhão, Antônio da Trindade Antunes Meira, João Gomes de Almeida e João Ribeiro de Vasconcelos Pessoa (2008, p. 372/3). Barata a publicou em 6 de agosto. Destaca-se o interesse do jornalista em publicar dois sonetos enviados anonimamente da Paraíba. O primeiro soneto é sobre a expulsão do governador das armas, o português Albuquerque (o Vizeu) Francisco Albuquerque Mello:

> Prendeu-se o Labatut, fugiu Madeira
> Os Andradas caíram descontentes
> Do servilismo torpe os vis agentes,
> Como ratos, estão na ratoeira.
>
> Emendou Portugal sua carreira,
> Cuja queda alegrava a certas gentes;
> Liberais escritores mais valentes
> Penas aparam pela terceira vez
>
> Valor, Paraibanos! esperança!...
> Dos Vetistas[30] infames a maldade
> Já mais (sic) perturba a vossa bonança.
> Foi banido o Vizeu desta Cidade;
> Não se temem traições, há confiança,
> Do Brasil segurou-se a Liberdade" (p. 466)

---

[30] Vetistas: não encontramos significado deste termo, se o patronímico (no século XIX) de quem nascia em Vizeu; ou se o mau (o a má) poeta se referia ao termo político "vintista". O habitante de Viseu denomina-se viseense.

O segundo soneto anônimo:

> "Há trezentos Invernos que os tiranos
> Da ocidental Europa celebrados,
> Nas três partes do Globo empoleirados,
> De oprimir não cansavam desumanos
>
> Inda tremem de horror os Mexicanos,
> Vítimas de Cortez, e seus soldados;
> Do feroz Albuquerque os atentados
> Inda gelam de medo aos Indianos.
>
> Penetrado os Sertões d'África ardente,
> Para mais insultar a Natureza
> Traficam de comprar, e vender gente!!!
>
> Mas o grande Brasil, cuja altiveza
> De tais monstros é ser Independente,
> Para sempre vingou tanta fereza. (*Idem*, p. 467)

*

Há uma carta da Junta paraibana assinada por cinco dos seus membros em 16 de julho de 1823, na qual se destacam (mais uma vez) o padre João Barbosa Cordeiro e os cidadãos João Albuquerque Maranhão, Antônio da Trindade Antunes Meira, João Gomes de Almeida e João Ribeiro de Vasconcelos Pessoa. Em 26 de julho o Sentinela publicou uma carta do "amigo da Liberdade". De Pilar, uma carta foi enviada em 10 de agosto e publicada em 23 de agosto, subscrita com 88 assinaturas saudando o clima liberal da Sentinela e fazendo críticas políticas (p. 372-373; p. 351-352; p. .403-406).

Num cômputo aproximado, foram mais de duzentas assinaturas de paraibanos ou de pernambucanos moradores na Paraíba, a saudar o liberal Barata. No meio das proclamações e notas da Junta há ainda um desconhecido vigário da povoação de Canafístula, da vila de Pilar que, em carta

anônima, analisa a queda do governador das armas, o português Francisco de Albuquerque (187-189). Na carta, o padre pernambucano, em 2 de agosto de 1823[31], dizia que os portugueses são nossos inimigos, que não devem se casar com brasileiras, devem ser tratados como estrangeiros, só ter licença para trabalhar no comércio, não devem ser soldados em nossas tropas e não devem ter mais propriedades no Brasil (p. 456-458).

Sobre esse incidente militar conhecido na historiografia local como "motim do Pastorinha", apelido do tenente José da Fonseca Galvão, em favor do governador das armas, há uma Proclamação da Junta Governativa não datada sobre a rebelião contra a demissão do Governador das armas e que, por ironia, assinava como presidente da Junta Estêvão José Carneiro da Cunha e os demais membros: João Gomes de Almeida, João Ribeiro de Vasconcellos Pessoa; Manoel Carneiro da Cunha, João de Albuquerque Maranhão, Antônio da Trindade Antunes Meira e o padre João Barbosa Cordeiro, como secretário (p. 476-478).

Dando continuidade às cartas paraibanas, em 26 de julho de 1823, Barata publicou uma carta do "amigo da Liberdade" assinada pelo paraibano Francisco Antônio Cabral de Vasconcellos[32], que não a datou; fazia críticas aos conservadores e reclamava que na fortaleza de Cabedelo ainda tremulasse a bandeira portuguesa (p. 351-352).

De Pilar, foi publicada uma carta subscrita com 88 assinaturas enviada em 10 de agosto, e publicada em 23 desse mês, saudando o clima liberal do Sentinela e fazendo críticas políticas (p. 404-406). Excelente documento para se rastrear não só a elite local, mas para comparar de que lado estavam a partir da eleição de Félix Antônio como presidente temporário. Outra carta anônima, escrita em 22 de agosto e publicada em uma semana, narrava a ameaça do governador das armas, o português Francisco de Albuquerque, que, segundo Barata, nos comentários desta missiva, queria imitar Pedro da Silva Pedroso e foi também derrubado (p. 416-417).

---

[31] Caneca cita um frade franciscano, Frei João Pedro, como capelão de uma Cana Fístula, perto de Limoeiro (2001, p. 578). Seria o mesmo? Hoje, a Canafístula de Pilar pertence ao município de Alagoa Grande, Paraíba.

[32] Esse cidadão era cunhado de Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, sendo a última pessoa que esteve com o comandante pilarense antes de este ser assassinado.

Há também a publicação, em 1 de outubro, de uma Proclamação da Junta Governativa sem data, (p. 476-478) comentando novamente a derrubada daquele governador das armas português e o "motim do Pastorinha" a favor do destituído, que pretendia associar este ao de Pernambuco, o Almeida, como reforço do princípio dos governadores enviados, ainda, por Portugal.

Num cômputo aproximado, foram mais de 360 assinaturas de paraibanos e até de pernambucanos moradores na Paraíba a saudar o liberal Barata.

É nesse clima de saudações liberais, nesse cadinho de lembranças da perseguição aos de 1817, que vai se gestar na Paraíba (capital, Areia e, mormente, Pilar com Itabaiana) uma reação ao fechamento da Assembleia Constituinte e à nomeação de presidentes suspeitos de "lusitanismo" (associados do Clube do Apostolado, fundado por Bonifácio e tão combatido por Caneca e Barata).

Capítulo III
A recepção à Confederação do Equador

O ano de 1824 começa na Paraíba com o agito de prisões de portugueses, solução tirada na reunião da Junta no 19 de dezembro anterior com 27 assinaturas, sendo a maioria delas de militares. Foram, então, presos 28 cidadãos lusitanos (PINTO, V. 2, p. 50-51). Este fato é o substrato, na Paraíba, da acusação de lusitanismo que será imputada a Felipe Neri mais adiante em abril. Provavelmente, está ligado ao discurso dos deputados constituintes cassados, Joaquim José Carneiro da Cunha e José da Cruz Gouvêa (com a provável ausência do outro deputado, Augusto Xavier de Carvalho por ser natural de Portugal) sobre a crise[1] no Rio de Janeiro, na qual oficiais portugueses a serviço do Império espancaram populares, e a enorme repercussão que isto teve dentro da Assembleia Constituinte, que resultou em seu fechamento arbitrário por D. Pedro entre 10 e 13 de novembro de 1823. Antes, em 11 de agosto de 1823, a Junta paraibana lamentara a queda da Constituição em Portugal, que, por sua vez, deve estar ligada ao mal-estar causado pelo governador das armas português Francisco de Albuquerque Mello (em setembro) e, daí seu desinteresse e afastamento do comando das tropas paraibanas, chegando a solicitar do Imperador sua exoneração, culminando com o motim do Pastorinha.

Em 26 de janeiro, os portugueses domiciliados na cidade da Paraíba foram enviados presos a Pernambuco e, em 21 de fevereiro, a Junta conclamou a "mocidade paraibana" a se alistar em defesa da Pátria contra os portugueses (PINTO, *idem*, p. 52). Portanto, quando algumas Câmaras de vilas rejeitaram Felipe Neri em abril, sob a pecha de "lusitanismo", é deste clima que estão falando, alimentados pelos discursos dos ex-deputados constituintes cassados, no caso mais direto: de Joaquim Manoel Carneiro da Cunha e de José da Cruz Gouveia, que participaram das manifestações cívicas da vila

---

[1] É o célebre caso do suposto autor do artigo "Brasileiro Resoluto", David Pamplona, publicado no jornal Sentinela, contra oficiais portugueses (MARIZ, 1980, p. 117).

do Brejo de Areia em abril e maio. Gouveia era areiense, segundo Celso Mariz, mas Horácio de Almeida admite ser da capital mesmo. Por outro lado, grande difusor desta visão antilusitanista foi o padre pernambucano João Barbosa Cordeiro, vigário da vila de Campina Grande e eleito secretário da Junta paraibana[2].

Caneca narrou este episódio da expulsão na Paraíba, em seu Typhis de 19 de fevereiro de 1824 (p. 363-365, e com a proposta de "Continuar-se--á"), publicando todo o questionário feito pelo governo da Junta da Paraíba para Conselho provincial responder. Mais uma vez, Caneca põe sua ira nos "chumbeiros" (portugueses) do Rio, inimigos de nossa Independência, que logo que souberam da dissolução da Assembleia Constituinte, começou esta "cáfila" a planejar através desses patrícios europeus unidos a brasileiros, o sistema absoluto. A "Paraíba vigilante deu mão de presos a todos os portugueses que ali se achavam de morada a traficar (comercializar?) (...) convocou a 16 de janeiro um pleno conselho, composto de cidadãos de todas as classes, para discutir sete quesitos sobre o que fazer com os portugueses solteiros e até os casados. As respostas foram duras, implicando em expulsão, primeiro dos solteiros e, em segundo lugar, até dos casados, mas podendo também ficar sob vigilância, até que seus comportamentos fossem avaliados. O peso só foi equacionado para clérigos e militares desde que tivessem prestado, estes últimos, serviço à causa da Independência na guerra da Bahia; quanto aos religiosos, ficariam os que não tivessem atentado contra nossa Independência e, os demais, se comprovado sua resistência, deveriam ser deportados (ver também PINTO, 1977, V. 2, p. 51-52).

Vamos primeiro contextualizar a Paraíba no plano nacional após o (golpe do) 18 Brumário, como apelidou Caneca, o fechamento da Assembleia Constituinte. Os três deputados paraibanos foram presos pelas forças ar-

---

[2] Segundo o cronista paraibano, Epaminondas Câmara, o padre João Barbosa Cordeiro era vigário de Campina Grande, quando em 30 de novembro de 1822, foi empossado como membro da Junta Provisória e Constitucional da Paraíba (1947, p. 29-30). Em 1817, era vigário em Portalegre, interior do Rio Grande do Norte (SANTOS, Fernando Pio dos, 1994, p. 220-221). Em 1824, o padre João Barbosa, internado em hospital por doença, conseguiu fugir para o interior de Pernambuco e lá viveu como paisano, como revelou em seu Bússola da Liberdade, sete anos depois. Ver também Pereira da Costa, Dicionário, 1982, p. 454).

madas junto com os três Andradas e outros (MORAES, 2002, p. 119). Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, pernambucano, segundo Mariz, com propriedade na Paraíba, em Abiaí e que na Assembleia fazia apologia dos Estados Unidos (segundo Mariano, 2005, p. 210); José da Cruz Gouvêa e o português Augusto Xavier de Carvalho, ao desembarcarem no Recife em 13 de dezembro com outros deputados vindos da Corte, assinaram um manifesto contra as arbitrariedades do Imperador. Estavam ali os deputados José Martiniano de Alencar e padre Manoel Pacheco Pimentel pelo Ceará[3] e, por Pernambuco, Luiz Ignacio de Andrade Lima, padre Ignacio de Almeida Fortuna, padre Francisco Muniz Tavares e padre Venâncio Henrique de Rezende (BRANDÃO, 1924, p. 173-5). Os cinco outros deputados por Pernambuco[4] não assinaram, talvez por não terem chegado no mesmo navio ou não estivessem, então, no local. Mesmo assinando, ao menos um deles foi claro em suas ações de adesão ao Imperador, o padre Francisco Muniz Tavares, chegando a polemizar com Frei Caneca (com a vitória sobre o Recife, Muniz Tavares foi recomendado por Lima e Silva ao Imperador — embora não diga o grau de nobreza a ser recebido): "Arrependido das suas loucuras, e cônscio de que se havia desgarrado do verdadeiro caminho de fiel súdito de S.M.I., na volta de sua missão às Alagoas; cooperou muito para o aceitamento do Projeto de Constituição e rompimento do dia 20; foi perseguido e fugiu para o Rio de Janeiro" (PUBLICAÇÕES do Archivo Nacional, V. XXII, 1924, p. 363).

Em 13 de dezembro, estavam de regresso forçado juntos com dois do Ceará: José Martiniano de Alencar e Padre Pimentel, e os de Pernambuco: Luiz Ignacio de Andrade Lima, Ignacio de Almeida Fortuna, Francisco Muniz Tavares e Venâncio Henriques de Rezende, que protestaram no Recife publicando um manifesto. Vejamos a abertura:

---

[3] Studart diz que os dois saíram do Recife em 12 de fevereiro de 1824 e chegaram no dia 15, numa escuna de guerra (cedida por Carvalho?). (Parte Chronologica. Revista do Instituto do Ceará, p. 142).

[4] Pernambuco possuía 11 deputados (12% da Assembleia Constituinte); destes, 8 estiveram envolvidos na Revolução republicana de 1817 e apenas 3 se envolveram com a Confederação do Equador. (SODRÉ, ANPUH, 2017, p. 4 e 5). Disponível em https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502818159.

> Os abaixo assignados, deputados a Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil, pelas Províncias de Pernambuco, Paraíba. e Ceará, para colaborar no Pacto Constitucional, porque ele deverá ser regido, segundo o sistema adotado, julgam-se no rigoroso dever de apresentar aos Governos das respectivas Províncias, a todas as Autoridades Municipais delas, e ao respeitável brioso povo, de quem receberam tão alta missão, os motivos que, impedindo-os de continuar a tarefa começada, os obrigou a deixar extemporaneamente a Côrte do Rio de Janeiro, onde se achavam legitimamente congregados. É triste, mas inevitável, ter de referir um facto, que magoará a Nação inteira, impedida do mais sagrado dos seus direitos!!! Em Sessão de 10 de novembro? (BRANDÃO, 1924, p. 173-175).

Segundo Alcides Bezerra Cavalcanti, o deputado Augusto Xavier de Carvalho tinha "um espírito liberal e muito superior a seu tempo". Como deputado constituinte, Augusto Xavier de Carvalho tinha feito um projeto de lei de liberdade de imprensa de apenas três artigos: "1º) São declaradas em pleno vigor todas as leis que existem, e que permitiram a liberdade da imprensa, retificando-se permitido a todo o cidadão falar, escrever e imprimir, sem necessidade de alguma censura; 2º) Aquele que abusar desta preciosa liberdade, responderá pleno abuso nos casos, e pela forma que as leis têm estabelecido; 3) Ficam derrogadas quaisquer leis, ordens, ou portarias que direta ou indiretamente se oponham ao presente decreto, o à liberdade concedida. Paço da Assembleia, 24 de maio de 1823." (PUBLICAÇÕES, V. XXIII, 1925, p. XLIX). Já o registro da atuação do deputado José da Cruz Gouvêa está em seu discurso na Assembleia Constituinte, em 9 de maio de 1823, prevendo a situação do Norte:

> Sr. Presidente, as Províncias do Norte estão em desordem como a todos é notório (...) o Rio Grande do Norte acha-se governando pelo presidente (de Junta) Manoel Pinto, um secretário (palavra ilegível), deputado comandante Antônio Germano, como se vê das representações do de Portalegre[5]. A Para-

[5] A transcrição comete um deslize quanto ao lugar aí citado de Porto Alegre, quando se trata da Vila de Port'Alegre, no interior do RN.

> íba, que unanimemente aderiu à causa do Brasil, já mandando para aqui seu procurador, e deputados, já enviando tropas para a Bahia, já guarnecendo suas praias como luzidos batalhões dos filhos dos lavradores que voluntariamente se oferecem para rebater as baionetas europeias que a ameaçam, não está em sossego (...). A Paraíba não fez baderna, ela não quer mercês, só quer uma constituição liberal. Pernambuco acaba agora de dar uma amostra da cena de São Domingos; e Alagoas goza de pouco sossego (...) Sr. Presidente, esta assembleia é o termômetro onde os povos observam todos os dias a altura da sua felicidade futura (LIRA, 2014, p. 39).

Voltando ao Manifesto, não foi um ataque direto ao Imperador, mas parte do clima de críticas aos militares portugueses a "serviço do Império" que haviam espancado um brasileiro, contra o que regiam alguns deputados em 10 de novembro, apoiados pelas galerias. Isso teria levado o presidente da Assembleia a suspender a sessão. Naquela noite, o Imperador mandou militares cercarem a Assembleia com todas as tropas, munição e trem de guerra, atendendo à reivindicação dos oficiais que haviam sido criticados pelos deputados. A Assembleia deliberou estar em sessão permanente. No dia 12 por volta de 13:40, a Assembleia foi cercada com hostilidade e canhões com os atiradores de archotes acesos prontos para disparar. O Imperador ordenou evacuar a Assembleia, ficando alguns deputados presos. Os constituintes ainda agradeceram "na amargura em que os tem o fato expendido, não podem deixar de reconhecer com gratidão a franqueza que S. M. I., não só lhes permitiu sua retirada, senão lhes mandou suprir a passagem (...) e atestam da candura e acolhimento do bom e honra do Povo do Rio de Janeiro, que sempre lhes prestou favorável atenção, ainda mesmo depois da dissolução da Assembleia. Pernambuco, 13 de dezembro de 1823". (BRANDÃO, *Op. Cit.,* 173-175). Com efeito, no mesmo dia, teve lugar a sessão do Grande Conselho, ao qual assistiram os representantes cearenses José de Alencar e Padre Pimentel. Devem ter bebido das ideias liberais para aplicar em sua "pátria".

Os deputados paraibanos, ao chegarem em sua terra, começaram a espalhar as causas do fechamento da Assembleia e o poder que os oficiais portugueses tinham sobre D. Pedro. Talvez isto tenha sido na Paraíba, em

19 de dezembro, a razão de cidadãos reunidos em Palácio pedirem que fossem presos os portugueses residentes na Paraíba (PINTO, V.2, p. 50, 1).

*

Enquanto a reação militante contra o golpe na Constituinte foi se espalhando pelas províncias do Norte, começava também a rejeição à nomeação dos presidentes. Pernambuco, Ceará e Paraíba rejeitaram as nomeações. Pernambuco se antecipou, ainda em dezembro de 1823, e elegeu o Intendente da Marinha Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que tinha prendido o governador das armas anterior, Pedro da Silva Pedroso, sob missão do Conselho de Notáveis da província. O Rio Grande do Norte foi o único a não ter atores, uma vez que parece não ter enviado nenhum dos dois deputados à Constituinte[6].

Em Pernambuco, volta-se a confirmar em janeiro a eleição das Comarcas de Olinda, capital, e a da nova cidade, Recife (como golpe, o Imperador tinha elevado a vila de Recife, em 5 de dezembro de 1823, à cidade).

O Ceará teve três momentos republicanos em 1824: 8 de janeiro, quando o Padre Mororó junto com o pernambucano Bellarmino de Arruda Câmara, declarou decaída a dinastia dos Bragança e elegeu uma Câmara republicana; 29 de abril, quando os liberais e republicanos derrubam o presidente nomeado e ex-deputado constituinte, o cearense Pedro José da Costa Barros; e, em terceiro e com alto ímpeto, o dia 26 de agosto, data que se proclamou a República em solo cearense nomeando-se presidente Tristão Gonçalves de Alencar (Pereira) Araripe até sua morte em campo de batalha, em 31 de outubro.

A Paraíba, a partir de abril de 1824, ficará dividida, pois, as câmaras de Areia, Campina Grande, Pilar, São João do Cariri e Montemor[7] se rebelaram

---

[6] Deputados da Primeira Assembleia Nacional Constituinte do Brasil (Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Deputados_da_Primeira_Assembleia_Nacional_Constituinte_do_Brasil).

[7] É possível que a adesão de Montemor (Mamanguape) tenha se dado por algum reconhecimento desta vila para com Bartolomeu da Costa Pereira, pois este havia, em 1801, requerido ao príncipe regente, D. João, a confirmação de carta patente no posto de capitão

e aclamaram o sargento-mor de Areia, Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, presidente temporário da Paraíba até que se elegesse o Conselho de notáveis (como ditava a lei que nomeou o presidente) e que se procedesse à eleição para o cargo. O presidente nomeado, o pernambucano Felipe Neri Ferreira, foi rejeitado por essas Câmaras por "lusitanismo", simpatizante do "partido português" na Corte, e dos oficiais portugueses que serviam a D. Pedro. Felipe Neri ficou no poder de 9 de abril a 20 de julho de 1824.

Voltando aos apoios ao governo revolucionário de Félix Antônio, não parece segura a informação de que São João tenha apoiado o governo temporário de Félix Antônio. Caneca registrou em seu Itinerário a dificuldade que a tropa liberal enfrentou quando tentou passar por essa vila, território da hegemonia da família Romeu que, no trato com as tropas de Félix Antônio, para evitar conflitos armados, não deu perseguição à coluna desde que evitasse entrar naquela vila, no que foram obedecidos. Ainda mais que se tentou recrutar gente confederada para as tropas do capitão Domingos da Costa Romeu[8] e do sargento Amaro da Costa Romeu, quando a tropa se dirigia a Carnoió (hoje Boqueirão). A coisa azedou ainda mais, pois, o

---

de uma Companhia de Infantaria das Ordenanças de Mamanguape, da vila do Monte-mor. (Catálogo de Manuscritos.... Anexo: 1 doc. AHU-Paraíba, mç. 20, AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2719).

[8] Em 19 de outubro de 1824, Domingos da Costa Romeu escreveu ofício ao comandante da Expedição do Centro, Bento José Lamenha Lins: "Recebi o ofício de S. Sa. De 18 do corrente; fazendo-me ver, que ainda está à espera de ordem para poder vir em seguimento dos facciosos desoladores da humanidade; e inimigos da Integridade do Império brasileiro. É do meu dever certificar a V. Sa. que eles ontem foram ao pé da Serra de João Ferreira que dista 12 léguas acima desta vila, e neste lugar eles estão tanto em via para o Ceará, como para o Rio Grande do Norte, o capitão Moreira saiu hoje daqui levando consigo também ordenanças desta vila, e da de Campina Grande. A vista disto julgo que V. Sa. não alcançará mais, só se fizerem ponto.

Eu tenho remetido a V. Sa. as notícias do Filgueiras, V. Sa. julga que elas não se realizarão, se assim for bem está tudo, e então até não é necessário, que V. Sa. venha, porém se se realizarem, e o Filgueiras se unir a estes malvados, que por aqui sobem fazendo odo o gênero de hostilidade, eu temo grandes males.

Fica muito a meu cuidado fazer publicar a muito digna Proclamação de V. Sa. (Vila Real de São João, 19 de outubro de 1824". (PUBLICAÇÕES do Archivo Nacional, V.XXII, 1924, p. 379).

recrutador (que Caneca chama de "calhambola") Antônio Dias Chaves foi fuzilado como espião (CANECA, 2001, p. 585). Ao sair de Carnoió, os liberais queimaram a casa do português João de Oliveira Ramos e seguiram em direção a Cabaceiras, mas encontraram todas as casas destruídas para não servirem de abrigo aos confederados. Terminaram por pernoitar na fazenda Bom Jesus, cujo dono foi execrado na redação do texto de Caneca: "José Pereira de Castro, homem o pior que nesta digressão temos encontrado, somítico e miserável" (*Ibidem*). No entanto, em outra ocasião, em direção ao Rio Grande do Norte, o capitão (Amaro) Romeu abriu fogo contra a coluna. Talvez essa família estivesse dividida, pois no Grande Conselho Areia em 3 de abril de 1824, há um José da Costa Rumeu (sic) (Grande Conselho — Villa do Brejo d'Arêa, 3 de abril de 1824. (Publicações do Archivo Nacional, V.XXIII, 1925, p. 31-39).

A situação do Rio Grande do Norte também é crítica, mas devida a elementos políticos particulares, tal como o fato de não ter enviado seu único deputado à Constituinte, o que elimina, em si, o primeiro gatilho da Confederação do Equador. Já a nomeação de um potiguar do sertão e ex-membro da Junta provisória para o cargo de presidente, não o levou a assumir o cargo em abril, demorando-se até maio e sem controle sobre as disputas internas por cargos, e rebeliões. Para antecipar nossa narrativa, era contraparente do presidente provisório da Paraíba, o Félix Antônio. No entanto, dos presidentes nomeados pelo imperador, ele é quem mais tempo durou entre aparente adesão a um compromisso com Manoel de Carvalho e manutenção no cargo, renunciando só em setembro de 1824 sob denúncias por ter enviado delegação a Pernambuco para assinar um tratado com Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Há registros de que teve de deixar o cargo em fuga dentro de uma barrica.

A presidência temporária de Félix Antônio Ferreira de Albuquerque

Para historiar a campanha de lutas que desaguaram na marcha confederada, a partir de 2 de julho, não foi menor a ação político-militar na Paraíba, onde ocorreu o primeiro encontro de armas entre as facções de Felipe Neri

e as de Félix Antônio, em 24 de maio, em Itabaiana. Embora este encontro de armas tenha sido anterior ao 2 de julho, tal refrega continha, em si, os dois principais gatilhos que detonaram a Proclamação da Confederação: a crítica ao Imperador por ter fechado a Constituinte e a rejeição ao presidente nomeado por D. Pedro, Felipe Neri Ferreira. Este combate, em Itabaiana, não é só o primeiro e mais importante da Paraíba, mas entre as províncias de Pernambuco e Ceará. É o que já nos demonstrava Alcides Bezerra, dirigindo a documentação do Arquivo Nacional, em 1925, com o seu A Parahyba na Confederação do Equador, tentando responder ao historiador João Ribeiro, que dizia ter tido este movimento "adesões foram mais palavrosas do que efetivas" (p. VII). Em seguida, o autor paraibano toca num ponto melindroso que, aqui, levo para o lado discursivo. Diz o organizador do Arquivo Nacional que a "Paraíba não deu grande número de mártires (...) foi, contudo, centro ativo revolucionário". Se se quiser conhecer o restante das pequenas batalhas, há que se seguir o Itinerário canequiano.

*

Como um jovem cidadão de uma vila colonial, Félix Antônio, agricultor que comerciava seus produtos, passou, em pouco mais de cinco anos, a comandante de tropas interprovinciais em uma marcha de quase 300 léguas contra as tropas imperiais?

Uma rápida biografia de Félix Antônio nos mostra um motivo particular de mudança, de caráter político, e uma proposta de ascensão social. Félix, filho de gente de poder, o capitão da vila de Nossa Senhora do Pilar, o capitão-mor Ignácio Bento d'Ávila Cavalcanti, amargava uma rejeição do rei D. João ao seu pedido para que seus produtos fossem comercializados diretamente na praça do Recife. Frustrado, resolveu mudar de lugar, indo morar no Brejo de Areia, recém-instituída como vila, e, de lá, provavelmente, já se relacionando com o capitão-mor Bartolomeu Pereira de Araújo, foi eleito vereador. Havia solicitado terras devolutas que recebeu do governador português, coronel Joaquim Rebello Rosado (LINS, J. Ávila. "Félix Antônio". Revista Era Nova, nº 64, 15 de junho de 1924, p. 32). Diz Elpídio de Almeida que Félix Antônio se afligia com "as vexações dos parentes

envolvidos na revolução de 1817, de que se conservara alheio" (1946, p. 47). Um pouco antes, havia arrematado bens que foram sequestrados de réus republicanos de 1817[9], começando nova vida. Eleito vereador, depois a sargento-mor, já estava em evidência em 1821, na luta para subjugar os absolutistas que se negavam a aderir à Constituinte portuguesa; conflito esse que perdurou pelo ano de 1822 (PINTO, 1977, V. II, p. 9).

A respeito destes bens arrematados por Félix Antônio, descreve Horácio de Almeida, pertenciam aos revolucionários republicanos de 1817, Antônio José Fernandes Nobre e Manoel Coelho Serrão, que haviam sido levados presos para a capital pelo português Antônio Gomes Loureiro, o mesmo que, pouco antes, traíra na vila do Pilar o padre Antônio Pereira; "Seus bens foram arrematados na vila em 2 de dezembro de 1819 e constavam de 11 cabeças de gado, 6 cavalos, safra de quatro sítios, um jogo de malas e diversos móveis, tudo por 284$600. Por estranha coincidência, os arrematantes foram José da Costa Machado e Félix Antônio Ferreira de Albuquerque"[10] (p. 35). Destes, Manoel Coelho Serrão, quando libertado da Bahia em 1821, era capitão, quando participou do Grande Conselho de Areia em 3 de abril de 1824, que recusou Felipe Neri Ferreira, criticou o fechamento da Assembleia Constituinte e participou ativamente da Confederação, liderando os pardos de Alagoa Grande. Grande Conselho — Villa do Brejo d'Arêa, 3 de abril de 1824. (PUBLICAÇÕES do Archivo Nacional, V.XXIII, 1925, p. 31-39).

Félix Antônio casou-se com Maria Joaquina de Sant'Anna, filha do capitão-mor de Areia, Bartolomeu da Costa Pereira, e de uma descendente dos Lins de Goiana, Maria do Nascimento Lins de Albuquerque. Parecia bem integrado à sociedade da recente vila de Brejo de Areia, como narra o historiador areiense Elpídio de Almeida:

---

[9] Sobre os bens sequestrados de todos os envolvidos, ver Relação Alfabética das Pessoas que se acharam envolvidas na Revolução de 1817, nesta Capitania (PINTO, V. I, 1977, p. 290-350).

[10] Félix Antônio Ferreira de Albuquerque arrematou também, em Areia, em 11 de novembro de 1819, dois escravos e um pedaço de terra por 1$100 (um mil e cem réis) do condenado republicano Manoel Coelho Serrão. Félix Antônio também embargou o sequestro de Francisco José de Ávilla Bitancort (sic) RELAÇÃO dos sequestros feitos aos revolucionários de 1817 pelo juízo do fisco desta capitania (1910, p. 137 e 139).

> Auspiciara-se feliz o ano de 1821 para a família à qual Félix Antônio estava ligado. Ordenara-se um dos filhos de Bartolomeu da Costa Pereira (...) o capitão-mor que resolveu solenizar com festas extraordinárias o dia em que o padre Manoel Cassiano Pereira da Costa deveria cantar a 1ª missa. Outros atos de natureza afetiva foram marcados para o mesmo dia. E foi assim que promoveu, em 4 de março, o casamento da filha de Bartolomeu da Costa Pereira, Cândida Ermíria, de 15 anos de idade, com o primo Diogo Soares de Albuquerque (...) e levou à pia batismal sua 1ª neta, Maria Carolina Augusta de Albuquerque, a primogênita e futura esposa do cel. Remígio Veríssimo d'Ávila Lins (1946, p. 48).

Mas também é desta época o seu primeiro contratempo com a Câmara de que havia, pouco tempo, sido presidente, pois, sendo intimado pela Câmara, como comandante das Ordenanças, e sua tropa, a estar presente na solenidade de juramento das bases das Cortes de Lisboa, já que o rei havia, forçadamente, jurado em 26 de fevereiro, não correspondeu em tempo hábil à ordem. Em 29 de abril, o governador Joaquim Rabelo da Fonseca Rosado obrigou todas as Câmaras ao juramento. Félix Antônio, não podendo reunir todos os subcomandantes, pediu adiamento à Câmara de Areia para o mês de junho. Félix Antônio resolveu discordar da Câmara, o que levou essa a reclamar diretamente ao governador português Joaquim Rabelo. Félix foi intimado, por ofício, a obedecer, pois era a terceira pessoa mais importante no cerimonial da vila naquele juramento, precedido pelo vigário e pelo presidente da Câmara (ALMEIDA, Elpídio, p. 50 e 51).

O sargento-mor se enquadrou, cumpriu seu papel e, talvez, por recompensa, poucos meses depois, descobrindo terras devolutas naquele município, pediu sesmarias ao mesmo governador que lhe concedeu. Nem chegou a trabalhar nesta terra, preferindo mudar-se para Pilar para administrar o engenho Itapuá, que adquirira. Provavelmente, Félix não se sentiu confortável com a Junta eleita na capital, que tinha de se submeter ao novo governador das armas, Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros. De igual modo, foi liberado pelo presidente da Junta, tenente-coronel João de Araújo da Cruz. Em 15 de junho de 1822, Félix despediu-se, formalmente, da Câmara de

Areia, deixando em seu lugar o capitão da companhia, Antônio Lins (pelo sobrenome, parecia vinculado à família de sua sogra) (*Idem,* p. 51).

O próprio articulista e biógrafo Almeida afirma não saber se Félix estava em Areia no dia em que foi aclamado presidente temporário da Paraíba ou se fora chamado pela família. O que se sabe é que Félix Antônio se insurgiu, junto com outros, em 1824, contra a indicação de Felipe Neri Ferreira para presidir a Paraíba.

Já era do conhecimento dos paraibanos que as comarcas do Recife e Olinda haviam recentemente eleito um presidente civil, da terra, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, em lugar do indicado por D. Pedro. Apesar de também ser pernambucano, o nomeado, o capitão-mor do Cabo de Santo Agostinho, Francisco Paes Barreto, tinha sido péssimo na Junta provisória anterior (ALMEIDA, *Op. Cit.,* p. 48; LINS, 1946, p. 181).

Areia teve, em 1817, uma participação do ideal republicano bem modesta, comparada ao caso da vila do Pilar e sua povoação Itabaiana. No entanto, as campanhas dos constitucionalistas contra os absolutistas, em 1821, levaram Areia a ser palco de ocupação militar pelas forças do governo de Joaquim Rabelo, através da presença do seu governador das armas, João de Araújo da Cruz. Portanto, a política conturbada da vila de Areia cobriu desde a campanha constitucionalista (início de 1821) até o mês de maio, com a eleição do presidente temporário. Isto é um pouco contrário ao que escreveu Alcides Bezerra, que, ao tentar uma explicação mais econômica, diz:

> Era Areia o núcleo que reunia comercial e politicamente os interesses de extensa zona agrícola da Borborema, já nesse tempo cheia de engenhos de fabricar açúcar, e fazendas de plantar algodão, produtos que eram exortados para Recife, via Goiana, a procura de melhores preços do que pagava a capital da província (1925, p. V).

Embora não tenhamos dados econômicos à mão, custa crer que o Brejo de Areia pudesse competir com o rico vale do rio Paraíba, onde se destacavam a vila do Pilar e seus polos agrícolas, Itabaiana a oeste e Pedras de Fogo a leste. Pilar fazia limite com o Termo da Vila de Goiana, através da coirmã povoação de Itambé (Pernambuco) e Pedras de Fogo (Paraíba); fenômeno

que se repetia a oeste, entre Itabaiana e Pilar, onde estava a meio caminho entre os dois lugares, a povoação de Serrinha (atualmente Juripiranga), que possui território tanto em Pernambuco quanto na Paraíba.

Félix Antônio conhecia de perto a história recente de sua terra natal. Na revolução republicana, Pilar organizou uma tropa de 2.000 homens, marchando para a capital e que derrubaram o governo português local, estabelecendo uma Junta republicana. Embora Félix não tenha participado deste levante, gravou, na certa, a cena da repressão, já que Pilar precisou exibir as mãos e cabeça de uma das duas vítimas da perseguição realista: o Padre Antônio Pereira de Albuquerque; e de outro republicano executado, Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, ambos da Junta republicana (ALMEIDA, Elpídio, p. 74).

Em 3 de abril de 1824, a Câmara de Areia, em conselho, reuniu 188 assinaturas, rejeitando a nomeação de Ferreira Neri e se posicionando contra o fechamento da Assembleia Constituinte, principalmente. Aí estavam os vetores da Confederação do Equador. Em 22 de abril, foi a vez da Câmara da vila de Campina Grande, com 91 assinaturas, rejeitar o presidente nomeado Felipe Neri e o secretário, o português, também ex-deputado constituinte, Augusto Xavier de Carvalho, acusando-os de lusitanismo, por terem vindo do Rio de Janeiro, onde a facção europeia era (ainda) dominante e a que se atribuía o fechamento do Congresso, e não ao Imperador. A Câmara campinense pedia ao Imperador o restabelecimento da Assembleia Representativa da Nação (PINTO, 1977, V.2, p. 17-54; ALMEIDA, Horácio, 1958, p. 38 e 41).

Em 5 de maio, em Areia, ocorreu a aclamação do presidente temporário Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, que devia ter 28 anos; aceita-se que tenha nascido em 1795. Provavelmente, muito se deve à influência do seu sogro, o capitão-mor local, Bartolomeu da Costa Pereira. O conselho eleito tinha dois ex-deputados constituintes: Joaquim Manoel Carneiro da Cunha e José da Cruz Gouvêa. Os demais membros do seu governo foram padre José Gonçalves Ouriques[11], secretário (ex-republicano de 1871, coadjutor,

[11] Há referências ao sequestro dos bens de um José Gonçalves Ouriques (paisano?), em Campina Grande, constando de uma quantia de 354$277 (trezentos e cinquenta e quatro

então, do vigário Virgínio Rodrigues Campelo), capitão Antônio Luiz Bezerra, sargento-mor João de Albuquerque Maranhão Júnior, capitão Joaquim Moreira da Silva e o padre João Rodrigues de Sá (PUBLICAÇÕES... V. XXIII, 1925, p. 152).

A presidência provisória foi instalada no dia 9, sendo reconhecida pelas Câmaras de Pilar, Campina Grande, São João do Cariri e Mamanguape (ALMEIDA, Horácio, 1958, p. 38 e 41; CÂMARA, 1947, p. 28; PINTO, *Op. Cit.*, p. 58). Em seguida, foi enviada a todas as câmaras da província uma correspondência apresentando o governo temporário, como a enviada para a Câmara "da Vila de Jacoca" (o nome indígena dizia alguma coisa, em vez de Vila Nova do Conde?), em 12 de maio de 1824. Assinavam os membros desse governo: Domingos da Costa Ribeiro, Marcos de Mello Muniz, José Joaquim de Vasconcellos e Ignacio Evaristo de Monteiro (PUBLICAÇÕES do Archivo Nacional, V. XXIII, 1945, p. 152).

Félix Antônio, após a eleição, ao perceber que o rugido do brejo da Serra da Borborema para a capital dos mangues e alagados não causava efeito, resolveu montar com sua família e seguidores para sair arrebanhando apoios, serra abaixo, em direção ao vale do Paraíba, por onde passavam boiadas para a cidade da Paraíba e de Pernambuco. Este era o roteiro estratégico de atacar a capital, engrossando suas fileiras com os apoios políticos e militares das vilas abaixo, como sete anos atrás, na marcha republicana, do Pilar à capital. Em Campina Grande, recebeu apoio da Câmara local e do vigário, o padre pernambucano João Barbosa Cordeiro, que, até bem pouco tempo, havia sido secretário da Junta provisória da Paraíba. Aí, esperava encontrar sinais de apoio das vilas de Souza e Pombal, o que não ocorreu, pois um líder imperial, José Dantas Rothea, com suas tropas, cortava qualquer contato dos paraibanos com cearenses e impedia as forças dessas duas vilas de vir em auxílio aos liberais de Félix Antônio.

Ao mesmo tempo em que Felipe Neri enviou, em 10 de maio, uma tropa à vila do Pilar, Félix Antônio chegava à povoação de Itabaiana, a duas léguas e meia da sede da vila, e lá estacionou suas tropas. É quando vai se

---

mil, duzentos e setenta e sete réis), um escravo e móveis, por dona Maia Magdalena de Vasconcellos (Relação dos sequestros..., p. 152).

dar o enfrentamento de tropas de ambos os governos na povoação, em 24 de maio daquele ano, na famosa batalha do Riacho das Pedras.

Naquele dia, o presidente Felipe Neri registrou que, ao sair da cidade,

> "um destacamento forte composto de tropa de 1ª e 2ª linha e o das Armas, em noite do mesmo dia alguns oficiais tanto de uma como de outra linha tentaram atacar o comandante do batalhão de 1ª linha, e o das Armas, e entraram em um Conselho militar com eles, querendo os obrigar a convir no mesmo plano das vilas amotinadas, que era lançarem-me fora da presidência do Governo, e eleger-se outro presidente, que anuísse à facção de Pernambuco, e à separação das províncias do sul" (PUBLICAÇÕES, V. XXIII, p. 52-53).

Houve resistência do comandante da artilharia, que conseguiu juntar soldados e o comandante das armas, evitando assim o motim, que, embora tivesse poucos soldados comigo, possuía duas peças de artilharia. Narrava ainda o presidente, que se pusera à frente da resistência, afugentando os amotinados, conclamando a volta daqueles oficiais e que esperava a clemência do Imperador. Os amotinados eram o capitão João Francisco Barreto, o tenente Gabriel Fernandes de Carvalho, alferes Lourenço José Romão e Jerônimo José Rodrigues Chaves, que foram presos (of. de Felipe Neri Ferreira, de 17 de junho de 1824, ao sr. João Severiano Maciel da Costa). PUBLICAÇÕES, idem.

O segundo gatilho da Confederação tem, em abril de 1824, um cenário propício na região. Pode-se dizer um abril vermelho, pois, em Pernambuco, em 7 de abril, o Conselho dos Notáveis da província e as Câmaras se negaram a dar posse ao presidente nomeado pelo Imperador, Francisco Paes Barreto. Um dia depois, na Paraíba, a Junta provisória, contrariada, passou o cargo ao presidente nomeado, o pernambucano Felipe Neri Ferreira. O Ceará, no dia 14, recebeu o presidente nomeado, o cearense Pedro José da Costa Barros, mas, tido como do "partido" luso que apoiava D. Pedro passou apenas 15 dias no cargo. Em seu lugar, foi eleito, em 29 de abril, o "republicano" Tristão Gonçalves de Alencar (Araripe), filho de Bárbara de Alencar (STUDART, 1924 p. 618-621). E, para provar que não se tratava

apenas de mudanças na província, quatro dias depois, Tristão, em 3 de maio de 1824, enviou a Manoel de Carvalho o sargento-mor Luiz Rodrigues Chaves "para conduzir (de volta) o armamento, que já pedi a V. Exª., enquanto o despotismo não bloqueia este porto (PUBLICAÇÕES, V. XXIII, 1925, p. 125). Em anexo, um "passaporte": "Desta para a Praça de Pernambuco, marcha em diligência do Serviço Nacional o sargento-mor Luís Rodrigues Chaves: os senhores comandantes de presídios, e mais autoridades a quem competir, ainda mesmo das diferentes províncias, por donde transitar, o deixarão passar livremente, e por bem do Serviço Nacional, e a mim favor lhe prestarão todo auxílio, que por ele for requisitado. Palácio do governo do Ceará, 5 de maio de 1824." (*Idem,* p. 134). Ali cunhava o movimento, mesmo e ainda sem nome, como regional e federativo.

Mas, voltando ainda às tentativas de montar juntas republicanas no Norte, o caso mais estapafúrdio ocorreu no Pará, que, com apoio ideológico de Pernambuco, através de emissários e documentos, em que havia ocorrido uma tomada de poder pelos revolucionários, elegendo-se uma Junta republicana que, recém-empossada, ficou a ver navios, literalmente, pois, poucas horas depois de empossada, a Junta viu chegar a Belém o presidente nomeado por D. Pedro, coronel paraense José de Araújo Roso, e o brigadeiro José Ignacio Borges, como comandante das armas. O novo presidente tentou pacificar a cidade, conclamando uma reunião com a Junta republicana, a Câmara e a sociedade, resultando em sua posse, mas sem o comandante das armas, já que o coronel Roso era paraense, afastando-se então o brigadeiro nomeado. Este foi o fruto pouco da revolução republicana naquela província[12].

---

[12] MELO, Josemir Camilo de. Confederação do Equador 200 anos — O movimento no Pará. 12/10/2024 — https://www.opoder.com.br/noticias/20442/confederacao-do-equador-200-anos-o-movimento-no-para-por-josemir-camilo-de-melo.

A Batalha do Riacho das Pedras

Para enfrentar a rebelião de Areia, que já descia para o vale do Paraíba, Felipe Neri enviou um destacamento comandado pelo coronel Estevão José Carneiro da Cunha para a vila do Pilar. Na capital, alguns oficiais, entre 10 e 11 de maio, tentaram cooptar o comandante das armas, Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros, para derrubar o presidente, mas, em menor número, foram repelidos e fugiram ou se entregaram. Alguns foram perseguidos e se entregaram: quatro oficiais, o capitão João Francisco Barreto, tenente Gabriel Fernandes de Carvalho e os alferes Lourenço José Romeu e o sargento Jerônimo José Rodrigues Chaves, parente de Luís Rodrigues Chaves que, residindo no Ceará, aderira aos republicanos, sendo nomeado sargento-mor por Tristão e, depois, virou a casaca. Outros oficiais foram presos na fortaleza de Cabedelo: José Antônio dos Santos Leal, José da Costa Machado e Antônio Correia de Lima[13] (PINTO, 1977, v. 1, p. 58-59; ALMEIDA, Horácio, 1959, p. 26 e 27).

Para se observar como os liberais de Pernambuco e da Paraíba estavam se alinhando, Félix Antônio, em maio, enviou dois emissários: um paraibano, Antônio Thomaz Duarte, e o capitão de milícias de Pernambuco, Bernardo José de Miranda e Albuquerque, para parlamentar com Felipe Neri. Apenas o segundo é preso; é possível que o outro tenha sido cooptado pelo governo de Felipe Neri (PINTO, p. 63). Em documento emitido pelo próprio Felipe Neri, em 18 de junho de 1824, ao secretário do Imperador, João Severiano Maciel da Costa, o presidente relatava o incidente da embaixada parlamen-

---

[13] Segundo Horácio de Almeida, Machado era militar, concunhado de Félix Antônio, casado com uma filha de Bartolomeu Pereira da Costa; era ainda comerciante e dono de bolandeira e criador de gado em sua fazenda Sapo. Pela ligação com Félix Antônio, abraçou a Confederação, pegando em armas como tenente coronel. Vencido em 29 de novembro, foi dos presos políticos que não foram julgados no Recife, ficando preso na fortaleza de Cabedelo; condenado à morte, sendo anistiado pelo Imperador. Enquanto esteve preso, também se encontrou com seu sogro preso no mesmo calabouço, embora sem culpa, talvez só por ser sogro de Félix Antônio também (1959, p. 27 e 28). Já Antônio Correia de Lima participou do Grande Conselho de Areia, em 3 de abril de 1824, que rejeitou Felipe Neri Ferreira. (Grande Conselho — Villa do Brejo d'Arêa, 3 de abril de 1824. (Publicações do Archivo Nacional, V. XXIII, 1925, p. 31-39).

tar enviada por Félix Antônio: "Tendo notícia de que eu tive a cautela de mandar recolher à Fortaleza de Cabedelo para maior segurança os cofres públicos, teve (Félix) a arrojada lembrança de mandar Antônio Thomaz Duarte e Bernardo José de Miranda e Albuquerque (dei) ordem para serem presos (...) o primeiro deles escapou, ficando só preso o segundo" (Parahyba do Norte, 18 de junho de 1824. PUBLICAÇÕES... V. XXIII, pp .57-58).

A Câmara de Pilar aderiu ao governo provisório. Esse caráter liberal e ilustrado de Pilar já se destacava na época da Independência, como se denota das 88 subscrições de cartas de pilarenses em 1823 (incluindo dois assinantes, Alexandre Ferreira de Albuquerque e André de Paiva Ferreira e Albuquerque — seriam parentes de Félix?). Por outro lado, assinaram quatro subscritores que parecem ser membros da família do pilarense José Maria Ildefonso Jácome da Veiga Pessoa, major, comandando, em Pernambuco, o Forte do Brum. Vale lembrar que este militar foi cunhado do grande Domingos Theotônio, republicano de 1817, vitimado pela repressão. No desenrolar da campanha militar confederada, Veiga Pessoa[14] acompanhará o conterrâneo Félix Antônio em toda a jornada para o sertão do Ceará.

---

[14] Ainda não se escreveu sobre o militar Veiga Pessoa o quanto ele tinha de ideológico (para os padrões da época), como ele se revelou numa carta que escreveu de Recife, em 7 de junho de 1824 ao amigo "A. Queroga". Foi um dos primeiros a saber acerca da delegação que fora enviada pelo governo de Manoel de Carvalho ao Imperador, negando a este o cargo de Presidente; que o "povo jamais se embaraçou, que ele viesse (a ser nomeado), ou não Presidente; só serviu de engrossar mais o nosso partido". Cita que havia mobilização de um Conselho de Estado para chamarem tropas, citando nomes incompletos e até a contratação do general Labatut o que o missivista acha caro "ficaram muito zangados do Labatut" que foi demitido. Sobre o Imperador diz que é aquele que disse "que enquanto tivesse chaves, e fitas havia de ter amigos". Cita que o governo carvalhista espionava Gervásio Pires e J. Mariano, secretário da Junta dos Matutos, que fora demitido. Diz que a "a causa de Pernambuco, no Rio é exaltada pelo povo e liberais do Rio e que até a comarca de S. João d'El Rei, "que consta de sete vilas depois de terem jurado o Projeto (da Aclamação da Constituição), levantaram-se"; e que em São Paulo foi o projeto cortado (sic) por muitos liberais, e por isso foram presos, e já ficara solto um deles, o padre Feijó, pela atitude em que se foi pondo pela prisão desses homens. Requisitou-se dinheiro e 3.000$ (simbologia de contos de réis!!!) homens de Minas, tudo foi negado". Em seguida, fala do entusiasmo do povo que "enquanto tiverem braços, o Carvalho não sai do Governo e que desejam que venham mais tropas do Rio e que enquanto houver munições ninguém morre a fome;

*

O presidente Felipe Neri, ao mandar uma expedição à povoação de Itabaiana, pertencente ao distrito militar da vila do Pilar, começou a se defrontar com outro sujeito histórico: o governo de Pernambuco, Manoel de Carvalho, que passava a dar apoio com o batalhão da vila de Goiana e dinheiro para a manutenção das tropas, através do tenente-coronel Antônio de Albuquerque Mello Montenegro[15], sediado em Serrinha. Esse comandante pernambucano, ao saber da prisão, pelas tropas de Felipe Neri, de três dos seus soldados — José Freire, Luiz Francisco de Brito (tenente) e José de Brito Jurema —, exigiu a soltura dos dois últimos, alegando que a força dos de Areia era superior à da tropa legal, que Brejo de Areia tinha considerável número de gente, além de ter reunido a força que tinha em Gurinhém, contava também com a força de Campina, fora os soldados que desertaram na capital e se dirigiram para o Brejo. A questão que levantava o comandante Carneiro da Cunha, em 18 de maio, era se deveria soltar os presos, devido à força oficial ser menor ou enfrentar uma luta desigual, pois algumas de suas forças de Ordenanças sequer tinham armas, além de cacetes, e por isso foram dispensadas. O comandante enfatizava que "Pernambuco é que auxilia o Brejo, por via sem dúvida de Serrinha, e talvez de Goiana". (PUBLICAÇÕES... V. XXIII, p. 61-62 e 63).

Em 22 de maio, no acampamento de Itabaiana, o coronel pernambucano Antônio de Albuquerque Mello Montenegro, comandante das forças reunidas, em obediência à ordem que recebera do governador temporário da Paraíba, Félix Antônio, reorganizou as forças liberais, dividindo-as em duas brigadas, sendo a primeira composta de todas as forças da Paraíba; e a

---

enfim nunca vi tanto entusiasmo e falam do Imperador, como duro. Isto até as mulheres" (PUBLICAÇÕES... V. XXIII, 1925, p. 143-144).

[15] Se estamos falando desse nome, há que verificar uma informação anterior, divulgada em carta publicada por Barata, em 30 de agosto de 1823, em que um missivista anônimo criticava o governador das armas, Francisco de Albuquerque, despachado pelo Congresso português para a Paraíba, por ser ele "Europeu e máxime ser irmão de Antônio de Albuquerque, cuja perversidade é sobejamente conhecida" (2008, p. 416). Seria o mesmo Antônio e se, sim, por que este teria ficado, se também deveria ser "europeu'? Ou se trata de um homônimo?

segunda, pelos corpos auxiliares de Pernambuco; e uma brigada de 1ª linha (exército), também pernambucana, que se passou para Goiana (talvez por questão de logística). Nomeou para a primeira brigada os comandantes capitão João de Mello Muniz e ajudante, o alferes J. Cândido de Mello Muniz; para o comando da 2ª brigada, o tenente Manoel Virgínio da Silva e para ajudante, o tenente Luiz Roiz (Rodrigues?) Chaves; outros ajudantes, tenente Fabrício José do Espírito Santo, o tenente Manoel de Oliveira e o capitão José Jerônimo (Publicações... V. XXIII, p. 163-164).

Desde as provocações da Câmara de Areia em abril, que Felipe Neri tentava apaziguar os ânimos daquela vila. O grande Conselho da Província da Paraíba defendeu a pacificação e o envio de uma delegação a Areia. Entre os presentes que assinaram a ata do Conselho, estava o padre goianense João Barbosa Cordeiro, republicano em 1817, ex-vigário no sertão do Rio Grande do Norte e ex-secretário da recém-criada Junta paraibana, além de vigário de Campina Grande, que assinou a ata do Conselho provincial, mas com ressalvas. É interessante notar que, imediatamente, ele deve ter viajado para o Brejo, pois já lá estava quando foi eleito o presidente provisório Félix Antônio. Rebatendo a acusação de lusitanismo, Felipe Neri se autoproclamava "patrício", pois nascera no Recife e até fora republicano em 1817, tendo sido eleito, em 1821, membro da Junta pernambucana de Gervásio Pires, como a se limpar da pecha de "lusitanismo" (PINTO, 1977, p. 55-57).

Com a chegada, em 15 de maio, da tropa do governo em Pilar, seus habitantes fugiram com medo da repressão. A documentação oficial diz que foram os rebeldes que lá estavam e que fugiram. O presidente Felipe Neri lança uma proclamação de paz (PINTO, *Op. Cit.,* p. 59-60). No entanto, dois dias depois, surgiram notícias de que forças de Goiana pretendiam invadir a Paraíba para ajudar as tropas de Félix Antônio. Felipe Neri é aconselhado por seu comandante geral a pedir ao comandante do bloqueio da esquadra imperial no porto do Recife mantimentos e uma embarcação para estar à disposição do presidente em Cabedelo.

Sobre a notícia da ajuda de tropas de Goiana, Felipe Neri perguntou: "Atrever-se-ão os goianistas ousados e temerários a dar um só passo hostil sobre o vosso território?" Este termo goianista foi criado, em 1821, sob a ótica da ironia, pelo general português, governador Luiz do Rego Barreto,

denominando a Junta e a tropa de Goiana, que ameaçava invadir o Recife e destituí-lo, mandando-o de volta para Portugal.

O brado de Neri contra os goianistas foi a reação ao que fizera, em 18 de maio, o padre João Barbosa Cordeiro, que, voltando à sua vila, Goiana, publicou um manifesto aos "Liberais da Parahiba!" (PUBLICAÇÕES, V. XXIII, 1925, p. 129-130). Ali anunciava uma outra sua provocação que foi o Manifesto das Mulheres Goianenses, dirigida às mulheres de Cachoeira (Bahia) contra o Imperador: "Não desampareis a Causa da vossa Pátria: segurai-vos. O grito de honra, que lá das eminências do Brejo de Areia se fez ouvir com entusiasmo, e prazer nesta sempre liberal e briosa Vila de Goiana, tem eletrizado a todos. Aqui, até os indivíduos do delicado sexo, quais outras guerreiras Espartanas, desejam marchar com a espada em punho a vosso favor (...) aí vem de Pernambuco o 1º batalhão de Caçadores (...) uma multidão de intrépidos e aguerridos mancebos voluntários, cheios de gás, e animados pelo amor da Liberdade, disputam a primazia de se aproximar a vós, para vos libertar, e abraçar" (boca de fogo, munições, armamentos, dinheiro tudo já tendes em marcha, contra os vossos opressores" (*Idem*).

Para se reforçar, Felipe Neri, em 21 de maio, enviou uma tropa para Mata Redonda, ao sul da capital, chefiada pelo sargento-mor Theodoro de Macedo Sodré[16], para impedir a subida dos "goianistas" até a capital da Paraíba (PINTO, 1977, p. 60-61). No mesmo dia, Félix Antônio e sua tropa ocuparam Itabaiana, o que parecia uma afronta, pois era o reduto do antigo republicano de 1817, agora capitão-mor, João Batista Rego[17], que

---

[16] Este militar, posteriormente, foi enviado à Corte, como punição disfarçada, por ter negociado diretamente com emissários do ex-deputado Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, para que aceitasse assumir o cargo, com a saída de Felipe Neri, já que fora o conselheiro mais votado (CAVALCANTI, João Alcides Bezerra, 1925, p. VI).

[17] O republicano, capitão-mor de Itabaiana, João Batista Rego Cavalcanti, havia sofrido cadeia na Bahia, até 1821, junto com seu filho, Manoel Clemente Cavalcanti de Albuquerque. Ao terem sido libertados pelas bases da Constituinte portuguesa, em 1821, os dois apoiaram a revolução liberal e constitucionalista na campanha que resultou na eleição da Junta provisória de Goiana, sendo seu filho eleito secretário deste governo e, posteriormente, promovido como um dos comandantes da marcha para o Recife. Em 1824, está a favor dos imperiais e havia sido demitido do cargo de capitão-mor de Pilar (lotado no distrito militar de Itabaiana), sob desconfianças de que havia simpatizado com o levante de Pastorinha.

estava do lado dos imperiais, apoiando Felipe Neri. O capitão-mor estava policiando a região paraibana ao norte de Goiana, servindo estrategicamente, para reprimir as tropas carvalhistas de ajudar as tropas rebeldes de Félix Antônio. Ao saber da invasão de sua área de ordenança, na qual era capitão-mor, desceu célere junto com a força do exército, aquartelada na cidade da Paraíba, comandada por Estêvão José Carneiro da Cunha, que ia estacionar no Pilar. Em tempo, vale lembrar que este comandante geral das tropas paraibanas, o Carneiro da Cunha, é outro republicano de 1817 e que não sofreu cadeia por ter-se exilado na Inglaterra.

O que parece estranho é que João Batista do Rego, segundo fontes daquele governo, não estava no cargo. Segundo ofício de 6 de maio de 1824, do comandante das tropas legalistas, Estêvão José Carneiro da Cunha "(...) não demoramos em procurar logo pelo capitão João Batista do Rego, a quem vinha dirigido o ofício de V. Exa., o qual por estar demitido do exercício de seu posto, foi por isso entregue a quem suas vezes faz (...) que é o major Felis (sic) Antônio" (PUBLICAÇÕES do Archivo Nacional, vol. XXIII, 1925, p. 55-56). Neste mesmo documento, Carneiro da Cunha anunciava que dali, do Pilar, seguia para Campina Grande e Areia.

A audiência do comandante Carneiro da Cunha com a Câmara do Pilar ocorreu no dia 6 de maio, na presença de 43 cidadãos, vereadores, o presidente Braz Carlos de Mello, o vereador Braz Alves de Paiva, Bartolomeu Rodrigues Machado e o procurador do Conselho Diogo Velho Cardoso, um dos subscritores de carta ao jornal Sentinela da Liberdade, de Cipriano Barata, no ano anterior (BARATA, 2001, p. 405-406). A Câmara e povo retrucaram que a única coisa que queriam era a paz, "contanto que seja excluído da presidência dela, Felipe Neri Ferreira e seu secretário Augusto Xavier de Carvalho" (Termo de Grande Vereação, Pilar. Publicações do Archivo Nacional, vol. XXIII, 1925, p. 55-56).

No dia da ocupação de Itabaiana, Félix Antônio comunicou ao adversário que dispunha de 1.500 baionetas, sem contar as tropas de ordenanças, e com a ajuda de Pernambuco, estacionada em Serrinha e Alhandra, guarnecidas

---

Felipe Neri restabeleceu seu cargo, pois precisava muito de seus serviços e conhecimento do trecho de Mata Redonda até Itabaiana.

com peças de artilharia. Retrucou Carneiro da Cunha, afirmando que não declarava a tropa de exército que possuía e que, com isso, já intimidaria o jovem presidente cavaleiro. Ao mesmo tempo, o presidente Felipe Neri mantinha uma tropa em Mata Redonda, último posto avançado em direção a Goiana e paralelo a Alhandra, onde havia uma tropa pernambucana (BEZERRA, Alcides, 1925, p. XII e XIII; ofício de Estêvão José Carneiro da Cunha, de Pilar, 22 de maio de 1824. Publicações...., V. XXIII, p. 79).

Chamando Areia e Pilar novamente à pacificação, Felipe Neri comunicava que tinha uma força de mais de 1.500 homens. Esclarecia que, no caso de Pilar, o seu comandante de armas, Estêvão José Carneiro da Cunha, havia enviado um mensageiro aos revoltosos, e estes o haviam "maltratado", daí terem as topas legais aberto fogo contra os insurretos. Trata-se aqui da batalha do Riacho das Pedras, na povoação de Itabaiana, em 24 de maio de 1824.

Antes da batalha propriamente dita, os comandantes de ambos os lados trocaram suas farpas. Em 23 de maio, Félix Antônio enviou um ofício ao "comandante da Força Pacificadora" coronel Estêvão José Carneiro da Cunha. Em resposta ao que este enviara um dia antes, diz o presidente provisório que os ajudantes imperiais, os "cabras" João (Fonseca) Galvão (o Pastorinha, que Felix confunde João com José?) e os criminosos de Pacatuba (da reação absolutista de Alves Massa, de 1821, quando Carneiro da Cunha era presidente da Junta) são os mesmos que aborrecia ao coronel pouco tempo atrás, essa cáfila de assassinos e ladrões, com quem agora se encontrava mancomunado (PUBLICAÇÓES do Archivo Nacional, vol. XXIII, 1925, p. 80). Em seguida, Félix Antônio pergunta se é crime expulsar um Baxá, quando Pernambuco, Alagoas, Bahia, Ceará e Pará o haviam feito, ao derrubar os Regos, os Póvoas, os Palmas, os Rubins e os Rosados. Passa a criticar o abastecimento ao bloqueio de água e alimentos de Felipe Neri a para Pernambuco e para a própria embarcação que está em Cabedelo, este que tem "reduzido nossa capital em um presídio fechado, que proibiu o correio público para se não lerem mais gazetas, impressos, cartas a fim de melhor divulgar notícias falsas (...) que tem solto os marotos" (*Idem*, p. 81). Vai mais longe o presidente temporário da Paraíba ao acusar Carneiro da Cunha de ter abandonado seus ideais republicanos de 1817, mas antes se desculpando por não quererem os liberais ser republicanos, "nem escravos"

e que antes "morrer mil vezes com a espada no campo da honra, pugnando pela liberdade, do que sujeitar-se a esse presidente (...) que querem ser sacrificados com honra, mas não enforcados com infâmia" (*Idem,* p. 82). É quando diz que suas tropas possuem "quase dois mil homens" e suspendemos a marcha para a capital, continua o presidente temporário, por três dias, para chegar a última resposta. É quando Félix Antônio faz sua profissão de fé "eu protesto perante Deus e os homens que nem eu nem os que me cercam somos contra Sua Majestade Imperial, nem contas as leis justas do Estado" e se o procedimento dos liberais parece ir contra o fechamento da Assembleia, "temos a nosso favor esta última reflexão: se S.M. o Imperador pode dissolver a Assembleia por não ter preenchido os seus fins, (...) também deve dissolver as leis injustas, que ela fez, e não executadas, pois aborrecer os maus e amar a maldade é uma inconsequência incompatível com a bondade do coração de um Imperante Liberal" (Itabaiana, 23 de maio de 1844. Felis (sic) Antônio Ferreira d'Albuquerque (*Ibidem*).

A resposta de Carneiro da Cunha foi dada no mesmo dia, na Vila do Pilar, onde ele estava acampado. Começa com uma diplomacia arrogante: "Recebi o ofício de V.S. datado de hoje, o qual me abre um campo imenso para discorrer se tivesse tempo e pachorra para isso". Passam a críticas repetidas, à divisão da província em dois governos e à audácia de fazer que outra província invadisse o território paraibano. Em seguida, defende-se da acusação de ter ao seu lado o Pastorinha e responde "que o presidente recomendou aos comandantes que conservassem em seus distritos em paz, e que se eu para o mesmo fim pedisse algum socorro executassem as mesmas ordens para restabelecer a paz" (p. 88). E, em seguida, critica indiretamente Félix Antônio "e pessoas que foram satélites de Rochas (?) tenham o desvanecimento de se chamarem liberais" e que sua missão é obrar "debaixo das ordens de autoridade superior que me recomenda restabeleça a paz, e sustente a autoridade e os direitos de S.M.I. e C. é quem deve nomear presidente conforme a lei" (p. 89).

A batalha do Riacho das Pedras foi, até então, a maior manifestação bélica antes da Proclamação da Confederação do Equador, em 2 de julho de 1824. Em Pernambuco, o que ocorria eram escaramuças entre soldados e alguns oficiais que se passaram para o lado de Francisco Paes Barreto e os

liberais que apoiavam Manoel de Carvalho. A batalha de Itabaiana, embora tenha ocorrido antes de 2 de julho, obedece a pelo menos dois dos gatilhos da Proclamação da Confederação: o grito dos deputados cassados contra o golpe de D. Pedro e a rejeição ao presidente nomeado por ele. Estes dois elementos formaram a base da crise política regional, o que vai ocorrer com a nomeação para presidir as províncias de Pernambuco, Paraíba e Ceará.

A batalha se deu neste cenário, com o apoio de algumas tropas do governo de Pernambuco ao presidente temporário Félix Antônio e de ameaças às tropas de Felipe Neri, que atuavam na fronteira entre as duas províncias. A vila de Pilar fazia fronteira com o termo da vila de Goiana, sendo a povoação de Serrinha dividida entre as duas províncias. Essa batalha também foi registrada, nada menos, por frei Caneca, embora a historiografia paraibana tenha dado posteriormente o seu destaque.

Em 24 de maio, começaram os combates em Itabaiana entre as tropas comandadas pelo sargento-mor Félix Antônio e os 2.000 homens enviados pelo presidente da província, Felipe Neri, que duraram cerca de quatro horas. Morreram 90 homens das forças regulares e 23 dos liberais, que ainda tiveram 130 presos de seus homens; muitos deles, por não serem da região, se perderam, caindo nas garras do adversário. Às tropas de Félix Antônio faltava muito profissionalismo; eram, em sua maioria, compostas por Ordenanças, tropa da qual ele era sargento-mor. A narrativa mostra até um lance inusitado de um soldado que atacou uma peça de artilharia, um pelotão, dando-lhe um golpe que disparou, matando-o (MAUL, 1924, p. 2). Depois do combate, Itabaiana foi saqueada pelas tropas de Ordenanças, sob o comando de João Baptista Rego (PINTO, V. II, p. 64).

Frei Caneca também divulgou os números de mortos, sem citar sua fonte (jornalística), em seu Typhis Pernambucano, nº XX, de 3 de junho de 1824. Assim, ele registrou, com alguma ironia, a notícia sob o título Paraíba do Norte: “Já principiaram nessa província as hostilidades entre os seus próprios filhos pelo bispado do apóstolo Felipe Nery Ferreira”. Segue seu texto:

> O dia 24 do passado abriu o anfiteatro aos combatentes.
>
> O corpo de tropas que Felipe Neri tinha em Vila do Pilar, composto de soldados de primeira linha, milícias, ordenanças e quantos assassinos,

ladrões e malfeitores havia nas cadeias da cidade, que todos podiam chegar a 500 pessoas, precedidos de duas peças de artilharia, debaixo do comando do moço coronel Estêvão José Carneiro amanheceu nas imediações de Itabaiana, onde se achava o governo temporário da província, eleito pelas vilas do interior, defendido por mais de 1.500 pessoas de guerra.

Ao aspecto dos Nerys ou servis, os liberais tomaram aquelas posições que julgaram convenientes; e depois de alguns tiros de artilharia inimiga sem efeito, rompeu o fogo de uma e outra parte às nove horas da manhã com o maior encarniçamento de ambos os lados. Os servis, conhecendo que eram estragados em todos os seus pontos, e que a sua artilharia de pouco lhes prestava, fizeram uma suspensão de armas; e, acenando com lenços brancos, gritaram paz, paz, paz!

Suspendeu-se também o fogo nas linhas dos liberais, e de ambas as partes entraram a abraçar-se amigos e parentes.

O capitão França dos servis procurou o tenente Manoel Virgínio da Silva, e, abraçando-se com ele amigavelmente, o levou aos seus, onde foi aleivosamente morto com um tiro de pistola.

Esta perfídia foi o alarma para os liberais, que, avançando ao inimigo, o obrigaram pelas quatro horas da tarde a retirar-se em grande confusão, deixando uma peça de artilharia, que foi desprezada pelos liberais, e o campo cheio de cadáveres. Ao outro dia desamparou a Vila do Pilar, e retirou-se para a cidade, levando 14 redes de enfermos, que devem ser pessoas principais, e causando por toda a ribeira roubos, afrontas e insultos de toda a espécie.

A perda de ambas as partes foi de 113 de mortos, sendo dos liberais 23 homens, entre os quais são de eterna saudade o tenente Manuel Virgínio, jovem de toda confiança e de valor experimentado nas campanhas da Bahia, e o tenente Fabrício, da segunda linha, de uma coragem temerária.

A perda do inimigo foi a maior parte de caçadores da primeira linha.

Os liberais, além desta perda, sofreram o saque de uma parte de Itabaiana, que com toda a barbaridade lhe deu, enquanto os outros estavam entretidos nas armas, o corpo de ordenanças comandado por João Batista Rego, pai do famoso Manuel Clemente.

Quem nasceu para homem de bem, o há de ser por força; porque cada um segue a força de sua estrela". (CANECA, 2001, p. 460-461).

É interessante notar que o tenente Manoel Virgínio da Silva, entre maio e junho daquele ano, havia lançado uma proclamação aos soldados paraibanos, na qual dizia que o Ministério do Rio iludia o Imperador a fim de unir o Brasil a Portugal, e onde mostrava sua indignação com a nomeação de Felipe Neri. Seu papel era de tão grande destaque nessa campanha que sua morte mereceu uma Proclamação (anônima) aos soldados liberais, em homenagem ao grande tenente Manoel "Vergínio" da Silva, impressa na typographia de Miranda & Companhia, no Recife)[18] (MARIANO, 2005, p. 225).

Dois dias depois da batalha, Felipe Neri reuniu todas as autoridades constituídas na capital para convocar a província a se defender de "um punhado de facciosos das vilas do Pilar, Real do Brejo de Areia, e Nova da Rainha (que) se arrojou à temeridade de nomear um presidente, que há tentado impedir as operações do governo legítimo; e o que mais é tem aquele bando cometido roubos, assassinatos, e hostilidades em alguns pontos da província". Nas assinaturas, consta apenas o nome do civil, o cidadão Francisco Cirilo de Mello; além dos funcionários do governo e, estranhamente, dois ouvidores assinam, sendo um deles, Francisco de Souza Paraiso, "presentemente impedido". Além destes, o vigário da capital, Albano Monteiro de

---

[18] Frei Antônio (Joaquim) das Mercês fez publicar (s/data) uma Proclamação. Esse documento publicado às págs. 113 e 114 de Publicações do Archivo Nacional (V. XXIII, 1925), traz impresso uma nota em itálico referindo-se ao autor, até então anônimo, como sendo esse Frei Antônio, companheiro de jornada liberal de Frei Caneca. O interessante é que essa Proclamação, embora liberal, dá viva ao "nosso Imperador Constitucional Liberal"!!! e, ao mesmo tempo, ao Governo Temporário instalado em Brejo de Areia.

A nota se refere ainda a outra proclamação desse frade, que a assina, intitulada "Parahibanos!", dirigido contra Felipe Neri, em que o acusa de, em Pernambuco, ter tramado a prisão do Deputado Barata e que agora, com o bloqueio do porto, manda da Paraíba "aguada e mantimentos" ao comandante Taylor, proibindo correio com Pernambuco, negando passaportes etc. Apela o autor para o nativismo dos "Vidaes de Negreiros que souberam rebater toda a bravura dos batavos (...) onde aquela constância com que obstaram as iníquas pretensões de um Rosado, que agora se vigoriza para lançar fora um Neri plantador do despotismo, da canalha marotal?" Frei Antônio Joaquim das Mercês (*Op. Cit.,* p. 126-127.

Aquela nota cita, ainda, outra proclamação aos paraibanos, assinada por um tal Barbosa (padre João Barbosa Cordeiro?), "Liberais da Parahiba!", manifesto impresso em Goiana (*Op. Cit.,* p. 127-128). Nota de rodapé de A.M.K. (Alexandre Max Kitzinger, chefe da seção de História, professor da Cadeira de Diplomática).

Sá e Albuquerque, e o de Montemor, José Antônio Lima, além do padre Antônio Lourenço de Almeida; seguem-se 34 assinaturas de militares (Publicações... V. XXIII, 1925, p. 165-168).

A reorganização dos liberais paraibanos e a marcha para o Ceará

A tropa do governo não insistiu na refrega, recolhendo-se à capital sob a alegação de que era inverno, para conduzir presos, curar feridos e enterrar seus mortos. A tropa de Félix Antônio buscou um lugar mais seguro, já que Itabaiana ficava em um baixio às margens do rio Paraíba, bastante vulnerável a novo ataque. Como o planejado pelos revolucionários era invadir a capital, Félix Antônio comandou suas tropas para um ponto intermediário entre Itabaiana, Pilar e a capital, dirigindo-se ao local de Feira Velha[19], na povoação de Pedras de Fogo. Essa área ficava próxima ao limite com a província pernambucana e, ao mesmo tempo, meio caminho para a povoação de Mata Redonda, último reduto armado paraibano nestas batalhas contra a invasão de tropas carvalhistas pró-Félix Antônio.

Durante todo o restante de maio e o mês de junho, foi de provocação e logística de ambas as tropas, pois as da capital não sabiam por onde as tropas liberais iriam subir para tomar de assalto o palácio do governo, além de terem de se incomodar com a ocupação de tropas pernambucanas pelo

[19] O nome Feira Velha deve fazer referência à feira de gado que descia do sertão paraibano e até do Piauí, e terminava nesse lugar, de onde saía, daí, o abastecimento das capitais paraibana e pernambucana. Antes, a feira era em Goiana, e foi levada para Pedras de Fogo. Com a mudança da estrada geral do sertão para o contíguo distrito (militar) de Itambé, houve também um deslocamento da feira, passando mais para a área da povoação de Itambé, localidades gêmeas que se situam em cima da linha divisória das duas capitanias/províncias (MEDEIROS, Coriolano. Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba, p. 190-1). A Câmara de Goiana, no envio de propostas aos deputados constituintes, em 1822, reforça o pedido da volta da feira de gado para esta vila, já que fora levada para o lugar de Pedras de Fogo, lugar deserto e distante sete léguas de Goiana, por arbítrio de alguns indivíduos, para manterem os monopólios do fornecimento e abate de gado na vila. (https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/indicacao-n-2-sobre-as-instrucoes-dadas-pelas-camaras-de-olinda-e-paraiba-alguns-deputados).

litoral sul paraibano e em direção a oeste, em comunicação com as de Félix Antônio. Pode-se acompanhar, pela parte oficial, todo o desenrolar de tensões e estratégias do governo, já que há documentação oficial publicada (PUBLICAÇÕES do Archivo Nacional, V. XXIII, 1925).

Em 2 de junho de 1824, o presidente Félix Antônio escreveu um ofício a Thomás de Aquino Pereira, narrando a "carnagem" que houve em Itabaiana praticada pelo governo de Felipe Neri, e que suas tropas após quatro horas e meia, recuaram "assaz destruídas e desceram para a Paraíba atemorizadas, mas a nossa luta ficou indecisa" e que depois disso recebeu reforços de Pernambuco, incluindo um batalhão de caçadores e três peças de artilharia. E finaliza explicando sua conduta em "que nada temos alterado do respeito que devemos a religião, ao Imperador, e a Nação, consistindo a questão unicamente não querermos que nos governe um homem, que sendo bem recebido nesta província em tão pouco tempo que fazer sua ruina". Pilar 2 de junho de 1824. (Publicações... V. XXIII, p. 150). Em nenhum momento, Félix alude a parentesco!

Em 6 de junho, os imperiais conseguiram prender um pequeno bando de gente dos liberais no lugar chamado Tabuleiro, liderado por um tal de Luiz Roiz Castello "por antonomásia Milho Torrado" (talvez fosse preto livre) e além de outro "criminoso", Fabrício. Devido ao perigo do primeiro, Carneiro da Cunha recomendava ao presidente Felipe Neri que seria melhor mandá-lo para a Fortaleza de Cabedelo, pois o preso alegava que tinha bons amigos na capital e que não iria declarar seus nomes (Publicações... p. 91). Outro preso no mesmo dia, chamado Pedro José, era guia de três homens, "um dos quais era um dos cabeças da revolta do Brejo, chamado Luiz Roiz Castello (*Op. Cit.,* p. 92).

Em seguida, Carneiro da Cunha anexou uma lista de 11 presos, entre eles, o capitão de milícias de Pernambuco, Bernardo José de Miranda e Albuquerque, que fora enviado junto com um paraibano, em maio, para parlamentar com Felipe Neri. De Pernambuco, também era Felipe Cavalcanti de Albuquerque, alferes de um batalhão de Milícias, preso na batalha de 24 de maio; de Campina Grande, foi preso na mesma guerra o capitão de Milícias Antônio de Araújo Soares; o quarto preso era Joaquim Felipe de Oliveira Casado, cadete promovido a alferes de Caçadores na capital,

que desertou e foi para o lado dos liberais, sendo preso na guerra; outro preso desse mesmo batalhão da capital foi o sargento Antônio Vicente de Magalhães; ainda, da capital, foi preso o alferes de Caçadores Joaquim da Silva Guimarães, que também desertara dos imperiais. De Pernambuco, caíram presos o ajudante de milícias Luís Innocencio Freire e o alferes de milícia João da Costa Ribeiro, também preso na batalha. De Pilar, o alferes de Milícias Manoel de Caldas Brandão. Além desses militares, caíram presos dois civis ("paisanos") José de Brito Jurema, da vila do Pilar (talvez indígena e guia, a ponto de ter sido requisitado sua libertação pelo comandante pernambucano Antônio de Albuquerque e Melo Montenegro); e Luiz Roiz Castello, Milho Torrado, habitante da capital, indiciado em assassinatos, preso em piquete na estrada que vem de Pilar, pelo Tabuleiro (Paraíba, 19 de junho de 1924; PUBLICAÇÕES..., p. 93-95).

Até mesmo o comando das tropas imperiais tinha conhecimento da sagacidade de Félix Antônio, como descrevia o tenente Joaquim José Luiz de Souza: "Tenho certeza que os perturbadores do sossego da província estão reunidos em Pedras de Fogo, com uma guarda avançada de cem homens, em Amarração, uma légua distante de Pedras de Fogo, na estrada das boiadas, que deu para Feira Velha, e aonde vai sair uma estrada, que vai deste ponto de Mata Redonda" (Ofício desse comandante ao Presidente Felipe Neri Ferreira, em 17 de junho de 1824. PUBLICAÇÕES... V. XXIII, 1925, p. 99). Para se preparar para o combate, o comandante marchou com 40 indígenas e 100 milicianos brancos e pretos para Mata Redonda.

O mês de junho se passou sem maiores incidentes bélicos, cada lado mantendo seus postos. Enquanto aguardava apoio dos aliados pernambucanos, Félix Antônio continuava arregimentando gente e traçando estratégias e enviando correspondências às demais vilas. Enviou dois ofícios à vila de Monte-Mor, um ao capitão-mor das Ordenanças, Manoel Gonçalves Ramos, dizendo que já se faz acompanhar do batalhão de caçadores de Pernambuco para manter a tranquilidade e a qualquer distúrbio que prenda e remeta para esta vila (do Pilar); e outro, do mesmo teor, ao Juiz Ordinário e presidente da Câmara (1º de junho de 1824) (Publicações... V. XXIII, p. 151 e 153).

Enquanto isso, em Pernambuco, em 6 de junho, no Conselho provincial reunido sobre o juramento do projeto de Constituição oferecido por

D. Pedro I, Frei Caneca justificou seu voto contra, em um longo discurso (CANECA, 2001, p. 566). Já no Ceará, em 9 de junho, parecendo que o presidente do Ceará, Tristão de Araripe Alencar, tinha recebido notícias da batalha do Riacho das Pedras, lançou uma proclamação em regozijo ao progresso da revolta nas províncias de Pernambuco e Paraíba (PERDIGÃO DE OLIVEIRA, 1888, p. 48).

As forças liberais estavam se organizando em Feira Velha, enquanto as forças imperiais ocupavam Santa Rita, onde havia um quartel da brigada, e Pacatuba. Consideravam estratégicas essas localidades, assim como a Embiribeira, que ficava a sete léguas de Santa Rita. Esperavam-se certificar de onde viria o ataque dos liberais, pois não sabiam se viriam pelo Tabuleiro, se por Mata Redonda, saindo de Feira Velha, ou até de Goiana. Mas, em 17 de junho, um espião da tropa imperial conseguiu detectar que os liberais vinham pelo Tabuleiro, pois admitiam estes que a força legal avançaria para Pilar, pelo sul da capital, por Mata Redonda. Tal não se cumpriu, pois, segundo um espião imperial, a gente de Félix Antônio, em Pedras de Fogo, aguardava um reforço de gente que pedira a Mocós (povoação de Itambé), mas que ainda não havia chegado, pois se negavam os moradores desse lugar a ir para Feira Velha. Assim, a tropa liberal só contava com duas peças de artilharia: uma de Pernambuco e uma porção de "ceroulas"[20] (gente das Milícias ou Ordenanças). Félix Antônio pedia mais tropas a Manoel de Carvalho para marchar por Alhandra e estrada do Tabuleiro. O espião contou ainda que 15 pessoas da tropa de Félix Antônio haviam ido a Goiana buscar farinha que chegara por água, vinda de Recife (PUBLICAÇÕES, V. XXIII, 1925, p. 106).

Na Corte, em 11 de junho, o governo imperial lançou uma portaria anunciando que Portugal estava preparando uma esquadra para invadir o Império, e mandou retirar a esquadra do porto do Recife para reforçar a da Corte, encomendando a cada presidente de província que se valesse dos

[20] Termo depreciativo que os liderados do general português Inácio Luís Madeira de Melo (1775-1833) davam aos partidários da independência brasileira quando das lutas na Bahia (1821-1823). Literalmente, queria significar, sem fardamento e, por extensão, despreparado, improvisado. Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa Houaiss, 2009.

próprios recursos (PEREIRA DA COSTA, Anais, V. IX, p. 67). Por isso, em 29 de junho, acabou o bloqueio ao porto do Recife, com a retirada da frota do capitão e vice-almirante John Taylor. Com isso, D. Pedro provocou o que eu chamo de terceiro gatilho para a Confederação do Equador, em 2 de julho de 1824: a autodefesa das províncias do Norte.

Em 19 de junho de 1824, o coronel Carneiro da Cunha comunicou ao presidente Felipe Neri que "que José Antônio da Fonseca Galvão fora preso com ais dois oficiais, três inferiores e três soldados de Pernambuco, em Alhandra, vila de índios". Galvão se passava por major e alegava que soubera do seu título (promoção) por um negociante europeu de Pernambuco e que viera a serviço de Manoel de Carvalho e que estava na Paraíba a serviço do governo intruso local. Felipe Neri o entregou ao comandante do bloqueio naval. Em sua roupa foi encontrada um manifesto ("carta incendiária") (PUBLICAÇÕES... V. XXIII, 1925, p. 111-112).

Em 9 de junho, Félix Antônio lançou uma proclamação aos "Soldados da Capital":

> Soldados da Capital! A grata e lisonjeira notícia que tivemos do vosso nobre procedimento em recusardes marchar segunda vez contra os vossos patrícios, parentes e amigos, nos faz crer que a carnagem de 24 de maio próximo passado praticada em Itabaiana por meio de um combate fraticida foi obra da ilusão, e do engano com que marchastes contra nós. Outra coisa se não deve presumir do vosso patriotismo; pois não é crível que os baianos para lançar fora o Madeira vos merecessem mais atenção que os patrícios vossos na presente luta em que se acham empenhados para expulsar um Nero, que a pouco fez derramar o sangue paraibano.
>
> Soldados da capital! Abri os olhos, e de uma vez desenganai-vos. O ressentimento da carnificina passada hoje só reflete contra o monstro, que a motivou, e ainda mais pela bárbara obstinação de vos querer obrigar segunda vez; mas como recusastes reincidir no mesmo erro, e com este passo heroico, não só vos purificastes da infâmia, que vos manchou, como até vos fizestes credores da nossa generosidade, e gratidão, este Governo passa a oferecer a gratificação de oito mil réis a cada um de vós, que pronta e velozmente correr a incorporar-se ao nosso exército.

> Soldados da capital! Envergonhai-vos de ver os cofres da vossa província entregue a cinquenta negros libertos, que há pouco saíram do cativeiro, para os guardar, como se vós não fosses capazes de os conservar como dantes no Erário Público da cidade. Vede como desconfia de vós esse Bachá a quem os crimes tem ensinado a ser esperto; e conhecei enfim a traição, que ele vos prepara, introduzindo tropas de fora para vos degradar da vossa Pátria.
>
> Soldados da capital! Vinde a nós, que além da gratificação, encontrareis neste Governo amor e confiança. (Sala do Governo Temporário da Província de Paraíba, estacionado na vila do Pilar, **9 de junho de 1824**. Félix Antônio Ferreira de Albuquerque). (PUBLICAÇÕES... V. XXIII, p. 115).

O mês de junho também foi marcado por tentativas de convenções e convocação de conselhos, tanto por parte oficial quanto dos revolucionários, em busca da pacificação e da renúncia dos dois presidentes da Paraíba.

*

A Paraíba e a Proclamação da Confederação do Equador

Quando, no mês de junho, D. Pedro fez circular uma portaria dizendo que Portugal preparava uma esquadra para invadir o Brasil, e alegando que o Imperador concentrava as frotas na Corte para a defesa do país, concluía incentivando que cada província, por si, se defendesse. Sem dúvidas, uma "*fake news*", pois tal invasão nunca ocorreu, mas serviu de pretexto para D. Pedro retirar a frota comandada por um almirante inglês das costas de Pernambuco, e concentrá-la perto de si.

Em Pernambuco, em 2 de julho de 1824, bloqueada como vinha sendo, sob o comando do inglês John Taylor, e, de repente, ao ver essa retirada da frota, como a província poderia enfrentar os portugueses? Assim, o presidente pernambucano Manoel de Carvalho Paes de Andrade lançou a Proclamação da Confederação do Equador, convocando as províncias de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí a se unirem e se defenderem de Portugal e do governo do imperador. Um manifesto foi enviado também à Bahia, e emissários ao Maranhão e Pará. A razão, pois, não foi de

imediato de caráter ideológico — república ou federação —, e sim de tática política e defensiva territorial. Portanto, a proclamação da Confederação foi mais um ato de uma pessoa só do que de um corpo ideológico, como o que vinha sendo gestado em 1817, pois o único que podia estar por trás desta ideia talvez tenha sido Frei Caneca, a partir do seu "Projeto de Lei Orgânica que Deveria Reger Provisoriamente a República Pernambucana (1817)." (CANECA, 2001, p. 441-445). Mas, no Rio de Janeiro, sede da Corte, Manoel de Carvalho Paes de Andrade mandara, em 1824, imprimir dois textos: "Projeto de Governo para os Povos Confederados" e "Analyse do Projeto do Governo para as Províncias Confederadas e que as deve reger em nome da Soberania Nacional das Mesmas Províncias" (BRANDÃO, 1924, p. 196/7).

Apesar de a Proclamação ser de 2 de julho (alguma ligação subliminar com o 2 de julho de 1823, da independência na Bahia?), durante todo o primeiro semestre de 1824, Manoel de Carvalho já se portava como presidente desta república (embora nunca usasse essa palavra), segundo interpretação de Brandão. Para o caso de adesão do Pará, a data prevista para proclamar a Confederação do Equador era o 1º de maio (BRANDÃO, 1924, p. 201). Enviou os emissários Domingos Gomes Parente e Francisco Alves Pontes para o Ceará (sabe-se que este último também fizera missão igual em 1817). No começo de abril, Manoel de Carvalho Paes de Andrade tinha enviado a escuna de guerra Camarão para o extremo Norte, com exemplares da Constituição da Colômbia (BRANDÃO, *Op. Cit.,* p. 201). Para o Piauí, enviara o padre Francisco de Paula Barros, que também ia para o Maranhão. Para as viagens ao norte, utilizava navios de guerra com a bandeira nacional.

O Ceará, de certa forma, já se antecipara ao 2 de julho, não só com o 8 de janeiro, em Quixeramobim, mas e principalmente com a derrubada do presidente nomeado, em 29 de abril, e com a proclamação de Tristão Araripe, em 22 de maio, convidando o Ceará a se unir a Pernambuco e demais províncias sob a bandeira republicana desfraldada por Manoel de Carvalho Paes de Andrade.

No caso da Paraíba, com a divulgação da portaria imperial de 11 de junho, recomendando que as províncias do Norte se defendessem da iminente invasão portuguesa, Felipe Neri buscou entender-se com a província

de Pernambuco para a pacificação, principalmente porque já não contava mais com o bloqueio de John Taylor, do Recife, levantado em 29 de junho.

Naquele mesmo 2 de julho, tomava posse o Conselho Adjunto do Governo da Paraíba, composto pelo capitão Francisco Xavier Monteiro da Franca, coronel Estêvão José Carneiro da Cunha, coronel Alexandre Francisco de Seixas Machado[21], capitão João Gomes de Almeida, sargento-mor Jerônimo José Rodrigues Chaves e Francisco José Meira. Imediatamente, este Conselho decidiu enviar uma delegação a Pernambuco, formada pelo ex-deputado constituinte Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, vigário José Gonçalves de Medeiros e Manoel Valeriano de Sá Leitão (procurador, em 1821, e vereador). Para obter a conciliação entre as duas províncias e medida para a defesa da província, nas circunstâncias de invasão portuguesa (PINTO, 1977, p. 68-9; PUBLICAÇÕES do Archivo Nacional, V.XXIII, 1925, p. 170-171).

Ao mesmo tempo, Félix Antônio, em Feira Velha, em 2 de julho, lançou uma proclamação do seu acampamento em Feira Velha, situada estrategicamente entre as vilas do Pilar e Alhandra:

> Ilustríssimos Senhores. Ainda persuadido que Vossas Senhorias não receberam a cópia do ofício que dirigi ao coronel Estêvão José Carneiro da Cunha em data de 23 de maio quando estava estacionado no Pilar, e mais eu na mesma data enviei por uma deputação a Vossas Senhorias, de novo e pela última vez oficio a Vossas Senhorias para que hajam do dito coronel ou de quem postergou a inviolabilidade da dita deputação e mencionado ofício e à visa dele decidam como órgão do povo opresso dessa infeliz cidade. Ilustríssimos senhores. Com a tropa e povo livre que aqui nos achamos reunidos vamos entrar nesse presídio fechado para libertar o povo sucumbido, fazer firme a união paternal que deve reinar ente brasileiros, repelir os sujeitores de Portugal, sustentar as promessas de um Imperador iludido, fazer causa comum com todos os liberais e consolidar a liberdade do Brasil pela parte

[21] Um dos republicanos de 1817, que ficou preso na Bahia até 1821; como conselheiro veio a ocupar o lugar da presidência com a renúncia de Felipe Neri Ferreira, sendo mantido pelo Imperador, falecendo no cargo em 1827. (PINTO, 1977, V. I, p. 296).

> que nos toca; eis em suma o que os meus constituintes de mim exigem e o que pretendo desempenhar. Eu não me fiz Presidente, Vossas Senhorias o sabem, mas hei de sustentar o cargo que temporariamente me incumbiram; por tanto resolvam-se Vossas Senhorias que resolvido estou. Quero Felipe Neri preso, os cofres do Erário e entrada franca; um só tiro que haja no nosso ingresso fará a desgraça dessa Capital. Sala do Governo Temporário da Presidência da Paraíba" (PINTO, 1977, V.2, p. 67, 68).

Pelos termos, vê-se que o rebelde Félix Antônio, elevado à categoria de presidente temporário da Paraíba, não possuía muito trato político.

Urgia, pois, para Felipe Neri, apressar-se na pacificação com Pernambuco, a fim de desestabilizar Félix Antônio. O presidente e o Conselho organizaram uma delegação que se dirigiu a Pernambuco, mas, no entanto, passou da vila de Alhandra, pois foi atacada a tiros no dia 4 de julho. Isto fez com que Felipe Neri, diante do Conselho, propusesse deixar o cargo, o que não foi aprovado. Em vez disso, dois dias depois, buscando firmar a paz na província, propôs entregar a presidência ao Conselheiro mais votado, desde que Félix Antônio renunciasse ao seu título; e que a tropa de Pernambuco se recolhesse a seus quartéis; que, assim que isso ocorresse, o conselheiro mais votado ou o vice-presidente faria eleger um conselho de eleitores de paróquias, e o mais votado seria o presidente (PINTO, *Op. Cit.,* p. 70).

Nesse meio-termo, o presidente Felipe Neri tem mais uma dor de cabeça, pois o Rio Grande do Norte devolveu à Paraíba o tenente José da Fonseca Galvão (o Pastorinha), que o governo da Paraíba o havia exilado para a província vizinha. (PINTO, *Op. Cit.,* p. 70).

A Convenção da vila do Conde e a renúncia de Felipe Neri

Voltando à tentativa de pacificação, em 10 de julho, o Conselho da Paraíba voltou a se reunir e aprovou a ata da resolução da entrega do cargo ao conselheiro que fosse o mais votado (PUBLICAÇÕES, v. XXIII, 1925, p. 180). A Paraíba tentava a pacificação, seguindo o que pedira o Imperador "de persuadir-se que com esta medida mais facilmente se conseguiria a união

e conciliação dos brasileiros paraibanos, que sua Majestade o Imperador tanto recomenda para fazerem a defesa contra o inimigo comum, que consta, prepara-se contra o Brasil".

Diante da suposta invasão portuguesa, o governo de Pernambuco, sabedor da proposta de Felipe Neri de entregar o cargo caso o presidente Félix Antônio também renunciasse, mandou um enviado especial, o tenente secretário do Regimento de Pernambuco, Basílio Quaresma Torreão. Em 14 de julho, na Vila do Conde, ocorreu uma reunião entre o ouvidor geral da Paraíba, Dr. Francisco de Souza Paraizo, representando Felipe Neri, o padre João Cordeiro Barbosa, representante do presidente temporário Félix Antônio, estacionado na Feira Velha, e o enviado de Pernambuco, tenente Basílio Quaresma Torreão. A Convenção determinava a pacificação a partir da entrega do cargo da capital ao conselheiro que fosse mais votado nos dois governos, sendo que, no caso, foi o Sr. Joaquim Manoel Carneiro da Cunha. Como corolário, seria assegurado ao presidente imperial renunciante uma retirada com sua família, protegida para o brigue de guerra Rio da Prata, ficando os cofres recolhidos ao erário, não levando armamento algum ou qualquer bem pertencente à Fazenda, bem como era garantida a retirada de todos que se julgassem comprometidos e quisessem sair da província, bem como o oficial tenente Joaquim José Luiz, que podia até ir no mesmo brigue do presidente deposto. O brigue não deveria ser abordado até o porto do Recife, e o presidente de Pernambuco mandaria recolher o que apareceu na barra da Paraíba, em atitude de bloqueio. Ambas as tropas renunciarão às lutas, e assim que o conselheiro eleito tiver entrado no cargo de presidente, se retirarão todas as tropas aos seus quartéis e as Ordenanças às suas casas, esquecendo-se os erros, e todos voltarão aos postos ou empregos que ocupavam anteriormente. Serão soltos todos os presos por esse motivo, e o erário paraibano assumiria todas as despesas dos presidentes temporários tomadas em Pernambuco. Assinaram o documento João Barbosa Cordeiro, Francisco de Souza Paraizo, Basílio Quaresma Torreão e Joaquim Manoel Carneiro da Cunha. Como garantia da Convenção, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, presidente de Pernambuco.

A Convenção devia deliberar sobre a deposição de armas de Félix Antônio, a renúncia de Felipe Neri, com sua partida imediata e segura, bem como a

posse do conselheiro mais votado pelos eleitores de paróquias. Como o clima estava tenso na Paraíba na noite anterior, na povoação de Mata Redonda, onde o representante de Pernambuco estava hospedado, sofreu a residência um atentado à bala na residência dele, obrigando-o a fugir da Paraíba (PINTO, 1977, p. 72). O que de fato ocorreu. Isto também demonstra que as lutas, tanto na Paraíba quanto em Pernambuco, estavam associadas. Só mais um detalhe: na campanha de 1821, uma delegação pacificadora paraibana foi enviada a Pernambuco, liderada pelo ouvidor geral Francisco de Souza Paraíso, que, posteriormente, em 1824, estará ao lado dos liberais da capital. Nomeado pelo governo de Felipe Neri para coordenar as disputas na Convenção do Conde, para ocorrer entre 14 e 17 de julho, com o representante de Félix Antônio, o enviado de Pernambuco, o emissário militar Quaresma Torreão e hospedou o deputado ex-constituinte Joaquim Carneiro da Cunha, o que já demonstrava uma certa afinidade política. Talvez o tenha feito sob a alegação de que esse político, por ter sido o mais votado pelo Conselho provincial para suceder a Felipe Neri, pudesse ser alvo de manifestações contrárias. O que de fato aconteceu, mas simulado. Felipe Neri não querendo o liberal Joaquim Manoel Carneiro da Cunha como seu sucessor, armou uma estratégia para aquela Convenção que foi a de um suposto atentado à bala na povoação de Mata Redonda, o que fez paralisar as prévias da discussão. Em seguida, Felipe Neri acionou o Conselho para deliberar a proteção do eleito vice-presidente, mandando uma tropa retirá-lo do Conde, como segurança e assim esvaziar a Convenção (BEZERRA, p. XIX; PINTO, 1977, p. 71-74).

A renúncia de Felipe Neri ocorreu publicamente na sessão do Conselho de 21 de julho de 1824, a última que presidiu. Tratava então de saber quem seria o vice-presidente para assumir o cargo, e a indicação recaiu sobre o coronel Estêvão José Carneiro da Cunha, o mais votado depois de Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, que não estava na cidade (devido ao golpe que lhe aplicaram, quando o "sequestraram" pouco antes da Convenção da Vila do Conde). O coronel se recusou a assumir o cargo, alegando que sua eleição não era legítima, que alguns cidadãos tinham sido eleitos pela Câmara e que, também, "sabia estar odiado entre o partido da oposição, e mesmo em Pernambuco", daí persistir em não assumir. Delegou-se o cargo ao imediato mais votado, o conselheiro Francisco Xavier Monteiro da Franca, que disse

não considerar sua eleição legal e que não se considerava habilitado para lidar com a oposição, pois era idoso e tinha achaques, o que o levava a viver no campo. Seguiu-se a votação, na qual recaiu a escolha sobre o conselheiro Alexandre Francisco de Seixas Machado, o vereador mais velho da Câmara da capital, que "se viu na necessidade de aceitar pelo horror de anarquia em que vai precipitar-se a Província" (Ata da Sessão do Conselho de 21 de julho de 1824. PUBLICAÇÕES... V. XXIII, 1925, 170-171; p. 174-176).

Seixas Machado assumiu uma Paraíba

> Nas desgraçadas circunstâncias em que se acha esta Província (...) e à vista de uma horrorosa anarquia pela demissão do presidente dela Felipe Neri Ferreira (...) me achei na forçosa necessidade de aceitar a vice-presidência", apesar de "minha insuficiência para tal emprego, moléstias que padeço, e me deixam sem forças" (Paraíba do Norte, 21 de julho. Alexandre Francisco de Seixas Machado. (PUBLICAÇÕES... V. XXIII, 1925, p. 169).

Explicava ainda que a província estava conflituosa por causa de o primeiro bloqueio ter sido retirado, quando o porto da Paraíba esteve ocupado militarmente, mas as transações comerciais continuaram; os rebeldes estavam orgulhosos disso e os inimigos dissimulavam o apoio, funcionários simpáticos à causa revolucionária abandonando seus empregos, até fingindo-se de doentes, como o próprio secretário Augusto Xavier de Carvalho "liberal por temperamento e, um tanto cético e indeciso, deixava-se ficar em casa quando mais urgia a sua presença à frente da Secretaria" (BEZERRA, Alcides, 1925, p. XXI). Só as restaram as tropas acampadas em Mata Redonda, na Vila do Conde, e na vila de Alhandra, fronteira com tropas revolucionárias.

Entretanto, a documentação saída da Convenção da Vila do Conde, aprovada pelo Conselho da Capital, foi enviada ao governo temporário de Félix Antônio para que ambos os governos chegassem a um consenso para pacificar a Paraíba. Félix Antônio reuniu os comandos militares em Feira Velha para discutir as premissas.

> Ata do Conselho extraordinário. Aos 23 de julho de 1824 neste acampamento de Feira Velha, onde se achava estacionado o governo temporário da

província da Paraíba do Norte com toda a força auxiliadora que o sustenta para o restabelecimento da Liberdade, união, e força da mesma província, apareceu Francisco José Meira (membro do Conselho Adjunto do Governo), como enviado do Governo da Capital, com uma nova proposta de acomodação, constante de uma Ata de Conselho Militar convocado pelo Presidente; e dois Conselheiros em 20 do corrente, em que assinaram oito oficiais (...) dois dos quais já tinham sido de diferente opinião em ofícios (...) dirigidos ao comandante da força deste acampamento, em que falando, como órgãos da Força Armada da parte contrária, pediam a Joaquim Manoel Carneiro da Cunha para Presidente Temporário da Província; e combinando-se o Ofício de 15 do mesmo mês que a Câmara da Capital dirigiu ao sobredito Comandante sobre o mesmo objeto, e mais a capitulação feita em consequência dos referidos ofícios, decidiu-se em pleno Conselho Militar para isso convocado pela excelentíssimo Presidente Temporário o seguinte: que vista a má fé, com que da parte contrária se tem pactuado desde o princípio desta acomodação, já violando-se a imunidade, de que deveriam gozar os enviados já mudando-se indiscretamente de opinião depois de tantos protestos, e fianças, e já finalmente violentando-se a sair vergonhosamente aquele mesmo que denominavam Iris da Paz, e único capaz de restabelecer a tranquilidade da província pela confiança pública, que nem ela tem, e tudo isso a despeito da convenção já feita, e garantida pelo excelentíssimo Presidente de Pernambuco; não queriam outra qualquer acomodação, que não fosse a conteúda na mencionada convenção; que o contrário seria considerado como resultado de uma facção absolutamente criminosa, e como tal digna de todo o desprezo; que, visto as autoridades não poderem conter com tantas infrações do Direito da Guerra, menos poderiam garantir outra qualquer acomodação, que de novo houvesse de fazer-se; que finalmente se concederia o prazo de cinco dias peremptórios contados da data desta para melhor considerarem, e categoricamente responderem, conforme os artigos da sobredita convenção sem discrepância alguma, uma vez que ela é vantajosa, e até honrosa à parte contrária pelo desejo de se conseguir a paz, e união desta província com aquela. Pelo que todos votaram, e unanimemente concordaram em sustentar o que acima fica expendido; e para constar fiz esse termo, em que todos assinaram. Eu

> João Barbosa Cordeiro, Secretário Interino o escrevi. Albuquerque, Presidente; Maranhão Júnior, Conselheiro; Silva, Conselheiro; Sá, Conselheiro; Bezerra, Conselheiro. (PUBLICAÇÕES do Archivo Nacional, v. XXIII, 1925, p. 183-185).

O governo legal se reuniu três dias depois para apreciar a resposta de Feira Velha, discordando de dois pontos: o da posse do conselheiro Joaquim Manoel Carneiro da Cunha e a província assumir os gastos do governo temporário. Sobre o primeiro item, o governo legal sustentou que não podia aceitar a nomeação de Joaquim José, pois que corria perigo em voltar à capital e que sua retirada forçada da cidade. Nada tinha a ver com as forças militares nem com o governo legal, e sim com populares; quanto à segunda questão, não foi aceita por não haver esse item na proposta enviada pela Capital (Op. Cit., p. 186-188).

Correndo esses acordos, o vice-presidente em exercício, Seixas Machado, decidiu liberar o emissário que viera do Ceará, o sargento-mor e paraibano Luiz Rodrigues Chaves. Trata-se, aqui, também de mais um caso de entrelaçamento de pessoas ou famílias por entre essas três províncias parcialmente confederadas.

Luiz Rodrigues Chaves, paraibano radicado no Ceará[22], foi promovido a sargento-mor e comissionado para buscar apoio em Pernambuco. Teve, então, um certo protagonismo nas lutas entre republicanos e imperiais,

---

[22] Tudo indica que era sobrinho do sargento-mor da Paraíba, Jerônimo José Rodrigues Chaves, membro do Conselho Adjunto da presidência da Paraíba, e que havia, em maio de 1824, participado da intentona de aliciar o comandante de armas da Paraíba para derrubar Felipe Neri (PINTO, 1977, p. 59). Luiz Rodrigues Chaves, passando perto da capital paraibana e não podendo atravessar a cheia do rio Paraíba, foi visitar o cunhado que era o comandante das armas imperiais da Paraíba, Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros. Foi preso a mando do presidente Felipe Neri, que o interrogou pessoalmente, sendo imediatamente preso; solto só depois que este renunciou ao cargo, em 20 de julho. Seguiu para Pernambuco e, lá, vendo que os carvalhistas estavam sendo derrotados, e sob promessa de ser perdoado, mudou de lado; voltou ao Ceará comandando uma embarcação, descendo em Aracati, em 10 de outubro, tomando este posto dos republicanos, começando a derrocada destes naquela província.

valendo a pena registrar esse episódio, já que deixou memória escrita[23]. O relato desta comissão, embora meio rocambolesco, mostra o enraizamento das relações de família e de poder nas primeiras décadas do século XIX, bem como as contradições políticas entre absolutistas e as ideias liberais., mesmo no seio das famílias poderosas.

Após a destituição do presidente do Ceará, Pedro José da Costa Barros, em 29 de abril, o novo presidente e republicano, Tristão de Alencar, que precisava enviar uma comissão a Pernambuco "reclamando de Manoel de Carvalho Paz (sic) de Andrade, armamento e o mais que era preciso para se proclamar a república (sic) do Equador" (COMISSÃO... p. 324), nomeou o então major, Luiz Rodrigues Chaves, para a missão. Saiu de Fortaleza em 2 de maio e chegou ao Rio Paraíba, ficando no Engenho do Meio, de dona Anna, viúva de Amaro Gomes Coutinho, republicano que foi enforcado em 1817. Com a enchente no Paraíba, Chaves ia demorar-se alguns dias; então, no segundo dia, decidiu ir disfarçadamente visitar os irmãos, pediu a Dona Ana, a quem ele chamava de tia, uma canoa com dois escravos para descer até a capital perto da noite e visitar discretamente os parentes. Não cuidou de se disfarçar e foi às 11 da noite, no Varadouro. Logo foi visto pelo sargento André Accioly de Vasconcellos, encarregado da polícia da capital, que o denunciou ao vê-lo entrar na casa do tenente-coronel Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros, comandante das armas da província e seu cunhado.

Preso e levado à presença do presidente Felipe Neri Ferreira, que o interrogou e o mandou prender na Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo, enquanto mandava apreender a bagagem de sua comitiva, buscando a correspondência daquele portador. No entanto, nada foi encontrado que o denunciasse, já que Chaves havia entregado ao escrivão da comissão uma carteira de viagem para deixar com sua tia. O escrivão também foi interrogado pelo próprio presidente e respondeu que sabia que o major Chaves ia em missão a Carvalho, mas ignorava a missão e o fim a que tinha dado

[23] A Comissão Luiz Rodrigues Chaves a Pernambuco, por Thomaz de Aquino Pinto Bandeira. Revista do Instituto do Ceará, t. XXXVI, (1924), p. 324-327. Acesso em 15 de agosto de 2024. Disponível em https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1922/1922-ACommissaodeLuizRodChavesaPernambuco.pdf

aos ofícios que devia ter trazido para o presidente de Pernambuco. Como punição, o escrivão que era militar foi destacado para uma zona de defesa ao sul da capital paraibana, enquanto Chaves permaneceu preso até a renúncia de Felipe Neri, em 20 de julho de 1824, quando foi libertado pelo seu sucessor, o tenente-coronel Alexandre Francisco de Seixas Machado, como determinavam as cláusulas da Convenção da Vila do Conde.

Chaves, solto, seguiu para Recife, encontrando a cidade já ocupada pelas forças de Lima e Silva. Com a ajuda de um comerciante cearense, conseguiu mudar de lado, mesmo sendo repreendido pelo general, e se oferecendo para chefiar a contrarrevolução no Ceará. Por outro lado, desde 26 de agosto, quando o Ceará se declarou República em reunião com 405 eleitores, aclamando seu presidente Tristão Gonçalves Araripe de Alencar (STUDART, p. 615), que, elegendo-se nesse momento os deputados à Constituinte da Confederação do Equador, a ser realizada em Olinda, aproveitou-se a presidência de mandar uma guarda militar acompanhar os eleitos e, de passagem pela Paraíba, reivindicar a libertação do seu comissionado para seguir para Pernambuco.

Mas, voltemos às atividades políticas específicas da Paraíba em agosto, antes da explosão de ataques imperiais em Pernambuco.

No entanto, na primeira semana de agosto de 1824, chegou à Paraíba o brigue Guarani, como parte do segundo bloqueio do Recife. Em Pernambuco, as tropas carvalhistas, que hostilizavam os imperiais da Paraíba nas fronteiras paraibanas, foram deslocadas para lutar nas fronteiras ao sul, na vizinhança de Alagoas. Talvez por isso, o governo de Seixas Machado tenha conseguido debelar um tumulto de liberais em Mamanguape.

Diz ainda Alcides Bezerra Cavalcanti que os "revolucionários paraibanos começaram a se dispersar em bandos pelo interior, praticando roubos, assassinatos e insultos de toda ordem" (p. XXII). Essa é a leitura que o autor fez dos documentos oficiais, mas talvez isso fosse dito a respeito da marcha confederada de Félix Antônio. Parecia que a Paraíba vivia um caos, pois até mesmo o governo, na capital, se sentiu desafiado, quando o Rio Grande do Norte enviou uma delegação, em 16 de agosto, para obrigá-lo a se comprometer com os liberais de Pernambuco, conforme ficara definido no acordo entre os governos pernambucano e potiguar, no Recife.

*

O affair Rio Grande do Norte

Em de 10 de agosto, o presidente do Rio Grande do Norte, Thomaz de Araújo Pereira, enviou um ofício ao presidente da Paraíba, com uma delegação. Nesse ofício, criticava duramente o comportamento do presidente anterior, Felipe Neri: "Não entramos em disputa se a opinião do ex-presidente dessa província Felipe Neri Ferreira foi ajustada com a razão; e sim dizemos que sempre foi inconsiderada por querer com tão pequenas forças combater as capitanias gerais (sic) de Pernambuco e Ceará, que pugnavam pelos seus direitos ao melhor dos Imperantes do mundo! Que bem resultou à província desta inopinada deliberação? Enfraquecer as nossas forças, e inabilitar-nos para a resistência aos portugueses, de quem antes morrer, do que sermos "cativos" (PUBLICAÇÕES, 1925, *op.) Cit.*, p. 192. Em seguida, se justifica de ter negado o pedido de 100 homens que a Paraíba fizera, alegando o Rio Grande do Norte falência dos cofres nacionais e evitar o fomento de uma guerra civil. "Contudo, agora, sendo-nos requisitada por parte do Governo Temporário dessa a força armada, que nos for possível dispensar, a fim de restabelecer a tranquilidade pública aí alterada, temos deliberado em Conselho fazer marchar quanto antes às fronteiras dessa uma expedição militar". Por isso, enviara uma comissão de três beneméritos[24] cidadãos para entendimentos com este governo. Natal, 10 de agosto de 1824. (*Op. Cit.,* 192-193). Nada nos convence de que Thomaz de Araújo Pereira não soubesse do seu vínculo de parentesco com o presidente provisório Félix Antônio e, portanto, tivesse alguma simpatia por suas ideias.

O governo paraibano chegou a pensar em pedir ajuda ao bloqueio naval de Cabedelo para que se mandasse uma tropa ao porto de Natal (PUBLICAÇÕES, *op. cit.*, p. 190) Segundo Brandão (1924, p. 310-313), o Rio

[24] O termo "benemérito" demonstra ainda a influência tardia do "vintismo" que cunhou o termo, através das bases da Constituição, dotando de valores patrióticos, e que foi muito utilizado na campanha constitucionalista e liberal do governo de Goiana, contra o general português Luiz do Rego Barreto, criando até um batalhão sob esse nome (MELO, 2022, *passim*).

Grande do Norte tinha aderido às ideias liberais: "Na província do RN, diz o conselheiro Pereira Pinto, fez-se também sentir o impulso da revolução pernambucana" (p. 310). Note-se que não se fala de república, nem de confederação, mas de algo nascido em Pernambuco. Descarta-se, assim, a história das ideias republicanas no Ceará daquele ano, que teria começado em 8 de janeiro, em Quixeramobim. O ponto, pois, era o de firmar a hegemonia de Pernambuco, mesmo que a realidade potiguar não venha a configurar tal otimismo.

Embora Brandão cite que, em março, Manoel de Carvalho já havia mandado a Natal o emissário Januário Alexandrino, não faz alusão, aqui, ao sobrenome Rabelo Caneca. Apareceu em Natal, sob o intuito de propagar a vacina, na escuna de guerra "que por ordem de Manuel de Carvalho corria os portos do norte, levando uma tipografia para o Ceará e diversos oficiais para esta província e para a do Pará" (*Op. Cit.,* p. 310). Em seguida, Brandão cita o Typhis, quando Caneca critica a posição do secretário do governo da Junta de lá, que fizera com que a Câmara local reconhecesse a Constituição outorgada, embora houvesse reação na vila de São José do Mipibu.

*

Em 11 de agosto, Seixas Machado, escrevendo ao Imperador, por meio do Ministro dos Negócios do Império, João Severiano Maciel da Costa, mostrava um panorama de caos na administração provincial. Criticava o secretário Augusto Xavier de Carvalho, que ficara do governo anterior, mas que, desde 21 de julho, só trabalhara um dia, alegando doença; o Juiz de Fora e Ouvidor, Francisco de Souza Paraíso, que fugira da capital em embarcação depois que expulsaram o vice-presidente eleito pelos dois Conselhos, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha; os oficiais da Fazenda, escrivão e tesoureiro, acusados de peculatos, abandonaram seus empregos, também alegando doença. Com o governo, estão os conselheiros coronel Estêvão José Carneiro da Cunha, Francisco Xavier Monteiro da Franca, e, na parte militar, o sargento-mor Antônio Vicente Monteiro da Franca. O restante das atividades na parte militar dependia de oficiais milicianos e alguns subalternos do exército e que muitos, por temor ou por ilusão do

partido contrário, terminavam por deixar uma falta lamentável em todas as repartições durante o expediente. Adiantava ainda seu receio de que a próxima eleição para o Conselho seria de eleitores de toda a província e que "há uma fundada presunção, que o maior número dos eleitores é de das pessoas divergentes ao partido contrário (?), empenhadas em votar em conselheiro que seja de sua facção", o que, de certo modo, "transtorna a causa que temos a tanto custo sustentado". Em seguida, Seixas Machado alegava que as tropas e grande maioria do povo da província não aceitavam o vice-presidente, que suspeitassem ser do partido contrário. (p. 174-176).

No dia seguinte, voltou a escrever ao Imperador sobre a situação da província, relatando todas as ações de Felipe Neri Ferreira, que começou as negociações para pacificação e propôs, no Conselho de 10 de julho, as tratativas para a convenção do Conde, com a participação do deputado Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, de quem se esperava ser o novo vice-presidente. Acusava o ouvidor Paraiso, que, recolhendo-se à capital, depois da Convenção do Conde, não trouxera o autógrafo da convenção, e que a entrega do documento ficara a cargo do conselheiro Joaquim Manoel Carneiro da Cunha. E que este, hospedando-se na casa do Ouvidor, sofreu assédio de violência na calada da noite por um grupo de militares e paisanos que o sequestrou e o expulsou da capital por ser republicano. Foi o bastante para que, no dia seguinte, assustado, o Ouvidor também embarcasse. No fim das contas, o autógrafo havia sido enviado, primeiro para Pernambuco e, depois, para os revolucionários de Feira Nova, antes de voltar às mãos do Vice-Presidente da Província. Seixas alega que Feira Velha era distrito (militar) de Goiana, e que as tropas imperiais estavam em Alhandra, Mata Redonda e Pilar, e que era uma "guerra por combates, e mortandade como por sustos e terrores (...) até mesmo no coração da cidade, alguns nos empregos públicos" e outros ainda nas prisões, animados com a retirada do bloqueio em julho. E os soldados imperiais têm demonstrado um clima de vingança pessoal contra todos os "partidistas" liberais, o que levava estes a buscarem refúgio em Feira Velha. Só em 2 de agosto é que chegou de Pernambuco outro representante, o padre Ignacio Almeida Fortuna para tratar da Convenção do Conde, "que parecia ter ficado em abandono e no seu ajuste se gastaram três dias (...) e foi nesse mesmo dia, que chegou a nossa barra de

Cabedelo o brigue de guerra Guarani, comandado pelo tenente (inglês) James Nicol. Pelo qual tive a certeza do (novo) bloqueio em Pernambuco" (Publicações..., V.XXIII, 1925, p. 178). Enquanto isso os liberais tentaram sublevar Mamanguape, mas repelidos por forças imperiais, fugiram para o RN, onde, então estava havendo outra sublevação (Publicações, V. XXIII, 1925, p. 177-179).

A Paraíba não havia percebido movimentação alguma do Rio Grande do Norte em aderir aos planos dos liberais pernambucanos. No entanto, desde quando ainda era governada por uma Junta provisória, em março de 1824, Manoel de Carvalho enviara, para lá, um emissário, um cirurgião militar sob a capa de divulgação da vacina. Tratar-se-ia de Januário Alexandrino da Silva Rabelo Caneca, irmão de do frade Caneca e seu editor, antes de este vir a ser jornalista político famoso? Ou o cirurgião (que cuidava de vacinas) e empregado público, de nome Alexandrino da Silva Rabelo Caneca, com o mesmo sobrenome, mas foi munido de impressos e proclamações (BRANDÃO, 1924, p. 202; MELO, 1875, p. 18).

Por outro lado, D. Pedro havia nomeado presidente do Rio Grande do Norte, em 25 de novembro de 1823, o capitão-mor de Ordenanças da Vila do Príncipe (Caicó), e membro da Junta provisória do Rio Grande do Norte, Thomaz de Araújo Pereira, que vinha a ser contraparente de Félix Antônio. Thomaz de Araújo Pereira era primo do sogro de Félix, Bartolomeu da Costa Pereira.

Como o presidente Thomaz de Araújo Pereira não aderiu diretamente à Proclamação da Confederação do Equador, Manoel de Carvalho o pressionou, para um acordo político entre as duas províncias, que foi até comentado pelo *Lord* Cochrane, em sua memória[25]. A ideia de Paes de Carvalho de uma conferência, entre Pernambuco e Rio Grande do Norte, que se realizou em 3 de agosto de 1824, no Recife, era para pressionar a Paraíba à adesão. Pernambuco foi representado pelo militar Basílio Quaresma Torreão, (o presidente Manoel de Carvalho Paes de Andrade apenas assinou o tratado)

[25] The Life of Thomas, Lord Cochrane, Tenth Earl of Dundonald. London: Richard Bentley, New Burlington Street, 1869. (p. 160, 161).

e, pelo Rio Grande do Norte, o Reverendo Francisco da Costa Leixas, José Joaquim Fernandes Barros e José Joaquim Germiniano de Moraes Navarro.

O acordo visava apagar as diferenças políticas para se rejeitar, também, a falsa Constituição, e que as duas províncias se associassem numa liga fraternal ofensiva e defensiva contra a agressão portuguesa ou aquela do governo do Rio de Janeiro que pretende reduzir as províncias ao estado de escravidão. Por este acordo o Rio Grande do Norte colocaria uma tropa nos limites da Paraíba, apoiada, inicialmente, por Pernambuco e, mais adiante, pela Confederação do Equador. Esta concordata terá força depois de assinada pelos presidentes de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

O vice-presidente da Paraíba em exercício, coronel Alexandre Francisco de Seixas Machado, alega que antes a província vizinha havia, antes, rejeitado ceder 100 baionetas à Paraíba por não as dispor e agora ameaça com uma grande expedição militar. Esta delegação potiguar foi expulsa imediatamente. Para o governante paraibano parecia um contrassenso, pois ele, ao escrever para a Corte, mostrou como ocorreram os ajustes de paz com o governo de Pernambuco, principalmente para desocupar Feira Velha (que fora mantida antes com tropa de Félix Antônio), os cofres exauridos pelos gastos extraordinários em manter suas fronteiras, tanto com o Ceará, como com Pernambuco e diante da seca, da falta de farinha, já que os lavradores estavam pegando em armas e ainda a superlotação das cadeias com os presos políticos e sem magistrado adequado, agora ameaçada a província pelo Rio Grande do Norte, além desta (suposta) ameaça de invasão portuguesa, viu-se a Paraíba obrigada a aceitar a convenção iniciada pelo ex-presidente Felipe Neri Ferreira e agora através do agente pernambucano Padre Ignácio de Almeida Fortuna (ex-membro da Junta Temporária de Pernambuco, junto com Felipe Neri, e ex-deputado constituinte. Além do mais, o presidente da Paraíba estava a braços com um levante em Mamanguape, cujos membros fugiram para o Rio Grande do Norte e, agora, sem o bloqueio em Pernambuco, que também favorecia o porto da Paraíba, com a presença do brigue Guarani. (PINTO, V.2, p. 83-84).

Em retaliação, em 18 de agosto, o Vice-Presidente da Paraíba reforçou as tropas de Alhandra e Mata Redonda e enviou cem homens para Mamanguape sob o comando do sargento-mor Antônio Vicente Monteiro da

Franca (*Idem,* p. 85). Em 19 de agosto, a viajante inglesa Maria Graham que havia se encontrado com Manoel de Carvalho, registrou que a Paraíba estava intimidada pela força republicana de Goiana (GRAHAM, 1990, p. 215).

*

O mês de setembro trouxe indefinições para os confederados de Pernambuco que viram as tropas do general Lima e Silva desembarcarem ao Sul e seguirem por terra, enquanto a frota do Lord Cochrane bloqueava o porto do Recife.

Para a capital paraibana, acabavam-se os tempos de conflitos armados, com a presença do bloqueio. Tanto que, em 4 de setembro, a Câmara fez o juramento à Constituição. Em seguida, requisitadas pelo general Lima e Silva, uma tropa paraibana de 1 mil homens saiu, no dia 9 de setembro[26], em direção a Pernambuco e, na vila de Alhandra recebeu reforços de Pilar, para ocupar Goiana. Segundo Publicações do Archivo Nacional (V. XXIII, 1925, p. XXVI e V. XXII, p. 336), a cifra era de 800 homens. Dessa tropa, ao mesmo tempo se enviou uma guarnição sob o comando do capitão Joaquim Moreira Lima, para desalojar liberais pernambucanos armados da povoação de Pitimbu, no litoral paraibano. Depois da ocupação de Goiana, a força paraibana sob o comando do tenente-coronel Estêvão José Carneiro da Cunha, Joaquim Moreira Lima foi enviado para a vila do Limoeiro, no agreste pernambucano, para combater os confederados (BEZERRA, V.XXIII, 1925, p. XXIII e XXIV).

No Rio Grande do Norte, o presidente Thomás de Araújo Pereira demitiu-se em 8 de setembro de 1824, embaixo de rumores de que teria aderido aos confederados (BRITO, p. 170, 171). Recolheu-se à sua propriedade no interior do Rio Grande do Norte e, aí, quando Félix Antônio estava no comando das tropas confederadas ("liberais" ou "patriotas", como escreveu, então Caneca), atravessando a Paraíba em direção ao Rio Grande do Norte,

---

[26] Em 1º de outubro, a vila de Pombal também jurou a Constituição; em Campina Grande, foi em 15 de novembro. Estava terminado o partido "republicano" na Paraíba. Em 26 de outubro, o Seixas é nomeado Presidente da Paraíba (PINTO, 1977, v.2, p. 86 a 89).

tomou a direção de Caicó, por ser terra de seu tio-sogro (tio da esposa). Aí, foi aconselhado por seu cunhado José Hipólito da Costa Lins (Pereira), que lá morava, a deixar a família naquela vila.

Isto explica por que Félix Antônio podia se sentir em casa, pois era casado com uma prima do coronel Antônio Bezerra de Sousa Meneses, governador das armas no movimento republicano do Ceará. Talvez esse militar fosse o seu provável contato no Ceará e a esperança dos liberais paraibanos e pernambucanos naquela coluna. Por sua vez, esse governador das armas tinha dois filhos casados com filhas de Thomás (o terceiro homônimo). O capitão-mor de Caicó, Manuel de Medeiros Rocha, que era tio de Tomaz de Araújo, acolheu a tropa de Félix com frei Caneca no Seridó, com as mostras da maior deferência. (AUGUSTO, 1936, p. 9).

Explica, também, o silêncio de Caneca quando chegou à situacionista Caicó (Vila do Príncipe) em dezembro de 1824; chega até a descrever a celebração em homenagem ao Imperador, sem nenhum olhar crítico canequiano. É que o comandante local o capitão-mor Manuel de Medeiros Rocha era tio do Thomás de Araújo Pereira (o terceiro) e ex-presidente, àquela altura, do Rio Grande do Norte[27].

Com os republicanos cearenses em ascensão, o Imperador mandou uma expedição contra o Ceará, composta de 2 fragatas e 1 brigue, 1 canhoneira e 800 homens, que, em 11 de setembro, chegou ao porto do Recife. Enquanto isso, as tropas imperiais em Pernambuco que contavam também com os 1.200 homens de Francisco Paes Barreto, avançavam para o Recife, e no dia seguinte, começava o bombardeio por canhões da frota surta no porto, empurrando os carvalhistas, para Olinda, entre eles, Frei Caneca. No dia seguinte, o presidente e confederado-mor, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, se refugiou sozinho, a bordo da corveta inglesa *Tweed,* embarcando para a Inglaterra e abandonando a luta. Em 17 de setembro, 300 a 400 carvalhistas, já sem o líder, se entregaram, tendo os chefes fugido para o mato. Os prisioneiros foram embarcados para o Rio de Janeiro. Em

---

27 AUGUSTO, José. Thomás de Araújo Pereira neto e a história dos Araújo. Seridó famílias seridoenses: Araújo Pereira Disponível em https://ancestors.familysearch.org/en/K2QB-ZRZ/cap.-thomaz-de-ara%C3%BAjo-pereira-1765-1847?cid=fs_whatsapp

1º de outubro de 1824, chegaram notícias à Corte do Rio de Janeiro de que estava Pernambuco livre do poder dos carvalhistas.

A oeste, nas divisas com o Ceará, os republicanos cearenses já entravam em território paraibano. Trata-se, aqui, da incursão desastrosa dos republicanos, comandado por um subordinado do comandante das armas cearenses, José Filgueiras, que resultou em mortandade dessa tropa, como narrou Caneca[28].

Com o bombardeio do Recife pela frota surta no porto e a rendição da capital, Olinda, em 19 de setembro, o comandante da expedição da Paraíba, Estêvão José Carneiro da Cunha, enviou ofício ao general Lima e Silva:

> Aos dezenove do corrente fiz ocupar esta vila com as tropas sob meu comando em observância das ordens, que havia recebido, tendo a satisfação de me não custar a posse dela uma só gota de sangue por terem os perturbadores do sossego público com antecedência pressentido a minha aproximação. A retirada que fizeram foi tão cheia de terror que eixaram toda a artilharia encravada pondo-se em fuga, ficando a vila quase deserta; contudo é indispensável a conservação desta força neste ponto por ser ele um dos mais importantes, e por ter deixado uma porção de gente em Pitimbu, que poucos dias antes da minha entrada neste lugar havia tomado, por entender ser me vantajoso ocupar, o que se verificou na facilidade com que tomei esta vila; lembro a vossa Senhoria que achando-se as coisas neste pé, parecia muito conveniente que da tropa em marcha desta capital para esta vila se aplicasse, ou toda, ou parte dela seguir os tumultuosos, que segundo as notícias ocupam a povoação de Nazaret, podendo até operar de acordo com o capitão-mor João Batista Rego, que se acha em Nossa Senhora do Ó com alguma força, inda que quase toda composta de Ordenanças (...). Quartel da vila de Goiana, 21 de setembro de 1824! (a). (Publicações do Archivo Nacional, 1924, vol. XXII, p. 343).

---

[28] Caneca (2001, p. 595) critica esse capitão Maxy (Maximiano Rodrigues dos Santos) que "sôfrego e imprudente" (dia 21/11?) partiu para o ataque às tropas imperiais, com pouca munição. Quando Caneca chegou com a tropa em Juazeiro ou Cajus Novos, encontraram curral e casa cheios de cadáveres, que se avaliou em 150, da guarda de Filgueiras, comandada por aquele capitão.

Lima e Silva, vindo de Alagoas, entrou no Recife, com uma tropa de 2.300 homens (BEZERRA *ibidem*), obtendo a vitória. A rendição de Olinda se deu depois de três dias de troca de intenções, entre o general e o comandante das armas confederadas, Barros Falcão e a Câmara de Olinda. Em seguida, o exército imperial enviou reforço para Paudalho e Vitória de Santo Antão, enquanto da Paraíba, o comandante Estêvão Carneiro da Cunha, estacionado em Goiana, enviou uma tropa para ocupar Tracunhaém, obrigando a caravana de pernambucanos e paraibanos ir para Limoeiro, onde ainda não havia chegado tropa imperial. A marcha dos liberais em busca da Estrada do Ceará continuou, no dia 24 de setembro, embora sob fogo vivo de milícias e ordenanças a serviço do Imperador (*Idem*, p. XXVI).

A Coluna dos confederados pelos sertões

Por onde andavam os seguidores de Félix Antônio, e os carvalhistas dispersos, civis e militares que saíram de Olinda, atravessaram Igarassu, e foram para Goiana, onde, se esperava haver tropas pernambucanas e paraibanas unidas? Os pernambucanos, como narra Frei Caneca, encontraram, no dia 18, a vila de Goiana já esvaziada de qualquer tropa revolucionária, pois as imperiais da Paraíba, lideradas pelo capitão-mor de Itabaiana, João Batista Rego, já dominavam o cordão de passagem entre Mata Redonda e Itambé, passando por Goiana e indo até a Pilar. Caneca chega a pensar que era a gente do João Batista Rego, mas, na verdade, era uma tropa paraibana às ordens de Lima e Silva, que, em número de 1.000 homens, sob o comando do coronel Estêvão José Carneiro da Cunha havia descido da capital paraibana para ocupar a rebelde Goiana.

Um dia antes de Caneca chegar a Goiana, a vila havia escolhido o tenente-coronel Manoel Ignacio Bezerra de Mello como comandante para partir em direção ao Ceará. Havia a esperança de que o governo republicano cearense ajudaria em armas, munição de boca e de bala. No entanto, não havia comando geral na tropa pernambucana, já que o presidente Manoel de Carvalho havia fugido para uma embarcação inglesa, no porto do Recife, no dia 12 de setembro, e o governador das armas, José de Barros Falcão,

que havia resistido, protocolarmente, a Lima e Silva até o dia 15 de setembro, depois deste dia, também tinha se escondido e conseguiu fugir para o exterior. Resolveu o grupo de Caneca (este, já, em trajes civis) seguir em direção à povoação de Goianinha, da vila de Goiana, por onde havia passado, pouco antes Félix Antônio Ferreira de Albuquerque e a tropa paraibana e, de lá, seguir para a vila de Limoeiro. O fato de Félix Antônio ter ido à vila de Goiana podia significar que fora buscar apoio em armas, homens, e abastecimento, já que sua sogra era goianense, dos Lins.

A tropa liberal que partiu de Goiana havia estacionado na povoação de Goianinha, onde começaram a ocorrer divergências de encaminhamento de lutas e até de roteiro, talvez pela chegada das tropas paraibanas (Analecto Goianense, Tomo I, p. 168), que havia tomado a dianteira ao tenente-coronel Manoel Ignacio Bezerra de Mello; este não queria consentir na separação das forças liberais, chegando quase a um conflito entre os dois chefes.

Não havendo acordo dos chefes desta revolução sobre que direção deviam tomar, parte das forças pernambucanas acompanhou o major paraibano José Maria Ildefonso Jácome da Veiga Pessoa. Compunha-se do regimento de artilharia, praças do primeiro batalhão de caçadores e os oficiais capitães Antônio Afonso Vianna e Mathias Coelho, e os tenentes Golla, Taveira e Manoel de Almeida. Seguiu-se para o Poço Comprido (hoje, distrito de Macaparana?).

Caneca narra em seu Itinerário que

> Chegando ao Poço Comprido, aí encontramos a força da Paraíba, comanda pelo capitão João da França Câmara. Aqui esperamos pelo tenente-coronel Manoel Ignacio Bezerra de Mello; soube-se que ele depois de chegar a Nazaré, onde tinha sua casa, e haver machado a força adiante, depois que esta chegou ao engenho Morojó, se demitira do comando geral da força por um ofício ao major Emiliano Felipe Benício Mundrucu" (2001, p. 575).

Manoel Ignacio desistiu da luta, sem declarações, recolhendo-se ao seu engenho Tamataúpe. Foi o primeiro conflito entre líderes das tropas confederadas. O próprio Caneca, antes da desistência de Manoel Ignacio, já desconfiava daquela tropa toda. Escreveu ele: "Da prática que tivemos

com ele (Manoel Ignacio), não fizemos bom conceito daquela força, e não julgamos segurança alguma no meio dela, por nos ser descrita como uma multidão confusa, sem ordem, sem subordinação e inteiramente anárquica" (CANECA, 2001, p. 574).

E continua o frade a narrar as consequências desta "deserção":

> Esta demissão seria bastante para desorientar o plano traçado pela tropa, se acaso não aparecesse nesta ocasião o capitão José Vitoriano Delgado de Borba Cavalcanti, o qual vendo a perturbação, o desconsolo e o perigo de tantas pessoas, se prestou a tudo que pode. Então a força lançando mão de seu patriotismo, o elegeu seu comandante em chefe (*Idem,* p. 575).

Em 22 de setembro (?) (Caneca diz apenas "no dia seguinte..."), celebrou-se um grande conselho, composto do governador eleito das armas, o pernambucano Victoriano Delgado e o presidente temporário da Paraíba, de toda a oficialidade e pessoas mais atendíveis pelo seu estado, talento e patriotismo. Narra o frade que estava em discussão o acharem-se os meios necessários para segurança da causa da liberdade e salvação daquela força e povo. Decidiu-se que nenhuma capitulação os liberais aceitariam do general Lima e Silva, comandante das tropas imperais, se não precedesse a evacuação das tropas do Rio de Janeiro, que ocupavam a capital de Pernambuco, e a instalação da Assembleia Constituinte do Brasil em um ponto central do mesmo, onde em liberdade e fora da influência das armas do Rio de Janeiro, ou em outra qualquer província, se pudesse discutir e decretar a Constituição ou leis fundamentais do Brasil (*Idem,* p. 575-576).

Um dia antes, havia o comando escrito circulares aos comandantes liberais em Garanhuns, o capitão-mor Luís Tenório de Albuquerque, o capitão Lourenço Bezerra Cavalcanti, José de Albuquerque Cavalcanti e Antônio Cavalcanti de Albuquerque, assinadas pelo jornalista português e liberal, que atuava também como secretário, João Soares Lisboa e pelo comandante Félix Antônio Ferreira de Albuquerque (*Idem,* p. 576)[29].

---

[29] João Soares Lisboa é comentado em algumas notas de rodapé, por Marco Morel, organizador e editor do livro Sentinela da Liberdade e outros escritos (2008), às páginas 192,

Depois do Conselho, marcharam, no dia 23 de setembro, para o engenho Pindoba de Flores, de Joaquim Cavalcanti, que se encontrava ausente no momento, mas encontraram o capitão Leandro César com uma companhia das forças da Paraíba e uma peça de artilharia (*Ibidem*). Joaquim Cavalcanti era comandante de polícia do quartel de Pindoba e, antes, escrevera ao Presidente Manoel de Carvalho, narrando a situação: "De fato, na chegada de Caneca e tropas a Pindoba de Flores, não sabiam que este ponto já havia sido esvaziado dos liberais pois havia sido tomado pelos imperiais, fugido o seu comandante. É o que diz o próprio Caneca em sua defesa perante o tribunal (*Idem,* p. 634).

Lá, então, se organizou toda a tropa, que Caneca diz que chegava a quase 3 mil pessoas, contando-se as famílias que viajavam junto. Formaram-se quatro batalhões: o de primeira linha com gente de Pernambuco e Paraíba, sob o comando do capitão paraibano João de Deus; o segundo de milícias e de artilharia de Henriques, de Pernambuco; o terceiro das milícias do mato e soldados de guerrilhas avulsos; o quarto, de todas as milícias da Paraíba, o corpo de artilharia comandado pelo major (paraibano) José Maria Idelfonso; o de cavalaria; uma guarda avançada, a guerrilha do capitão (pernambucano) Antônio Carneiro Machado Rios e uma guerrilha do capitão Vicente Ferreira que era a guarda pessoal do comandante em chefe (não diz o nome). Ajudantes de ordens, os majores Agostinho Bezerra Cavalcanti e Emiliano Felipe Benício Mundrucu. No dia 25, marchou-se para Limoeiro (CANECA, *Op. Cit.*, p. 577).

Alguns conflitos chegaram até as vias de fato, como durante a marcha, o que resultou num duelo armado entre dois soldados, um pernambucano dando vivas a Manoel de Carvalho, no que foi contestado por um soldado do Brejo de Areia, disparando um contra o outro, morrendo um imediatamente e o outro, dias depois (CANECA, *Op. Cit.*, p. 578).

Outro conflito ocorreu entre o capitão José Gomes do Rego Cazumbá

501, 581 e 869. Para um estudo aprofundado sobre esse personagem, ver FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. A história da Independência do Brasil desenganada e as memórias sobre a Confederação do Equador na trajetória de João Soares Lisboa. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1-17, jan.-dez. 2022.

que também tinha ideias de se chegar ao Ceará pelo Pajeú. Havendo sido exautorado (?) (THÉBERGE, 2001, p. 165-6) pelo comandante "republicano" Felix Antônio Ferreira de Albuquerque que se havia posto à testa do corpo de Cazumbá, este se retirou, e marchou direto ao Ceará. O que se sabe é que embora não se tenha informações de como Cazumbá seguiu com sua tropa, mas, por fontes cearenses, percebe-se que entrou naquela província, nos últimos instantes das tropas dos líderes cearenses e até mesmo do grupo de Félix, como registrou o cronista francês radicado no Ceará. Em 12 de novembro, a tropa de Cazumbá, vinha pelo fundo da província do Rio Grande do Norte em direção a do Ceará.

Embora não tenha havido conflito com outro que agiu com sua tropa, em Catolé do Rocha, no sertão paraibano, (muito embora o documento não diga em que data) foi o então cadete pernambucano e descendente dos Arruda Câmara de Pombal, Bellarmino de Arruda Câmara: "Em 1824 seiscentos habitantes deste município, tendo a sua frente Bellarmino de Arruda Câmara[30], José de Sá Cavalcante, Francisco Alves Maia e Manoel Alves Maia, gritaram aqui, a República e levantaram uma bandeira com a

---

30 As fontes genealógicas consultadas sobre Bellarmino não são fidedignas quando à sua data de nascimento, mas são unânimes em dizer que era filho do revolucionário de 1817, em Pernambuco, o paraibano Francisco de Arruda Câmara (o III deste nome). Embora não digam o local de nascimento, mas se era filho do médico Francisco de Arruda Câmara, deve ter nascido em Goiana ou, então, se o médico morou alguns anos no Recife, teria sido aí que nascera. No entanto, pelos sites, Bellarmino teria até nascido em 1771, o que o faria irmão do Francisco de Arruda Câmara (Neto), mas, neste caso, talvez filho do Francisco de Arruda Câmara (filho, ou seja, o segundo). Neste caso, não poderia ser o Bellarmino de 1824, pois THÉBERGE registra que era cadete, na Confederação do Equador; então, como tal, só podia ser jovem. Em outro site está que Bellarmino nasceu em 1803 (no mesmo ano que o 4º Francisco de Arruda Câmara (1803-1878), o que veio a se tornar marechal). Neste caso, nascido em 1803, teria em 1824, 21 anos, idade compatível com o posto de cadete. ARAÚJO, Jerdivan Nóbrega de. Francisco de Arruda Câmara, o capitão-mor da Vila de Pombal, crimes sem castigos. João Pessoa: Ideia, 2023.

O padre pombalense Manoel de Arruda Câmara, tio de Bellarmino, exerceu alguma influência ideológica sobre a matriarca dos Alencar cearenses, dona Bárbara de Alencar (segundo Studart, 1924), presa política de 1817. Lembra Araújo (2023) que, desde o Francisco de Arruda Câmara (II), que essa família cuidava da arrecadação de impostos para o governo, o que compreendia até mesmo terras no "Ceará Grande".

inscrição “Confederação do Equador” mas esse grito que naquele tempo soou em diversos pontos do norte do Brasil foi para logo abafado pela Monarquia nos rege e seus promotores vitimados à grande perseguição, mas sendo por último anistiados, aqueles o foram por sua vez” (Anais 1876-1997. Biblioteca Nacional. Annais 1991 (Vol. 111(3).

Segundo Freire[31], já Francisco de Arruda Câmara (o IV homônimo) saiu de Pernambuco e fora para Quixeramobim e que, a partir de 25 de outubro, assumiu o comando do exército revolucionário cearense em Lavras, substituindo Calixto.

*

O itinerário do comandante Félix Antônio Ferreira de Albuquerque

A partir de Poço Comprido, o comandante Félix Antônio e os subcomandantes decidiram levantar o acampamento e procurar outra posição vantajosa, de onde se pudesse ter comunicação com os liberais (sic) das províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, interior da Paraíba, e com a divisão liberal de Garanhuns (...) que se organizasse uma divisão (...) devia se denominar Divisão Constitucional da Confederação do Equador” (CANECA, 2001, p. 575-576).

Pouco depois de 17 de setembro, segundo relato de Caneca, quase quatro meses depois da batalha de Riacho das Pedras, o frade se encontrou com o comandante liberal daquela batalha, Félix Antônio, que vinha com as famílias emigradas de Pedras de Fogo, lugar invadido pelas tropas da capital. Caneca foi acolhido pela família de Félix, viajando com eles, daí por diante.

Todo relato da campanha desses líderes federalistas pelo interior do Nordeste, a que Caneca chama sempre de patriotas ou liberais, ou seja, os confederados, teve no frade carmelita o seu correspondente de guerra, talvez o primeiro do Brasil, neste métier. Era a sobrevivência, na marcha

---

[31] FREIRE, Luna (Desembargador). Revolução de 1824. Revista do Instituto do Ceará, 1924, p. 230. Acesso em 20 de agosto de 2024. Disponível em https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1902/1902-Revolucaode1824.pdf

para o Ceará, em busca de gente e apoio para defender a república. Assim, ele registrou sua acolhida por parte do comandante Félix Antônio e família.

Registra o "jornalista" Caneca um ataque das forças imperiais, (ou "calhambolas", segundo o autor) no lugar Couro D'Anta (Terras do Limoeiro?): "O governador (da Paraíba) ferido de chumbo, e não podendo sustentar nas rédeas o cavalo espantado caiu pela ribeira abaixo entre os inimigos que (...) não o viram ou o reservaram para depois" (CANECA, *Op. Cit.)*, p. 580. Prossegue o relato canequiano, que, com o governador ferido, não havia quem dirigisse a operação "cada um fazia o que lhe vinha à cabeça," e até uma crise emocional atingiu o comandante de um dos batalhões ao ver ferido seu amigo, "a quem amava tanto" (*Ibidem).* Foi neste mesmo ataque que caiu ferido e expirou o jornalista português João Soares Lisboa, além de um soldado e "o valente Manuel de Carvalho". Caneca foi o indicado secretário "para a divisão (?)" (*Idem*, p. 580-581).

Essa derrota em Couro D'Anta se deu devido à desorganização e às crises emocionais, como registrou Caneca, de que o comandante do 1º batalhão que devia rebater o fogo do inimigo, se entregou a lamentações de um soldado ferido "a quem amava tanto como Virgílio ao cruel Alexis" (*Op. Cit.*, p. 580) e desamparou o batalhão. Dias depois, outra insubordinação, do capitão Teixeira, "que deu o maior escândalo em não querer marchar na frente porque ali os esperava o inimigo, botando, portanto, a tropa no lugar da aguada do gado e por mais que se tocasse avançada, deixaram-se ficar deitados, a ponto do major Agostinho Bezerra Cavalcanti, ajudante de ordens assestar uma peça de artilharia contra ele, e quando ia a fazer-lhes fogo então se levantaram e marcharam" (*Op. Cit.*, p. 583). Foi, aí que ficaram sabendo da derrota de Filgueiras no Umari, onde perdeu mais de 100 homens (*ibidem*). Em 28 de novembro, quase que os dois comandantes, Félix e o Filgueiras, tão citado este e admirado por sua intrepidez, se encontraram.

Caneca registra que pouco antes da tropa de Félix chegar a Umari recebeu a notícia de que o temível inimigo dos imperialistas no Ceará, o Filgueiras, havia passado por lá. Deixara alguns documentos que foram entregues ao comando paraibano e pernambucano. Mas o bravo lutador do Ceará arrefeceu depois de saber da trágica morte de seu líder, Tristão Araripe, em 30 de outubro, se entregou.

Sem apoio de homens, sem armas e sem alimentos, já que se atravessava uma região seca, em 29 de novembro houve a capitulação dos confederados na fazenda Juiz, no Ceará. Felix Antônio, achando-se completamente cercado, sem munições de boca e desmoralizado pela dispersão do exército de Filgueiras e pela notícia da morte de Tristão de Alencar Araripe[32], entregou-se ao major Bento José Lamenha Lins, comandante em chefe das forças de Pernambuco. As tratativas foram feitas com participação de Frei Caneca, conforme ele diz em sua defesa.

O presidente do Ceará, José Félix, nomeou uma comissão de três vogais para ir parlamentar com Félix Antônio e oferecer-lhe, no caso de querer render-se com sua gente, garantia de vidas e passagem para outra província. Àquela altura, o comandante Félix Antônio já tinha sido informado da restauração imperial no Ceará, da morte trágica do governador republicano, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, mas não da rendição do comandante das armas republicanas do Ceará, Filgueira, pois Félix desistiu do projeto de continuar sua marcha em direção à capital do Ceará. Buscou se dirigir ao sul, para o Cariri, a fim de tentar sua junção com Filgueiras, de cuja tropa ignorava a dissolução (THÉBERG, 2001, p. 167).

Segundo a historiografia paraibana, através de Irineu Pinto, a rendição dos liberais que foram perseguidos pelo corpo de Caçadores sob o comando do Major Bento José Lamenha Lins, até o Ceará na fazenda Juiz, onde nesta

---

[32] Ironia do destino, quem deu sepultura a Tristão, depois do seu cadáver abandonado a ermo e talvez por um gesto de remorso, foi o paraibano Luiz Rodrigues Chaves, que de fiel seguidor, ao ser promovido a sargento-mor pelo presidente Tristão, e ir em missão a Pernambuco, viu a derrota, lá, e se passou para os imperiais, vindo a ser o opositor dos republicanos cearenses. Mais ironia ainda, pois Tristão, ao saber que Chaves havia sido preso na Paraíba, mandara uma expedição comandada por Filgueiras para libertá-lo, além de acompanhar e escoltar os novos deputados pelo Ceará ao Congresso Constituinte Confederado que, em Pernambuco se devia reunir, em 17 de agosto, com o fim de dar uma constituição à República do Equador. Lima e Silva entregara a Chaves uma embarcação com tropa, que, sob seu comando desembarcou em Aracati e iniciou a derrocada dos republicanos, levando o exército de Tristão à derrota, e à morte do líder republicano, em 30 de outubro. Luiz Rodrigues Chaves, prestou-lhe o último serviço, pondo alguns punhados de terra em sua tosca sepultura (THÉBERGE, p. 120/1; MELO, O penacho da vaidade de um sargento-mor. 23/09/2024. https://www.opoder.com.br/noticias/20087/confederacao-do-equador-200-anos-o-penacho-da-vaidade-de-um-sargento-mor-por-josemir-camilo-de-melo.

data (29 de novembro), cercados não só por este, como pelo Major Pastorinha com a tropa de milícias, de linha e 2.000 paisanos, entregaram-se, já mortos pela fome, e desanimados pela dispersão de Filgueiras e seus aliados (1977, V. II, p. 92). Segundo ofício de Lima e Silva, a tropa confederada (Divisão Constitucional) era até superior, quando da rendição, pois contava com 400 homens de infantaria ("baionetas") três peças de artilharia e mais 200 "homens", "não lhes faltando munições de guerra e dinheiro". A tropa imperial do major Bento José Lamenha Lins compunha-se de 150 homens, sem a tropa da Paraíba (que ainda não tinha chegado?) e tendo debandado a gente de Milícias e Ordenanças (BEZERRA, p. XXVIII, *apud* PUBLICAÇÕES do Archivo Nacional V. XXII, 1924; ver, também, p. 449-451).

No entanto, a tropa dos liberais rendeu-se por falta de mantimentos, sendo logo presos os comandantes e oficiais e "os paisanos mais influídos", "misturando 300 soldados e 30 oficiais que restavam com a tropa pernambucana e foram levados para o Recife, enquanto o resto seguiu para a capital da Paraíba, que era quase toda de Milícias, pouco disciplinada, já "enfastiada" das longas e penosas marchas, não era conveniente marcharem para Recife e sim para sua cidade. O ofício não é claro quando se refere aos presos:

> Logo que me constou da marcha desta gente (as milícias paraibanas?) expedi as necessárias ordens para o comandante das forças estacionadas em Goiana, que de acordo com o major Lamenha e o major Antônio Correa Seara tratassem de desarmar naquele lugar, fazendo-a embarcar em sumacas, que para aquele fim enviei; mas não tendo isto lugar, por haverem (quem?) tomado a estrada do Pasmado, e chegando a vila de Igarassu, no dia 26, marchou na manhã do dia 27 o major Lamenha com oficiais, e nessa tarde o major Seara avançou com a tropa, a qual chegando à explanada do Forte do Brum pelas nove horas da noite, depuseram as armas os rebeldes, sem a menor resistência, tendo-se tomado todas as medidas para conservar o sossego público; e foram embarcados para bordo do navio que serve de presiganga na madrugada do dia 28, sem o menor estrondo, nem ser pressentido este movimento pelos habitantes desta cidade" (PUBLICAÇÕES, V. XXII, 1924, p. 449-450).

Com a tropa faminta, os soldados e oficiais da tropa confederada tentaram resistir à presença de Lamenha nas cercanias ao acampamento na fazenda Juiz. A situação de fome era tal que além de terem de sacrificar dois bois que puxavam a carreta da artilharia, mandaram 6 homens a "vaquejar" gado para a divisão, (...) e voltaram de mãos vazias para o acampamento (2001, p. 598).

> Estávamos destinados a levantar pela manhã do dia 29 o acampamento e seguirmos à vila da Missão Velha, e de lá continuarmos para o Crato a bater uma grande tropa de que tivemos notícia, que tinham levantado a bandeira de Portugal, deitando abaixo o estandarte brasileiro, que defendíamos. Eis que pelas quatro horas da tarde, observou-se sobre o monte de nossa retaguarda, em distância de quase uma milha, aparecer grande multidão de gente de pé e a cavalo, que logo supusemos inimigo (*Ibidem).*

Segundo a narrativa de Caneca, a única resistência à rendição veio de um paraibano, o major comandante da artilharia José Maria Ildefonso Jácome da Veiga Pessoa, fazendo logo o seu dever e com a peça de calibre 6 deu três tiros; e estendeu os nossos batalhões, de forma, logo pondo em atitude de combate em linhas para fazer-lhes o cerco; ainda houve tiros de fuzil, quando levantando eles uma bandeira parlamentar, mandou-se cessar toda a manobra, e recebemos com toda a urbanidade e acolhimento ao parlamentário, que trazia um ofício do major Lamenha, convidando-nos a capitular e aconselhando-nos a não prosseguir em tão penosa e arriscada marcha; que voltaríamos com ele, como irmãos e amigos, ao seio de nossas famílias; que encontraríamos no imperador um pai, que nos receberia com clemência, e não um bárbaro sultão (*Idem,* p. 598/9).

Terminava a trágica jornada pelos sertões em contestação ao fechamento da Assembleia Constituinte, em primeiro lugar e, ao despotismo imperial com a imposição de presidentes sem serem eleitos pelo colégio eleitoral das comarcas provinciais. Félix Antônio se entregou com seu irmão, Padre Ignacio de Ávila Cavalcante e seu concunhado, tenente-coronel José da Costa Machado, comandante do batalhão de milícias do Brejo de Areia, João da Franca Câmara comandante do batalhão do Brejo do Cruz (PINTO, 1977,

V.2, p. 92) e o conterrâneo José Maria Ildefonso Jácome da Veiga Pessoa (comandante do Forte do Brum), frei Antônio Joaquim das Neves (professor de filosofia), e padre Joao Barbosa Cordeiro, vigário de Campina Grande (Revista do Instituto Histórico do Ceará, p. 178, 180).

Um personagem da história militar paraibana, no entanto, não ficou bem no conceito de Caneca, o Pastorinha. Ordenado a conduzir a Pernambuco, com escolta de 16 soldados do batalhão de Caçadores, um sargento, um alferes chamado Tapiti, Frei Caneca, Félix Antônio e demais presos para serem julgados no Recife (CANECA, p. 599). Frei Caneca, em seu Itinerário, quando da passagem por Campina Grande, registrou: "Aqui em Campina Grande o nosso condutor, o major Pastorinha, portou-se conosco malissimamente, pondo-nos sentinelas à porta da cadeia em que nos meteu, e até dando ordem para não consentir subir lá gente, e separando-se do nosso rancho para ir jantar como lorde em casa do comandante; e como mandasse-nos o jantar, foi por todos nós repudiados, porque ainda que presos não tínhamos perdido os sentimentos de homens de bem, para nos sujeitarmos a sofrer indignidades e vilezas. Passamos, pois, sem jantar, tomando apenas uma pequena refeição de bolachas, queijo e vinho que alguns companheiros mandaram comprar; e, com isso, nos contentamos" (CANECA, 2008, p. 601-602).

Por outro lado, a tática do Imperador de perdoar agitadores militares, dando-lhes crédito e confiança na repressão aos confederados, premiou personagens, como se viu no andamento das lutas: não só o Pastorinha (o tenente José Antônio da Fonseca Galvão) apareceu como braço direito do comandante imperial na Paraíba, Estevão José Carneiro da Cunha, agora como major e perseguidor dos confederados pelo interior da província. Foi encomendado pelo general Lima e Silva de trazer os presos escoltados de Lavras (Ceará) para Goiana (Pernambuco). Outros foram premiados, como José Joaquim de Almeida e Pedro da Silva Pedroso, que veio a ser promovido a major e nomeado para perseguir as tropas confederadas pelo interior da Paraíba, em 1824. Caneca chega a narrar as ameaças do comandante de Malhadinha, José Francisco de Arruda, de 26 de setembro, para que os liberais entregassem as armas e que ficariam sob a "proteção de Pedroso" (2001, p. 578).

Quanto aos revolucionários que se entregaram, os dois primeiros da lista do major Lamenha Lins, Caneca e Agostinho pagaram, no patíbulo e no paredão, a sua audácia "republicana". Depois de uma marcha exaustiva em direção a Pernambuco, na altura de Goiana, quando pernoitavam no engenho Bujari, escaparam, Félix Antônio, França, Emiliano (Mundrucu), Veras, Monte, Vieira e Magdalena, segundo o registro de Caneca.

A campanha que a coluna de confederados percorreu, de quase 300 léguas[33], é o maior sacrifício que já se fez na política do Brasil; a retirada mais difícil, que já se executou, e a prova de fogo da bravura de homens e mulheres de Pernambuco e da Paraíba. No dia 29 de novembro (1824), Félix Antônio e suas tropas, pois, depuseram as armas, no Ceará e se entregaram prisioneiros a Lamenha "(...) aí exalou o último suspiro a malfadada república do Equador" (THÉBERGE, 2001, p. 170).

De qualquer maneira, essa campanha belicista, na Paraíba e em seu transcurso para o sertão cearense, não deixou muitas vítimas. Compulsando os relatos de mortos e feridos de ambos os lados, sendo os imperiais, só contabilizados pelo olhar do frade secretário, que caíram mortos, no momento de cada combate, segundo o Itinerário de Caneca (2001, p. 567-605), 92 imperiais morreram e "alguns" saíram feridos. Entre liberais, os mortos, foram pouco mais de uma dúzia, embora o número de feridos atingisse umas quatro dezenas. Não conseguiu toda a campanha pelo sertão ser mais letal do que a batalha do Riacho das Pedras que deixara 90 mortos entre os imperiais e apenas 23 entre os liberais. Num cômputo geral, até esta pesquisa, incluindo Riacho das Pedras e a coluna pelo sertão, relatamos 218 mortos na Paraíba, mas não os mortos avulsos dos embates na capital e no litoral norte, escaramuças perto do Rio Grande do Norte, e ao sul, incluindo as vilas de Alhandra, do Conde, até limites com Goiana. (CANECA, 2001, p. 460-461; PINTO, V.2, 1977, p. 63-64). No entanto, parece que em termos de homens qualificados e políticos (como João Soares Lisboa, por

---

[33] Segundo o general Francisco de Lima e Silva, em ofício dirigido à Corte, em 31 de dezembro de 1824, sobre a distância percorrida pelo major Lamenha Lins, esta teria sido de 170 léguas (não diz se só ida ou com a volta, também). (Publicações do Archivo Nacional, Vol. XXII, 1924, p. 449).

exemplo) os liberais tenham tido perda maior, muito embora fique faltando o relato do lado oficial.

*

Da parte do governo paraibano imperial, quase ao mesmo tempo daquela rendição geral no Ceará, o oficialmente nomeado presidente da Paraíba, Seixas Machado, escreveu um longo relatório em 11 páginas, datado de 16 de novembro de 1824. Delineia como a reação imperial se organizou na Paraíba, com a saída das tropas confederadas de Félix Antônio, reforçando-se o cinto de repressão. Copiando a "gramática" de Lima e Silva, o presidente Seixas Machado (ex-republicano de 1817) faz um relato dos seus melhores líderes na campanha contra os "malvados" que lutavam contra o Imperador. Até mesmo um oficial da tropa paraibana havia sido enviado diretamente a Lima e Silva, em Barra Grande, limites entre Pernambuco e Alagoas. Tratava-se do sargento-mor de Estado Maior e ajudante de Ordens do Governo da Paraíba, João Soares Neiva (PUBLICAÇÕES, V. XXIII, 1925, p. 270).

Nesse longo relatório, Seixas Machado elenca meia dúzia de oficiais, entre eles o encarregado da polícia da capital, tenente-coronel José Francisco d'Ataíde e Mello[34] que, em 10 de maio, resistiu aos oficiais liberais que queriam depor Felipe Neri (p. 267). O coronel Estêvão Carneiro da Cunha também é elogiado, mas não o comandante das armas, Trajano Gonçalves de Medeiros que, para ele, pareceu mais burocrático do que entusiasmado. Em seguida, elogia o capitão de Milícias Joaquim Moreira Lima que apesar de pouca idade e "nenhum uso de guerra" e que era "o único varão, que apoia a casa de um pai achacado e onerado de numerosa família de filhas e netas, desde que marchou não tem mais tornado a casa", e que, comandando a tropa imperial em Alhandra, entrou em Goiana para debandar os carvalhistas. Designado em seguida para combater em Limoeiro, foi em seguida para o sertão paraibano, batendo os confederados em Pedra Lavrada, depois de uma marcha de mais de 60 léguas (p. 268-269).

---

[34] Ataíde e Mello (José Francisco) também foi preso em 1817 e teve seus bens sequestrados, mas que não foram arrematados. Relação dos sequestros... p. 141.

Seixas Machado cita o capitão e graduado em sargento-mor José Narciso de Carvalho, da Milícias que, depois da batalha de Itabaiana, se recolheu a sua função de agricultor e foi, depois, chamado a combater a insurreição liberal em Mamanguape (p. 269-270).

Elogia o papel de Estêvão José Carneiro da Cunha, não só pela batalha do Riacho das Pedras, mas, e principalmente, ao ocupar Goiana a mando do general Lima e Silva. Cita, em primeiro plano, o capitão-mor do Pilar, João Batista Rego que cooperou em todos os acampamentos imperiais e foi até à expulsão dos rebeldes que estavam na vila do Limoeiro, em Pernambuco (p. 269-270).

O Cariri paraibano contou com a resistência do sargento-mor Amaro da Costa Romeu (p. 271) enviado que fora para conter Areia, logo após a eclosão do movimento rebelde, até se recolher ao seu lugar. Também dessa região, o capitão-mor de S. João do Cariri, Domingos da Costa Romeu, prestou grande ajuda até com dinheiro e perseguição aos fugitivos "tendo sido estes acossados em todos os seus distritos por onde passaram" (*Idem*). Caneca deixou registrado o acossamento dos Costa Romeu à tropa confederada. A oeste, o comandante da polícia de Souza, conseguiu levantar o seu povo contra os rebeldes cearenses e bem como pôs ordem na vila do Pombal. O capitão da vila de Sousa José Ferreira da Silva lutou contra a invasão de José Pereira Filgueiras e fez o desbarate naquelas tropas.

Achava-se restaurada a situação imperial e a Constituição imposta.

A morte oculta de Félix Antônio

A primeira vez que o comandante Félix Antônio Ferreira de Albuquerque foi ferido de chumbo em combate, ocorreu em 30 de setembro de 1824 e, em poucas palavras, foi registrado por Frei Caneca, como vimos anteriormente sobre o relato da campanha. Curado, continuou a liderar as tropas pelos sertões paraibanos, entrando no Rio Grande do Norte, onde tinha contraparentes, para restaurar as forças e a tropa, indo depois até o Ceará, sempre escapando com vida (CANECA, *Op. Cit.*, p. 580).

Uma vez preso, na fazenda Juiz, junto com os demais combatentes, o

comandante Félix Antônio, durante toda a marcha, deve ter planejado sua fuga das garras dos seus vigias armados no engenho Bujari em Goiana. Na madrugada do dia 16 de dezembro, se embrenhou pelos matos. Não escapou em lugar estranho, mas nos limites rurais da vila de Goiana, onde, por certo, teve apoio de conhecidos e de parentes de sua sogra. Passou a viver escondido e, tudo indica, que na propriedade de seu cunhado, em Gurinhém, na Paraíba, por quase dois anos, se se considera o ano de 1826 como ano de sua morte. Um conhecido do seu cunhado, Francisco Antônio Cabral de Vasconcelos, sabendo da recompensa que o Imperador oferecera a quem matasse um confederado, convidou Félix para jogar e dormir na casa dele. Francisco era liberal, mesmo antes da Confederação; é um dos que enviaram cartas, tanto sozinho, como junto com outros subscritores, em 1823, para o jornal de Cipriano Barata, Sentinela da Liberdade. Em sua carta individual, não quis identificar data nem lugar de onde escrevia, criticando a manutenção da bandeira portuguesa no forte de Cabedelo (BARATA, p. 351/2). O cunhado que havia escondido Félix em sua fazenda, ainda tentou dissuadi-lo de dormir ali, no que não foi atendido. Fingindo ser amigo de Félix Antônio, ofereceu dormida e à noite, em que jogavam baralho, aproveitando seu sono e o assassinou com um punhal. Em seguida desfigurou seu rosto e o enterrou ao léu[35]. Descoberto o crime e o local do enterro, o corpo foi exumado e recebeu sepultura cristã. O assassino não recebeu a recompensa porque a lei já havia sido revogada. Elpídio de Almeida calcula que Félix Antônio tenha sido assassinado entre abril e maio de 1826 (1946, p. 53).

A viúva de Félix Antônio contratou dois pistoleiros para vingar a morte do esposo, que erraram o alvo e o carrasco continuou sua vida, até que 10 anos depois, a viúva o descobriu e o matou com um tiro de espingarda na cabeça. No entanto, essa narrativa parece lendária segundo Horácio de Almeida, que alude a um terceiro pistoleiro contratado pela viúva e não ela mesma de arma na mão: “Decorridos oito anos, vivia João da Cunha despreocupado de perigo (...) quando um terceiro emissário é despachado,

---

[35] Revista Era Nova, nº 64, Ano IV, 15 de junho de 1924, p. 32; esse mesmo texto já havia sido publicado no Almanack da Paraíba, de 1913, às páginas 492-494.

com recomendação de não errar o alvo. Agindo com segurança, descarrega o bacamarte na cabeça do assassino, prostrando-o nos baços de uma filha que o acompanhava, na estrada de Itabaiana, em seguimento de uma boiada" (1959, p. 47, 48).

*

A brava morte de Nicolau Martins Pereira Júnior, um herói paraibano

Dos líderes paraibanos da Confederação do Equador, apenas dois foram mortos, sendo um por liderar a resistência às forças imperiais em campo de batalha, Félix Antônio, mas assassinado em tempo de trégua e por motivo de recompensa; e outro, Nicolau Pereira Martins, que resistira quase só na Fortaleza do Brum, no Recife, aos ataques das tropas do general Lima e Silva. Dos dois, Nicolau foi julgado pelo tribunal presidido por Lima e Silva e condenado à morte. Apesar de ter sido julgado por ter resistido aos soldados de Lima e Silva, defendendo o Forte do Brum, Nicolau, a partir de um raro documento paraibano, participou de um Conselho militar dos revolucionários de Félix Antônio, em Feira Velha, junto com outros militares pernambucanos. No entanto, o pouco que se sabe, também vem de fonte um pouco duvidosa por ser apócrifa.

O manuscrito da Biblioteca Nacional (II 32, 1, 1) intitulado "Pernambuco, 1824", em que, não se deve acreditar tanto, descreve o depoimento de Nicolau. A desconfiança vem da própria escrituração do texto, quando cita o executor da pena de morte, major José Joaquim Coelho, que o documento coloca entre aspas ("depois Barão da Vitória"). Ora, esse baronato só lhe foi concedido por volta de 1870; logo, o escritor não é contemporâneo aos fatos descritos e pôde ser traído pela memória "Carne-viva", ao mencionar esse sobrenome como de Nicolau. Em todo caso, vamos ver como descreve a execução de Nicolau.

De qualquer maneira, Nicolau tornou-se, assim, o único mártir paraibano executado devido à participação na Confederação do Equador, mesmo sem ter marchado léguas na retirada para o sertão cearense, combatendo no Recife. Como bravo capitão de artilharia da Fortaleza do Brum, Nicolau

Martins Pereira resistiu quase só aos ataques das tropas imperiais. Rendeu--se, se apresentou ao general Lima e Silva; mandado aguardar o andamento da guerra, foi depois preso, julgado e fuzilado, no Recife, em 2 de abril de 1825. Dado a recitar e escrever poemas, deixou escrito um soneto, pouco antes de sua execução!

Poucos autores citam Nicolau. Pereira da Costa (1965, p. 148, V. IX.) diz ser ele paraibano, e Alcides Bezerra Cavalcanti (1925, p. IV) também o diz, talvez bebendo em Pereira da Costa. Acrescenta Cavalcanti que o papel da Paraíba na Confederação do Equador não deve ser desprezado, por não ter grande número de mártires, mas teve a execução do "bravo" Nicolau Martins Pereira, em 2 de abril de 1825. Horácio de Almeida (1959), também o cita (*en passant*), mas é suspeito de originalidade, porque bebeu em Alcides Bezerra. Recentemente uma dissertação de mestrado, por Tatiane Maria Barbosa Oliveira, em seu "Abreu e Lima, o escritor público: estudo e antologia" (2018), faz referência a Nicolau.

A curta história de Nicolau é um tanto confusa devido à desinformação até da época de sua prisão, julgamento e fuzilamento, pois alguém documentou, erradamente, no manuscrito sobre sua execução, adjudicando a seu nome o apelido "Carne-viva", quando este apelido pertencia a outro militar da mesma arma, mas de patente mais acima, de subcomandante do Regimento de Artilharia, major Wenceslau (sic) Miguel Soares Carneviva.

O manuscrito descreve o depoimento de Nicolau:

> Capitão de artilharia Nicolau (Carne-viva). Nomeado pelo governo da Confederação comandante do Forte do Brum, quando atacado pelas forças legais resistiu com grande valor, e mesmo depois de ter a guarnição debandado, continuou o fogo, que não podendo ser animado, permitiu a invasão do forte. Nicolau Carne-viva então fugiu pela praia embarcou em uma canoa e foi se entregar ao general Franscisco Lima e Silva. Este mandou que ele se recolhesse a sua casa, onde permaneceu, sem querer fugir, até que a revolta foi sufocada. Foi então preso e processado. Condenado à morte foi executado com mais dois, o capitão Antônio do Monte Rodrigues e um americano por nome Diogo. Foram os três fuzilados. Nicolau depois das manobras com a escolta encarregada da execução que estava ao mando do

major José Joaquim Coelho (depois Barão da Vitória) para colocar mais perto e de maneira que não ofendesse o povo, fez uma fala, mostrando aos seus companheiros que havia sido enganado, que entrara na revolução para defender ao Imperador, a que só depois foi que descobriu o engano e já não havia que retroceder, que necessitasse (?) a sua sorte como exemplo, e virando-se para a escolta pediu que lhe despejassem a carga aos peitos e cabeça. Deu ele mesmo as vezes de carregar, apontar, e sem lenço (venda?) assumiu o lugar, dá voz de fogo. Este infeliz só recebeu os ferimentos nas pernas, com elas quebradas, rolara no chão e pedia que o matassem: um soldado se aproximou e deu-lhe o tiro no ouvido. (Pernambuco, 1824. Mss. da Biblioteca Nacional (codificado como "II 31.1.1."). Disponível em https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms618_12_20/cmc_ms618_12_20.pdf

O funcionário que registrou a execução, fora do texto e um pouco acima do título do manuscrito, escreveu "Wenceslao" e sublinhou o nome Nicolau, logo depois da abertura "Capitão d`Artª" Nicoláo (Carne viva)". Não satisfeito, voltou a "corrigir" o Nicolau do primeiro verso do soneto escrito por Nicolau: "Não tenhas Nicoláo menos saudade", escrevendo, ao lado, "ou Wencesláo?". Ainda no fim do soneto, deixou a seguinte observação: "Wenceslao (sic) antes de morrer pediu que encobrissem de sua velha mãe (moradora no interior da Província) a sua desgraçada sorte" (fls.2).

O que comprova que Nicolau não era Venceslau Carne viva (como também aparece em documentos impressos) é que há documentos da época que listam os dois militares da Artilharia, com patentes diferentes. A lista da Sociedade Harmonizadora[36] para ajudar os filhos dos patriotas ou liberais que morreram em 1817 e 1824, mostra que Venceslau deixou mulher e filhos, enquanto a lista nada diz de Nicolau. Acentuando que Nicolau pedira que sua mãe não soubesse de sua sina, ao invés de sua esposa e filhos, era que fosse solteiro, ao contrário de Venceslau.

---

[36] Diário de Pernambuco, nº 197, de 14 de setembro de 1831, p. 3. Disponível em https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&Pernambucosq=%22Padre%20Caneca%22&pagfis=7876

O único registro de seu nome em documentos paraibanos que se encontrou, nesta pesquisa, foi na Ata do Conselho Extraordinário de 23 de julho de 1824, realizado no acampamento de Feira Velha, onde se achava estacionado o governo temporário da província da Paraíba do Norte com toda a força auxiliadora pernambucana. Ali, ele fazia parte do 16º batalhão pernambucano sediado, parcialmente em Goiana e em Serrinha; ou então representava o batalhão de artilharia do Brum, no Recife, em Feira Velha, por ordem do major José Maria Idelfonso Jácome da Veiga Pessoa, comandante daquela Fortaleza. (PUBLICAÇÕES do Archivo Nacional, V. XXIII, 1925, p. 183-185).

Há, ainda, uma história anterior de Nicolau, através de outro manuscrito anônimo, da Biblioteca (codificado como “II 32.1.5.”). Trata-se de sua sagacidade de quando assentava praça na Corte. O que também aparece, segundo OLIVEIRA (2018), analisando os escritos do general Abreu e Lima. A autora cita um manuscrito em que o general descreve os passos dos condenados da Confederação do Equador, narrando a execução de vários, entre eles, Carne-viva (?). Dois anos antes, no dia 12 de abril, Nicolau “tinha no Rio de Janeiro, em 1822, salvado a vida do mesmo Imperador, na ocasião em que Jorge de Alvelez (Avilez) resistia impugnando sair daquela Praça a tropa lusitana” (2018, p. 81). Vejamos este registro acerca da atitude de heroísmo de Nicolao (sic):

> (...) na ocasião em que as tropas portuguesas pegaram em armas nesta Corte, para obrigarem o sr. D. Pedro, então Príncipe Regente, a embarcar para Portugal, achando-se o dito Nicolao na Corte, como sargento de uma companhia de artilharia de Pernambuco que aqui se achava, tendo-se vestido de galé figurando de conduzir água para o arsenal do exército, a fim de trazer para o acampamento da tropa brasileira dentro da pipa, as munições que lhe faltavam, e passando pela frente da divisão portuguesa, postada no Largo do Moura, estratagema que não teve efeito, por que o diretor do Arsenal Brigadeiro Raposo, se havia bandeado para a divisão portuguesa, escapando Nicolao pelas diligências do vice-diretor o capitão José de Meneses; e bem assim os serviços do dito Nicolao como oficial na campanha da Independência na Bahia, e que o mesmo viera (vira?) apre-

> sentador (apresentar-se?), quando os soldados da guarnição da fortaleza do Brum que comandava e onde declarava que se achava coato, haviam fugido para o interior da província, podia acompanhá-los" (fls.15).

De qualquer maneira, Nicolau não só tinha consciência de seus atos, como também de registrar suas emoções em versos, sendo louvado por outro grande patriota, o padre confederado, João Barbosa Cordeiro. O padre deve ter tido acesso a um dos poemas de Nicolau, na prisão, o que demonstra um certo grau de educação. O padre lhe retribuiu com um soneto impresso. Nicolau, no Oratório (lugar de reclusão antes de morrer) fez muitos sonetos que distribuiu aos amigos que iam visitá-lo e despedirem-se. Fez este que também recitou antes da execução:

Soneto

Não tenhas Nicolás (?) menor saudade
Desta vida deixar na flor dos anos,
Heróis houveram gregos e romanos
Que, entretanto, fizeram por vontade.

Catão, antes que perca a liberdade
Em si crava o punhal, previne danos.
Sócrates, desprezando seus tiranos
Bebe cicuta e voa à eternidade.

O heroísmo é virtude requintada
Que pelo extremo oposto combatida
Faz preferir à vida, a morte ou nada.

É (?) pois, segue a estrada conhecida
Pelos nossos patrícios já trilhada
Que só as almas fracas intimida[37].

---

[37] Pernambuco, 1824. Mss da Biblioteca Nacional (codificado como "II 31.1.1."). Dis-

Considerações

Esta pesquisa ganhou forma própria com base na documentação consultada e nas indagações atuais sobre o vazio que envolve o tema na sociedade paraibana — sobretudo entre instituições como o IHGP, a Academia Paraibana de Letras e as universidades públicas UFPB, UFCG e UEPB —, marcadas pelo silêncio diante do Bicentenário da Confederação do Equador. A mídia também não escapou desse silêncio, principalmente aquela estabelecida na capital. Cheguei mesmo à conclusão de que, em 1824, o rompimento com a ideia de unidade recentemente adquirida no simbólico Ipiranga não tem sido bem digerido pela tradição e intelligentsia, principalmente a da capital. Ao contrário, 1817, significando tentativa de rompimento com o colonialismo, ou seja, a independência e a implantação de novo regime, a república, tem sido de mais agrado, para uma tradição silenciosa e, principalmente, originada da capital, a antiga cidade da Paraíba, herdeira da antecessora colonialista, cidade de Nossa Senhora das Neves. Caso esteja certo, outro elemento se acrescenta a esse esquecimento, ou seja, a criação de um novo sujeito histórico, a rebelião contra o Imperador, não se deu mormente na capital.

A revolução de 1817 tem marco memorial na capital. Segundo a sócia do IHGP, historiadora Elite Gurjão, placas comemorativas à Revolução de 1817 foram colocadas em lugares públicos na capital e na propriedade Zumbi, do comandante Amaro Gomes Coutinho, mesmo assim, a autora cita que apenas 9%, conheciam o fato, numa pesquisa com 360 entrevistados. (GURJÃO, p. 5, 2013).

A única lembrança material de 1824 não fica na capital e, sim, em uma placa na cidade de Itabaiana, onde ocorreu a batalha do Riacho das Pedras, em 24 de maio de 1824 e, mesmo assim, a placa faz referência de certa maneira lacônica:

ponível em https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms618_12_20/cmc_ms618_12_20.pdf

> Neste local, em 24 de maio de 1824, no governo temporário de Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, e seus comandados, coerentes com os ideais de cidadania e liberdade, aqui registraram um marco revolucionário para a História do Brasil, do Estado da Paraíba e do Município de Itabaiana, conhecido como BATALHA DO RIACHO DAS PEDRAS. Recuperado e devolvido ao povo em 24 de maio de 2016. (Prefeito Antônio Carlos de Melo Júnior, Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer Luciano Correia Marinho).

Então, pensando em contribuir para reflexões sobre esse esquecimento e apagamento, é que resolvi anexar a este estudo uma série de quadros com exposição de nomes de alguns indivíduos que participaram diretamente dos conflitos entre imperiais e liberais, como também para se observar a manifestação de famílias e personagens avulsos em suas tomadas de posição antes e depois do fechamento da Assembleia Constituinte, tomando como fiel da balança o registro em Cipriano Barata, principalmente, e parcialmente em Frei Caneca. Por isso, fiz questão de introduzir um sub capítulo a respeito do liberalismo na Paraíba, usando como termômetro a recepção ao jornal de Barata, Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, fazendo um levantamento de quem era quem na sociedade paraibana, tomando como como receptáculo a capital e duas importantes vilas da província, Areia e Pilar, para que, no futuro, pesquisadores possam recuperar a história das ideias e as sociabilidades em torno dessa data, para que os munícipes venham a reescrever sobre esse até então vazio de historicidade sobre um momento que foi impactante, apesar de curto, na história e para a historiografia da Paraíba e seu contributo à história nacional.

Essas listas podem servir para também mostrar de que lado estavam os republicanos de 1817 nas lutas de 1824, porque, se em boa parte se encontra o ideal republicano em alguns personagens, por outra, acredita-se que muito da rivalidade não era ideológica, mas de vinditas. Daí, acrescentei informações acerca dos sequestros dos revolucionários, para tentar entender esse caráter de radicalização, no confronto bélico. Tomo o caso do capitão-mor João Baptista Rego, de Itabaiana, como exemplo, em sua reação, após a batalha do Riacho das Pedras, quando atacou os moradores e

liberais “infiltrados”, em sua praça de guerra. Ao mesmo tempo, tais informações também possuem o dom contrário, o de mostrar como as algumas famílias tentaram salvar o patrimônio, principalmente através das mulheres coproprietárias. Famílias aumentaram seu patrimônio ao arrematar bens do sequestro, geralmente estando no lado oposto, enquanto membros das famílias republicanas tentaram salvar o patrimônio. Deixo em aberto para possíveis pesquisas e até mesmo contestação.

Bibliografia

ALMANACK DO ESTADO DA PARAÍBA, de 1913. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1913.

ALMEIDA, Elpídio de. História de Campina Grande. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1978.

______. Félix Antônio Ferreira de Albuquerque. Dados para a sua biografia. Revista de História do IHGP, v.10, p. 47-53, 1946.

ALMEIDA, Horácio de. Brejo de Areia. Memorias de um Município. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura (1958).

ARAÚJO, Jerdivan Nóbrega de. Francisco de Arruda Câmara, o capitão--mor da Vila de Pombal, crimes sem castigos. João Pessoa: Ideia, 2023.

ARQUIVOS. Prefeitura da Cidade do Recife. Nova Série, nº III, fev. 1985. Secretaria de Educação e Cultura. Fundação de Cultura Cidade do Recife.

AUGUSTO, José. Thomás de Araújo Pereira neto e a história dos Araújo. Seridó. Famílias seridoenses: Araújo Pereira. Disponível em https://ancestors.familysearch.org/en/K2QB-ZRZ/cap.-thomaz-de-ara%C3%BAjo-pereira-1765-1847?cid=fs_whatsapp

______. Povoamento do Nordeste. Famílias do Seridó. Disponível em https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1939/1939-Povoamento_do_Nordeste.pdf

BANDEIRA, Thomaz de Aquino Pinto. A Commissão de Luiz R. Chaves a Pernambuco. Segundo o testemunho de Thomaz de Aquino Pinto Bandeira. t. XXXVI, 324-327. Acesso em 15 de agosto de 2024. Disponível em https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1922/1922-ACommissaodeLuizRodChavesaPernambuco.pdf

BARATA, Cipriano. Sentinela da Liberdade e Outros Escritos (1821-1835) / organização e edição Marco Morel. São Paulo: EDUSP, 2008.

BARBOSA, Bruno. Confederação do Equador. (Republicação). Revista do Instituto do Ceará, p. 59-63. Confederação do Equador. Tomo especial, 1924, p. 691. Disponível em https://www.institutodoceara.org.

br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1919/1919-DocsInstitutode-Pernambuco.pdf

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX. (2ª ed.). Recife: CEPE, 2022.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979.

BARRETO, Luiz do Rego. Memoria Justificativa sobre a Conducta do Marechal de Campo Luiz do Rego Barreto Durante o tempo em que foi Governador de Pernambuco e Presidente da Junta Constitucional do Governo da Mesma Província. Oferecida à Nação Portugueza. Lisboa: Typographia de Desiderio Marques Leão. 1822.

BENTLEY, Richard The Life of Thomas, Lord Cochrane, Tenth Earl of Dundonald. London: New Burlington Street, 1869.

BERNARDES, Dênis. O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec: Fapesp: Recife: UFPE, 2006.

BEZERRA (Cavalcanti), (João) Alcides. A Parahyba na Confederação do Equador. In: Publicações do Archivo Nacional. Rio de Janeiro: Archivo Nacional, Vol. XXIII. 1925, p. III-XLIX.

BRANDÃO, Ulysses de Carvalho Soares. Pernambuco de Outr'ora. Confederação do Equador. Edição comemmorativa do 1º centenário. Publicação oficial do governo de Pernambuco. (Recife) Officinas Graphicas da Repartição da Publicações Officiaes, 1924.

BRÍGIDO, Virgílio. Ligeiras Considerações sobre as lutas de 1824. Revista Trimestral do Instituto do Ceará. Ano II, 1º trimestre de 1888, Ceará, Typografia Econômica, 1888, p. 5-10. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=144843&Pernambucosq=-Frei%20Caneca&pagfis=433

BRITO, Flávio Ramalho de. O Panfletário e Revolucionário Cipriano Barata e a Paraíba. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, nº 47, Ano CXII, novembro 2022, p. 29-44.

______. O ano em que o Nordeste quis ficar independente. Disponível em https://www.carlosromero.com.br/2024/02/o-ano-em-que-o-nordeste-

-quis-ficar.html?fbclid=IwAR1n4_lGFUSraohNloZFcppwtfZ1Fm0AY_8QmYO6Ez6lBbpazfB9s4qBWP0]

______. Há 100 anos. Disponível em https://dobrasilreal.wordpress.com/2024/07/02/ha-100-anos/

BÚSSOLA DA LIBERDADE, 31/3/1835. Periódico político e literário. (Redator Padre João Barbosa Cordeiro). Recife: Typ. Fidedigna, Typ. do Diário, 1831-1834. Disponível em https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1308

CABRAL, Flávio José Gomes. Conversas Reservadas: "Vozes públicas", conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil. Recife: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

CÂMARA, Epaminondas. Datas Campinenses. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1947.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria. In: MELLO, Evaldo Cabral de (Org.) Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, 1779-1825. São Paulo: Ed. 34, 2001, p. 55-99.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Melo. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CARNEIRO DA CUNHA, Olivina Olívia. Comendador Joaquim Manoel Carneiro da Cunha. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, nº 16, 1968, p. 157-160.

CARNEIRO MONTEIRO, J. C. A Paraíba na Revolução de 1824. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, nº 2, 1911, p. 41-58.

(MONTEIRO. M. J. C. Carneiro). A Parahyba na Revolução de 1824, Imp. Official. Parahyba, 1911.

CARVALHO, Alfredo de. Os Motins de Pernambuco de 1823. In: SILVA, Leonardo Dantas (Org.). A República em Pernambuco. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1990, p. 61.

CATÁLOGO de Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania de Paraíba Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. AHU_ACL_CU_PB.

CATÁLOGO de Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania

de Pernambuco Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. AHU_ACL_CU_PE.

CAVALCANTI, Manuel Tavares. Epítome de História da Parahiba para uso das escolas primarias. Parahyba: Imprensa Official, 1914.

CAVALCANTI JÚNIOR, Manoel Nunes. O Herói da Confederação do Equador Volta do Exílio: Manoel de Carvalho Paes de Andrade e as lutas políticas regenciais (Pernambuco, 1831-1835). Saeculum — Revista de História [33]; João Pessoa, jul./dez. 2015, p. 71-91.

CHACON, Vamireh. Introdução. Natividade Saldanha: poeta e revolucionário. In: Da Confederação do Equador à Grã-Colômbia (1796-1830): escritos políticos e manifesto de Mundrucu. (Análise e tradução por Vamireh Chacon). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1983, p. 15-47.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR. Projeto da Constituição de 1824. Revista do Instituto Archeológico, Histórico e Geographico Pernambucano, Vol. XXII, nº 107-110, 1920, p. 67-72.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR. Revista do Ceará (Tomo especial). 1924. Disponível em https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1919/1919-DocsInstitutodePernambuco.pdf

COSTA, B. B. A. da. Comemorar a posse de Thomaz de Araújo: a construção de um lugar para o Seridó na memória histórica do RN: a construção de um lugar para o Seridó na memória histórica do Rio Grande do Norte. Revista Galo, n. 3, p. 169—182, 18 jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.53919/g3d10>. Acesso em: 25 nov. de 2024.

COSTA PORTO, (José Antônio da). Os Tempos de Gervásio Pires. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife. (1825 a 1829. Disponível em https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&Pernambucosq=%22Padre%20Caneca%22&pagfis=7876

DIAS, Margarida Maria Santos "*Intrepida ab Origine*". O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da História local — 1905-1930". João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda, 1996.

DOCUMENTOS Históricos. Revolução de 1817. Vol. CIII. (Rio de Janeiro) Biblioteca Nacional, 1954.

DOCUMENTOS do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano relativos a 1817 e 1824. Disponível em https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1919/1919-DocsInstitutodePernambuco.pdf

DOCUMENTOS para a história da revolução de 1824. Revista do Instituto Archeológico, Histórico e Geographico Pernambucano, Vol. XXII, nº 107-110, 1920, p. 137-143.

ERA NOVA (Revista). (Veiga Pessoa). Parahyba, Anno IV, nº 24, de fevereiro de 1924, p. 16.

EXPOSIÇÃO dos Serviços Prestados Pelo Coronel José de Barros Falcão de Lacerda em Differentes Épocas e Províncias do Império, desde 1788 até 1848, com especialidade nos annos de 1817, 1821, 1822, 1823 e 1824. Contendo trinta e cinco documentos e um apêndice sobre a guerra dos Holandezes na Bahia e Pernambuco, Pelos annos de 1624, 1625, 1635 e 1638. Por um Contemporâneo. Pernambuco. Na Typographia de M. F. de Faria. 1849.

FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. A história da Independência do Brasil desenganada e as memórias sobre a Confederação do Equador na trajetória de João Soares Lisboa. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1-17, jan.-dez. 2022e-ISSN: 1980-864X | ISSN-L: 0101-406g.

FONSECA, Felipe Mena Calado da. O Movimento Revolucionário de Goiana em 1821. In: SOUZA, George F. Cabral de; MELO, Josemir Camilo de. Fontes para a História da Independência do Brasil em Pernambuco. Recife, CEPE, 2023, p. 27-105.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. Federação e República na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834). Revista Saeculum, Revista de História, nº 14; UFPB, João Pessoa, jan./jun. 2006, p. 57-73.

FREIRE, Carmen Coelho de Miranda. História da Paraíba: para uso didático. João Pessoa: Universal, 1974-1976.

FREIRE, Luna (Desembargador). Revolução de 1824. Acesso em 20 de agosto de 2024. Disponível em https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1902/1902-Revolucaode1824.pdf

GIRÃO, Raimundo. Pequena História do Ceará. (4ª edição). Fortaleza: Imprensa Universitária, UFC, 1984.

GOMES, Flávio; MOREL, Marco. Trajetórias atlânticas: dois brasileiros no Haiti no início dos oitocentos. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 37-63.

GONÇALVES, Andréa Lisly. As "Várias Independências": a contrarrevolução em Portugal e em Pernambuco e os conflitos antilusitanos no período do constitucionalismo (1821-1824). CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, UFPE, (Recife. Online), n. 36, Jan-Jun, 2018.

GOUVÊA. Viviane. Independência em Pernambuco. In: O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira (2018). Disponível em http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5229&Itemid=283

GRAHAM, Maria. Diário de uma Viagem ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990.

GRITO DA RAZÃO. Bahia: Typog. da Viúva Serva; e Carvalho. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/pdf/749931/per749931_1824_00015.pdf

GURJÃO, Eliete de Queiroz. O despertar de uma memória esquecida e aviltada: Revolução de 1817 na Paraíba. Disponível em https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371248798_ARQUIVO_TRABALHOANPUH2013Odespertardeumamemoriaesquecidaeaviltada.pdf

INSTRUÇÓES dadas pelas câmaras de Olinda e Paraíba a alguns deputados. Disponível em https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/indicacao-n-2-sobre-as-instrucoes-dadas-pelas-camaras-de-olinda-e-paraiba-alguns-deputados).

J.A.B.M.B. História dos Estados d'América Septentrional e Meridional, desde a sua Emancipação até ao reconhecimento de sua Independência etc. etc. etc. Parte II. Appêndice ao Bosquejo Histórico do Brasil. Sublevação de Pernambuco em 1824. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. de P. Brito, 1838.

LEANDRO, Wesley Abrantes. A Atuação dos Deputados da Paraíba na Constituinte do Império — 1823. Universidade federal da paraíba centro

de ciências humanas, letras e artes programa de pós-graduação Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17095

LINS, J. Ávila. Félix Antônio. Fragmento Biographico. Félix Antônio Ferreira de Albuquerque. Almanack do Estado da Parahyba, de 1913, (Paraíba do Norte), p. 492 a 494.

______. Félix Antônio. Revista Era Nova. Paraíba do Norte, nº 64, 15 de junho de 1924, p. 32.

(LINS, José de Ávila). Ascendência do Sargento-mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque. Presidente Temporário da Paraíba durante a Confederação do Equador. Revista do IHGP, v. 10, 1946, p. 181.

LIRA, Erygeanny Machado de. A Celebração da Unidade: Um estudo sobre as concepções de Soberania na Assembleia Constituinte de 1823. Dissertação (PPG-Ciência Política, faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, 2014. Disponível em https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25052015-161617/publico/2014_ErygeannyMachadoDeLira_VOrig.pdf

LOBO JÚNIOR, F. J. da Silveira. Aristides Lobo e a Revolução de 1817. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 10: 59-63, 1946.

MAIA, Sabiniano. Itabaiana. Suas Histórias. Suas Memórias. João Pessoa: 1977.

MARIANO, Serioja R. C. Gente Opulenta e de Boa Linhagem: Família, Política e Relações de Poder na Paraíba (1817-1824). Tese de doutorado do PPH/UFPE, Recife, 2005.

______. A Paraibanidade como Culto: a construção dos discursos históricos sobre 1817 no IHGP. In: SA, Ariane Norma de Menezes; MARIANO, Serioja. Histórias da Paraíba. Autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003, p. 87-100.

______. Nacionais X Europeus: as luzes contra as trevas na Província da Paraíba (1823-1824). ANPUH — Associação Nacional de História, 2007.

MARIZ, Celso. Apanhados Históricos da Paraíba. (2ª edição). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

MARTINS, José Dias (Padre). Os Mártires Pernambucanos: vítimas da

liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817. (2ª edição). Recife: CEPE, 2022.

MAUL, Elyseu. Revolução de 1824. O Grande combate de Itabayana. A União, cidade da Parahyba, de 5/6/1924, p. 2.

MEDEIROS, Coriolano. Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba. (Segunda Edição). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

______. A Commemoração de 24 de maio. O Jornal, (Paraíba) 27 de maio de 1924, p. 6.

______. De julho a dezembro de 1824. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 6: 53-56, 1928.

MELLO, Evaldo Cabral de. Frei Caneca ou a outra Independência. In: MELO, Evaldo Cabral de (Org.) CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino, 1779-1825. São Paulo: Ed. 34, 2001, p. 11-47.

______. Frei Caneca ou a outra Independência. O federalismo Pernambucano de 1817 a 1824.São Paulo: Editora 34, 2014.

______. A Ferida de Narciso. In: A Ferida de Narciso: ensaio de história regional. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 41-67.

______. Os Senhores de Engenho e as Conspirações. Caderno Mais, Folha de São Paulo, 24 de agosto de 2003. Disponível em htpp s://www1.folha.uol.com.br./fsp/fs2408200307.htm.

MELO, Josemir Camilo de. 1821. A "Revolução" Liberal em Goiana e a Queda do General Luiz do Rego. Recife: CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), 2022.

______. Os Atores Políticos da Campanha Liberal de Goiana e a (não) Ideia de Independência. In: SOUZA, George F. Cabral de (Org.) Pernambuco na Independência do Brasil. Recife: CEPE, 2022, p. 179-200.

______. Quilombos do Catucá: Uma Herança dos Palmares no Pernambuco Oitocentista. In: MOURA, Clóvis (Org.). Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil. Maceió, EDUFAL, 2001, p. 189-218.

______. Justificativa para Reeditar História de Campina Grande, de Elpídio de Almeida. João Pessoa: Revista *Genius*, 2015. Ano III, Nº 11, p. 15/17.

______. 1817. A Ciumeira dos Republicanos de Pernambuco: a carta do

Padre João Ribeiro. Revista *Genius*, Ano V, nº 28, João Pessoa, novembro/dezembro, 2017, p. 06/08.

______. Reflexos da Constituição portuguesa de 1821 em Pernambuco e Paraíba. Revista *Genius*, nº 39, João Pessoa, abril, 2021, p. 29-31.

______. Problemas daqui e soluções d'além-mar: a situação dos funcionários d'El Rey em terras brasílicas (Capitania da Paraíba do Norte). In: ANDRADE, Joel Carlos de Sousa et alii. (Org.). *Daqui e d'Além Mar* (II Volume). Campina Grande-PB: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2012, p. 51-82.

______. O penacho da vaidade de um sargento-mor. 23/09/2024. https://www.opoder.com.br/noticias/20087/confederacao-do-equador-200-anos-o-penacho-da-vaidade-de-um-sargento-mor-por-josemir-camilo-de-melo

______. Confederação do Equador 200 anos — O movimento no Pará. 12/10/2024 — https://www.opoder.com.br/noticias/20442/confederacao-do-equador-200-anos-o-movimento-no-para-por-josemir-camilo-de-melo

______. Manifesto de mulheres em torno da Confederação do Equador. 27/07/2024 — https://www.opoder.com.br/noticias/19105/leitura-de-domingo-manifesto-de-mulheres-em-torno-da-confederacao-do-equador-por-josemir-camilo

MORAES, Florentino. A Outra Independência a partir do Ceará. Apontamentos para a histórica do nascente constitucionalismo brasileiro. Fortaleza: UFC, 2022.

MORAIS, Fabrício de Sousa. Heróis e Dramas na Paraíba do Século XIX: uma análise da obra de Archimedes Cavalcanti. In: SA, Ariane Norma de Menezes; MARIANO, Serioja. Histórias da Paraíba. autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003, p. 171-191.

MOREL, Marco. O Haiti não foi aqui. Revista Nossa História, Nº II, set/2004.

______. Introdução. In: BARATA, Cipriano. Sentinela da Liberdade e outros Escritos (1821-1835). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 15-55.

______. Comentários. In: BARATA, Cipriano. Sentinela da Liberdade e outros Escritos (1821-1835). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 59-67.

MUNIZ TAVARES, Francisco. História da Revolução de Pernambuco em 1817. (3ª Edição). Recife: Imprensa Industrial, 1917.

NEVES, Fernanda Ivo. Os Presos na Revolução de 1817: um balanço exaustivo. Revista do IAHGP (Edição Especial Bicentenário da Revolução de 1817), nº 70, 2017, 265-299.

NOVAES, José Ferreira de. Apontamentos para a História da Parahyba ou Motim de Pastorinha. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, nº 10, 1912, p. 113-118.

OLIVEIRA, Elza Regis de, MENEZES, Mozart Vergetti de, LIMA, Maria da Vitória Barbosa (Org.) Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania da Paraíba Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. João Pessoa: UFPB, 2002.

OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. O resumo cronológico para a história do Ceará pelo senhor Major João Brígido dos Santos Oliveira apreciação por J.B. Perdigão de Oliveira. Revista do Instituto do Ceará 1888, p. 25-79. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=144843&Pesq=1824&pagfis=453

OLIVEIRA, Tatiane Maria Barbosa. Abreu e Lima, o escritor público: estudo e antologia. Dissertação apresentada ao PPG-Letras /USP, 2018.

OLIVEIRA LIMA, Manoel de. Pernambuco seu desenvolvimento histórico. (2ª ed.). Recife: Secretaria de Educação e Cultura/Governo do Estado de Pernambuco, 1975.

PEREIRA DA COSTA, F. A. Confederação do Equador. Investigações históricas sobre o dia preciso em que teve lugar a sua proclamação em Pernambuco, no anno de 1824. Revista do Instituto Archeológico, Histórico e Geographico Pernambucano, Vol. XIII, p. 272-342.

______. Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres. Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

______. Anais Pernambucanos V. IX. Recife: Arquivo Público Estadual, 1965.

______. Cronologia Histórica do Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PINHEIRO, Raimundo Teles (Gen.). A Independência no Ceará: as rebeldias republicanas de 1817 e 1824; Pereira Filgueiras, Tristão Gonçalves e Bárbara de Alencar. Disponível em https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1987TE/1987TE-AIndepedencianoCeara.pdf (16p.).

PINTO, Irineu Ferreira. Datas e Notas para a História da Paraíba, Vol.1 e 2. João Pessoa: UFPB, 1977.

PINTO, Otávio. O Itinerário do Frei Caneca. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, nº 12, p. 173-175, 1953.

PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE. Comarca de Pombal. Descrição do Município do Catolé do Rocha. Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. V. XLVI, 1924. Acesso em 12/12/24. Disponível em http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=anais_bn_wi&Pesq=F%c3%a9lix%20Ant%c3%b4nio%20de%20Albuquerque&id=756407189432&pagfis=1586

PUBLICAÇÕES DO ARCHIVO NACIONAL. Vol. XXII. Rio de Janeiro: Archivo Nacional, 1924.

PUBLICAÇÕES DO ARCHIVO NACIONAL. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Archivo Nacional, 1925.

RELAÇÃO dos sequestros feitos aos revolucionários de 1817 pelo juízo do fisco desta capitania. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, nº 2, 1910, p. 133-155.

REVOLUÇÃO DE PERNAMBUCO em 1824. (Manuscrito anônimo e não datado). Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (15 fls.) Disponível, em https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms618_12_39/cmc_ms618_12_39.pdf

REVISTA do Instituto Histórico de Goianna. Tomo Primeiro. Primeira Série. (S/L) Typographia Commercial, 1871.

RIBEIRO, M. Braga. A Confederação do Equador no Pará. Revista do Instituto Histórico e Geographico do Pará, em 2 de julho de 1924. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader/

cache/38188003103274/100000001-2-0-002565-001884-005835-004285.JPG
RIBEIRO, Mariana dos Santos. Frei Caneca e a Confederação do Equador. V.5, nº 2, (2006): Jul/Dez. Disponível em https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/27612
SA, Ariane Norma de Menezes; MARIANO, Serioja. Histórias da Paraíba. autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.
SALDANHA, Natividade. Da Confederação do Equador à Grã-Colômbia (1796-1830): escritos políticos e manifesto de Mundrucu. (Análise e tradução por Vamireh Chacon). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1983.
SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e M. Parahyba 1817. João Pessoa: Ideia, 2022.
SANTIAGO, Mário. Analecto Goianense, Tomo I. Goiana: Tipografia Violeta, 1946. Tomo I-10, 1946-1950.
SANTOS, Fernando Pio dos. Apontamentos Biográficos do Clero Pernambucano: 1535-1935. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1994, (1º V.).
SANTOS, Jerlyane Dayse Monteiro dos Santos. Da Província à Corte: Paraibanos e a Formação do Estado Nacional (1831-1840). Dissertação de Mestrado, PPGH/UFPB, 2014.
SILVA, Leonardo Dantas Silva (Org.). A República em Pernambuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1990.
SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. Entre nobres e revolucionários: A Assembleia Constituinte de 1823 e o paradoxal nascimento da elite política Imperial. XXIX Simpósio Nacional de História, ANPUH. Disponível em https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502818159
SORGINE, Juliana Ferreira. Da colônia às Cortes. A formação da Junta Governativa de Goiana e a crise do Antigo Regime Português em Pernambuco (1821). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos. Rio de Janeiro, 2005.
SOUZA, George F. Cabral de; MELO, Josemir Camilo de. (Organizado-

res). Fontes para a história da Independência do Brasil em Pernambuco. Recife: CEPE, 2023.
STUDART, Barão de (Guilherme Studart). O Movimento Republicano de 1824 no Ceará. Revista Trimestral do Instituto do Ceará. Tomo Especial da Revista, p. 613-634. Disponível em https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1924TE/1924TE-OMovimentoRepublicanode1824.pdf
THÉBERGE, P. Esboço Histórico sobre a Província do Ceará (Tomo II). Fundação Waldemar Alcântara. Fortaleza — 2001. Disponível em https://www.fwa.org.br/wp-content/uploads/2021/08/esboco-historico-sobre-a-provincia-do-ceara-tomo-ii-2001.pdf
VALENTE, Paulo Giovanni Gomes. Memória e política: o centenário da Confederação do Equador no Ceará (1924). 14 p. Disponível em https://www.uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos_completos/165-13243-29052015-152830.pdf
VIEIRA, Eudésia. Pontos de História do Brasil. Parahyba do Norte: Livraria S. Paulo editora, 1930.

APÊNDICES E ANEXO

Apêndice I

Lista das matronas subscritoras de Barata, da Vila de Areia (1823)

Adelina Gertrudes da Assunção
Alexandrina Luiza Gonzaga da Silva
Ana Constância Francisca Xavier
Ana de Meireles Seixas
Ana Francisca da Conceição
Ana Francisca da Paixão
Ana Francisca Xavier de Figueiredo
Ana Joaquina
Ana Joaquina Cândida de Lima
Ana Joaquina da Conceição
Ana Joaquina de Santa Ana
Ana Joaquina dos Prazeres
Ana Joaquina Gonçalves
Ana Maria da Nunciação
Ana Maria de Jesus
Ana Maria de Seixas
Ana Perpétua Constância do Amor Divino
Ana Souza do Sacramento
Ana Umbelina Rosa Alexandrina
Angélica Maria da Conceição
Antônia Maria da Conceição
Arcanja Maria da Conceição
Bárbara Joaquina Batista de Lima
Bernarda Virgínia de São José
Caetana Francisca de Jesus
Canuta Francisca de Figueiredo de Mello
Carla Tereza de Jesus
Carlota Joaquina Teixeira
Catarina Francisca de Jesus
Denamérica Vitória do Amor Divino
Donata Maria
Esmeraldina Joaquina das Neves
Feliciana Maurício do Patrocínio de Maria
Francisca América de Oliveira e Miranda
Francisca de Meireles Seixas
Francisca Leocádia de Almeida
Gertrudes Joaquina Inácia de Lima
Gualdina Paula Tavares
Inácia Francisca Xavier
Inácia Joaquina Fulgênia de Lima
Irinéa Ferreira Dias
Isabel de Meireles Seixas
Isabel Inácia de Jesus
Isabel Maria da Conceição
Izabel Francisca Pessoa
Joana Felícia de Santana
Joana Ferreira Dias
Joana Francisca de Jesus
Joana Isabel de São João
Joaquim na Maria do Espírito Santo
Joaquina Antônia de Jesus

Joaquina Francisca
Joaquina José do Espírito Santo
Joaquina Maria das Dores
Josefa Francisca Marques
Josefa Leocádia de Jesus
Josefa Leocádia Lima
Luisa Maria Joaquina da Conceição
Luzia Joaquina de São José
Maria Angélica de Oliveira
Maria Benedita das Dores
Maria Catarina de Vasconcelos
Maria da Penha do Sacramento
Maria de Jesus Almeida
Maria de São José
Maria do Nascimento de Jesus,
Maria Francisca da Conceição
Maria Gertrudes da Assumpção
Maria Ignez das Neves
Maria Isabel Carlota
Maria Isabel Tereza
Maria Joaquina das Neves Bringela
Maria Joaquina de Mello
Maria José da Ressurreição
Maria José das Neves
Maria José de Santa Ana
Maria Justina da Cruz
Maria Madalena de Jesus
Maria Madalena de Medeiros e Mello
Maria Umbelina d'Albuq. Montenegro
Miquelina do Amor Divino
Paula Pertunilha de Figueiredo Mello
Quitéria Maria Ferreira
Rita Joaquina de Santa Ana
Rita Maria da Silva
Rita Maria Ferreira
Rosa Maria Cavalcante
Rosa Maria da Conceição
Santa de Jesus Maria
Teodora da Ora
Teresa de Jesus Maria
Teresa de Meireles Seixas
Theresa Guedes de Jesus
Thereza de Jesus Pessoa
Vicência Maria

Dados extraídos de BARATA, 2008, p. 389-390.

Apêndice II

Moradores na vila do Pilar, subscritores de cartas ao jornal Sentinela, de Cipriano Barata (1823)

Nome	Patente ou cargo
José Lins Cavalcante e Albuquerque	
Manoel Simplício Jacome Pessoa	Escrivão da Câmara de Pilar. Há um Manoel Joaquim Pereira Jacome, Alferes nas tropas de Félix Antônio
Alberto Cézar de Albuquerque Bringuel	
Antônio Carneiro de Mesquita	
Antônio Gomes de Mello	
Pedro Paulo de Mello	
Francisco José Nunes	
Cosme Joaquim da Fonseca Galvão	
Manoel Ferreira Neres	
Joaquim Francisco de Araújo	
Vicente José da Silva	
Padre Gabriel de Brito Rosado	Clero
Padre José Sotério de Almeida	Clero
Claudino Rodrigues de Paiva	
Serafim José da Silva	
Brás da Costa Medeiros	
José Pereira Júnior	
Félix Francisco de Brito	
Marcelino José das Mercês	
Francisco Ignacio Raposo Jr.	
José de Brito Rosado	
Antônio Pio de Vasconcelos	
José Camelo Valcacer[1]	

[1] Há um Francisco Camelo Valcacer que, em 20 de janeiro de 1780, requereu, da Paraíba,

Nome	Patente ou cargo
Alexandre Ferreira de Albuquerque	Parente de Félix Antônio?
José Santiago da Transfiguração	
Antônio Nunes Pereira	
Luiz Antônio de Oliveira	
Manoel de Caldas Brandão	
Manoel Américo Cavalcante de Albuquerque	
Juiz da Vega Pessoa	Parente de José Idelfonso M. J. da V. Pessoa?
Christovão Vieira Leitão de Mello	
João Luiz Ferreira de Mello	
Diogo Soares de Albuquerque	
José Pedro dos Reis Carneiro da Cunha	
Pedro da Cunha de Andrada e Albuquerque	
José Pedro dos Reis da Cunha	
Francisco Cavalcante de Albuquerque	
Nicolau José de Carvalho	
Ismael Agar Eladislau Freire	
Antônio José de Brito	
Joaquim José Ribeiro Pessoa	Arrematante de bens dos bens do republicano de 1817, Antônio Rogério Freire
André Dias de Figueiredo	Capitão de ordenanças (de 1817?)[2]
José Antônio de Carvalho	
Afonso de Albuquerque Maranhão Calv.e	
José Maria de Mello e Albuquerque	

onde morava, e mais herdeiros do alcaide-mor Gaspar Acioli de Vasconcelos, à rainha D. Maria I, a posse do engenho Santo André, seqüestrado há mais de setenta anos pela Real Fazenda, ficando a Fazenda de Pernambuco sem jurisdição no citado engenho. Anexo: 1 doc. AHU-Paraíba, cx. 15 AHU_ACL_CU_014, Cx. 27, D. 2061.

2 André Dias de Figueiredo requereu em 12 de junho de 1805, ao príncipe regente, D. João], confirmação da carta patente no posto de capitão da Companhia do distrito de Angico, do Corpo de Infantaria das Ordenanças da vila do Pilar do Taipu. Anexo: 1 doc. AHU-Paraíba, mç. 44. AHU_ACL_CU_014, Cx. 44, D. 3140.

Nome	Patente ou cargo
Francisco Antônio Cabral de Vasconcelos[3]	Cunhado de Félix Antônio
Joaquim José da Silveira	
Joaquim José de Albuquerque	
João Carneiro de Mesquita Câmara	
Francisco da Penha Leite	
José Jerônimo Sobral Fiel	
Francisco Xavier de Albuquerque	Capitão do batalhão de Milícias
Alexandre José Gonçalves Basto	Tenente
Pedro Marinho Falcão	
Joaquim Francisco Cavalcante Lins	
José Francisco de Toledo	
Joaquim Francisco Cavalcante de Alb.	
José Faustino Marinho Falcão	
Joaquim Francisco Cavalcante de	
José do Rego Barros Cavalcante	
Diogo Velho Cardoso[4]	Procurador do Conselho de Pilar;
Prudente Gabriel da Veiga Pessoa	Parente de José Idelf. M. J. da V. Pessoa?
Luiz da Veiga Cabral Maia	Parente de José Idelf. M. J. da V. Pessoa?
Padre Antônio Félix Velho Cardoso	
José Jacinto Freire	
André de Paiva Ferreira e Albuquerque	Parente de Félix Antônio?
José de Brito Jurema	
Bartolomeu Rodrigues Machado Jr.	
Luiz Rodrigues Castelo	

[3] Enviou carta individual, sem data nem lugar, a Barata (p. 351-352). Segundo Cavalcanti, depois da fuga de Félix, em dezembro de 1824, convidou seu próprio cunhado e Félix para jogar cartas.

[4] Requerimento de Diogo Velho Cardoso da Paraíba, de 4 de junho de 1784, à rainha [D. Maria I], solicitando provisão para poder exercer o ofício de procurador da Coroa e Fazenda da Paraíba. Anexo: 7 docs. AHU-Paraíba, mç. 39. AHU_ACL_CU_014, Cx. 28, D. 2128. Seria o próprio ou homônimo descendente? Aparentado ao republicano padre Antônio Félix Velho Cardoso, de 1817? Em 1818, arrematou algum algodão do réu João Baptista Rego, e, em 1820, um sítio, do mesmo réu, no valor de 21 contos de réis (Relação dos Sequestros..., 1910, p. 134-135).

Nome	Patente ou cargo
José Xavier Cedro	
Antônio Gomes de Oliveira Bastos	
João Paulo Chaves	
José da Costa Medeiros	
João Baptista de Miranda	
Alexandre Trigueiro Castelo Branco	
José Bento de Vasconcelos	
Agostinho da Silva Frazão	
José de Oliveira Pacheco e Mello	
Manoel Pereira Brandão	
Bento Gonçalves de Brito	
Antônio Gonçalves de Brito	
Antônio José Barbosa	
Bartolomeu Rodrigues Machado	
Francisco Lopez de Oliveira	
Antônio Cézar de Albuquerque Falcão	
Jerônimo Cézar de Albuquerque Falcão	
Manoel da Silva Ferreira	
Antônio José de Almeida	

Dados extraídos de BARATA, Cipriano, 2008, p. 406.

Apêndice III
Eleitores do governador das armas Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros na capital (1823)

Religiosos

Fr. Caetano de Sta. Engrácia Muniz	Vigário
Fr. Francisco do Rosário Pereira	Frade
Ignacio de Sta. Escolástica	
Luiz de Querelay	
Ignacio de Sta. Tereza	
Frei Antônio Joaquim das Mercês[1]	Frade
José Thomaz Henrique	Padre/capelão do exército

Militares

João José da Silva	Coronel de linha
Alexandre Francisco de Seixas Machado	Coronel
José Francisco de Seixas Machado	Alferes (Filho de Alexandre F. de S. Machado)
Francisco Ignácio do Valle	Tenente-coronel
José Francisco de Athayde e Mello	Tenente-coronel
Amaro Pereira Gomes	Sargento-mor/tenente-coronel
Bento Luiz da Gama Maia	Sargento-mor
Jerônimo Rodrigues Chaves	Capitão
Joaquim Moreira Lima	Capitão
Feliciano José Henrique	
Manoel Rodrigues de Paiva	Ajudante
Joaquim José de Oliveira	
Francisco Gomes Monteiro	
João Sabino Monteiro	
Antônio de Souza Gondim	

[1] Lente de filosofia; participou de toda a campanha de 1824, com Frei Caneca.

Militares

José Antônio Baptista	Tenente
José Antônio da Fonseca Galvão	Tenente, comandante do batalhão de Caçadores (Pastorinha)
João Fernandes da Silva Lisboa	Tenente
João Francisco Xavier de Caldas	Capitão
Joaquim José Luiz de Souza	Tenente e lente
José Francisco das chagas	tenente
Francisco Félix do Espírito Santo	Tenente
João Carmo da Cunha	Tenente-quartel
Manoel de Medeiros Furtado	Tenente
Nicolau Tolentino de Vasconcelos	Ajudante cavalaria miliciana
Gonçalo Severo de Moraes	Alferes
Antônio de Deus	Alferes
Claudino Victor de Lima	Alferes
José Geraldo Gomes	Alferes
Joaquim Gomes da Silveira	Alferes
Joaquim da Silva Guimarães	Alferes
Thomaz Lourenço da Silva	
Manoel Soares Nogueira de Moraes	Alferes
Feliciano Narciso	Alferes
Joaquim da Silva Ribeiro	Sargento-mor
João Rodrigues Chaves	Alferes f
Antônio de Mello Muniz	Alferes
João Paulo Monteiro	Alferes

Cidadãos

Luiz da Cunha Sanchez	Escrivão interino Fazenda Nacional
Antônio José Rodrigues Paiva	2º escriturário
Francisco José Meira	
José Lucas de Souza Rangel	Comissário pagador
Joaquim Antônio de Oliveira Jr.	(Filho de membro da Junta da Paraíba?)
José Bento Monteiro da Franca	
Joaquim José da Silva	
Francisco Luiz Nogueira de Moraes	

Cidadãos	
Joaquim José Marques	
Pedro da Costa Serafim	
Francisco José Henriques Jr.	
Luiz Antônio de Farias	
Manoel Valeriano de Sá Leitão	
Francisco João de Azevedo	
João José Botelho	
Manoel da Nactividade Victor	
Manoel da Costa Gadelha	
Manoel Domingues Jr	
Trajano Antônio Gonsalves de Medeiros Jr.	Sobrinho do tenente-coronel homônimo; seria também militar(?)
Francisco de Mello Muniz	
Ignacio Gomes de Lins	
José Luiz Pereira Lima	
José Francisco de Moura	
João Luiz Rangel	
Joaquim Rodrigues Sigismundo	
João da Silva Guimarães	1821 — Assinou carta a Portugal em apoio a Goiana; vereador
João Nepomuceno Correia César	
Antônio José do Esp. Santo Silvado	
Elias José Cabral	
Antônio Henrique de Almeida	
Antônio de Oliveira	
Antônio José Henrique	
José Lourenço da Silva Jr.	Filho de José Lourenço da Silva (?) que teve bens sequestrados em 1817.
Joaquim Francisco Monteiro da Franca	É o mesmo de 1817 (sem o "Francisco")?
José Correia de Queirós	
José das Neves de Jesus	
Victorino Correia Filho	

Dados extraídos de PINTO, Irineu Ferreira, V. 2, 1977, p. 42 e 43.

Apêndice IV
Conselho militar das tropas de Félix Antônio em Feira Velha, em 23 de julho de 1824

Tropas pernambucanas e paraibanas	Patente
Manoel Antônio Henriques Tota[1]	Major comandante da Força
Manoel Tomé de Melo	Capitão e comandante de guerrilha do engenho Cangaú (Pernambuco)
Cristóvão Vieira de Mello Pessoa	Capitão da Guerrilha do engenho Marotos (Pernambuco)
Luiz Carlos Pereira Júnior,	Tenente da guerrilha do engenho Marotos
Antônio José Pereira de Moraes Campello	Alferes de guerrilha do engenho Marotos
Francisco Gomes de Araújo	Alferes de guerrilha do engenho Marotos
Antônio de Albuquerque Melo Montenegro	Tenente-coronel comandante do 16º batalhão de Pernambuco
Francisco Xavier da Silva	Major
Fernando Guedes da Silva Cézar;	Capitão
Serafim Custódio Lima	Capitão
José Gomes do Rego Cazumbá,	Capitão comandante do batalhão de linha
Nicolau Martins Pereira	Tenente da artilharia do Brum (paraibano)
Leandro César Paes Barreto	Tenente
José Fabrício Pereira Leite	Alferes comandando suas guerrilhas
Antônio José de Souza	Alferes comandando suas guerrilhas
Francisco de Albuquerque Montenegro Rusga	Capitão
José da Costa Machado	Tenente-coronel do 6º Batalhão miliciano
Francisco Antônio Pereira dos Santos Doido	Capitão de Cavalaria e comandante de Milícias.
Francisco Xavier de Albuquerque	Capitão do batalhão de Milícias

[1] Foi assassinado, pouco tempo depois, em Goiana, pelos imperiais.

Tropas pernambucanas e paraibanas	Patente
João de Mello Muniz	Capitão de Caçadores do 2º Batalhão de Milícias da Paraíba
Luiz de Souto Cavalcante	Capitão do batalhão de Milícias.
João de França Câmara	Capitão do batalhão de Milícias.
Antônio Pinto de Carvalho	Capitão do batalhão de Milícias.
João Martins Torres Brasil	Capitão do batalhão de Milícias
Francisco Félix Pitomba,	Ajudante de Milícias.
Damião Coelho de Lemos	Tenente do batalhão de caçadores milicianos.
João Antônio Villa Seca	Tenente (Filho de José Antônio Villa Seca?)
Antônio Pereira de Araújo,	Capitão do batalhão de Milícias e Vereador
José de Gouveia Souza	Capitão do batalhão de Milícias.
Theotônio José de Oliveira	Tenente do batalhão miliciano.
Francisco Ferreira de Alcântara	Alferes do batalhão de Caçadores.
Antônio Abdias de Paiva	Alferes de Caçadores de linha da Paraíba.
Diogo Soares de Albuquerque Júnior	Alferes do batalhão de Caçadores de linha.
José Cândido de Melo Muniz	Alferes de Caçadores de linha da Paraíba.
Francisco José dos Passos	Ajudante de Caçadores.
José Jerônimo de Albuquerque Burburema (sic)	Tenente quartel mestre do 2º batalhão. Há um homônimo ou é o mesmo como escrivão da Câmara de Campina Grande.
João Francisco Sampaio	Tenente da segunda companhia
José Alves de Paiva	Tenente de Batalhão miliciano.
Remígio Veríssimo de Ávila Lins	Alferes do batalhão de Milícias. Contraparente de Félix Antônio?
Francisco Xavier Guedes Alcanforado	Alferes de guerrilha.
Sabino Antônio da S. Coutinho,	Cirurgião-mor do 6º batalhão.
Bento Manoel Carlos	Alferes do batalhão de Milícias.
José Carlos de Oliveira	Alferes do batalhão de Milícias
Targine Soares Callassa	Alferes do batalhão de Milícias. Aparentado ao republicano David Leopold Targine, de 1817?

Tropas pernambucanas e paraibanas	Patente
Manoel Joaquim Pereira Jacome	Alferes Comandante interino da 7ª brigada. (Parente do major Veiga Pessoa?)
João Carneiro de Mesquita Câmara	Alferes do batalhão de Milícias.
Antônio Callisto Soares de Almeida	Alferes da companhia do 4º esquadrão.
Antônio Sebastião de Araújo	Alferes do batalhão de Milícias.
Joaquim Ribeiro de Mº	Alferes de Ordenanças.
Manoel José Peixoto Guimarães	Cirurgião-mor do 2º batalhão.
Antônio José de Brito	Alferes da companhia de Milícias.
Francisco Machado Freire	Tenente do batalhão de Caçadores de linha.
Marcos de Mello Muniz	Alferes do batalhão de Milícias.
Theodoro Machado Freire	Ajudante de campo.
Manoel Soares Nogueira de Moraes	Alferes de Caçadores de Milícia da Paraíba.
Alexandre de Moura Rolim	Alferes do batalhão de Milícias
Félix Gomes Coimbra	Alferes do batalhão de Caçadores de linha.
Paulino Augusto da S. Freire	Ajudante de Campo.
José Tavares de Oliveira Maciel	Ajudante da província do Ceará
João de Albuquerque Maranhão	Capitão-mor da Cidade (da Paraíba); representante do Conselho Provincial ou do Presidente da Província?

Quadro organizado a partir do texto Acta de Conselho Extraordinário de 2 de julho de 1824, no acampamento de Feira Velha (Pedras de Fogo, Paraíba). Publicações do Archivo Nacional, v. XXIII, 1925, p. 183-185).

Apêndice V
Lista das autoridades apoiadoras do presidente Felipe Neri Ferreira, em 1824

Nome	Função, cargo, patente
Felipe Neri Ferreira	Presidente
João José da Silva	Coronel comandante das armas
Augusto Xavier de Carvalho	Secretário do governo
Alexandre Franscisco de Seixas Machado	Ouvidor pela lei (e vereador)
Francisco de Souza Paraizo	Ouvidor pela lei e **presentemente impedido** (negrito nosso)
Ignacio de Souza Gouvea	Juiz de Fato pela lei
Francisco Cirillo de Mello	(s/informação)
Padre Albano Monteiro de Sá e Albuquerque	Vigário da Paraíba (cidade)
Padre José Antônio Lima	Vigário de Montemor (Paraíba)
Padre Antônio Lourenço de Almeida	-
José Francisco de Ataíde e Mello	Tenente-coronel
Amaro Pereira Gomes	Tenente-coronel comandante de Caçadores de Milícias
Joaquim da Silva Ribeiro	Tenente-coronel comandante do 3º batalhão
Joaquim José Luís de Sousa	Tenente-coronel comandante da Brigada de Areia
Francisco Ignácio do Valle	Ajudante de Ordens
João Soares Neiva	Sargento-mor, Ajudante de Ordens
Claudino Victor de Lima	Tenente-coronel comandante do batalhão de linha
Antônio de Mello Muniz	Alferes/Regimento de Cavalaria
Antônio da Silva Lisboa	(s/informação)
João Carneiro da Cunha	Tenente — quartel mestre
Joaquim Moreira Lima	Capitão de Caçadores de Milícias
Manoel Francisco d'Oliveira e Mello	Alferes do batalhão de Caçadores

Nome	Função, cargo, patente
Gonçalo Severo de Moraes	Tenente do Batalhão de Caçadores de 1ª Linha
Nicolau Tolentino de Vasconcellos	Ajudante de Cavalaria de Milícias
Bento Luís da Gama Maya	Sargento-mor de Cavalaria de Milícias
Manoel de Medeiros Furtado	Tenente de Cavalaria de Milícias
Flavianno José Rabello	Alferes de Cavalaria de Milícias
Francisco Felipe d Ávila Bitancourt	Tenente-coronel comandante do batalhão de Caçadores de 2ª linha; há um Francisco José de Ávila Bitancourt, republicano de 1817, cujos bens foram arrematados por Félix Antônio Ferreira de Albuquerque (Relação..., p. 139).
Joaquim Baptista Avondano	Capitão de Caçadores de Milícias
Antônio Francisco da Silva	Capitão e comandante do 1º batalhão
André Corsino Gomes da Silveira	Capitão e comandante da 2ª Companhia do 5º Batalhão
Francisco da Costa Gonçalves	Tenente e comandante da 4ª Cia. do 5º Batalhão
João Valentim Peixoto	Alferes, e comandante da 1ª Cia. do 5º Batalhão
João Álvares da Silveira	Alferes e comandante da 5ª Cia. do 5º Batalhão
José Soares de Mendonça	Alferes e comandante da 3ª Cia. do 5º Batalhão
Antônio Ferreira Guilherme	Tenente da 2ª Cia. Do 4º Batalhão
João Marº (sic) da Costa	Alferes da 4ª Companhia
João Correa Feio	Ajudante do 7º Batalhão
José Narciso de Carvalho	Major graduado, comandante da 2ª Cia. Do 1º Batalhão de Milícias
Francisco José Palmeira	Capitão da 5ª Cia. Do 2º Batalhão
João Baptista Rego Cavalcante	Capitão-mor da Vila do Pilar
Francisco Chavier (sic) Monteiro da Franca	Capitão
Antônio Vicente Monteiro da Franca	(s/informação)
Estevão José Carneiro da Cunha	Coronel

Nome	Função, cargo, patente
João Sabino Monteiro	Capitão de Linha

Dados extraídos do relatório da reunião do Governo da Paraíba, em 26 de maio de 1824 (PUBLICAÇÕES do Archivo Nacional, 1925, Vol. XXIII, p. 165-166).

Apêndice VI

Cidadãos de Campina Grande na reunião de 22 de abril de 1824

Padre Justino José Gonçalves Ourique	Vigário de Campina Grande e subsequente secretário da presidência temporária de Félix Antônio Ferreira de Albuquerque
Bartolomeu Alves de Almeida	Padre
Félix Joaquim de Souza Castro	Comandante regente
Bento José Alves Viana	Capitão Mor
João Gomes de Almeida	Capitão de Cavalaria
José de Barros Correia	Advogado da comarca
Manoel Pereira de Araújo	
Luiz José de Almeida	
Antônio José Gomes Barbosa	
João Nepomuceno Borges	
José André Pereira de Albuquerque	
José de Freitas Ferreira	
José Ferreira da Silva	
Bento José Alves Viana Júnior	
Francisco de Souza	
José Gomes de Almeida	
Manoel José Rodrigues	
Manoel José Teixeira	
José Carlos de Caldas Ferreira	
Jacinto Ferreira dos Santos	
Antônio Bento Vaz Alves	
Domingos Pereira Chaves	
Antônio Leite Alves Pequeno	
José Inácio Pequeno	
Francisco José de Andrade	

Pedro Guedes Moreno	Alferes e Comandante
Vital Vieira de Souza	Sargento
Antônio Ribeiro Leite	
Francisco Antônio Cabral	
Manoel Alexandre Maior Sacramento	
Miguel Gomes da Costa	Capitão e Comandante
José da Costa Vidal	Alferes
José da Silva Fidalgo	Alferes
Manoel Gomes da Silva	Sargento
José Luiz Mendes Sargento	
Venceslau Pinto Varjano	
Francisco Antônio da Silva	
Antônio Pessoa de Abreu Franca	Capitão
Joaquim Alves Pequeno	
Antônio Martins Monteiro	
José Vitorino de Freitas	
Vicente Ferreira da Silva	
Manoel Pereira de *Oliveira*	
Leandro Severino Tenório	
Gaspar Pereira de Brito	
José Antônio Rodrigues Salviano de Andrade	Alferes interino
Tomé Gonçalves dos Santos	
Antônio Vieira de Carvalho	
João Gomes da Silveira	
Luiz Carlos Pereira	
Antônio Joaquim Canchas	
Manuel Antônio Torres	
João Ferreira do Prado	
José Alves Ferreira	
André Francisco Freires	
Manuel Sabino do Nascimento	
Galdino José de Araújo	
Joaquim da Rocha	
José Ferreira Mendes Guimarães	

Joaquim Luiz Alves Pequeno	
José Gonçalves de Melo	
José Furtado de Mendonça	Capitão
Pedro de Alcântara Gadelha	
Antônio Gomes Ramos	
Antônio Alves da Conceição	
Alberto Cabral Mariz	
Gabriel Gomes Pereira	
Florêncio Gonçalves Pereira	
João do Rego Bezerra	
João José de Macena	
Leonardo José Ribeiro	
José Francisco de Almeida	
José Gomes Barbosa	
Vicente José da Costa	
Teotônio José de Oliveira	
João Cavalcanti de Albuquerque	
Serafim Ferreira de Oliveira	
José Joaquim de Brito	
Manoel Cabral de Vasconcelos	
Joaquim Mâncio de Araújo	
Francisco de Mendonça Furtado	
Manuel Nunes Pereira	
Domingos Gonçalves Ramos	
Domingos Barbosa Cavalcante	
José Pereira de Góes	Comandante
Padre Francisco Pio Pereira Campos	Vigário coadjutor
Antônio Gomes da Costa	
Joaquim Vieira de Carvalho	
José Ferreira Pita	
Francisco Martins Neves	
José Nunes Viana	
José Januário de Siqueira	
José Luiz do Egito	

José Alves Pífano	
Ovídio Antônio Simone do Amaral	
Martiniano Galo Dantas	
José Jerônimo de Albuquerque Borborema	Escrivão da Câmara
Francisco Gomes Barbosa	Presidente da Câmara
Manuel Joaquim de Araújo	
Antônio Manoel da Luz	Vereador
Joaquim Félix de Araújo	
Felippe Gomes de Siqueira	Vereador

Dados colhidos de Almeida, Elpídio, 1979, p. 94-95; PINTO, 1977, v. 2, p. 54-55.

Anexo
Placa comemorativa da data da batalha do Riacho das Pedras, em Itabaiana

A placa comemorativa à Batalha do Riacho das Pedras, um marco na história de Itabaiana, está localizada na Rua Cônego Tranquilino, com os dizeres:

> Neste local, em 24 de maio de 1824, no Governo temporário de Félix Antonio Ferreira de Albuquerque, e seus comandados, coerentes com os ideais de cidadania e liberdade, aqui registraram um marco revolucionário para a história do Brasil, o Estado da Paraíba e do Município de Itabaiana, conhecido como A BATALHA DO RIACHO DAS PEDRAS.

Fotografia: Andreza Rodrigues dos Santos

Sobre o autor

Josemir Camilo de Melo é sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Serra Branca (PB), sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Cariri (PB), sócio correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, sócio benemérito do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Goiana (PE), sócio correspondente do Instituto Histórico de Olinda, e do Instituto Histórico Arqueológico Geográfico e Cultural do Cabo de Santo Agostinho (PE).

9 786556 766188 >

BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

SENADO FEDERAL

Encontre este livro gratuitamente em formato digital acessando: livraria.senado.leg.br